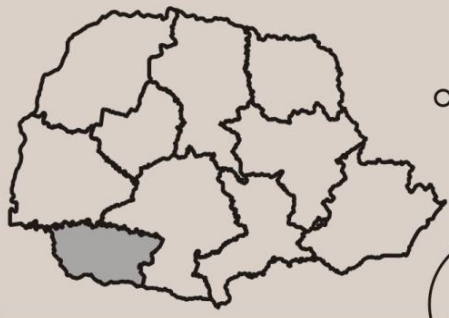


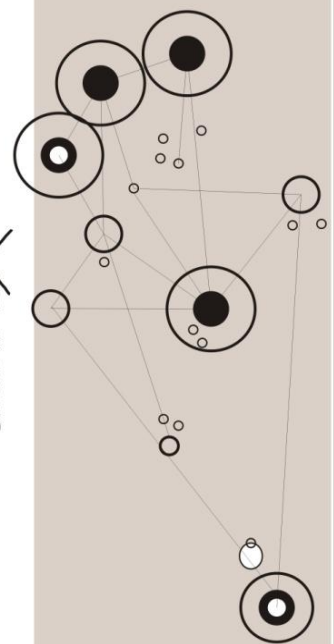
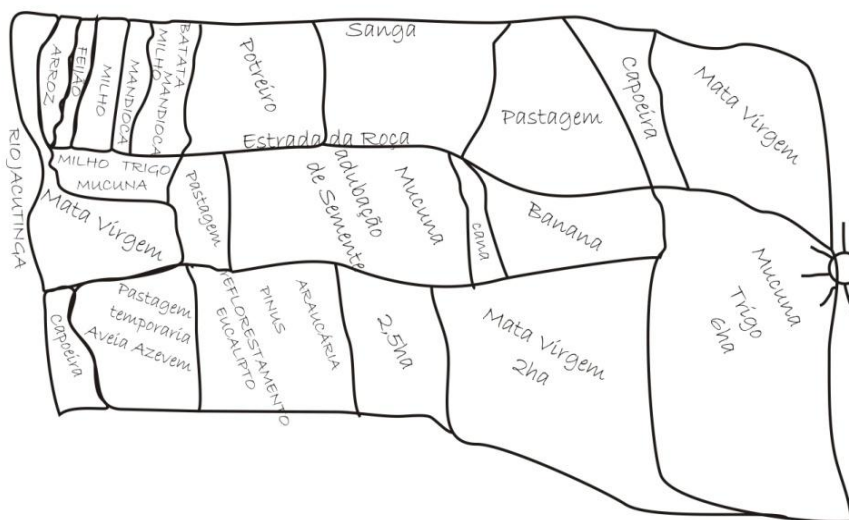


Márcio Freitas Eduardo

orientador: Marcos A. Saquet
coorientador: Bernardo M. Fernandes



Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná



Programa de Pós-Graduação em Geografia
FCT/UNESP - Presidente Prudente
Tese de Doutorado, 2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico
Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial

**TRANSFORMANDO TERRA EM TERRITÓRIO: construção e
dinâmica do sistema local territorial agroecológico em
Francisco Beltrão, Paraná**

TRANSFORMING LAND INTO TERRITORY: construction and dynamic of agroecological territorial
local system in Francisco Beltrão, Parana

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, sob orientação do **Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet** e coorientação do **Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes**, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

MÁRCIO FREITAS EDUARDO

Banca examinadora:

1. Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet - Orientador

Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Paraná)

2. Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de M. Hespanhol

Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo)

3. Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente, São Paulo)

4. Prof. Dr. Elson Luciano Silva Pires

Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento – Universidade Estadual Paulista (UNESP, Campus de Rio Claro, São Paulo)

5. Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Paraná)

Presidente Prudente, junho de 2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Eduardo, Márcio Freitas.
E26t Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná / Márcio Freitas Eduardo. - Presidente Prudente: [s.n], 2014
328 f. : il.

Orientador: Marcos Aurelio Saquet
Coorientador: Bernardo Mançano Fernandes
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Território. 3. Agroecológico. I. Saquet, Marcos Aurelio. II. Fernandes, Bernardo Mançano. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. **MARCOS AURELIO SAQUET**
ORIENTADOR



PROFA. DRA. **ROSÂNGELA APARECIDA DE M. HESPANHOL**
(UNESP/FCT)



PROF. DR. **CARLOS ALBERTO FELICIANO**
(UNESP/FCT)



PROF. DR. **ELSON LUCIANO SILVA PIRES**
(UNESP/IGCE)

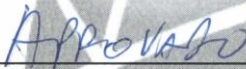


PROF. DR. **ADILSON FRANCELINO ALVES**
(UNIOESTE)



MARCIO FREITAS EDUARDO

Presidente Prudente (SP), 05 de maio de 2014.

RESULTADO: 

Ao Pedro: à vida que (re)existe cotidianamente.

AGRADECIMENTOS

▪ Capítulo do diário de um andante

Produzir uma tese é como colocar-se a caminhar. Um caminhar solitário, mas repleto de encontros e desencontros. Inicialmente, de posse de um mapa, sentamo-nos à sombra e traçamos, com linhas fortes, nossas estratégias para “vencermos” a jornada. No ato de caminhar, logo vamos percebendo, não somos guiados apenas por aquele senso de objetividade. Ao caminharmos vamos igualmente pensando, repensando. Passo a passo sentimos calor, sede, o gosto da poeira na garganta e o caráter relativo do tempo que ora seduz e ora nos castiga. Prestamos, doravante, mais atenção nos pequenos prazeres: àquela nuvem que nos traz um momento de alento do sol forte, àquele aroma que apressadamente jamais sentiríamos, à imprescindibilidade da água e o gesto amigo de alguém a serviu-nos à beira da estrada. Conforme avançamos distanciamos-nos conscientemente de nosso ponto de partida e o que nos motiva a continuar, apesar da saudade e da possibilidade de jamais retornarmos, é o desejo de chegar. Mas chegar exatamente onde? Uma indagação reiteradamente feita por aqueles que encontramos e compartilhamos nossos desejos, angústias e as já presentes incertezas acumuladas ao longo de um significativo percurso trilhado. A essa altura já nos convencemos de que um mapa, mesmo importante, é apenas um mapa. A caminhada exige-nos muito mais do que um saber para onde se está indo. Nos deparamos com incongruências do mapa, com vias bloqueadas, áreas inundadas, somos obrigados a procurar outras rotas. Mas continuamos. Pelo caminho fica a certeza de que há muito mais a ser explorado e decifrado do que aquilo que conferimos, mesmo andando vagarosamente. Depois de muito chão finalmente avistamos nosso alvo. Aceleramos o passo para alcançá-lo. Está em um lugar alto, um mirante. Na chegada, um momento para apreciar a vista, descortina-se uma imensidão, um misto de sensações se manifesta: de lá podemos observar que, embora cada metro percorrido tenha nos acrescentado, nos tornados diferentes, mais experientes, trata-se apenas de um ponto de chegada. A satisfação do ato de caminhar certamente nos instigará a prosseguir.

▪ **Aos encontros: razão do caminhar e o próprio caminho**

Por mais solitária que pareça a empreitada envolvendo a construção de uma tese, o produto é sempre uma ação de conectividade, a qual jamais poderemos ser justos o suficiente com todos aqueles que contribuíram com esse processo (que não se limita ao ciclo de doutoramento). Mesmo sendo conscientemente injusto, faço referências nessa trajetória:

A meus avós Francisco, Olívia, e os saudosos Osvaldo e Maria: colonos, migrantes, boias-frias, trabalhadores urbanos – corpos e mentes moldados pelas nuances da questão agrária brasileira.

À Elli e ao Élio, meus pais, camponeses desterritorializados que desde muito cedo me ensinaram a amar a terra e a valorizar os que dela cuidam.

À Paula e ao Pedro, companheira e filho: responsáveis por preencherem com apoio e acalanto os momentos de insegurança e de inevitável cansaço. São luzes ao sentido Sul que sinalizam a direção e me instigam com ternura a ir mais além.

À Lu e ao seu Lindo: pelos abraços afetuosos e desvelos nos momentos críticos.

Às agricultoras e agricultores ecológicos de Francisco Beltrão, Paraná: agradeço pela forma cordial com que me acolheram, dividindo conhecimentos, anseios, projetos de vida e saborosas refeições, sempre com a postura serena de quem tem consciência da importância do ato de compartilhar.

Ao Marcos: professor, orientador e amigo que ao longo de quase uma década e meia me instigou a prosseguir e a continuamente pensar sobre os sentidos do caminhar.

Às companheiras e companheiros do GETERR: onde aprendi que mesmo em meio a um ambiente individualista e competitivo em que se configura a produção do conhecimento acadêmico há espaço para a complementaridade e razões para o crescer juntos. Em especial ao Luciano e à Talita por me fornecerem gentilmente materiais de pesquisa que foram preciosos insumos para a construção desta tese.

À Suzana, amiga da ASSESOAR, pelo apoio sempre acrescido de um sorriso.

À Ingrid do CAPA – Erechim; ao Edson do CETAP – Alto Uruguai; ao Vitor da Rede Ecovida de Agroecologia; aos sujeitos do Núcleo de Agroecologia do Alto Uruguai; ao Pedro, à Maria e ao Damião da Cooperafloresta; à Elenice e ao Seco da ELAA; à Salete e ao Kid do Instituto Educar; ao Rafael e o Gilberto do MAB – Erechim; ao Amantino em nome dos faxinalenses do Meleiro: sou grato por tê-los encontrados ao longo do caminho.

Aos professores do programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, Presidente Prudente – SP: especiais agradecimentos e admirações ao Bernardo e ao Thomaz Júnior.

Aos amigos os quais nos conectamos ao dividirmos sonhos e agruras na condição de pós-graduandos do programa de Geografia da FCT-UNESP: Christian, Angélica, Wagner, João, Rodrigo, Natacha, Adriano, José, Karina, Nildo e Oséias.

Ao amigo Ronaldo: pelo longo trecho que andamos juntos, ficando hoje a demonstração que a distância não tem que implicar necessariamente em ruptura.

Ao Igor: amigo querido que me acolheu amenizando a exaustão da chegada.

Aos amigos docentes do curso de Geografia da UFFS, campus Erechim: Dilermando, Ana, Fábio, Juçara, Kátia, Everton, Robson, Pedro e Paula que souberam entender minhas ausências e pela solidariedade imprescindível.

Aos colegas do GPASE e de luta na UFFS com quem aprendo cotidianamente: Cássio, Daniel, Nauíra, Paulo, Ulisses, Naira, Thiago, Anderson, Luiz, Murad, Gerson e Jerônimo.

Aos discentes e meus orientandos do curso de Geografia da UFFS, campus Erechim: pela amizade e por dividirem comigo o desejo de construir uma geografia do (e para o) “homem artesão”.

Às mulheres e homens, do campo e da cidade, que lutando por espaços de esperança mantêm latente a questão agrária.

Uma boa estratégia pode ser a de trabalhar com a sabedoria de quem sabe que é necessário combater os gigantes que nos antecederam, [...] assim, poderemos avançar muito em favor da valorização do homem artesão e da proteção do ambiente (QUAINI, 2011).

PRÓLOGO

“Preparando a terra”

As bases da presente tese estão firmemente assentadas sobre um chão de esperança. Esperança de que possamos reencontrar no campo sentidos para o trabalho como um fazer social edificante. Que a ação de produzir seja igualmente ato de criação, de reflexão, conexão e inovação, calcado em um profundo senso de respeito para com as dinâmicas do mundo vivo. Que o produto do labor seja apropriado pelos sujeitos que trabalham, instigando-os a avançarem na direção de um fazer que vá mais além. Que possamos construir leituras sobre o desenvolvimento que o atrelem ao movimento de ampliação da diversidade e da autonomia, imprescindíveis condições para o exercício da criatividade na concepção do novo desde o Sul. Que o território seja o trunfo para a ampliação das liberdades e ponto de encontro entre os que caminham juntos. Essa esperança obedece ao ritmo de uma temporalidade específica, construída artesanalmente pela prática cotidiana dos camponeses que buscam na proximidade com a natureza incrementar suas estratégias de (re)existência, isto é, de um resistir que forja continuamente novos nexos para a existência. Esperança, por fim, de que essas palavras brotadas dessas “paisagens da confusão” causem o necessário desconforto.

ÍNDICE

RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	21
Apontamentos metodológicos e objetivos da pesquisa.....	37
Uma mirada pela composição dos capítulos e outras considerações sobre a inscrição do projeto ecológico camponês.....	42
CAPÍTULO I	
AGROECOLOGIA: UMA VOLTA À NATUREZA?.....	56
1.1 Agroecologia: um esforço de periodização e conceitualização.....	57
1.2 E quanto à Geografia?.....	64
1.3 Olhando para a agroecologia desde o chão: territórios e ecologias da vida.....	71
CAPÍTULO II	
DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: DISPUTA (I) MATERIAL E LEITURAS DO AGIR CONFLITUAL.....	89
2.1 Território e desenvolvimento: consenso para o desenvolvimento ou envolvimento conflitual?	93
2.2 “A dimensão territorial do desenvolvimento”: O RIMISP e o enfoque do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR).....	101
2.3 O RIMISP e a consertação do território: desenvolvimento para combater à pobreza dos sujeitos do campo?.....	111
2.4 Mas afinal, a qual desenvolvimento nos referimos? Em qual contexto eclode como ideologia e doutrinação social?.....	113
2.5 Território do consenso/território da dissidência.....	120
2.6 Pelo território! Mas qual território? A noção de desenvolvimento territorial e o ímpeto insurgente das territorialidades ativadas pela agroecologia: a necessidade de ousadia conceitual.....	126
2.6.1 Para emancipar o território: “[...] territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2011).....	128
2.6.2 Para emancipar o território: o poder como “vontade-de-viver” ou por uma concepção relacional do poder.....	132

2.6.3 Para emancipar o território: a política como expressão imaterial das articulações pela “vontade-de-viver-comum”.....	139
2.6.4 Para emancipar o território: o desenvolvimento territorial e sua natureza conflitual.....	141
2.6.5 Desenvolvimento territorial e agroecologia: luta pela vida, luta pelo território; sobre o desenvolvimento desses territórios de vida.....	142

CAPÍTULO III

AGROECOLOGIA E O SISTEMA LOCAL TERRITORIAL EM FRANCISCO BELTRÃO/PR: ORGANIZAÇÕES DO CAMPO, REDE DE SUJEITOS E LEITURAS DO AGIR CONFLITUAL.....

3.1 A formação territorial do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão: colonização e des-territorialização.....	145
3.2 Modernização da agricultura, agronegócio e conflitualidade.....	149
3.3 Territorialidades insurgentes e ecologismo popular: o contexto de emergência dos movimentos contestatórios do campo no Sul do Brasil e em Francisco Beltrão.....	152
3.4 Formação e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão: instituições, redes e leituras do agir conflitual.....	156
3.4.1 ASSESOAR: gênese e movimento.....	156
3.4.1.1 O trabalho da ASSESOAR na territorialização da agroecologia no Sudoeste do Paraná.....	161
3.4.2 CRESOL.....	167
3.4.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão.....	174
3.4.4 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR).....	182
3.4.5 COOPAFI.....	187
3.4.6 Rede Ecovida de Agroecologia e Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão.....	192
3.4.7 Secretaria de Desenvolvimento Rural - Prefeitura de Francisco Beltrão.....	203

CAPÍTULO IV

TERRITÓRIOS DE VIDA E AGROECOLOGIA: DINÂMICAS PRODUTIVAS E ARRANJOS DA (RE)EXISTÊNCIA.....

4.1 Agroecologia no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão.....	213
4.2 Família “A”: agroecologia como estratégia de superação da miséria no campo.....	219
4.3 Família “B”: construindo autonomias com a agroecologia.....	232

4.4 Família “C”: estratégia agroecológica de (re)existência camponesa em pequenos pedaços de terra.....	253
4.5 Família “D”: duas décadas de (re)existência como sujeitos construindo sentidos para seu fazer social pela agroecologia.....	266
4.6 Disputa territorial e os sentidos da política camponesa de construção da sua existência pela agroecologia.....	288
4.7 Construindo autonomias na dinâmica produtiva e no circuito de comercialização por intermédio da solidariedade e da organização política.....	292
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	316

RESUMO

Compreendemos o fenômeno agroecológico como movimento oriundo da construção de resistências populares cujo conteúdo das distintas ecologias está atrelado ao desenvolvimento de estratégias de ampliação das autonomias relativas ao capital. Autonomias que se constroem em rede, avançando para além do modo camponês autônomo “guetizado” constante em abordagens da “velha questão agrária”. O avanço do fenômeno agroecológico no Brasil e na América Latina, a ampliação e politização do debate via movimentos sociais e organizações populares (do campo e da cidade) tem contribuído, sobremaneira nas duas últimas décadas, com a produção de certo desconforto/desconfiança/negação da perspectiva unilinear do desenvolvimento rural ao materializarem práticas, concatenarem pautas e proporem projetos que vão ao encontro da alternativa descolonial. A defesa da agroecologia tem transformado terra em território e redirecionado, política e escalarmente, a luta na e pela terra em luta pela territorialização de projetos dos sujeitos e grupos que reivindicam formas ecologicamente equilibradas de produção e de vida. Argumentamos que há potencialidades nos fazeres agroecológicos para promoção de arranjos de desenvolvimento territorial rural que aliem produção de alimentos saudáveis, inclusão e sustentabilidade, dadas suas estratégias calcadas na ampliação das capacidades decisórias, no desenvolvimento de formas ecológicas de produção e na construção de outras relações com o “mercado”. Estudamos esse fenômeno a partir da ação dos “atores sintagmáticos” do sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, Paraná. Tais atores, agricultores ecológicos e suas organizações de apoio, ao passo que resistem à monopolização do território pelo capital e às formas de territorialidades passivas engendradas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio, têm construído, cotidianamente, novas estratégias para a existência, através de processos de ativação de territorialidades que permitem aos sujeitos, gradativamente, reconhecerem, valorizarem e apropriarem-se com maior autonomia dos recursos potenciais do território para a edificação dos seus territórios de vida. Do sistema local territorial esses atores têm produzido liames acessando redes nas variadas escalas, contribuindo com a estruturação e sendo retroalimentados pelo conjunto de intencionalidades que forjam em sua amplitude e complexidade o projeto ecológico camponês.

Palavras-chave: agroecologia; territorialidade ativa; desenvolvimento territorial; projeto ecológico camponês.

EDUARDO, Márcio F. <i>Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná</i> . 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ABSTRACT

We understand agroecological phenomenon as movement that has origin in the constructions of popular residences whose content of different ecologies is linked with development of strategies for expanding autonomy in relation to capital. These autonomies that were built up in networks are advancing for beyond the peasant mode autonomic “ghettoized” peasant model, constant in approaches of the “old agrarian question”. The advancement of agroecological phenomenon in Brazil and Latin America as well as the expansion and politicization of the debate by social movements and popular organizations (from both countryside and city) have contributed, extraordinarily in the two last decades, with the production of a little discomfort, distrust, denial of one-side perspective of rural by materializing practices relate ideas and proposed projects that agree with the de-colonial alternative. The agroecological has been changing land into territory and has, politically and in a scalar way, redirected the struggle for territorial projects of individuals and groups that claim for ecologically balanced forms of production and life. We argue that there is potentiality in the agroecological doings in order to promote arrangements for territorial rural development. So these arrangements can ally production of healthy food, inclusion and sustainability because of three elements: their strategies of expansion of decision-making capabilities; the development of ecological forms of production; and the construction of other relationships with the “market”. We have studied this phenomenon by analyzing the action of “syntactic actors” of the territorial local agroecological system in Francisco Beltrão, in Parana. These actors, ecological farmers and their supporting organizations resist to monopolization of territory by capital and to forms of passive territorialities engendered by the development of agribusiness model. They have also built daily new strategies for existence through processes of territoriality activation that gradually permit to individuals to recognize, valorize and to appropriate with autonomously the potential territory’s resources in order to build their territories of life. The same actors have produced links from local territorial system by accessing networks in various scales, contributing to structuring and being fed back by the set of intentions that forge in their extent and complexity the peasant ecological project.

Keywords: agroecology; active territoriality; territorial development; peasant ecological project.

EDUARDO, Márcio F. *Transforming Land into Territory*: construction and dynamic of agroecological territorial local system in Francisco Beltrão, Parana. 396 f. Thesis (Doctorate in Geography) - College of Science and Technology, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA: Associação Nacional de Agroecologia

ABONG: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

ACAMSOP: Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná

ACARPA: Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

ACESI: Associação do Centro de Educação Sindical

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AGO: Assembleia Geral

AGRUCO: *Agroecología Universidad Cochabamba*

AMSOP: Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia

AORSA: Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D'Oeste

APAV: Associação de Produtores Agroecológicos de Verê

APP: Área de Preservação Permanente

APROVIVE: Associação dos Vitivinicultores de Verê

ARCAFAR: Associação das Casas Familiares Rurais

ARIAS: Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sudoeste do Paraná

AS-PTA: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ASSEC: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura – regional Pato Branco

ASSEMA: Associação dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente – regional de Francisco Beltrão

ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório

CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CBA: Congresso Brasileiro de Agroecologia

CCFD: Comitê Contra a Fome e pelo Desenvolvimento (França)

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares

CLADES: *Centro Latinoamericano de Desarrollo Sustentable*

CMDR: Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COAGRE: Coordenação de Agroecologia

COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada

COOPERIGUAÇÚ: Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços

COPEL: Companhia Paranaense de Energia

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CRESOL: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DESER: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

DTR: Desenvolvimento Territorial Rural

ECAs: Escolas Comunitárias de Agricultores

EED: Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento

ELAA: Escola Latino-americana de Agroecologia

EMATER – PR: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENGA: Encontro Nacional de Geografia Agrária

ERNA: Empregos Rurais não Agrícolas

EUA: Estados Unidos da América

FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

FETAEP: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF: Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FiBL: *Research Institute of Organic Agriculture*

FIDA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI: Fundo Monetário Internacional

GABO: Grupo de Agricultores Biológicos do Oeste (França)

GALO: Grupo de Agroecologia de Londrina

GEBANA: Cataratas do Iguaçu Produtos Orgânicos Ltda.

GGETESPA: Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná

GETERR: Grupo de Estudos Territoriais

GETSOP: Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

GTZ: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica

IAPAR: Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IES: Instituição de Ensino Superior

IFOAM: *International Federation of Organic Agriculture Movements*

ILPES: Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social

IMO – Control: *Institute for Marketecology*

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISEC: *Instituto de Sociología y Estudios Campesinos*

JAC: Juventude Agrária Católica

LEADER: Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

LSPA: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MAELA: *Movimiento Agroecológico Latinoamericano*

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMC: Movimento das Mulheres Camponesas

MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NERA: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

NRE: Núcleo Regional de Educação

NT: Nota Técnica

OAC: Organismo de Avaliação da Conformidade

OGM: Organismos Geneticamente Modificados

ONG: Organização Não Governamental

OPAC: Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PCA: Paradigma do Capitalismo Agrário

PTDRS: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PPI: Projeto Pedagógico Institucional

PQA: Paradigma da Questão Agrária

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT: Partido dos Trabalhadores

PRV: Pastoreio Racional Voisin

PVR: Projeto Vida na Roça

Rede TA-Sul: Rede de Tecnologias Alternativas do Sul

RIMISP: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural

Rio + 20: 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

RURECO: Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná

SAF: Sistema Agroflorestal

SDT: Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAB: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETP: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social

SIM – POA: Sistema de Inspeção Municipal – Produtos de Origem Animal

SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar

SisOrg: Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica

SLOT: Sistema Local Territorial

SOCLA: *Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología*

SPG: Sistemas Participativos de Garantia

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TECPAR: Instituto de Tecnologia do Paraná

UCO: *Universidad de Córdoba*

UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNAM: *Universidad Nacional Autónoma de México*

UNIA: *Universidad Internacional de Andalucía*

UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNISEP: União de Ensino do Sudoeste do Paraná

UTFPR: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

INTRODUÇÃO

“Lançando a semente”

Defender o fenômeno agroecológico no Brasil, a maior “nação” consumidora de agrotóxicos no mundo, é uma empreitada de contracorrente que exige fôlego. Praticar agroecologia é um ato revolucionário! Um atentado contra os pressupostos da modernidade eurocêntrica e o discurso hegemônico do progresso. Enquanto o agronegócio conhece seu apogeu no Brasil e na América Latina, contraditoriamente, cresce, de maneira geral, o interesse pela agroecologia: contundente demonstração da atualidade da questão agrária e da capacidade de “(re)existência” (PORTO-GONÇALVES, 2004) do campesinato ao colocar na agenda do dia o debate sobre seus projetos.

O avanço do fenômeno agroecológico no Brasil e na América Latina, a ampliação e politização do debate via movimentos sociais e organizações populares (do campo e da cidade) tem contribuído, sobremaneira nas duas últimas décadas, com a produção de certo desconforto/desconfiança/negação da perspectiva unilinear do desenvolvimento rural ao materializarem práticas, concatenarem pautas e proporem projetos que vão ao encontro da alternativa descolonial. A defesa da agroecologia tem “transformado terra em território” e redirecionado política e escalarmente a luta na e pela “terra” em luta pela territorialização de projetos dos sujeitos e grupos que reivindicam formas ecologicamente equilibradas de produção e de vida.

Desde o Sul, compreendemos o fenômeno agroecológico enquanto processualidade, como movimento oriundo da construção de resistências populares cujo conteúdo das distintas ecologias está atrelado ao desenvolvimento de projetos fundamentados na ampliação das autonomias relativas ao capital. Autonomia que não significa autossuficiência, como adverte-nos Dematteis (2007), pois não implica fechamento com relação ao exterior, mas a capacidade de autogoverno das relações de territorialidade (internas e externas) e de autoprojeção de um desenvolvimento centrado nessas relações. Autonomia, portanto, que se constroem em rede, em “fazeres-coletivos” (HOLLOWAY, 2003), avançando para além do modo autonômico “guetizado” constante na literatura clássica da questão agrária e do campesinato.

Temos que considerar, como desdobramento, que uma ação coletiva, segundo Almeida (1999), é um conjunto de práticas conflituais intervindo em um sistema social,

implicando na luta entre atores, em que cada um caracteriza-se por um tipo de solidariedade específica, ao mesmo tempo que se opõe ao outro pela apropriação e uso que faz de valores, recursos sociais e, acrescentemos, territoriais.

Defendendo a agroecologia, esses sujeitos têm construído liames nas mais variadas direções, ampliado (multidimensionalmente) e complexificado os sentidos da luta pela terra, incluindo novos temas à pretérita questão agrária, tais como: economia popular e solidária, defesa das sementes crioulas e do patrimônio biofísico, recuperação e desenvolvimento de tecnologias apropriadas, agroartesanato, bioconstrução, matrizes energéticas locais e renováveis, saber-fazer tradicional, medicina alternativa, descentralização e participação democrática nas decisões políticas, educação popular, direitos dos povos tradicionais e originários, *bien vivir* etc.

Ao pautarem a autonomia (embora sempre relativa), o desenvolvimento sustentável (proposto com base nas culturas, nos processos de reapropriação social da natureza), a soberania alimentar e a defesa dos territórios lançam os esteios para a construção de outros projetos de modernidade – popular, “ecologizado”, calcado na pluralidade: pressupostos que vão de encontro aos imperativos da acumulação (capitalista) e da dominação (homem-homem e homem-natureza) – pilares do empreendimento moderno-colonial.

Tais experiências, na condição de contracorrentes, situadas no “*subsuelo político*” (TAPIA, 2008), como qualquer territorialidade dissidente, obviamente, desenvolvem-se à margem, são descontínuas, incompletas, articulam-se lentamente, com dificuldades e estão repletas de conflitos e contradições. Tomada enquanto processo, isto é, como um movimento multidimensional dinâmico baseado no maior ou menor atrelamento dos fazeres espaço-temporais específicos, a agroecologia coloca-se como fenômeno territorial e político, algo que escapa às categorizações apressadas, visto que se refaz cotidianamente com as próprias contradições dos fazeres: aspecto que extrapola as apreensões técnico-produtivo-naturalistas as quais restringem a agroecologia à dimensão do manejo ecologicamente equilibrado do agroecossistema. Tais conhecimentos de cunho naturalistas são de suma importância, porém, dependendo da ênfase e escala de análise, corre-se o risco de perder-se de vista a construção desse fenômeno territorial complexo, repleto de inventividade, propositivo, para, em seu lugar, projetar-se meros gradientes do mais ao menos

“agroecológico”. Nesse sentido, a transição agroecológica há que ser mirada na perspectiva da disputa territorial: a construção do projeto ecológico camponês em disputa com a racionalidade do desenvolvimento hegemônico, moderno-colonial. Não obstante, essa leitura da disputa territorial não deve deflagrar visões maniqueístas e dicotômicas da realidade, em purismos que pouco auxiliam na compreensão da complexa trama relacional da vida. Reiteramos: tais projetos vislumbram autonomias que são sempre relativas, em virtude de o “sociometabolismo do capital” (THOMAZ JÚNIOR, 2002; MÉSZÁROS, 2002) instalar-se nas múltiplas dimensões da vida em sociedade, ora aniquilando resistências, ora apropriando-se delas e ressignificando-as. Essas vicissitudes estão presentes, por exemplo, na proposta da agricultura conhecida como “orgânica”: aposta mercadológica da economia verde e faceta da vertente do desenvolvimento sustentável calcado no “esverdeamento” do capital (os sujeitos, os patrimônios culturais e a autonomia continuam à margem); e no escopo das políticas de fomento agroecológicas e de desenvolvimento territorial baseadas numa concepção “politicamente oca” de desenvolvimento local autossustentável (reduzindo o ímpeto ecológico insurgente).

O sentido geográfico dessas práticas se fortalece na medida em que os projetos desses “atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1993) realizam-se tendo como fundamento o território, forjando continuidades através do estabelecimento de relações de poder espacialmente constituídas e apropriando-se dos recursos potenciais (materiais, cognitivos, culturais etc.) para a edificação das territorialidades insurgentes. Esses projetos vêm progressivamente sendo compartilhados e articulados reticularmente, formando territórios-rede nas dimensões da economia, da política, da cultura e fundindo identidades forjadoras do ecologismo popular. O projeto ecológico camponês tem sido construído na dinâmica cotidiana de enfrentamento desses grupos com a racionalidade moderna que oprime e devasta e tem nas diversas projeções locais territoriais de resistência seu sustentáculo. Trata-se de um projeto de disputa territorial em formação e movimento que conclama a ecologia e a política como facetas para defesa dos “territórios de vida” (BALDUINO, 2004), projeto cujo pressuposto é a (re)criação camponesa e o aumento de sua autonomia relativa diante do capital via reivindicação do território. Aqui a ação de projetar impõe-se como prestimosa metáfora!

Projetar é um momento da ação deliberada que visa produzir efeitos pretendidos. É, portanto, poder! Contém as intencionalidades e as visões de mundo de seu(s) proponente(s). Todo projeto está respaldado em um acumulado construído social, histórica e espacialmente. É, portanto, produto das contradições: do embate de ideias; da tensão entre desejo, materialidade, interesses e condições. Projetar é, no sentido que evidenciamos, delinear os horizontes para um fazer social coletivo, orientar rumos para o movimento do vir a ser criativo enquanto projeção de um pensar-desenhar-fazer combinado. É, concomitantemente, passado, presente e futuro em conflito. Quimera e objetividade. Potência, concretude e virtualidade. Não deixa de tecer limites, pois se fundamenta em recortes propositivos cujas fontes brotam das miríades de aspirações (tácitas e explícitas). Um projeto é tanto o que ainda não é quanto o que está sendo. Sua síntese é o movimento, o pensamento do fazer, o inconcluso e o parcialmente concluído: está aberto, em debate, rearranjando-se, adquirindo novos contornos.

O projeto ecológico camponês carrega essas vicissitudes. Os camponeses implementam suas estratégias ecológicas no bojo da luta anticapitalista: galgando maior autonomia relativa perante o capital, (re)criando-se defendem seus territórios de vida e (re)produzem, através de suas práticas e dos conflitos socioambientais subjacentes, as consciências ecológicas e as formas de mobilização. Corremos o risco de não compreendermos em sua profundidade, complexidade e dinâmica o significado do fenômeno agroecológico no Brasil e na América Latina caso não o associemos ao movimento mais geral de edificação do projeto ecológico camponês. O enfoque agroecológico tem contribuído, sobremaneira, para a edificação do projeto ecológico camponês, instrumentalizando, técnica e politicamente, os diferentes sistemas locais territoriais e, doravante, sendo retroalimentado pela territorialização das distintas experiências¹ de (re)existências agroecológicas.

O movimento de construção do projeto ecológico camponês está respaldado por um sentido espacial forte, oriundo das práticas produtivas locais e dos processos de resistência e luta nos e pelos territórios de vida. Os camponeses se valem dos conhecimentos territorializados, reproduzidos intergeracionalmente, os quais se fundamentam no uso

¹ Como sustém Almeida (1999): “A ação é o centro de criação de sentido. Não se pode, portanto, encontrar sentido fora da ação” (p. 45).

produtivo equilibrado das potencialidades agroecossistêmicas. A intensificação e articulação das mobilizações denunciando os usos insustentáveis dos recursos naturais, o avanço do interesse pelo debate sobre as estratégias ecológicas de produção e desenvolvimento rural, o processo de concatenação das pautas entre os distintos grupos populares que reivindicam a ecologia como pressuposto para a produção e a vida em comunidade e sociedade, o surgimento e fortalecimento de articulações nos circuitos associativos e cooperativos, da certificação participativa, da produção de conhecimentos científicos, dos espaços de troca de conhecimentos (eventos acadêmicos e não acadêmicos, feiras, festas etc.), especialmente no Brasil e na América Latina, têm forjado dinâmicas inovadoras de disputa territorial, trazendo à tona a diversidade de possibilidades que confluem formando, em toda sua complexidade, o projeto ecológico camponês. As propostas desse projeto, assentadas na reprodução da vida, dizem respeito à sociedade como um todo, considerando que as mazelas ecológicas e sociais do agronegócio repercutem no campo e na cidade. Não sejamos ingênuos, contudo, idealizando tais transformações partindo de uma definição abstrata de sociedade: aos sujeitos do campo e da cidade que pertencem a essa “comunidade de interesse” a conflitualidade se impõe quando o que se está desafiando são os “impérios alimentares” (PLOEG, 2008), os governos subservientes e a racionalidade ocidental, cujo projeto expressa o “epistemicídio” (SANTOS, MENESES e NUNES, 2005), o domínio da natureza, a imperiosidade da técnica sobre os lugares, a homogeneização dos gostos e a afirmação da matriz ideológico-coercitiva do desenvolvimento.

No prefácio do livro de Jalcione Almeida “A Construção Social de uma Nova Agricultura” (1999 [1998]), Ricardo Abramovay já observara, há uma década e meia, que

Os movimentos sociais de contestação às formas dominantes de progresso técnico, no Sul do Brasil, querem muito mais do que, simplesmente, reduzir ou, mesmo, eliminar o uso de insumos químicos: eles se organizam sob o signo da alternativa. A agroecologia, nesse sentido, exprime, antes de tudo, uma tentativa permanente de luta contra o desencantamento do mundo, próprio das sociedades modernas: ela embute, ao mesmo tempo, a solidariedade entre os homens e o respeito à natureza; ela pretende corresponder aos interesses – e até à visão de mundo – dos grupos dominados e mais ameaçados de exclusão (p. 15-16).

Com intento de “[...] ver (ou de perceber) quem (e o quê) está em movimento nas ações coletivas contestadoras na agricultura no Sul do Brasil” (ALMEIDA, 1999, p. 19), Jalcione Almeida, sistematizando dez anos de estudo e apreendendo em cinco principais

eixos os sentidos do “agir conflitual” sob o signo de “alternativo” dos sujeitos e organizações no campo, tomou nota da diversidade e complexidade das proposições que alinhavavam, desde os anseios e práticas dos atores sintagmáticos daqueles contextos espaço-temporais analisados, elementos concatenadores do projeto ecológico camponês:

No entanto, longe de serem homogêneos – o conjunto de proposições, projetos e ações coletivas voltados para uma agricultura diferente ou alternativa – englobam uma enorme diversidade de concepções, experiências e interesses socialmente identificáveis de acordo com o lugar que ocupam e com o papel que exercem os atores implicados na produção e reprodução da vida social e material. Esse conjunto de ações explicita uma trama de relações sociais e de poder através da qual se afrontam ou se associam interesses de diferentes grupos e categorias. No interior dessa trama de relações interagem atores sociais diversos [...]: organizações não-governamentais (ONGs), associações e grupos de inspiração comunitária, grupos de cooperação agrícola, sindicatos profissionais, militantes de partidos políticos, algumas correntes de igrejas, segmentos de setores industriais e da distribuição-comercialização, técnicos, assim como o próprio Estado através de seus organismos e agentes de enquadramento técnico, econômico e social (ALMEIDA, 1999, p. 23).

Na sequência, rumando pelas considerações finais, afirma o autor:

As ações contestadoras e as lutas se desenvolvem em dois planos diferentes mas complementares, e que são a sua marca: o plano “local”, predominante, e o plano “global”. No primeiro se desenvolvem as experiências técnico-produtivas, de auto-organização com vistas à produção e comercialização, as tentativas de sobrevivência em situações desfavoráveis ou difíceis. No segundo encontram-se ensaios ainda experimentais, incipientes, de um movimento político suscetível de propagar os princípios da agroecologia e de dar nascimento a um outro movimento social cuja marca principal seja a autonomia. (ALMEIDA, 1999, p. 195).

Os dois planos diferentes e complementares em que se inscreve o fenômeno agroecológico, como bem atentado pelo autor, produz a dialética interna-externa do projeto ecológico camponês, isto é, do movimento multiescalar e multidimensional de “ativação de territorialidades” (DEMATTEIS, 2008) traduzido na esfera dos sistemas locais territoriais em progressiva articulação política das pautas e das formas de mobilização. O avanço da concatenação de pautas e a crescente politização desses ecologismos via intensificação dos processos de articulação entre sujeitos e organizações populares, correspondem, desigual e combinadamente, a um panorama de realinhamento da agroecologia, da questão agrária e das formas de ver e se posicionar no mundo camponês no início do século XXI: fenômeno dotado de dinamismo e inventividade. No Sul do Brasil, por exemplo, instituiu-se, no final

dos anos 1990, oriundo da articulação entre ONGs, cooperativas, associações de produtores e consumidores orgânicos, movimentos sociais e sindicais do campo, a Rede Ecovida de Agroecologia: Organização Participativa de Avaliação da Conformidade dos Produtos Orgânicos (OPAC). A criação da Rede foi motivada pela necessidade de superar os empecilhos inerentes às formas convencionais de certificação por auditoria: onerosas, burocráticas, levadas adiante por empresas transnacionais de certificação, evidentemente, sem um debate político-estratégico de base. Embora relativamente recente – a Rede Ecovida não chegou sequer a entrar no rol de experiências alternativas analisadas por Almeida (1999) –, a organização já é uma referência na América Latina, devido à sua originalidade e sistemática político-territorial organizativa (como trataremos adiante). Além das dimensões técnico-produtivas, organizativas, de comercialização, certificação e formação, as articulações fomentadoras da agroecologia e do projeto ecológico camponês também se efetivam em âmbito da academia, da produção de conhecimento, das agências de articulação de pesquisa, dos diversos eventos e fóruns não acadêmicos, potencializando a disputa territorial nos vários domínios.

O Brasil e a América Latina testemunharam, nesse exíguo espaço de tempo de pouco mais de uma década que se sucedeu à virada do milênio, o avanço das lutas, das articulações e das conquistas no campo da agroecologia: os camponeses e os diversos povos tradicionais dão-nos mostra de sua vitalidade em resistir à opressão e à exploração, desafiando as transnacionais do agronegócio, as tecnocracias e os intelectuais, e propõem alternativas ao desenvolvimento capitalista calcadas na inclusão e na proteção ambiental. Atentemos para algumas manifestações recentes:

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia²): criada em 2002, após o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia – I ENA, reúne movimentos sociais, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. A existência da ANA se exprime e se justifica pela necessidade de interação e mútua



Figura 1: Logotipo ANA

² Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

fecundação entre essas redes e organizações para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural no Brasil.

ABA (Associação Brasileira de Agroecologia³): fundada em 2004, durante o II Congresso Brasileiro de agroecologia. Associação articulada à ANA, seus membros atuam nas



Figura 2: Logotipo ABA

principais comissões que discutem políticas públicas para a agroecologia, representando os espaços acadêmicos e a sociedade como um todo. Promove e apoia reuniões, seminários e congressos de agroecologia (sendo seu principal espaço o “Congresso Brasileiro de Agroecologia”) e é responsável pela editoração da “Revista Brasileira de Agroecologia”.

SOCLA (Sociedade Latino-Americana de Agroecologia⁴): criada em 2006, seu objetivo principal enquanto sociedade científica é o de promover a reflexão, discussão e intercâmbio científico de informações sobre agroecologia entre investigadores e docentes latino-americanos. Realiza atividades conjuntas com outras “sociedades” (como a ABA) e organizações de promoção agroecológicas; promove atividades de capacitação, investigação e difusão da agroecologia na América Latina.



Figura 3: Logotipo SOCLA

MAELA (*Movimiento Agroecológico Latinoamericano*): iniciado em 1989, foi constituído formalmente em 1992, em um contexto de aprofundamento das crises no campo provocadas pela intensificação das políticas neoliberais no subcontinente. Presente em 20 países e articulando 210 organizações, as quais representam



Figura 4: logotipo MAELA

mais de um milhão de trabalhadores, trata-se de um movimento que busca construir redes de solidariedade entre organizações camponesas, comunidades indígenas, sem terra, de mulheres e jovens rurais, de consumidores e universidades que defendem a agroecologia como enfoque orientador para a construção de propostas de desenvolvimento

³ Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/aba/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

⁴ Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/index.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

fundamentadas na efetivação da Soberania Alimentar e no respeito à natureza (PLAN ESTRATÉGICO MAELA 2011 – 2015, p. 01).

Defendemos a luta das/os camponeses, das/os agricultores familiares como grupos sociais que definem seus caminhos de vida através da produção de alimentos promovendo a Agroecologia em termos produtivos, sociais e econômicos através do intercâmbio justo, e cultural, fundamentalmente na valorização do conhecimento local, desde onde é possível traçar estratégias para enfrentar o agronegócio como modelo de uso e apropriação do território (PLAN ESTRATÉGICO MAELA 2011 – 2015, p. 05⁵, tradução nossa).

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁶): a partir do IV Congresso Nacional do movimento, realizado em 2000, o principal movimento de luta pela terra na atualidade elege e passa a estimular os princípios agroecológicos como base produtiva, técnica e organizacional dos assentamentos, em consonância com a reforma agrária e em contraponto ao modelo do agronegócio.

Deveremos estimular a prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas a nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica (MST, 2000 *apud* VALADÃO, 2012, p. 21).

Em assentamentos nos diversos estados da federação (MG, PR, SC e RS, por exemplo), o MST passa a implementar tais diretrizes discutidas no mencionado congresso, promovendo espaços de debate, disputando políticas públicas e incentivando a transição agroecológica. O MST tem contribuído ainda efetivamente com a ampliação do debate e das experiências em torno da “Educação do Campo”, outro eixo fundamental do projeto ecológico camponês. O MST articula-se à ANA.



Figura 5: Arroz orgânico produzido pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita/RS, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (arquivo MST).

⁵ Disponível em: <http://www.maela-agroecologia.org/IMG/pdf/Plan_Estrategico_MAELA_2011-2015.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

⁶ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7692>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores⁷): o III Encontro Nacional do MPA, ocorrido em 2010, com o tema “Plano Camponês - por soberania alimentar e poder popular!”, reforça a disposição do movimento em produzir referenciais multidimensionais para o projeto ecológico camponês, concebendo a agricultura camponesa enquanto “[...] modelo de produção que liberta, que respeita a vida, a natureza, com base na agroecologia, na diversificação, e com sustentabilidade econômica (preço justo para quem produz e quem come)” (MPA, 2009, p. 11). O Plano Camponês é um exemplo formidável de instrumento no qual o MPA projeta o desenvolvimento territorial camponês com base em debates de conjuntura, no resgate de sementes crioulas, na implementação da noção de “alimergia” (produção de alimentos e de energia associado à preservação ambiental) etc. O MPA está articulado à ANA.



Figura 6: Logotipo MPA



Figura 7: Organograma presente no caderno de preparação para o III Encontro Nacional do MPA. Elaboração, MPA (2009).

MMC (Movimento das Mulheres Camponesas⁸): criado em 2003 e articulado à ANA, o MMC agrega um importante componente de gênero na luta contra o modelo capitalista e patriarcal, vislumbrando a construção de uma sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, o MMC⁸ assume como principal bandeira de luta o Projeto de



Figura 8: Logotipo MMC.

⁷ Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

⁸ Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/menu/lutas.html>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos (sic). Diga-se de passagem, historicamente as mulheres camponesas tiveram, e continuam tendo papéis fundamentais no desenvolvimento da agroecologia e do projeto ecológico camponês.

FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar⁹): integrado à ANA, é um sindicato de base CUTista (Central Única dos Trabalhadores), fundado em 2004, por



Figura 9: Logotipo FETRAF-Brasil.

demanda oriunda do I Encontro Nacional da Agricultura Familiar. A FETRAF e seus sindicatos filiados, em parceria com instituições de ensino superior (IES), movimentos sociais, ONGs e organizações governamentais, tem atuado no fomento à agroecologia, oportunizando espaços de formação, cursos de extensão e de graduação. São os casos do “Programa Terra Solidária” e do “Curso de Extensão em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”. Em 2012, um deputado estadual do Rio Grande do Sul, ligado à federação, encaminhou projeto de lei solicitando a implementação de uma política estadual agroecológica e de produção orgânica semelhante à política nacional (PNAPO) recentemente instituída, como veremos adiante. Os eixos política pública, juventude rural, crédito fundiário e habitacional, são centrais para a organização.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens¹⁰): as questões ambiental e agroecológica estão presentes desde a constituição do MAB, seja na crítica ao modelo energético brasileiro, na luta contra a mercantilização da água ou nos processos de organização produtiva dos povos nos espaços de reterritorialização dos reassentamentos, depois de atingidos por empreendimentos hidroelétricos. Uma das responsabilidades



Figura 10: Logotipo MAB.

assumidas pelo MAB é a garantia do direito dos atingidos e atingidas por barragens de produzir alimentos saudáveis e energia¹⁰. Por isso, o movimento tem alocado esforços mais recentemente na construção de hortas livre de agrotóxicos com produção de pequenos

⁹ Disponível em: <<http://www.fetra.org.br/site/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

animais (PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável¹¹), cisternas de captação de água da chuva, construção e instalação de placas de aquecimento solar de água e diversas outras ações que fortaleçam a capacidade produtiva das famílias assentadas (sic).

Jornadas de agroecologia¹²: São eventos realizados no estado do Paraná que integram o processo de articulação das organizações que promovem a agroecologia e a luta contra o projeto das empresas transnacionais do agronegócio.

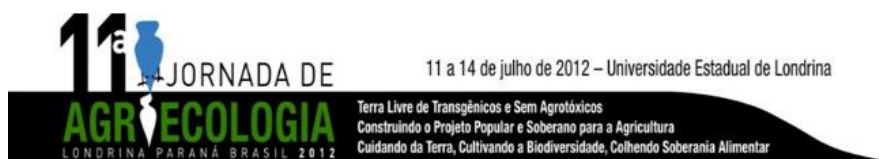


Figura 11: Logotipo da Jornada de Agroecologia.

A I Jornada de Agroecologia ocorreu em 2002, na cidade de Ponta Grossa/PR, e em 2012 realizou-se a XI edição da Jornada, sediada em Londrina/PR. As edições da jornada, consoante a organização do evento, tem um público, em média, de 4 mil participantes, de diversos movimentos sociais, organizações populares, envolvendo também técnicos, acadêmicos, pesquisadores, profissionais da saúde, educação e segue fortalecendo a unidade política entre o campo e a cidade. As jornadas configuram-se como um espaço de estudo, mobilização e troca de experiências (sic). Promovem as Jornadas: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; CPT – Comissão Pastoral da Terra; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; Terra de Direitos e GALO – Grupo de Agroecologia de Londrina.

¹¹ PAIS é uma tecnologia social implementada no Brasil via projeto desenvolvido conjuntamente entre SEBRAE, Fundação Banco do Brasil e Ministério da Integração Nacional (por meio da Secretaria de Programas Regionais), que visa a incentivar nacionalmente, desde 2008, a produção orgânica e agroecológica com a construção de hortas “mandalas” mescladas com a criação de pequenos animais. Consultar: <http://www.mi.gov.br/programasregionais/publicacoes/pais.asp>; <http://www.mds.gov.br/seguranca/alimentar/desenvolvimentoterritorial/consad/producaoagroecologia-integrada-e-sustentavel-pais>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.

¹² Disponível em: <http://jornadaagroecologia.com.br/>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.

ELAA (Escola Latino-Americana de Agroecologia¹³): trata-se da primeira escola de Agroecologia de nível universitário do Brasil. Fundada em 2005, situa-se no município da Lapa/PR. A ELAA é fruto de uma iniciativa entre a Via Campesina, apoiada pela UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), o governo estadual do Paraná e o governo venezuelano. O objetivo primordial da escola é formar militantes tecnólogos em



Figura 12: Placa de identificação da Escola Latino Americana de Agroecologia. Arquivo ELAA.

Agroecologia da América Latina, com formação crítica e que possam contribuir nas suas comunidades de origem com a construção de uma agricultura de base ecológica. A ELAA tem contribuído com a articulação latino-americana em torno da difusão do conhecimento agroecológico e dos fundamentos da educação do campo junto aos movimentos sociais que integram a Via Campesina no subcontinente.

Cúpula dos Povos – “Por Justiça Social e Ambiental em Defesa dos Bens Comuns, Contra a Mercantilização da Vida”: na declaração final do evento¹⁴, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 15 e 23 de junho de 2012, organizado por movimentos sociais e organizações contra-hegemônicas diversas (contando com mais de vinte mil inscritos), simultâneo e em crítica à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), definiu-se como um dos eixos de luta a “soberania alimentar”, a premência por “alimentos saudáveis” e a resistência “contra agrotóxicos e transgênicos”.



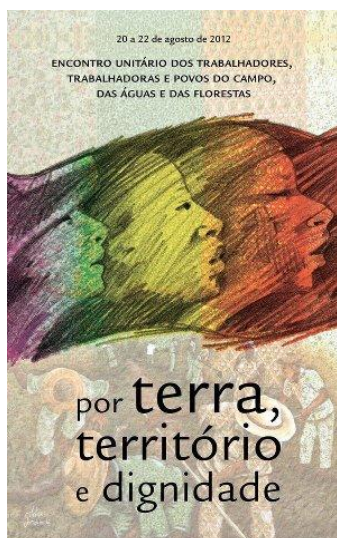
Figura 13: Logotipo Cúpula dos Povos.

Encontro Unitário dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e dos povos das águas e das florestas – por terra, território e dignidade: realizado em Brasília, entre os dias 20 e 22 de agosto de 2012, contou com mais de sete mil participantes e praticamente todas as organizações sociais do campo brasileiro estiveram representadas (militantes de movimentos sociais, sindicais, populações tradicionais etc.), as quais sinalizaram, segundo

¹³ Disponível em: <<http://escolalatinoamericanadeagroecologia.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.

¹⁴ Disponível em: <<http://cupuladospovos.org.br/2012/06/declaracao-final-da-cupula-dos-povos-na-rio20-2/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

consta na declaração final do encontro¹⁵, a necessidade de articulação visando a potencialização das lutas pela reforma agrária, pela defesa da agricultura familiar agroecológica, contra as mazelas sociais e ambientais do agronegócio etc. – um marco histórico nacional na luta pela “terra” e por “território”, como tematiza o próprio encontro. A declaração reafirma “[...] a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio” (DECLARAÇÃO ENCONTRO UNITÁRIO, 2012).



A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida (DECLARAÇÃO ENCONTRO UNITÁRIO, 2012).

Figura 14: Arte do Encontro Unitário (Brasília, de 20 a 22 de agosto de 2012).

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: produto do avanço das discussões e mobilizações em prol de agriculturas orgânica e agroecológica, recentemente, em 20 de agosto de 2012, instituiu-se no Brasil, via decreto presidencial nº 7.794, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica¹⁶ (PNAPO). A PNAPO integra vários ministérios e é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seu artigo 1º consta:

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

¹⁵ Disponível em: <<http://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

¹⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

Congresso Brasileiro de Agroecologia: em sua sétima edição, desde 2003 (Porto Alegre) o CBA tem buscado aproximar a teoria e a prática agroecológicas. Oportuniza o diálogo entre academia, agricultores, movimentos sociais e ONGs, através do intercâmbio de conhecimentos, de experiências e promove deliberações e orientações



Figura 15: Arte do VII CBA (Fortaleza, 2011).

para a ação e a construção do conhecimento sob o enfoque agroecológico.

Rede Ecovida de Agroecologia¹⁷: desde 2010 credenciada oficialmente pelo MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) como OPAC (Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade), a Associação Ecovida ou Rede Ecovida de Agroecologia, formatada e difundida por agricultores e organizações populares do Sul do Brasil em resistência aos processos de certificação por auditoria suscitada pelas transnacionais dos orgânicos (IMO-Control, GEBANA etc.), desde a década de 1990 articula em rede ONGs (ASSESOAR, CAPA e CETAP, por exemplo) e Associações de Produtores e de Consumidores, em processos pedagógicos, formativos e organizativos, na efetivação da avaliação participativa da conformidade orgânica dos produtos de seus associados.



Figura 16: Logotipo selo Ecovida.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): oficializada com a lei 12.029, de setembro de 2009, a criação da UFFS é marcada pela mobilização dos movimentos sociais e organizações populares do Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul pela demanda de uma universidade pública, federal e popular que atuasse, com o tripé ensino, pesquisa e extensão, na produção de conhecimentos crítico-operativos mirando, consoante consta no próprio Projeto Político Institucional da universidade (PPI¹⁸), edificar “[...] dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e



Figura 17: Logotipo UFFS.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em: 29 de Outubro de 2012.

¹⁸ Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825>. Acesso em: 29 de outubro de 2012.

da cidade”; ter como vetor “[...] a agricultura familiar na estruturação e dinamização do processo de desenvolvimento”; e que “[...] tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente”. Com base nesses pressupostos político-institucionais a agroecologia tem se apresentado como uma importante diretriz para essas ações, presente na formatação de currículos diferenciados, como por exemplo, nos cursos de “Agronomia com Ênfase em Agroecologia”, “Engenharia Ambiental e Energias Renováveis” e “Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo”.

Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida¹⁹: por fim, citamos a referida campanha, lançada no início de 2011, como importante espaço de denúncia, debate, articulação e proposição, tendo por mote o modelo agrário/agrícola brasileiro líder mundial na utilização de agrotóxicos. Dessa forma, mais de 30 entidades da sociedade civil brasileira, movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, estudantes, organizações ligadas à área da saúde e grupos de



Figura 18: Logotipo Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

pesquisadores congregam a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. A campanha está assentada sob dois eixos principais: 1) em tom de denúncia, publicizar as críticas ao agronegócio: a falta de fiscalização no uso, consumo e venda de agrotóxicos, e a contaminação dos solos e das águas e os impactos dos venenos na saúde dos trabalhadores, das comunidades rurais e dos consumidores nas cidades; e 2) em sentido propositivo, ampliar o debate sobre a construção de outro modelo agrícola, baseado na agricultura camponesa e agroecológica.

Cooperafloresta: criada em 1996 a partir da organização de famílias agricultoras quilombolas visando superar situações de pobreza no Vale do Ribeira, atualmente é formada por aproximadamente 110 famílias organizadas em 22 grupos, envolvendo 322 pessoas nos municípios de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis e Bocaiúva do Sul/PR.



Figura 19: Logotipo Cooperafloresta

¹⁹ Disponível em: <<http://www.contraosagrototoxicos.org/>>. Acesso em: 29 de Outubro de 2012.

“Através da agrofloresta, resgatamos e reconhecemos o valor de nossos conhecimentos e sentimentos sobre a natureza e seu funcionamento. Passamos a entender melhor o grande valor das pessoas e da natureza de nossa região, o Vale do Ribeira, aonde caiçaras, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais, convivem em uma relação muito íntima, com o maior pedaço contínuo de Floresta Atlântica que ainda resta no mundo [...]” (COOPERAFORESTA, 2014²⁰).

Passamos também, a participar de grandes movimentos onde nos **irmanamos** com crescente quantidade de pessoas que comungam destes mesmos ideais, como acontece na **Rede Ecovida de Agroecologia**²¹, onde estamos unidos com mais de 3 mil famílias agricultoras ecologistas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (COOPERAFORESTA, 2014, grifo nosso).

Conforme seu Estatuto, a Cooperafloresta objetiva fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento de uma consciência ambiental, visando à construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social mediante alternativas de produção e renda para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para tal, a Cooperafloresta se propõe a facilitar os processos de organização, formação e capacitação das famílias agroflorestais, planejamento dos SAFs, além do beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção (COOPERAFORESTA, 2004 *apud* STEENBOCK *et al*, 2013, p. 17).

Como podemos observar nessas manifestações mais recentes sobre o estado de arte do movimento agroecológico (sobretudo brasileiro), rapidamente ponderados, o projeto ecológico camponês expande-se em amplitude, concatenação, inventividade e em complexidade – não obstante, as importantes diferenças político-ideológicas e os limites práticos da ação dessas organizações, movimentos e articulações.

Apontamentos metodológicos e objetivos da pesquisa

Nesse contexto anteriormente descrito, nossa premissa é apreender a participação da agroecologia na estruturação do que denominamos projeto ecológico camponês, entendendo-a enquanto importante fenômeno no processo de ativação das territorialidades, dotando homens e mulheres do campo de maior autonomia relativa ao capital, transformando atores em sujeitos, terra em território.

²⁰ Disponível em: <<http://cooperafloresta1.hospedagemdesites.ws/agroflorestar/cooperafloresta.php>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2014.

²¹ Compõem o núcleo Agroflorestal da Rede Ecovida de Agroecologia, conforme mapa 02, capítulo 03.

O objetivo geral visa compreender a origem e a dinâmica atual do movimento agroecológico em Francisco Beltrão/PR, através da organização produtiva das famílias e da mediação de diversos sujeitos na constituição de territorialidades-rede, elaborando uma leitura do desenvolvimento que toma como referência o sistema territorial. Argumentamos, doravante, que a abordagem territorial em geografia nos oferece subsídios crítico-reflexivos e operativos, a visualização, projeção e potencialização do desenvolvimento territorial com base nas práticas agroecológicas.

Para atender ao conjunto de questões suscitadas, os objetivos específicos da pesquisa foram divididos em cinco eixos: 1) estudar os fatores que contribuíram para a gênese das experiências agroecológicas em Francisco Beltrão; 2) identificar os principais elementos constituintes da questão agrária em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense, com vistas à territorialização e às características atuais do agronegócio, assim como, as facetas da conflitualidade entre agricultura familiar agroecológica e o modelo hegemônico de agricultura e desenvolvimento rural local/regional; 3) entender a estruturação do sistema local territorial agroecológico e a construção das territorialidades-rede (sujeitos, instituições públicas, sindicatos, ONGs etc.); 4) evidenciar aspectos da dinâmica produtiva das famílias agroecológicas de Francisco Beltrão (mapeamento dos produtores, histórico da conversão agroecológica de famílias selecionadas, tipos de produtos produzidos, características da produção, tecnologias ecológicas utilizadas, relação e usos dos recursos naturais, dinâmica econômica das unidades de produção, comercialização dos produtos etc.); e 5) sistematizar as distintas leituras do desenvolvimento e da questão agrária pela rede local de sujeitos e suas propostas para o incremento da agroecologia.

A empiria da presente pesquisa baseia-se, como assinalado, no estudo das experiências produtivas e da organização política de doze famílias que integram a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná. Esses sujeitos, ao passo que resistem à expropriação e a “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 2001), estruturam com inventividade e tenacidade um “sistema local territorial” (DEMATTEIS, 2008) próprio (acessando e edificando redes, construindo organizações, estimulando a reciprocidade, a proteção ambiental etc.), apropriando-se, com maior grau de autonomia dos recursos locais e do produto de seus trabalhos.

As experiências agroecológicas locais, com maior ou menor intensidade, articulam-se, constituindo redes, que acessam outras redes (e assim sucessivamente) e contribuem para encorpar o projeto ecológico camponês. Nessas circunstâncias, pensar o desenvolvimento local significa entendê-lo para além dos localismos. Para tanto, percorremos elementos teórico-metodológicos da ideia de desenvolvimento territorial, estudando a agroecologia a partir de seu arranjo local, enquanto sistema local territorial articulado reticularmente.

Dessa forma, nosso estudo foca-se na apreensão do fenômeno agroecológico a partir do sistema local territorial de Francisco Beltrão (Mapa 1) em virtude: 1) da trajetória da ONG ASSESOAR (no município e na mesorregião Sudoeste paranaense), construída ao longo de seus mais de 40 anos de trabalho em defesa de formas inclusivas e estratégias populares de desenvolvimento rural e sua inserção, junto com a ONG CAPA-Verê, na proposta de certificação participativa via Rede Ecovida de Agroecologia; 2) das importantes experiências agroecológicas consolidadas e trajetórias de resistência de famílias camponesas em direção à transição agroecológica; e, por fim, 3) da estratégia popular, como surgem e se estruturam as redes no território, entre sujeitos e organizações para o fortalecimento da agroecologia a partir da escala local, formando territorialidades-rede e encorpendo o projeto ecológico camponês.

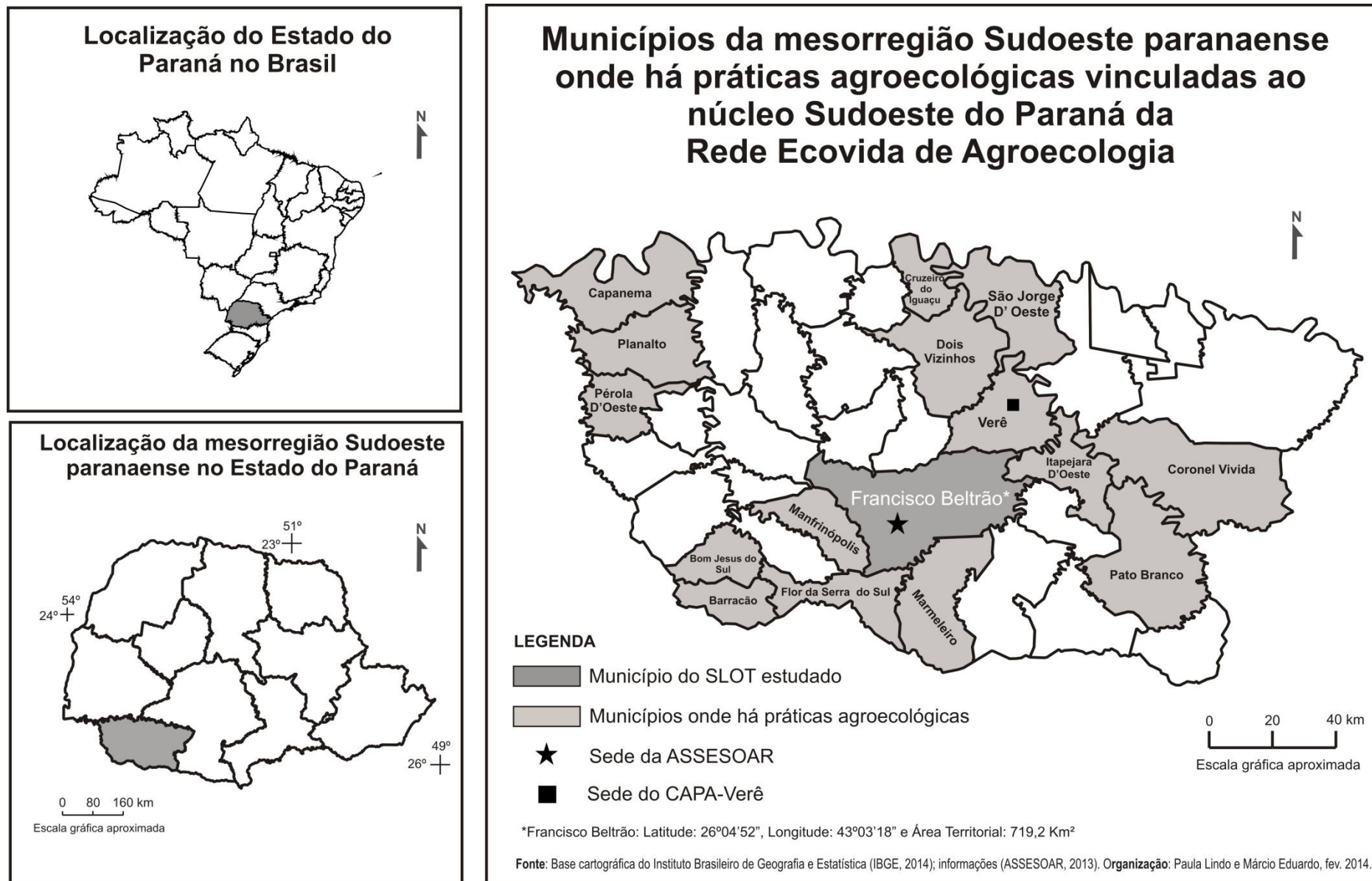
Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram definidos tomando como base:

1. Revisão bibliográfica sobre os temas geradores: agroecologia, questão agrária, campesinato e desenvolvimento territorial, em “diálogo” com a Geografia Agrária, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e a abordagem territorial crítico-relacional.
2. Sistematização e análise de dados secundários no IBGE, no IPARDES, na EMATER-PR e nas organizações que atuam diretamente com agroecologia (ASSESOAR, CAPA, Rede Ecovida e Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão/PR), percorrendo evidências das implicações decorrentes do processo de modernização da agricultura, da consolidação do agronegócio e territorialização das experiências agroecológicas local e mesorregionalmente. Para tanto, baseamo-nos em dados e informações das últimas três décadas sobre: a dinâmica da estrutura fundiária; a evolução das populações rurais e urbanas; as principais características produtivas da economia rural; e a situação das experiências agroecológicas

(evolução, características econômicas e da organização política, dificuldades, projetos e propostas).

3. Coleta, tratamento, organização e análise de dados e informações primárias: conforme relatório da ASSESOAR, existiam, em 2010, um total de doze famílias agroecológicas organizadas pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, das quais onze possuíam certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia. Contemplamos no universo de análise a totalidade das experiências dos sujeitos que integram a referida associação, utilizando-se, como metodologia, de entrevistas (gravadas) subsidiadas por roteiros semidiretivos. Realizamos três etapas de trabalhos de campo (dez e jan/2010; jul/2011 e jan/2012). Valemos-nos, também, da metodologia dos mapas mentais para melhor detalhar aspectos da paisagem e da dinâmica produtiva das unidades de produção de quatro famílias agroecologistas, como consta no capítulo 04.
4. Levantamento de informações sobre o “estado de arte” da agroecologia com técnicos e gestores de organizações governamentais do município; técnicos e lideranças de organizações não governamentais, do sindicato, da cooperativa e da associação de agricultores e que atuam em Francisco Beltrão. Nessa sessão, buscou-se além do “mapeamento” da rede local de sujeitos, identificar suas leituras sobre a perspectiva do conflito e o lugar do agir conflitual (disputa territorial) na esfera das diversas organizações que estabelecem (ou deveriam minimamente estabelecer) conexões com as práticas agroecológicas e as formas de interação interna-externa desses coletivos na formação de territorialidades-rede. Sendo assim, entrevistamos (e transcrevemos as entrevistas) de 01 (um) servidor da EMATER-PR; um (01) dirigente da Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI); um (01) dirigente da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). Na figura de gestor, entrevistamos a Secretária de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão; na condição de lideranças de entidades, um (01) dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); dois (02) técnicos da ASSESOAR; o coordenador do núcleo regional Sudoeste paranaense da Rede Ecovida de Agroecologia; e as doze (12) famílias da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão.

Mapa 1 – Localização do município de Francisco Beltrão, Sudoeste paranaense



Uma mirada pela composição dos capítulos e outras considerações sobre a inscrição do projeto ecológico camponês

No meu entendimento, precisamos pensar uma geografia capaz de se mover em duas direções convergentes e complementares entre si, uma crítico-reflexiva e uma operativa. A primeira consiste em desconstruir as representações do mundo que podemos denominar de não sustentáveis, mostrando – a partir dos mesmos usos distorcidos do conceito de sustentabilidade – como essas são o fundamento e a justificativa de práticas injustas e destrutivas. A segunda, deve contribuir para o nascimento e difusão de novas representações baseadas no reconhecimento e valorização das potencialidades desprezadas em cada território e em cada sociedade local (DEMATTEIS, 2007, p. 10).

A virada do milênio demarcou o aumento da visibilidade e a ampliação, diversificação, articulação e intensificação das lutas sociais no campo brasileiro e latino-americano: luta pela terra, pela água, pelas florestas, pela democracia, pelos direitos humanos, pelos direitos dos povos originários, pelo reconhecimento e superação da opressão de gênero, pela educação do campo, pelas identidades territoriais, pela alimentação saudável, por uma técnica com fisionomia humana, contra situações análogas ao trabalho escravo, o desemprego e a precarização do trabalho, pela economia popular e solidária, contra a mundialização do *american way of life*. Em uma frase, o descortinar do novo milênio projetou com força as reações dos sujeitos sociais em múltiplas dimensões e escalas do agir humano contra a matriz de racionalidade moderno-colonial assentada no globalocentrismo econômico, na opressão e na espoliação dos recursos naturais. Os camponeses tiveram uma grande contribuição nesse processo, reafirmando a atualidade da questão agrária e desnudando a incoerência histórica das teses fatalísticas anticamponesas, liberais ou marxistas. Consoante sustenta Massimo Quaini, em “Geografia: pensamento impensado”,

[...] um dos maiores limites da análise marxista foi, não tanto aquele de não ter considerado os problemas do território ou o que mais tarde chamamos de “questão ambiental”, mas o de ter considerado muito cedo a superação pela história e pela modernidade capitalista dos saberes e práticas camponesas, o de ter negado a complexidade social, cultural e também geográfico-territorial de um mundo e de paisagens geográficas e sociais que a concepção urbanocêntrica do progresso civil e econômico havia facilmente condenado (QUAINI, 2011, p. 14).

O século XXI aponta para um contexto de agregação de novos conteúdos e complexificação da pretérita questão agrária e o território tem se colocado como central

nesse movimento de renovação dos movimentos autonomistas, emancipatórios, “socioterritoriais” (FERNANDES, 2008) e da teoria social engajada.

Do ponto de vista dos camponeses que praticam agroecologia, a referência ao território, ou seja, às ações de territorialização e aos códigos de territorialidades que (re)animam as distintas realidades espaço-temporais, baseia-se na consciência e valorização da geograficidade do mundo como trunfo e potência para a construção de outros desenvolvimentos, baseados na reconexão (sociedade-natureza; indivíduo-sociedade; campo-cidade; produção-circulação-comercialização etc.), no estímulo às horizontalidades e na preservação e incremento ecológicos. O conceito de território aproxima-se da práxis desses sujeitos por dialogar com seus referenciais cotidianos e pensar o desenvolvimento tomando como base o lugar e suas práticas edificadoras do que chamamos, metaforicamente, de territórios de vida, entendido, grosso modo, como sistemas de poder que projetam relações espacialmente fundadas e estimulam a ampliação da vida social e da vida imanente à natureza exterior ao homem.

Do ponto de vista político e teórico-conceitual, há uma disputa em curso pelo “território”. As concepções tradicionais que o apreendem, unilateralmente, enquanto sinônimo de área, ou seja, atrelado irrevogavelmente à ideia de espaço de governança, de limite político-administrativo de hegemonia do Estado territorial, uma concepção extensionista, assentada no paradigma cartográfico, da grande interação (QUAINI, 2011) e não menos fetichizada do território, têm cedido lugar a diversas e criativas formas de compreendê-lo e pensá-lo teórica e politicamente, desde as organizações sociais até a academia.

Referindo-se ao paradigma essencialmente cartográfico (visão panorâmica, imensa correlação da realidade social etc.) dos pressupostos da referida geografia científica, enquanto conhecimento normatizado útil ao planejamento e a intervenção (no nível escalar da ação soberana do Estado-nação, por exemplo), Quaini (2011) destaca as perdas dessa transição (no decurso da sistematização científica dos saberes geográficos precedentes): o retrocesso de um patrimônio cognitivo geográfico antes fundamentado os lugares, aos quinhões de natureza, a serviço das vivências escalares do homem artesão. Esse prazer de ver o conjunto inibe a individualização necessária interpondo uma distância entre os saberes

produzidos pela territorialidade dos sujeitos comuns e um pensar geográfico ancorado na ideologia da modernidade. Nesse sentido, o autor reitera o “elogio de uma ciência do passado” diante o desafio de uma imprescindível renovação científica colocada ao entendimento e valorização dos lugares que habitamos: não por sua centralidade na rede global, sustenta, mas por seu patrimônio territorial que os caracterizam como únicos e locais.

Esse território, como nos lembra Raffestin (1993), não poderia ser nada mais do que o produto dos sujeitos sociais: são eles que o produzem e efetivam os “processos” territoriais quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Por outro lado, como bem assegura Haesbaert (2005, p. 87): “todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço”.

Dessa forma, a materialidade do território não está na sua percepção e descrição mais banal e superficial, efetivada no século passado através de uma geografia não reflexiva de derivação positivista. Ao contrário, a materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que, ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território (DEMATTEIS, 2007, p. 08).

Os eventos cada vez mais intensos irradiados desde as práticas dos sujeitos do *subsuelo político*, reivindicando seus territórios ao mesmo tempo em que dirigem intencionalidades na construção de resistências e autonomias à monopolização do território pelo capital, desafiam aquela geografia do inventariado espacial, da quantificação simplista e da representação abstrata; esta é submetida a contundentes críticas, desconstruída discursivamente e desnaturalizada enquanto conhecimento eminentemente objetivo e conclusivo, resultando no acirramento de uma importante crise epistemológica.

Mas desses escombros, quais conhecimentos conteriam potencialidades para a construção de uma abordagem geográfica ancorada na afirmação e valorização dos projetos oriundos da “sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2008) e na projeção de modelos plurais de desenvolvimento centrado nessas relações? Muitas, surpreendentemente:

(neo)marxistas, (neo)anarquistas e fenomenológicas; abordagens dialógicas com enfoques multidimensionais e multiescalares, apreendendo as “grafias” feministas, dos povos tradicionais, as expressões geográficas da intersubjetividade etc.

Nesta tese, analisando os processos de ativação de territorialidades por meio das práticas agroecológicas, fenômenos constituintes do que denominamos por projeto ecológico camponês, enveredamos por uma “geografia histórico-crítica-relacional” (SAQUET, 2012), com base na abordagem territorial e no Paradigma da Questão Agrária. Nossas referências substanciais nesse campo são M. Saquet (2003, 2007 e 2011), G. Dematteis (2007 e 2008), C. Raffestin (1993), M. Souza (1996 e 2009), Porto-Gonçalves (1992, 2004 e 2006), Montenegro Gómez (2006 e 2010), A. Oliveira (2001) e B. Fernandes (2005, 2008 e 2009).

Por meio da agroecologia, homens e mulheres organizam-se e põem-se a lutar, territorializam experiências de (re)existências, constroem seus códigos de territorialidade e dão vivacidade aos projetos de contra-hegemonia. Mais que simples atino em relação à dimensão ecológica da produção agrícola, mais que simples conjunto de técnicas para o manejo de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia afirma-se como potência ao desenvolvimento territorial camponês. Isso implica qualificarmos a argumentação perguntando, de qual campo? De qual agricultura? De qual relação social? Isto é, de qual território estamos tratando? Para responder a estas perguntas, realizamos uma leitura da questão agrária tendo por ênfase os elementos estruturantes do modelo de desenvolvimento territorial camponês na perspectiva agroecológica, convergindo para o que estamos chamamos de projeto ecológico camponês. Trata-se de uma abordagem de “geografia humana” na qual o elemento humano aparece como potência, dotado de capacidade criativa, construindo, em suas relações cotidianas, territórios e códigos de territorialidade.

Assim, no transcorrer dos capítulos, no intuito de conceder melhor visibilidade à singularidade do modelo de desenvolvimento territorial pautado na agroecologia, situamos o fenômeno agroecológico pelo viés da “disputa territorial” (FERNANDES, 2008). Estamos trilhando pressupostos teóricos da questão agrária atual que reconhecem a existência de dois modelos de desenvolvimento: o convencional, agroindustrial-urbano-industrial

(incluindo o agronegócio “verde”, orgânico) e o agroecológico; ou seja, o modelo do agronegócio e o ecológico camponês de desenvolvimento. Trata-se de modelos antagônicos que dão corpo a distintos territórios e códigos de territorialidade. Pensar essas relações sociais pela égide “crítico-reflexiva” (DEMATTEIS, 2007) da “disputa territorial” (FERNANDES, 2008) é, em nossa leitura, primordial para a operacionalização de políticas públicas diversificadas que potencializem o desenvolvimento territorial, camponês e agroecológico. A noção de disputa põe em relevo o fato de que o território não é um dado natural, neutro, simples receptáculo dos fenômenos sociais sobre a matéria: é síntese do conflito. Nesse sentido, as políticas públicas pensadas para o agronegócio fortalecem a territorialidade do agronegócio e o mesmo raciocínio aplica-se à agroecologia. A política pública é elemento ativo na definição da territorialidade, logo, é também objeto de disputa.

Em nossa leitura, vivenciamos atualmente um contexto de efervescência da questão agrária. Contraditória, progressiva e cumulativamente o modelo convencional do agronegócio, ao passo que se expande, sinaliza, doravante, seus limites. Expande-se por ser hegemônico (econômico, midiático e técnico), monopolizando recursos e relações, porém, ao se reproduzir ampliadamente, são fortalecidas, igualmente, suas contradições, expondo *stricto sensu* os limites desse modelo de desenvolvimento e *lato sensu*, o “esgotamento da matriz de racionalidade moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006). A tecnociência, há mais de meio século evocada com o afã de “resolver” o impasse produtivo que norteia a questão agrária sob a perspectiva do capital²², já não é unanimidade. A tecnociência, mais do que outrora, carece de um discurso para tornar-se legítima. Discurso este incumbido de dar sobrevida ao modelo do agronegócio, mas que, no entanto, ainda seduz com seu tom de modernidade, de sofisticação, de inevitável evolução do estado de arte do “negócio do agro”.

O projeto ecológico camponês coexiste e é antagônico ao modelo do agronegócio: congrega as múltiplas práticas territoriais socialmente includentes e ecologicamente engajadas estruturadoras de territórios de vida. A agroecologia é uma faceta desse projeto (o qual abordaremos mais detidamente): a educação do campo, o agroartesanato, a

²² No contributo ao processo econômico: reduzindo o preço dos produtos agrícolas, potencializando a homogeneização da produção, obtendo ganhos de produtividade e economia de trabalho com o aumento da densidade técnica e científica de produção.

medicina tradicional, a economia popular, as expressões artísticas, a religiosidade, as cosmovisões, os movimentos *Slow Food* e *bien vivir*, as festas, as redes de cooperação, a produção de conhecimento (na terra e na academia), as instituições criadas entre as comunidades de afinidades (no campo e na cidade), os eventos, as manifestações etc., são, igualmente, constitutivas desse projeto que, apesar de restrito, subalternizado e fragmentado, dota tais sujeitos de maior autonomia relativa e projeta alternativas à sociabilidade do capital. O projeto ecológico camponês, ao trazer à tona as práxis que avançam no processo de reapropriação social da natureza, lança os esteios práticos e imaginativos do que poderíamos vislumbrar como sendo uma “modernidade popular” (CARVALHO, 2010 e 2011).

Nesses termos, o projeto ecológico camponês contém uma dialética que denota a evolução do campesinato e da questão agrária na direção da politização do território e da ecologia simultaneamente.

Muito embora seja óbvio que os respectivos modelos de desenvolvimento não se territorializam em “estado puro” (não se trata, definitivamente, de “dois mundos a parte” – o esgarçamento das distinções cumpre aqui função didática em que a polarização das diferenças fundamentais auxiliam na melhor visualização dos elementos próprios de cada arranjo), em nossa leitura a ideia de desenvolvimento territorial rural pode ser coerentemente concebida sob a premissa desse campo conflitivo de embate (i)material entre projetos, modelos de desenvolvimento. Instituir território por decreto (como o faz o governo brasileiro via políticas interministeriais dos territórios rurais, territórios de identidade e territórios da cidadania) e pensar seu desenvolvimento pela tônica da coesão, da consertação e da proeminência da maximização do PIB (como propõe o RIMISP) é um grave retrocesso teórico-metodológico, político e social.

Essas formas divergentes de apreender o desenvolvimento territorial expressa o conflito e a disputa imaterial entre duas correntes político-epistemológicas do desenvolvimento agrário, definidas por Fernandes (2005) de “Paradigma da Questão Agrária” e “Paradigma do Capitalismo Agrário”. Consoante o autor,

Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste

problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema (FERNANDES, 2005, p. 02-03).

As vertentes teóricas que dialogam com o Paradigma da Questão Agrária²³ têm como elementos centrais de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato, a desigualdade social, a erosão cultural e a devastação ambiental geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, logo, conflitualidade, contradição, mediação política, território, questão ambiental e autonomia são temas recorrentes nessa tradição de estudo da questão agrária.

Já as correntes teóricas filiadas ao Paradigma do Capitalismo Agrário, têm no mercado, na inovação tecnológica, na competitividade e numa concepção linear de evolução do desenvolvimento capitalista no campo, tendo por mote as realidades espaço-temporais dos países europeus ocidentais e dos EUA, seus princípios basilares. A questão agrária é reduzida a premissas técnicas, produtivas e organizacionais do campo. O território figura como dimensão do desenvolvimento e a ideia de conflito é resignificada como luta pela integração ao capital.

Ao projetarmos os paradigmas supracitados na compreensão e estudo do desenvolvimento territorial, teremos visões díspares do fenômeno: uma noção de território-área, peça do planejamento, circuito espacial produtivo/competitivo, estimulador de sinergias econômicas que forjam coesões; outra de *território como projeto*, expressão da ação coletiva pela afirmação de territórios de vida, na luta por autonomias e direitos - é onde se situa o projeto ecológico camponês.

A territorialidade imanente ao projeto ecológico camponês tem sustentáculo na autonomia o que, reiteramos, nada tem a ver com clausura, fechamento com a exterioridade, cerceamento, hermetismo etc. As pautas de luta e as reivindicações desses sujeitos têm construído liames, progressivamente, e se articulado nas diversas escalas, e isso sem negar as especificidades locais.

²³ “O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais”, salienta Fernandes (2005, p. 15).

Shanin (2008) observa que uma importante característica dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar às novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Argumenta que estamos diante de algo novo e excepcional: um campesinato internacional em sua natureza. “E só é possível entendermos como eles vivem e como eles conseguem manter estável a sua subsistência econômica, se conseguirmos entender essa complexidade” (p. 25). Acrescenta:

Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p. 25).

Estamos de comum acordo com Shanin (2008) quando ressalta que, ao invés de procurarmos a todo custo buscar evidências da derrocada do campesinato na história, poderíamos enveredar por caminhos mais promissores para pensar o desenvolvimento territorial, buscando entender no campesinato qualidades como a flexibilidade de sua adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio mútuo, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como “ganhar a vida” e sobreviver às crises.

Cabe ressaltar que o acúmulo de conhecimento e a articulação em torno do modelo de desenvolvimento baseado na agroecologia se efetivam numa conjuntura estratégica de intensificação das ações de contestação do agronegócio, o que é essencial atinarmos para não incorreremos no risco de assistirmos ao “triunfo de uma racionalidade sobre um pensamento desarmado” (SANTOS, 1992). Os grupos contra-hegemônicos progressivamente ecologizam-se; despertam para o fato de que suas perspectivas de desenvolvimento devem pressupor a luta pelo território e sua gestão sustentável. Lutar pela unidade de produção, lutar pelos territórios de vida, coloca os camponeses diante da ecologia, mesmo num panorama a que nos remete O’Connor (2002), o qual

No Sul, muitos governos estão mais que dispostos a vender seus direitos de primogenitura às corporações transnacionais em nome do “desenvolvimento”, sob pressão de grandes dívidas externas, enquanto

grandes massas de camponeses sem terra e pequenos proprietários rurais, e os pobres das cidades, se vêem forçados a saquear e esgotar recursos, a contaminar a água e o ar, respectivamente, tão só para sobreviverem (p. 31, tradução nossa²⁴).

Observamos, outrossim, como demonstraremos no transcorrer da tese, a viabilidade desses “espaços de esperança” projetados por esses “arquitetos rebeldes” (HARVEY, 2004). Lembremo-nos do que apropriadamente salienta Dupas (2006, p. 30-31),

Atender às condições da realidade supõe atender aos espaços de possibilidade. O que realmente existe é apenas um nível de realidade que se sustenta sobre um fundamento de probabilidades. Projetar a probabilidade sobre o real significa modificar a necessária rigidez que se atribui a ele, isto é, trabalhar com a idéia de uma probabilidade entre muitas. Isso significa introduzir a insegura leveza da probabilidade; exige dinamitar seguranças e advertir que a única rigidez possível é a do risco. Como garantir, pois, linhas de continuidade em direções determinadas se o universo é pleno de surpresas, num mundo descontínuo formado de sobressaltos?

A geografia, por seu turno, só muito recentemente tem atentado para esse fenômeno – inclusive as correntes mais engajadas – talvez, pelo caráter triplamente marginalizado intrínsecos a tais experiências, oriundo da fusão entre campesinato, ecologia e autonomia, questões preconceitualizadas historicamente por boa parte da esquerda político-partidária e pelo pensamento crítico ortodoxo de cunho marxista-leninista, como afirma Mitrany (1957).

Praticando agroecologia, doravante, os camponeses e suas organizações desafiam, gradual e cumulativamente, além da “história”, do agronegócio e dos governos subservientes às transnacionais e também a intelectualidade. Isso se deve ao processo contraditório do desenvolvimento capitalista que cria as condições para a reprodução camponesa (OLIVEIRA, 2001). O mesmo movimento do sistema agroalimentar global que induz a padronização da agricultura²⁵ viabiliza, contraditoriamente, a agricultura ecológica, quando, progressivamente, maiores contingentes de consumidores demandam produtos diferenciados, livres de transgênicos e agrotóxicos.

²⁴ “En el Sur, muchos gobiernos están más que dispuestos a vender sus derechos de primogenitura a las corporaciones transnacionales en nombre del “desarrollo”, a menudo bajo la presión de grandes deudas externas, mientras las grandes masas de campesinos sin tierra y de pequeños propietarios rurales, y los pobres de las ciudades, se ven forzados a saquear y agotar recursos y a contaminar el agua y el aire respectivamente, tan sólo para sobrevivir” (p. 31).

²⁵ O que conseqüentemente implica na diminuição da qualidade nutricional e no aumento da toxicidade dos alimentos.

Assim os camponeses inventam os conteúdos de suas ecologias em seus territórios, construindo-os com autenticidade (porém, com grande dificuldade), criando instituições, inserindo-se em redes político-econômicas diversas, recuperando a terra, a biodiversidade, seus patrimônios culturais e construindo seus referenciais de desenvolvimento.

No capítulo 01 versamos sobre esse movimento desde a geografia, atentando para o fato de que a agroecologia não é uma simples e saudosa “volta à natureza”, um retorno idílico às tradições, recuperando o modo de vida camponês. Nossa compreensão da agroecologia enquanto processualidade, movimento dialético, impede, ademais, de tratá-la no plano da “lógica formal” (LEFEBVRE, 1979), congelando-a como pressuposto, assim como seus sujeitos, os camponeses, na condição de sujeitos superados pela história. A agroecologia é vista em sua atualidade, complexificando a questão agrária e as formas de (re)existências de seus protagonistas.

Para a geografia, abre-se um campo fértil para a investigação e intervenção, pois a agroecologia e, de forma geral, o projeto ecológico camponês estruturam-se em sentido espacial forte. As práticas camponesas agroecológicas efetivam-se pela territorialização de seus projetos. São, em síntese, “projeções espaciais de relações de poder”, como argumenta Souza (1996 e 2009), por isso estão sempre em movimento. Logo, esses territórios não se constituem como um dado *a priori*: ao abordá-los, precisamos fazer referência, sempre, às territorialidades que os edificam – não existem limites, escalas ou atores pré-constituídos.

O território, na perspectiva da ativação das territorialidades por meio da agroecologia, como sustentamos no capítulo 02, é produto e condicionante dessas relações sociais, portanto de poder, onde as trabalhadoras e trabalhadores do campo projetam alternativas sustentáveis ao desenvolvimento centrado no globalitarismo, contrapondo, igualmente, aquelas apreensões do território sem sujeitos, que exclui o comportamento autônomo dos agentes.

A potencialidade em pensar o desenvolvimento com base o tripé território-territorialização-territorialidade, pela dinâmica relacional e multidimensional das relações de poder espacialmente constituídas, assim compreendemos, frutifica o conhecimento geográfico desde suas dimensões crítico-reflexiva e operativa, na perspectiva assinalada por Dematteis (2007). As ações/interações sociais territorializam-se, construindo sistemas com

escalas diversas, permeados por relações de poder. Essas dinâmicas, no entanto, podem induzir tanto a dominação como a “autonomia dos lugares” ou mesmo coexistirem, produzindo arenas de conflito como é o caso, em Francisco Beltrão, da disputa territorial entre as lógicas do agronegócio e as práticas agroecológicas.

Deste modo, assenta-se, progressivamente, uma concepção de territorialidade como componente geográfico chave para compreender como a sociedade e o espaço estão intimamente unidos. É esta concepção *relacional* da territorialização que constitui a expressão geográfica do exercício do poder, um poder que se expressa territorialmente e pode ser direcionado ao controle do local ou a sua autonomia (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005, p. 43, grifo no original, tradução nossa).

Na construção das formas passivas de territorialidade, com efeito, os agentes têm seus comportamentos pré-definidos e estão sujeitados a estruturas de controle, baseadas em acordos sinérgicos às expectativas da exterioridade (a exemplo da avicultura moderna integrada e do complexo da soja). Esses agentes não desenvolvem seus projetos e, por isso, não articulam formas de desenvolvimento local/territorial com maior autonomia, como se espera nas formas ativas de territorialidade, expressa nas práticas agroecológicas.

Importa salientar que a territorialidade, consoante Dematteis e Governa (2005), não se configura como o mero resultado do comportamento humano sobre o território, mas tem a ver com o *processo de construção de tal comportamento*: o conjunto de práticas e conhecimentos dos homens em relação à realidade material, a síntese das relações mantidas entre agentes e o território etc. Nesta concepção relacional da territorialidade, por exemplo, o rural, de mero setor da economia (o agrícola ou mesmo “o novo rural”) pode ser entendido, diferentemente, como espaço de construção de vida, de identidades/intersubjetividades e de articulações políticas; a dicotomia campo-cidade dá lugar à construção de uma abordagem calcada nas conexões e nas relações contraditórias urbano-rural, mas sem anular as dinâmicas próprias.

Movendo-se na direção “crítico-reflexiva” podemos desconstruir as dinâmicas territoriais e as leituras do desenvolvimento socialmente excludentes (ou que marginalizam a ação dos “sujeitos locais”) e ambientalmente insustentáveis, bem como os recentes enfoques que reivindicam o território mas sem abordar suficientemente o conflito e o protagonismo de seus sujeitos/sujeitados, por assim dizer, ao próprio curso de um

desenvolvimento de proeminência econômica, projetado para fora, como propõe o enfoque do Desenvolvimento Territorial Rural do RIMISP (analisamos seus principais elementos no capítulo 02).

Em sentido “operativo”, elaborar leituras do desenvolvimento desde o território, isto é, pensar o desenvolvimento pelo avesso, escamoteá-lo, subvertê-lo enquanto ideologia parida no ocidente, tornando-o factível ao convívio entre economia, sujeitos sociais, lugares e identidades, conduz-nos a refletir sobre uma geografia das possibilidades, dos arranjos prováveis e potenciais. Nessa leitura, o atrelamento do território aos projetos de desenvolvimento tem por pressuposto a afirmação das territorialidades, a luta pela apropriação social dos recursos locais diversos (ecológicos, simbólicos, históricos, cognitivos etc.), a reivindicação das identidades, dos modos de vida dos sujeitos e das próprias expectativas do vir a ser desses territórios de vida: apreensão diametralmente oposta às concepções do desenvolvimento territorial enquanto inventariado dos recursos territorializados e potencialmente intercambiáveis no circuito econômico global.

Em sentido operativo propõe-se com essa abordagem visualizar uma série de indícios (atitudes, arranjos entre atores territoriais, experiências exitosas etc.) e de pré-condições objetivas e subjetivas, que, sob determinadas mediações, oportunos estímulos e ações de governança, façam possíveis ou prováveis a construção de um sistema territorial capaz de contribuir autonomamente com os objetivos de desenvolvimento (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005).

No capítulo 03, ressaltaremos o processo de formação territorial do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão, denotando os aspectos sobressalientes do processo de territorialização do agronegócio local e mesorregionalmente, bem como, os fatores que incidiram na evolução da agricultura agroecológica e de suas instituições de apoio, sinalizando a conflitualidade imanente à disputa territorial entre projetos de desenvolvimento territoriais divergentes. Procuraremos situar a rede local de sujeitos que integram o sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, identificando suas leituras sobre a perspectiva do conflito e o lugar do agir conflitual na esfera das diversas organizações que estabelecem interlocução com a agroecologia, assim como, apreender o processo de construção de interações na formação de territorialidades-rede.

Ao longo do capítulo 04, evidenciaremos aspectos da dinâmica produtiva e da organização política das famílias agroecológicas de Francisco Beltrão, enfatizando a conflitualidade e as formas de construção de autonomias relativas ao capital nos processos de transição agroecológicas de quatro famílias, cada qual com características peculiares; abordaremos, também, em sentido mais geral, as distintas características produtivas, as tecnologias ecológicas utilizadas, as formas de uso e apropriação dos recursos naturais, a dinâmica de comercialização, o processo de certificação participativa, a relação com as políticas públicas, a organicidade política entre os produtores e as organizações populares: caracterizaremos, em suma, a dinâmica E-P-C-N do respectivo sistema local territorial. Por fim, trataremos de sistematizar as propostas desse coletivo para tentar subsidiar o avanço das políticas de fomento agroecológicas.

Ainda no capítulo 04 exploraremos o potencial da metodologia dos mapas mentais intencionando otimizar a análise das peculiaridades com que se estruturam essas “paisagens da confusão” agroecológicas, a fim de demonstrar a ordem na aparente desordem. Para tanto, solicitamos aos entrevistados que representassem, numa folha de papel A4 os elementos centrais de suas unidades de produção (principais culturas produzidas, áreas de mata e pastagens, estradas, cursos d’água e benfeitorias). Pretendemos por meio desta metodologia, destacar a diversidade como elemento fundante da organização territorial das unidades camponesas agroecológicas. Associados aos mapas mentais utilizamos outros recursos, tais como: dados coletados em campo, fotografias e fragmentos de entrevistas. Percebe-se que o tempo lento imprime uma grafia espacial com características singulares; uma grafia que possui uma racionalidade. O desafio inscreve-se na elaboração de materiais cartográficos que permitam uma compreensão mais rica dessa territorialidade e que instrumentalize a ação da resistência e permita questionamentos.

À luz do estudo empírico e das questões analisadas nos quatro capítulos, traçaremos, em âmbito das considerações finais, paralelos entre os sentidos da (re)criação camponesa pela via agroecológica e a evolução da questão agrária com a construção do projeto ecológico camponês, defendendo a tese de que a agroecologia, enquanto fenômeno contra-hegemônico, mais que simples atino a dimensão ecológica da produção agrícola, mais que simples conjunto de técnicas para o manejo de agroecossistemas sustentáveis, afirma-se como potência ao desenvolvimento territorial camponês ao propiciar possibilidades de

ativação das territorialidades que, articuladas em rede, promove a reapropriação social da natureza e o aumento da autonomia relativa ao capital pelos trabalhadores do campo.

A pesquisa, em síntese, situa-se sob a tensão oriunda da complexa tarefa de pensar o fenômeno agroecológico e o desenvolvimento territorial movendo-se em sentido crítico-reflexivo e operativo: quais dinâmicas territoriais, geradoras de subjetividades, ao objetivarem-se no espaço rural, induzem à opressão, à competitividade, à espoliação ecológica e à exclusão? Como estão organizadas espacialmente? Quais dinâmicas projetam dinâmicas territoriais diferenciadas desses pressupostos? E, operativamente, como, pela abordagem territorial, podemos dialogar com os sujeitos, gestores e organizações populares e auxiliá-los na potencialização do desenvolvimento dessas práticas – construindo entendimentos coletivos sobre os próprios sentidos do desenvolvimento e do território, considerando, ademais, o conflito como intrínseco, desafiando o falso consenso e o pensamento fácil, e, as “confortáveis” e “seguras” vias que tradicionalmente conduzem ao “desenvolvimento”: conhecidas, geo-referenciadas e já pavimentadas?

CAPÍTULO I

AGROECOLOGIA: UMA VOLTA À NATUREZA?

“Reconectando o que fora desconectado”

Com as questões levantadas neste capítulo, objetivamos: 1) apresentar um panorama sucinto acerca da construção da agroecologia “moderna”, isto é, ao longo do século XX, dando destaque aos principais fatos que marcaram sua estruturação na direção do conhecimento acadêmico (a qual tomou como base, obviamente, as próprias estratégias ecológicas desenvolvidas por camponeses e diversos grupos na reprodução dos modos de vida); 2) traçar uma correlação sucinta com a evolução do pensamento geográfico brasileiro no período, especialmente no que tange às pesquisas sobre a questão agrária, no intuito de identificar o movimento de construção de uma abordagem integrada em geografia que sinalizou possibilidades de interfaces entre o estudo do campesinato e da temática ambiental; feito isso, 3) procuramos delinear elementos para uma abordagem em geografia, desde a perspectiva do Paradigma da Questão Agrária, que apreenda o lugar da agroecologia como estratégia implementada por um campesinato em movimento, cujo projeto, calcado na disputa territorial, visa a enfrentar as estreitezas impostas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio à própria reprodução da condição camponesa.

Ao longo da pesquisa empreendemos esforços na tentativa de desconstruir certos preconceitos em se tratando do fenômeno agroecológico, tais como: trata-se de uma ciência ou de “simples” senso comum? É moderna ou retrógrada? Trata-se de um modelo de desenvolvimento em rede ou de práticas agropecuárias antiquadas fadadas a endemismos? Erige-se como movimento territorial (econômico, cultural, político-ideológico e ambiental), subsidiando a construção de *territorialidades ativas* (DEMATTEIS, 2008), diferenciadas em relação às do agronegócio ou seus pressupostos repousam no conservadorismo, limitando-se a mero conjunto de conhecimentos (práticas e tecnologias) que visa ao manejo equilibrado dos agroecossistemas, harmonizando-se com a matriz ideológica do discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável? A partir da tentativa de responder a essas questões tentaremos delinear um quadro teórico-conceitual de entendimento sobre o fenômeno agroecológico contemporâneo, com o intuito posterior (nos capítulos subsequentes) de analisarmos sua potência para o desenvolvimento territorial camponês, apreendido a partir do sistema local territorial de Francisco Beltrão.

Todo conceito e noção utilizados, repetida e exaustivamente, correm o risco de tornarem-se banais, cair na abstração, virar metáfora e perder o ímpeto de seu conteúdo explicativo, por mais louvável que sejam as intenções em torno de suas finalidades: sustentabilidade, desenvolvimento, território e agroecologia são exemplos dessa natureza. A presente tese entrará nessa seara. É importante esclarecer que não objetivamos com nossa leitura sobre esses temas atribuir-lhes conteúdos definitivos. A intenção é subsidiar o debate necessário para o avanço do entendimento da complexidade dos fenômenos.

A complexidade inerente ao real e suas múltiplas percepções coloca-nos diante da necessidade de situar o marco teórico que nos possibilitará apreender o “objeto” de análise em questão. O termo “objeto” está em aspas por não comungarmos de determinados posicionamentos que colocam o pesquisador num patamar superior do processo cognitivo sob uma forte tendência científica pautada na relação sujeito/pesquisador/ativo e objeto/fenômeno apreendido/passivo. A hierarquia aqui cede espaço para o diálogo. Logo, primamos pela relação sujeito-sujeito: sujeitos sociais e suas territorialidades em relação dialógica com sujeitos sociais que teorizam sobre tais manifestações.

1.1 Agroecologia: um esforço de periodização e conceitualização

Realmente, enquanto até a última guerra a nossa civilização ocidental, em seu exagêro de economismo, quase esquecera o homem e seus problemas, preocupando-se morbidamente em conquistar pela técnica tôdas as fôrças naturais, pondo todo o seu interêsse nos problemas de exploração econômica e de produção de riquezas (CASTRO, 1959 [1946], p. 28).

A agroecologia tornou-se tema corrente nas teorias agrárias, com desdobramentos na produção de conhecimento em universidades, em centros técnicos, junto a movimentos sociais nas lutas reivindicatórias por políticas públicas e soberania sobre seus territórios, em meio a apostas de *marketing* de empresas certificadoras transnacionais, para citar alguns exemplos da abrangência de atores sintagmáticos e territórios (i)materiais que se vinculam ao “agroecologismo”. A agroecologia tornou-se tema da moda, por vezes soando desvinculada dos aspectos sistêmicos mais gerais de evolução e acirramento da luta de classes inerente à questão agrária e aos movimentos de cunho ecológico.

Existe uma literatura relativamente vasta sobre agroecologia com distintos enfoques, como a da agronomia, da ecologia, da sociologia, da antropologia, da economia entres

outros domínios científicos do conhecimento, com distintas possibilidades de apreensão. Como veremos, só mais recentemente é que a geografia vem se inserindo nesse debate.

Gliessman (2000), autor clássico nos estudos em agroecologia, assinala que as duas ciências das quais a agroecologia derivou foram a ecologia e a agronomia: “A ecologia ocupou-se principalmente do estudo de sistemas naturais, enquanto a agronomia tratou da aplicação de métodos de investigação científica à prática da agricultura” (p. 55). Dessa relação tensa e conflituosa originaram-se as bases fundantes do estatuto científico da agroecologia. Conflituosa, pois, enquanto a ecologia fundamenta seus estudos no enfoque dos sistemas naturais, a agronomia, historicamente, evoluiu buscando aplicar conhecimentos tecnocientíficos ao manejo da agropecuária. A distância prostrada diante dessas duas ciências é compreensível: a ecologia trabalha com o desvendamento de dinâmicas e ritmos da natureza enquanto a agronomia, de maneira geral, tem por objetivo produzir conhecimentos sobre a dinâmica agropecuária centrados no imperativo da reprodução ampliada do capital.

O final da década de 1920, com o desenvolvimento da ecologia de cultivos marca os primeiros cruzamentos férteis entre a ecologia e a agronomia. O termo agroecologia é proposto pelos ecologistas na década de 1930, designado como “ecologia aplicada à agricultura” (GLIESSMAN, 2000). Porém, os acontecimentos levados a cabo com a ideologia do desenvolvimento, no pós-Segunda Guerra Mundial, levará ao enfraquecimento dessa relação: a ecologia adquiriu *status* nos bancos acadêmicos de ciência pura, aplicada, madura para uma reestruturação nas diretrizes da metodologia positivista²⁶, enquanto a agronomia se tornou progressivamente orientada a fornecer resultados ao padrão de acumulação centrado na tecnologia da modernização, inaugurada pela propalada Revolução Verde. Essa

²⁶ “Um dado conjunto é apenas a soma de organismos individuais, ou expressa uma identidade mais elevada? Até a Segunda Guerra Mundial, esta última concepção era claramente dominante: sociedades vegetais/animais eram vistas como superorganismos que evoluíam ativamente adaptando-se ao meio. Ao optar pelo organicismo – o postulado de que o todo é superior às suas partes e uma entidade no seu próprio direito – os ecologistas foram capazes de estabelecer firmemente o objetivo de sua ciência. Essa atitude anti-reducionista foi demolida após a Guerra quando prevaleceram novamente as concepções mecanicistas de ciência no meio acadêmico. A ecologia estava madura para uma reestruturação nas diretrizes da metodologia positivista; como qualquer outra ciência, esperava-se que produzisse postulados causais que são empiricamente testáveis e relevantes como prognóstico” (SACHS, 2000, p. 123).

transição epistemológica, na visão de Hecht (1989), substituiu uma visão orgânica e viva da natureza por uma visão mais mecânica²⁷ (voltaremos adiante ao tema).

O acúmulo teórico com base no conceito de ecossistema, deflagrou, no final da década de 1950, conforme Gliessman (2000), a renovação do interesse pela ecologia de cultivos, denominada também por ecologia agrícola. “O conceito de ecossistema forneceu, pela primeira vez, uma estrutura básica geral para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica [...]” (p. 55). Esse movimento assinalou, nas décadas de 1960 e 1970 a retomada pelo interesse em aplicar a ecologia à agricultura, notadamente, com a intensificação da pesquisa de ecologia de população e de comunidades e a influência crescente de abordagens em nível de sistemas. Como produto, na década de 1970, emerge o conceito de agroecossistema, definido por Gliessman (2000) como “[...] local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema” (p. 61). O conceito de agroecossistema, salienta o autor, proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção, e as interconexões entre partes que os compõe. Conceitua a agroecologia como “[...] ciência da aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (p. 54).

No coração da agroecologia, há a idéia de que os campos de culturas são ecossistemas nos quais os processos ecológicos encontrados nas outras formações de vegetações – como ciclos de nutrientes, interações predador/presa, competição, comensalismo e sucessões ecológicas – também ocorrem. A agroecologia enfoca as relações ecológicas no campo e o seu objetivo é iluminar a forma, a dinâmica e a função destas relações. Em alguns trabalhos agroecológicos está implícita a idéia de que através da compreensão destes processos e relações, os agroecossistemas podem ser manipulados para produzir melhor, com menos impactos negativos ambientais e sociais, mais sustentabilidade e menos insumos externos. Conseqüentemente, um certo número de pesquisadores das ciências agrícolas e campos afins começaram a ver o campo de culturas como um tipo particular de ecossistema – um agroecossistema – e a formalizar a

²⁷ “Cada vez mais, esta tendência enfatizava uma linguagem científica, uma maneira de se referir ao naturalismo que rejeitavam outras formas de conhecimento científico como superstição. Na verdade, na época de Condorcet e Comte, a ascensão da ciência estava ligada ao triunfo da razão sobre a superstição. Esta posição, ao lado de uma visão depreciativa das habilidades do homem rural e da população colonizada, em particular, obscureceram ainda mais a riqueza de muitos sistemas de conhecimentos rurais cujo conteúdo era expresso de forma discursiva e simbólica. Por não compreenderem o contexto ecológico, a complexidade espacial da forma de cultivo da agricultura não-formalizada era frequentemente rechaçada como desordem” (HECHT, 1989, p. 27).

análise do conjunto de processos e interações dos sistemas das culturas (HECHT, 1989, p. 28).

A eclosão e o avanço em escala internacional dos movimentos ambientalistas, na década de 1960 e, principalmente, nos anos 1970, exerceu influência na estruturação do movimento agroecológico, fortalecendo-o teórica e politicamente através do incremento da abordagem e a inserção no debate intercontinental via ONGs, movimentos sociais, associações de consumidores etc., de temas associados, por exemplo, à contaminação dos alimentos e dos recursos hídricos pela intensificação do uso de agroquímicos, dentre outros limites ambientais vinculados ao projeto de extensão planetária do modelo de desenvolvimento propugnado como plataforma pelo ocidente no pós-Segunda Guerra Mundial.

Loureiro (2006), cita como fatos que marcaram a crítica ao modelo de produção hegemônico pelo movimento ambiental²⁸, na década de 1960, a descoberta dos efeitos nocivos dos pesticidas e inseticidas químicos, denunciados pela bióloga estadunidense Rachel Carson em seu notório livro “Primavera Silenciosa”, publicado em 1962, e a morte e incapacitação de várias pessoas por contato com mercúrio, no acidente de Minamata, Japão, e o início da crise do petróleo. Destaca, igualmente no período, a ascensão do neomalthusianismo, fazendo referência à obra de Paul Ehrlich “The Population Bomb”, publicada em 1968. Nos anos setenta, observa Loureiro (2006), a crítica se ampliou com análises mais detalhadas sobre o sentido da existência humana no planeta e seus impactos, e de sua fragilidade enquanto ser biológico. Podemos elencar também a obra “Limits to Growth”, demandada pelo Clube de Roma e publicada em 1972, apontando problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade em áreas estratégicas como poluição, energia, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. A década de 1970 contou ainda com a realização da primeira edição da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, a qual marcou em definitivo a pauta do “meio ambiente” na agenda internacional. Dois anos mais tarde, em 1974, ocorreu o primeiro Congresso Internacional de Ecologia, quando um grupo de trabalho, segundo Gliessman (2000), desenvolveu um relatório intitulado “Análise de Agroecossistemas”.

²⁸ Loureiro (2006), Porto-Gonçalves (2001) e Sachs (2000).

A partir dos anos 1960, assinala Sachs (2000), a ecologia deixou as faculdades de biologia nas universidades e “migrou” para a consciência coletiva. “O termo científico transformou-se numa percepção de mundo²⁹” (p. 124). Visão de mundo que assinalou o surgimento e a inserção de diversas ONGs e movimentos sociais na arena da questão ambiental (são exemplos, no Sul do Brasil, as ONGs ASSESOAR, CETAP e CAPA, nas décadas de 1960 e 1970, como trataremos no capítulo 03). Por outro lado, salienta Sachs (2000), os ecologistas acadêmicos viram com espanto suas teorias se transformarem num arsenal para *slogans* políticos, bem como ascenderem a princípios de alguma filosofia pós-industrial. Naquele contexto, dadas as novas condições do *sistema mundo*, a crítica ao modo de produção capitalista e à agricultura convencional em suas diversas manifestações consistia, em grande medida, numa confusa mescla de naturalismo (o retorno à natureza, dando margem à misantropia), tecnicismo (o apelo à ciência e às soluções técnicas da degradação) e romantismo (a reminiscência da vida no campo em seu tempo “genuinamente ecológico”), tendências já criticadas nas décadas de 1960 e 1970 pelo pensador libertário Murray Bookchin: precursor e principal expoente da Ecologia Social. Bookchin ainda tratou, pioneiramente, do problema da contaminação dos alimentos por agrotóxicos em seu livro “Our Synthetic Environment”, publicado em 1962 sob o pseudônimo de Lewis Herber, conforme Cavalcanti (2010). Embora pioneiro, o debate ecológico por dentro da corrente neoanarquista³⁰ ficou marginalizado nas décadas posteriores, entremeio a um antihumanismo misantrópico e uma crença deliberada na capacidade de soluções técnicas para a gestão científica e racional da natureza (BOOKCHIN, 2010).

Até recentemente, as tentativas de resolver contradições criadas pela urbanização, centralização, crescimento burocrático e estatização eram vistas como contrárias ao progresso e até reacionárias. O anarquista era olhado como um visionário cheio de nostalgia de uma aldeia camponesa ou

²⁹ Percepção de mundo, perfeitamente observada por Sachs (2000), que vai pavimentar o casamento entre o desejo do desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente materializado na ideologia do “desenvolvimento sustentável”, expressa no Relatório Brundtland de 1987: não há desenvolvimento sem sustentabilidade e não há sustentabilidade sem desenvolvimento. Os *pobres do mundo* subdesenvolvido, até então dissociados da ideia de degradação ambiental, esta atribuída ao impacto do homem industrial, rapidamente foram identificados como agentes de destruição e tornaram-se alvos para promover a “consciência ambiental”: a pobreza entendida como pressão do homem para com o meio. Assim o relatório sugere mais desenvolvimento criando o abrigo conceitual da sustentabilidade em sua reformulação tecnodiscursiva.

³⁰ Ressaltamos que nos anos 1960, uma década antes da influente obra “Small is Beautiful”, de E. Schumacher, M. Bookchin já tratava do tema tecnologia popular (apropriada, alternativa, sustentável, à escala humanitária etc.) com vistas ao que posteriormente convencionou-se designar por princípios agroecológicos.

de uma comuna medieval. O desenvolvimento histórico, no entanto, tornou virtualmente sem sentido todas as objeções ao pensamento anarquista nos dias de hoje. Os conceitos anarquistas de uma comunidade equilibrada, de uma democracia direta e interpessoal, de uma tecnologia humanística e de uma sociedade descentralizada não são apenas desejáveis, eles constituem agora as pré-condições para a sobrevivência humana. O processo de desenvolvimento social tirou-os de uma dimensão ético-subjetiva para uma dimensão objetiva (BOOKCHIN, 2010 [1971], p. 145).

Cabe destacar que, apesar da intensificação das discussões em torno da perspectiva agroecológica a partir da segunda metade do século XX, esta não se efetiva concomitante em todos os países. Seus contornos vão adquirindo diferentes formas e ritmos com base nas conflitualidades inerentes às processualidades históricas das formações territoriais específicas (como abordaremos nos capítulos 03 e 04).

Eis a dimensão e a complexidade com que os sujeitos que propugnavam a agroecologia se depararam no período imediatamente anterior à sistematização da agroecologia como ciência: mundialização do capital (CHESNAIS, 1996 e SANTOS, 1996); disputa territorial e ideológica pela hegemonia mundial entre socialistas e capitalistas, período também conhecido como “Guerra Fria”; novos arranjos na divisão internacional do trabalho via intensificação do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1996); construção discursiva do desenvolvimento (humano, social e sustentável), afirmando a matriz de racionalidade ocidental na dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento (ESTEVA, 2000); “crise ambiental”; refluxo e destruição do campesinato (ESCOBAR, 1999) e da cultura dos povos tradicionais com o avanço do agronegócio e das políticas de desenvolvimento fundamentadas na ideologia da Revolução Verde.

Não desconsiderando que, em âmbito da investigação acadêmica, os aportes dos ecólogos foram centrais para a agroecologia adquirir estatuto científico, especialmente no que tange aos estudos sobre ciclo de nutrientes, às interações entre praga e planta e a sucessão ecológica (HERNANDÉZ, 2010), e, mesmo estando em evidência no cenário internacional uma amálgama de complexas questões relativas ao ambientalismo, queremos destacar a forte conotação naturalista que, num primeiro momento, embasou a sistematização da agroecologia como domínio científico; naturalização inclusive do campesinato, impedindo de tratar a questão agrária em sua complexidade e movimento. Ainda hoje essa ênfase naturalista repercute em tradições que afastam o tratamento da

agroecologia de questões de ordem político-social, por exemplo, limitando a abordagem agroecológica à escala do agroecossistema, a instrumental ao manejo equilibrado dos recursos por intermédio de técnicas ecológicas. Talvez resida aí uma das explicações ao fato de que durante muito tempo poucas experiências agroecológicas lograram êxito sobre os localismos, como destaca Molina (2009). Tal ênfase naturalista sobre um fazer que “se confinava ao lugar” circunscrito ao agroecossistema, à unidade de produção, como escala de resistência camponesa, e que, como consequência, não se projetava política e escalarmente, pode ser uma das razões pela qual a agroecologia se manteve até recentemente preconceitualizada por muitos movimentos camponeses, entre eles o próprio MST.

Contudo, como sustenta Hecht (1989), a ecologia teve peso fundamental para o desenvolvimento da agroecologia, por quatro razões fundamentais: 1) a estrutura conceitual da agroecologia e sua linguagem são essencialmente ecológicas; 2) os sistemas agrícolas são, por si só, conjuntos interessantes de pesquisa, nos quais os cientistas têm grande habilidade em controlar, testar e manipular os componentes do sistema comparados com ecossistemas naturais; 3) o aumento de pesquisas em ecossistemas tropicais direcionou as atenções aos impactos ecológicos da expansão dos sistemas de monoculturas em zonas caracterizadas por extraordinária diversidade e complexidade e; 4) um certo número de ecologistas começaram a prestar atenção às dinâmicas ecológicas dos sistemas agrícolas tradicionais.

Tendo o agroecossistema como escala de análise e conceitos da biologia e da agronomia como abordagem, o enfoque agroecológico até a década de 1970 tratou de maneira marginal a agricultura como fenômeno social. A limitação presente nessas abordagens reside na excessiva naturalização da ação social. O homem e a mulher apreendidos como elementos da paisagem.

O perigo de tal tendência é grande à medida que o sujeito social, suas territorialidades e criações institucionais complexas são diminuídos a sujeitos biológicos: de um lado, abre-se margem para o anti-humanismo, para concepções misantrópicas oriundas de determinadas leituras sobre a relação sociedade-natureza (fértil espaço para ideologias, generalizações e abstrações do tipo: a civilização – em si – como praga; a técnica – em si – como fator de impacto; a economia – em si – como espoliadora dos recursos naturais); de outro, faz-se pouca referência aos conflitos de classe, à questão agrária, à processualidade

histórica de construção das hierarquias (sociedade-natureza e homem-homem), à ideologia dominante que projeta determinadas formas de economia e mediação técnica que degradam, ao passo que diminui a possibilidade de atentar-se para as faculdades criativas, associativas, de solidariedade e apoio mútuo entre homens e mulheres.

Assim, consoante Bookchin (2010), “[...] somos alimentados por uma dieta de recriminações, por ambientalistas liberais e misantrópicos, acerca de como nossa espécie tem sido responsável pelas rupturas ambientais” (p. 106). A nossa sociedade dominante, destaca o autor, serve mais para inibir do que para realizar o potencial humano. “Ainda nos falta imaginação para saber até onde as nossas melhores características podem se expandir, com uma administração dos nossos assuntos mais ética, ecológica e racional” (p. 121).

De fato, se a espécie humana é uma forma de vida que pode conscientemente enriquecer o mundo natural, em vez de apenas lhe causar prejuízo, é importante para a ecologia social revelar os fatores que tornaram muitos seres humanos parasitas de um mundo vivo, e não parceiros ativos da evolução orgânica (BOOKCHIN, 2010, p. 117).

Desde a promoção da agroecologia à qualidade de ciência, reiteramos, importante por respaldá-la validando seu tratamento nos circuitos acadêmicos, as abordagens de temas referentes têm se ampliado em quantidade e complexidade, produzindo terreno fértil à intensificação da disputa pelo conceito. Nos capítulos subsequentes retornaremos ao tema oferecendo leituras, desde a geografia, sobre os sentidos atuais da agroecologia que, enquanto política camponesa de produção de sua existência, tem produzido quadros de antagonismo ao capital e projetado possibilidades outras de desenvolvimento territorial.

1.2 E quanto à Geografia?

As críticas supra-apontadas também se estendem à geografia, ciência que, até a década de 1960 e início dos anos de 1970, assentava suas bases epistemológicas no neopositivismo, privilegiando, como ressalta Paulino (2006), a abordagem lógico-quantitativa dos fenômenos geográficos. A forte influência teórico-metodológica das ciências naturais na construção de conceitos e categorias geográficas de análise e os princípios de neutralidade e objetividade científicas (quanto ao objeto e seus pressupostos de investigação) foram importantes traços da geografia chamada de “clássica” (MOREIRA, 2008) ou “tradicional” (SANTOS, 1996). Outra característica dessa geografia, com forte

conotação neopositivista, constitui-se na vinculação, sem maior crítica desse domínio do conhecimento, ao aparelho do Estado em suas ações de planejamento e ordenação socioespacial: inventariando o espaço geográfico na condição de objetivo científico posta para a intervenção. Esses rasgos, a partir das décadas de 1970 e 1980, são veementemente criticados com a introdução, na geografia, de categorias de análise marxistas: momento em que, paulatinamente, se processam esforços e movimentos na direção da renovação dessa ciência em âmbito de seu conteúdo epistemológico e ideológico (SAQUET, 2007).

Na geografia brasileira, até a década de 1950, observa Ferreira (2001), os trabalhos geográficos sobre agricultura podem ser enquadrados em três categorias de análise: 1) estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e da comercialização de produtos agrícolas, examinados sob a forma de dados estatísticos; 2) estudos ecológico-físicos nos quais há análise e condicionantes como a forma do terreno, os climas e os tipos de solos, importantes para explicar a localização dos cultivos e o uso de recursos; e 3) estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana.

Podemos dizer que o geógrafo (agrário) estava preocupado em estudar a atividade agrícola evidenciada na paisagem e distribuída distintamente pela superfície da terra em função dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivos) e da população (hábitat, modo de vida). Esta é a Geografia Agrária da década de 1950: imprecisa quanto à sua definição, representativa como campo de interesse e numerosa quanto à produção científica (FERREIRA, 2001, p. 47).

A apreensão geográfica dos temas agrários na década de 1960, em processo de renovação, sob a tutela da “Geografia Agrária Quantitativa”, exprimia o paradigma classificatório. Apresentava como características teórico-metodológicas a utilização de modelos estatísticos e matemáticos para o estudo de temas como tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra e organização agrária (FERREIRA, 2002). Apesar da produção numericamente expressiva, sustenta a autora, a geografia encontrava dificuldades para se posicionar no meio científico. Nesse movimento, somente as grandes mudanças ocorridas no Brasil na década de 1970, denotaram

igualmente um objeto geográfico de estudos modificado³¹: estudos da questão agrária, incluindo a temática ambiental e dos movimentos sociais à luz da abordagem marxista sobre a exploração do trabalho e o capitalismo ganham destaque e, somente mais tarde, as iniciativas que colocam em “xeque” a destruição da natureza.

O período compreendido entre os anos 1975 e 1995³² é assinalado por Ferreira (2002), pela afirmação da vertente crítica da geografia, a qual em âmbito dos estudos agrários, foi denominada de “Geografia Agrária Social”. Identifica como paradigma a “interação e ação sobre o espaço”, ocupando-se de temas como a transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria etc. Os geógrafos Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira foram expoentes desse processo de renovação da geografia agrária brasileira, via estudo da questão agrária, trazendo a dialética e o materialismo histórico para análise dos fenômenos geográficos.

Esse fenômeno resultará numa dupla circunstância: por um lado, a chamada geografia humana é fortalecida ao introduzir o método dialético e importantes elementos sobre a crítica ao modo de produção capitalista e à sociedade de classes para dentro de suas análises devido, sobretudo, à maior aproximação dessa ciência junto à sociologia, economia, antropologia, dentre outras ciências sociais; por outro, a crítica à chamada geografia tradicional desemboca em reducionismos ao acirrar a dicotomia físico-humana. Porém, o tema é complexo e há que se considerar uma contradição inerente ao processo dicotômico mencionado, que nos interessa diretamente: o estudo da relação sociedade-natureza pela crítica marxista³³ entronizada na geografia pelos assim chamados “geógrafos humanos”

³¹ “O processo de modernização da agricultura levou ao campo novas formas de produzir, relações de trabalho mais apropriadas à lógica do sistema capitalista de mercado, numa situação na qual a indústria passa a ser produtora de insumos para a agricultura e consumidora de bens agrícolas” (FERREIRA, 2002, p. 40).

³² O ano de 1995 foi o último de referência dos trabalhos levantados nos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA) conforme a metodologia inerente à pesquisa da autora.

³³ “Diante do apresentado, observa-se que uma abordagem marxista da questão ambiental vai encará-la como uma manifestação de processos sociais, pelos quais uma dada sociedade organiza o acesso e uso dos recursos naturais disponíveis, organização que se articula na própria estruturação social constituindo parte do processo global de sua reprodução. Em suma, a questão ambiental será avaliada no contexto de um modo de produção e de uma formação econômico e social. a relação sociedade/natureza equacionada enquanto relação social. o ambiente como recurso, como condição de produção, como mercadoria, como objeto de intervenção do

reassentará as bases do problema, o que posteriormente será denominado de questão ambiental³⁴. A relação sociedade-natureza, antes (na geografia tradicional) uma prerrogativa muito atrelada à explicação pelo viés da dimensão física do fenômeno, passa a ser apreendida, na geografia crítica de base marxista, pelos pressupostos econômicos, políticos e culturais. Geógrafos “físicos” e “humanos” dedicam-se a analisar de maneira diferente o fenômeno da relação sociedade-natureza, dificultando a aproximação.

O conteúdo marxista da corrente crítica do pensamento geográfico congregou outro limitante, a saber, a redução do entendimento da produção do espaço sob o capitalismo pela própria crítica marxista. O marxismo consolida-se quase que unanimemente no processo chamado de renovação da geografia em detrimento de outros conteúdos críticos, relegados a segundo plano na análise geográfica. Referimo-nos ao legado anarquista (ANDRADE, 1985; BREITBART *et al*, 1989 e WOODCOCK, 2002), presente na geografia de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin, geógrafos e pensadores políticos que deixaram densas produções entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Entre elas, podemos citar, de Reclus: “Nova Geografia Universal: a Terra e os Homens”, dividida em dez volumes e “O Homem e a Terra”, dividida em cinco volumes; e de Kropotkin, diretamente relacionado ao nosso tema de pesquisa: “A questão Agrária”; “A Conquista do Pão”; “A Agricultura”; “Campos, Fábricas e Oficinas” e “Apoio Mútuo”. Na história do pensamento geográfico, quando se faz referência a esses pensadores, trata-se, fundamentalmente, de conotações museológicas³⁵, salvo exceções como, por exemplo, os estudos urbanos de geografia de Marcelo Lopes de Souza, agrários pela geógrafa Valéria de Marcos e de epistemologia pelos geógrafos Ruy Moreira e o já mencionado professor Marcelo Lopes de Souza, entre outros e outras normalmente esquecidos.

A ciência geográfica poderia estar em outro patamar de compreensão da relação sociedade-natureza se tivesse assimilado de fato em sua epistemologia a crítica anarquista e do “marxismo não vulgar”: críticas da exploração e da opressão capitalista que não se reduz

Estado etc. a ecologia sendo vista no terceiro sentido apresentado: como questão política” (MORAES, 1994, p. 78).

³⁴ Nesta, os fenômenos naturais nunca são enfocados em seu movimento intrínseco, como salienta Moraes (1994), porém abordados enquanto recursos para a vida humana. Assim, é uma “natureza para o homem” que está em foco nas considerações marxianas. Notadamente, ele discute as condições naturais em seu envolvimento com os processos produtivos, como “pressuposto geral de toda produção” (p. 73).

³⁵ Revisitar para lembrar e não revisitar para reviver (SOUZA, 2009).

à ênfase econômica do modo de produção e do embate de classes sociais. Inclusive o tratamento de temas como integração descentralizada entre agricultura e indústria, apoio mútuo, tecnologias populares, gênero e ecologia, cultura e natureza, horizontalidades e autonomia têm estado em pauta no pensamento libertário há mais de um século. Temas que só mais recentemente têm sido atrelados à discussão agroecológica tanto na literatura científica como nos movimentos populares. Porém, trata-se de uma retomada inconsciente e que raramente se referenda no legado anarquista. Talvez o século XXI demarque esse reencontro e a ação coletiva e o pensamento comprometido com a crítica e a transformação social supram o hiato de quase cem anos de “abandono”, especialmente pela geografia³⁶.

Amputado o anarquismo como concepção geográfica crítica, somente na década de 1980 em diante, com a temática da questão ambiental na geografia, é que se aprofunda a proficuidade do debate, permitindo a aproximação de “ambas dimensões da geografia”; o que exigirá dos geógrafos esforços de renovação teórico-conceitual por uma abordagem integrada. Nesse sentido, citamos como importantes contribuições as produções clássicas dos geógrafos brasileiros Josué de Castro³⁷, Manuel Correia de Andrade, Aziz Ab’Saber, Bertha Becker, Milton Santos, e, mais recentemente, as contribuições de Carlos Walter

³⁶ Em “Carta a Kropotkin”, Richard Peet (1989), escreve: “Piotr Kropotkin: hemos olvidado que tú nos habías trazado una geografía humana sintonizada con las necesidades del pueblo y no al servicio de la opresión humana. Hemos olvidado que tú has vivido, tu existencia es eliminada de nuestras historias geográficas, tus ideas han sido masacradas por setenta años de silencio oficial” (p. 26). “La geografía radical no puede hacer nada mejor que tomar la obra de Kropotkin como su nuevo comienzo, adoptar su visión de la naturaleza humana como su presupuesto inmanente, escuchar su ruego en pro de la máxima extensión del apoyo mutuo, utilizar nuestras técnicas muy prácticas para mostrar cómo la ayuda mutua puede reafirmarse como la fuerza organizadora de la historia futura. La teoría anarquista es una teoría geográfica (PEET, 1989, p. 27).

³⁷ Crítico do imperialismo, da técnica e moral ocidentais, do latifúndio e da monocultura, ainda na década de 1940, em sua obra “Geografia da Fome”, Josué de Castro afirmava ser a fome um problema ecológico de primeira grandeza. Estudou o fenômeno no Brasil correlacionando aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e ecológicos na identificação do que denomina por diferentes fomes, ou seja, lançando mão de uma análise geográfica de suas incidências. “A própria ciência e a técnica ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto faziam-se, conscientemente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanentemente no círculo de ferro da fome” (CASTRO, 1959, p. 22). “O que tentaremos mostra é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante” (Idem, p. 30). “É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome. Por outras palavras, procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de “Ecologia”, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio” (Idem, p. 24-25).

Porto-Gonçalves, Ruy Moreira, Dirce Suertegaray, Antônio Carlos Robert Moraes e Francisco Mendonça.

Outro fator favorável à produção de abordagens integradas na geografia efetivou-se com o que Saquet (2007) alude, juntamente com Santos (1996), por “redescoberta do conceito de território”. O território, de conotações técnicas, geopolíticas e naturalistas passa a ser analisado e teorizado como um processo socioespacial multidimensional (concomitantemente econômico, político, cultural e natural) e multiescalar (em referência aos “jogos de escala” geográfica), produto dos conflitos inerentes às relações sociais organizadas política e espacialmente. Em âmbito internacional essas abordagens ganham robustez nas décadas de 1980 e 1990, notadamente com Robert Sack, Giuseppe Dematteis, Jean Gottmann, David Harvey, Maximo Quaini e Claude Raffestin, autores clássicos que contribuíram sistematicamente, consoante Saquet (2007), na superação das bases positivista e neopositivista, na discussão teórico-metodológica e na compreensão relacional do espaço geográfico e do território. No Brasil, movimentos nessa direção iniciam-se na década de 1980 com Milton Santos, Manuel C. de Andrade, Horiestes Gomes e ganharam corpos a partir da década de 1990 com Douglas Santos, Carlos W. Porto-Gonçalves, Marcelo L. de Souza, Rogério Haesbaert, entre outros.

E é nessa orientação que trataremos da agroecologia e da questão camponesa: apreendendo-as pelo território, como manifestação (i)material de modelos de desenvolvimento em disputa no (e a partir do) campo. O conceito de território oportuniza-nos leituras integradas da relação sociedade-natureza e do conflito. Nosso desafio reside em apropriarmo-nos da abordagem territorial e da crítica ambiental para pensarmos o desenvolvimento pelo projeto ecológico camponês a partir do movimento ocorrido em Francisco Beltrão, conforme já mencionamos.

No Brasil, semelhante ao ocorrido com as abordagens do território, o desenvolvimento do tratamento da temática ambiental, na geografia, aponta Mendonça (2010), e segundo uma concepção que inter-relaciona sociedade e natureza, foi algo que se efetivou muito lentamente durante as décadas de 1970 e 1980. Porém, discordamos do autor quando afirma que esse movimento se processou “[...] única e exclusivamente dentro da geografia física” (p. 62), por desconsiderar o tratamento dado ao tema na época pelos

geógrafos que procuravam entender a relação sociedade-natureza pela teoria da produção social do espaço, como fizera Milton Santos.

Observa-se, aponta Antônio C. R. Moraes, no início da década de 1990, “[...] esforço à postura de circunscrever o tema [natureza; meio ambiente] no interior de uma teoria da sociedade, tirando-o de sua posição enquanto ponto de contato entre análises das ciências naturais e sociais. É na perspectiva exclusiva destas últimas que a questão ambiental é formada” (MORAES, 1994, p. 76).

O trabalho de identificar, no decurso histórico da ciência geográfica, a origem e evolução do tratamento do tema agroecologia e/ou agriculturas alternativas, é uma tarefa a ser empreendida: no entanto, limitamo-nos a afirmar que os pressupostos teórico-conceituais para tal tratamento inscrevem-se no contexto de emergência do que mencionamos anteriormente como “questão ambiental” na geografia, na década de 1980 em diante, e com a ascensão dos estudos territoriais no pós-1990.

Até então, havia um desconforto por parte de alguns pesquisadores da geografia crítica em tratar de temas correlatos, pela conotação pejorativa que foi sendo assimilada ao termo meio ambiente (naturalismo, tecnicismo, romantismo). Na geografia agrária brasileira de vertente “social”, o tema ambiental pouco avançou até a década de 1980. Contudo, o ranço ambiental não se limitava à geografia. Era um tema que não movia a esquerda nacional.

As diretrizes da esquerda nacional e as pautas dos principais movimentos sociais até o período sinalizavam esse abandono, que, por sua vez, tem sua explicação no caráter ortodoxo pela qual determinadas leituras do marxismo entranharam-se nessas organizações via suas *intelligentsias*: assentadas na racionalidade ocidental que pressupõe a evolução linear da história e do desenvolvimento, permeada pela centralidade na dimensão técnico-econômica e pelo ideário de vida urbano-industrial (estendido ao campo). A agroecologia, portanto, não gozava nacionalmente de respaldo político-ideológico e intelectual pelo grosso da massa crítica e o campesinato não era identificado enquanto classe política. As experiências agroecológicas brotavam aqui e acolá no *subsuelo político*: por iniciativas voluntárias de produtores familiares, acrescidas, entre as décadas de 1960 e 1980, pela ação de ONGs como a AS-PTA, a ASSESOAR, o CETAP e o CAPA, atreladas, principalmente, à

atuação de igrejas, como são os casos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), por intermédio do CAPA; e da ala Progressista da Igreja Católica, com a constituição da ASSESOAR.

1.3 Olhando para a agroecologia desde o chão: territórios e ecologias da vida

O uso contemporâneo do termo agroecologia data, segundo Hecht (1989), dos anos 1970, mas as práticas que consubstanciam a agroecologia têm a idade da própria agricultura. É, sobremaneira, legado histórico, patrimônio acumulado durante milênios por camponeses e povos autóctones de todo o globo. Logo, a agroecologia não surge nos bancos acadêmicos, muito menos como ciência e no século XX. Seu traço fundamental, a diversificação agroecossistêmica, trata-se de um processo evolutivo socionatural, com raízes profundas e tempo lento. Diversificar, conforme Toledo e Barrera-Bassols (2008) “[...] é o fato de dar forma ou qualidades a determinados elementos para incrementar a variedade, a heterogeneidade e a multiplicidade, e é o oposto da uniformidade” (p. 16, tradução nossa). Diversidade socionatural nos campos e nas cidades (e destes em unidade dialética) que tem sido destruída pelo industrialismo e menosprezada pela racionalidade ocidental (notadamente o legado do campesinato e outros povos tradicionais), moderno-colonial, como ativa na configuração de um mundo ecologicamente engajado. Para Bookchin (2010), a crescente e cumulativa artificialização da natureza tem levado a um patamar preocupante de simplificação dos ecossistemas que, num futuro breve, não comportará a existência de formas de vida mais complexas como a da espécie humana.

Para Toledo e Barrera-Bassols (2008), na atualidade, é possível identificar no planeta dois tipos principais de diversidade, a biológica e a cultural, das quais do encontro derivam pelo menos duas outras mais: a diversidade agrícola e a diversidade paisagística. “A diversidade cultural inclui, por seu turno, três modalidades de heterogeneidade: a genética, a linguística e a cognitiva [...], enquanto que a diversidade biológica pode expressar-se em quatro níveis: o das paisagens (naturais), dos habitats, das espécies e o dos genomas” (p. 16-17, tradução nossa).

De todas as expressões que emanam de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza conformam uma dimensão especialmente notável, porque refletem a acuidade e riqueza das observações sobre o entorno realizadas, mantidas, transmitidas e aprimoradas através de largos períodos de tempo,

sem as quais a sobrevivência dos grupos humanos não seria possível. Trata-se dos saberes transmitidos por via oral, de geração em geração, e, em especial, aqueles conhecimentos imprescindíveis e cruciais, por meio dos quais a espécie humana foi moldando suas relações com a natureza³⁸ (p. 20, tradução nossa).

Contrariamente ao especulado, dentro da mente do produtor tradicional existe um detalhado catálogo de conhecimentos acerca da estrutura dos elementos da natureza, as relações que se estabelecem entre elas, os processos dinâmicos e seu potencial utilitário [...]. Desta forma, no saber local existem conhecimentos detalhados de caráter taxonômico sobre constelações, plantas, animais, fungos, rochas, neves, águas, solos, paisagens e vegetações, ou sobre processos geofísicos, biológicos e ecológicos, tais como movimentos da terra, ciclos climáticos e hidrológicos, ciclos de vida, períodos de floração, frutificação, germinação [...] e fenômenos de recuperação de ecossistemas (sucessão ecológica) ou de manejo de paisagens³⁹ (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 75, tradução nossa).

Nas análises de Toledo e Barrera-Bassols (2008), sobre o que denominam “*La memoria biocultural*”, é atribuída especial atenção à notável relação entre cultura e natureza como fator historicamente preponderante na sobrevivência dos grupos humanos. O ser humano, em simbiose com a natureza, (re)constrói sua cultura (mediada pela observação dos lugares, ação coletiva, transmissão de saberes etc) e a própria natureza (tecnifica-a, decodifica-a pela linguagem atribuindo-lhe sentidos e valores). Natureza e cultura, portanto, estão em unidade e também em contradição. Um dos desafios da ecologia *radical*, conceituada por Bookchin como “ecologia social”, consiste em buscar no decurso histórico as razões fundamentais que levaram “os homens⁴⁰”, em seu processo de socialização e territorialização, a serem mais parasitas da natureza do que colaboradores para com o seu

³⁸ “De todas las expresiones que emanan de una cultura, los conocimientos sobre la naturaleza conforman una dimensión especialmente notable, porque reflejan la acuciosidad y riqueza de observaciones sobre el entorno realizadas, mantenidas, transmitidas y perfeccionadas a través de largos períodos de tiempo, sin las cuales la supervivencia de los grupos humanos no hubiera sido posible. Se trata de los saberes, transmitidos por vía oral de generación en generación y, en especial aquellos conocimientos imprescindibles y cruciales, por medio de los cuales la especie humana fue moldeando sus relaciones con la naturaleza” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 20).

³⁹ “Contrariamente a lo especulado, dentro de la mente del productor tradicional existe un detallado catálogo de conocimientos acerca de la estructura o los elementos de la naturaleza, las relaciones que se establecen entre ellos, los procesos o dinámicas y su potencial utilitario [...]. De esta forma, en el saber local existen conocimientos detallados de carácter taxonómico sobre constelaciones, plantas, animales, hongos, rocas, nieves, aguas, suelos, paisajes y vegetación, o sobre procesos geo-físicos, biológicos y ecológicos, tales como movimientos de tierras, ciclos climáticos e hidrológicos, ciclos de vida, períodos de floración, fructificación, germinación [...] y fenómenos de recuperación de ecosistemas (sucesión ecológica) o de manejo de paisajes” (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 75).

⁴⁰ As aspas fazem alusão ao fato de que não é intrínseca à espécie humana a ação de pilhagem da natureza, mas sim de determinadas relações historicamente construídas no processo de socialização que conduzem à formação de hierarquias e destas às rupturas entre sociedade e natureza.

equilíbrio e evolução ecológica: quais instituições, ideologias, condutas e valores, afirmados pela opressão e coerção, produzindo hierarquias de toda ordem, conduziram a fenômenos espoliatórios homem-homem e, em consequência, homem-natureza?

Argumentamos que não existe uma crise do meio ambiente, como usualmente é colocado, mas uma crise atrelada aos limites de um modelo civilizacional baseado na matriz de racionalidade ocidental que tem no agronegócio um de seus sustentáculos.

O que comumente é chamado de crise ambiental é exacerbado no atual período técnico-científico pela ideologia da *compressão espaço-tempo* (HARVEY, 1993) e da *aldeia global* (SANTOS, 2000), assim como, pela ideologia do “desaparecimento” do lugar e das identidades culturais pelo “frenesi da globalização”, como ressalta Escobar (2005). A agricultura moderna retrata muito bem esses disparates ao trazer à tona sua megalomania: calcada num modelo de desenvolvimento cuja centralidade baseia-se numa pretensa unicidade técnica e cultural nos modos de produzir, pensar e agir desde o “agro”. Contudo, não acreditamos que outro modelo poderá, rápida e exitosamente, substituir o modelo posto com base na espoliação, opressão e devastação. Acreditamos que muitas das respostas para a referida “crise” deverão ser encontradas no que era para “não existir mais”: na territorialidade do campesinato; na (i)materialidade do “utópico” territorializada em ações tópicas (a exemplo do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, cujo funcionamento detalharemos nos capítulos 03 e 04); e nas experiências que muitos intelectuais, políticos, e lideranças sindicais e de movimentos sociais deram suas costas, por julgarem irrelevantes (subjetivas, irracionais, antieconômicas, locais etc.), por não conseguirem visualizá-las devido à incompatibilidade entre a escala de seus pressupostos teóricos e político-ideológicos e a produção da natureza, da vida e das relações na escala dessas iniciativas. A “descolonialidade do saber” (LANDER *et al*, 2005) torna-se, nesses termos, imprescindível para a construção de novos arranjos territoriais (redes, escalas e tempos) com base na expansão da autonomia relativa ao capital e na reprodução da vida (e intrínseco da política, da economia, da natureza interior e exterior ao homem e da cultura) com liberdade e criatividade.

O discurso da biodiversidade difundido pela matriz de racionalidade ocidental assenta-se na noção do manejo de recursos, cuja epistemologia é oferecida por domínios do

conhecimento como a economia ecológica e, como aponta Escobar (1999, p. 241), está ligada a outros três discursos: 1) a ciência conservacionista; 2) o desenvolvimento sustentável e; 3) a repartição de benefícios – mediante propriedade intelectual ou outros mecanismos. Esses preceitos formam o alicerce da ideologia do “capitalismo sustentável”: projeto cujo desafio é o de recriar a natureza (e a ideia desta) desde sua infância⁴¹ sob a ótica da mercadoria em consonância com o pressuposto de que um capitalismo sustentável⁴² é um capitalismo sempre em expansão. É uma perspectiva marcadamente reformista. A economia ecológica (MAY *et al*, 2003), longe de fundamentar uma crítica ecológica radical ao modelo de desenvolvimento, coloca-se como ciência para o desenvolvimento de um capitalismo parcimonioso no uso de materiais e energia: o que vai ao encontro da própria lógica da acumulação contemporânea. Esse traço é explícito em determinadas “correntes” de agricultura orgânica⁴³ e empresas⁴⁴, como a suíça IMO – Control⁴⁵ (Institute for Marketecology) presente em mais de 50 países, atuando na certificação e comercialização internacional de produtos orgânicos. Interessante observar também como essas empresas apropriam-se mercadologicamente de conceitos e imagens da cultura camponesa agregando preço a seus produtos por meio da investidura nas “amenidades” (VEIGA e EHLERS, 2003) e no apelo à sensibilidade ecológica, social e cultural dos consumidores em seus nichos de mercado. Esse exemplo nos põe diante da reinvenção da natureza e da cultura pela lógica da mercadoria.

⁴¹ “Visto de esta manera, en algún momento del futuro la naturaleza se tornará irreconocible como tal, o como la percibe la mayoría de las personas. Será, más bien, una naturaleza física tratada como si estuviera regida por la ley del valor y el proceso de acumulación capitalista mediante crisis económicas, como la producción de lápices o de comida rápida. La teoría del discurso tendrá mucho que decir, en ese momento, acerca del problema de la sostenibilidad, tal como lo hacen hoy la economía política y la ciencia ecológica. La razón consiste en que el proyecto capitalista de rehacer la naturaleza, aún en su infancia, es también un proyecto encaminado a rehacer (según parece) la ciencia y la tecnología a imagen del capital. Lo que esta imagen sea o llegue a ser dependerá de complejos problemas de representación, imágenes de la naturaleza, y de problemas de solidaridad social, legitimación y poder dentro de las comunidades científicas y universitarias” (O’CONNOR, 2002, p. 33).

⁴² O *marketing* tem sido ávido propulsor do esverdeamento do capital, como revela a interessante matéria da revista “Isto é Dinheiro” apontando “as 50 empresas do bem” (entre elas McDonald’s, Camargo Correa, Monsanto e Vale). Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/53459_AS+50+EMPRESAS+DO+BEM>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

⁴³ Um exemplo da corrente reformista dos orgânicos encontra-se na obra “Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade”, de MacNeely e Scherr (2009). Como salientam os autores, a obra se propõe a atender o desafio em desenvolver uma agricultura que permita assegurar produtividade econômica, sustentabilidade ambiental e equilíbrio social.

⁴⁴ Como salienta Sebastião Pinheiro em interessante entrevista intitulada “Alimentos Orgânicos nas Garras do Capital”. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/12888>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.imo.ch>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

A via agroecologia caminha em sentido diferente: questiona as limitações da visão ocidental do conhecimento⁴⁶, o “paradigma atomístico-individualista” (PORTO-GONÇALVES, 2001) e a hegemonia monocultural ocidentais para requerer concepções mais amplas e complexas sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade a partir do (e pelo) território. Fundamenta sua epistemologia a partir do modelo camponês em movimento na direção da ecologia, de cunho popular, o “ecologismo dos pobres” (ALIER, 2007), onde a terra se transforma em território, espaço de mediações, e a agricultura, efetivamente, em modo de vida, ambos a galgar o agir conflitual. Nesses termos, a agroecologia é uma potência para a construção de territórios alternativos, nos quais são agregados novos conteúdos aos sentidos atuais empregados aos termos, aparentemente tão díspares, como desenvolvimento, democracia, inclusão, pertencimento, criatividade, diversidade, autonomia, economia e sustentabilidade. Justamente por isso quando não cooptada é discriminada, tomada como algo menor, por ser um projeto desde baixo, um modelo de desenvolvimento popular, vinculada organicamente à diversidade de expressões culturais⁴⁷, isto é, a etno-biodiversidade. Como observa Fabrini (2007),

Verifica-se também entre os camponeses uma produção de resistência de base territorial e localmente organizada. Os camponeses, a partir do contexto local têm procurado implementar uma agricultura defensiva ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas nacionais e transnacionais. Tem procurado forjar uma agricultura em que parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas são elaborados pelos próprios camponeses, procurando depender menos daquelas técnicas elaboradas na esfera da produção de mercadorias e nos interstícios das relações capitalistas. A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um

⁴⁶ “A visão ocidental do conhecimento tem várias outras características. Primeiro, sempre houve uma ênfase forte no conhecimento útil. Segundo, a ciência ocidental está sempre interessada em fenômenos universais [...]. Terceiro, o mundo pode ser percebido como que consistindo em muitas partes atomizadas que podem ser descritas e conhecidas independentemente das outras. Quarto, as partes estão relacionadas de maneiras sistemáticas que podem ser conhecidas. Conhecer neste caso, torna obrigatória a capacidade de prever o efeito, em todo o sistema, ao se mudar uma das partes. A previsão requer que o sistema possa ser descrito de uma forma manejável e lógica [...]. Para que o conhecimento seja universal, nem a natureza das partes, nem a natureza das relações podem mudar” (NORGAARD, 1989, p. 43).

⁴⁷ Compreendemos por cultura, assim como Ribeiro (1978), o patrimônio simbólico dos modos padronizados de agir e pensar. Logo, como ensina-nos Lenoble (1990), cada modo de agir e de pensar, isto é, cada matriz de racionalidade, produz sua ideia de natureza mediante o processo de socialização. O conceito de cultura aqui adotado, portanto, inclui a relação sociedade-natureza, esta (re)produzindo os próprios patrimônios simbólicos. Quando mencionamos a expressão “cultura camponesa”, fazemos alusão a mediações (i)materiais específicas historicamente orientadas em seus conteúdos sociais e ecológicos.

conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico (p. 22).

Porto-Gonçalves (2006) lembra-nos que a palavra cultura deve sua origem de *colere*, do latim culto, cultivo, daí agri+cultura faz alusão à cultura do campo.

O que a espécie humana conseguiu por meio das *agriculturas* foi a *segurança alimentar*, expressão que hoje volta a ganhar o debate político. Afinal, domesticar espécies animais e vegetais é torná-las parte de nossa casa (em latim, *domus*, daí domesticar). Assim, mais uma vez, alimento e abrigo (*domus*, casa) voltam a se encontrar conformando um conjunto de questões interligadas para oferecer maior segurança a cada grupo que, assim, constitui por meio de sua cultura formando seus territórios (domínios) (p. 209, grifos no original).

E acrescenta, afirmando que:

Um dos maiores patrimônios de que a humanidade dispõe é a diversidade de cultivares forjados nos mais diferentes nichos, adaptados à seca e à umidade, às altitudes as mais diversas, assim como soluções para manter, pela cultura (conhecimento técnico, mítico e religioso), o equilíbrio das espécies eleitas, selecionadas e cultivadas (p. 211).

A coevolução através da história entre culturas e naturezas tem dado lugar a uma série de tecnologias que constituem um componente fundamental da agroecologia, afirma Hernández (2010).

Parte importante dos conceitos e processos propostos pela agroecologia provém das práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores, desde há muito tempo, que em numerosos casos tem sido destruídas pela agricultura industrializada, ignoradas e desprezadas pelos cientistas agrícolas. A atenção dirigida ao estudo dos agroecossistemas tradicionais é recente, pois começou-se a descobrir as lições gerais que eles oferecem para o manejo equilibrado dos recursos naturais e tem-se iniciado um processo de revalorização do conhecimento local agrícola⁴⁸ (HERNÁNDEZ, 2010, p. 132, tradução nossa).

Vemos, pois, que os conhecimentos que fundamentam a agroecologia como prática social de mediação sociedade-natureza são antigos. Remontam ao acúmulo cultural

⁴⁸ “Parte importante de los conceptos y procesos propuestos por la agroecología provienen de las prácticas agrícolas desarrolladas por los agricultores, desde hace mucho tiempo, que en numerosos casos han sido arrasadas por la agricultura industrializada y ignoradas y despreciadas por los científicos agrícolas. Reciente es que la atención se ha dirigido hacia el estudio de los agroecossistemas tradicionales, pues se han empezado a descubrir las amplias enseñanzas que estos ofrecen para el manejo equilibrado de los recursos naturales y se ha iniciado un proceso de revalorización del conocimiento local agrícola” (HERNÁNDEZ, 2010, p. 132).

(indissociável da natureza) desde os primórdios da espécie humana no planeta na construção de seus “modelos culturais de natureza” (ESCOBAR, 1999). Assim sendo, podemos afirmar que a forma mais “pura” de agricultura ecológica estaria na *agricultura tradicional* (onde é provada sua sustentabilidade) que tem sido desenvolvida historicamente pelo campesinato⁴⁹ (CASADO, MOLINA e GUZMÁN, 2000).

Talvez um dos traços que caracterizam a agroecologia na busca de novas práticas de desenvolvimento agrícola e estratégias de manejo dos recursos é que o conhecimento dos agricultores locais sobre o ambiente, as plantas, solos e os processos ecológicos, adquire importância sem precedentes dentro deste novo paradigma⁵⁰ (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 33, tradução nossa).

Concordamos com Brandenburg (2002) quando menciona que a história da agricultura alternativa, que dará origem ao acúmulo epistemológico em torno da construção da agroecologia, antecede a chamada Revolução Verde. Porém, ao afirmar que essa “modalidade de agricultura” surge na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica e natural; na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica e na França, em 1940, com a “*agriculture biodynamique d’alimentation normale*”⁵¹, menospreza, a nosso ver, o legado camponês: milênios acumulados em experiência em termos de práticas de agricultura ecológica na construção de seus modos de vida.

Essa revisita ao passado afirmando o papel ativo do campesinato no desenvolvimento de práticas agrícolas e territorialidades, equilibradas em sua nocividade para com a natureza e incrementando-as socialmente, é uma forma de avançar sobre a cegueira causada no pensamento e na ação pela ideologia da modernidade. A agricultura

⁴⁹ “Por otro lado, estaría la forma más pura de agricultura ecológica, la agricultura tradicional (allá donde ha probado su sostenibilidad) que ha desarrollado históricamente el campesinado. Cuando fracasa la política de la Revolución Verde que pretende transformar los sistemas tradicionales en formas blandas de agricultura industrializada aparece la agricultura de bajos inputs externos, en el contexto de los enfoques del Desarrollo Participativo de Tecnologías Agrarias (Participatory Technology Development) y de la Investigación de los Sistemas Agrarios (Farming Systems Research)” (CASADO, MOLINA e GUZMÁN, 2000, p. 64-65).

⁵⁰ “Tal vez uno de los rasgos que ha caracterizado a la agroecología en su búsqueda de nuevas prácticas de desarrollo agrícola y estrategias de manejo de recursos es que el conocimiento de los agricultores locales sobre el ambiente, las plantas, suelos y los procesos ecológicos, que adquiere una importancia sin precedentes dentro de este nuevo paradigma” (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 33).

⁵¹ “Em sua origem, a agricultura alternativa, hoje agricultura ecológica, está associada a um pensamento filosófico, antropológico ou esotérico (orientada por Steiner, Alemanha), de contestação política (Soil Association, Inglaterra) ou de reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos (como GABO, na França). Quer seja associado à preservação de saúde ou a um estilo de vida anticonsumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos químicos” (BRANDENBURG, 2002, p. 12).

moderna, industrializada, hoje ancorada no modelo de desenvolvimento do agronegócio, patrocinada por empresas transnacionais territorializadas mundialmente, não se afirmou naturalmente, por ser a melhor e a mais eficiente. Evoluiu controlando mercados e vinculando-se às dinâmicas dos capitais industrial (químico-agroalimentário) e bancário-financeiro. Já surgiu “desenvolvida” e avançou/avança indicando seu *ethos* aos povos “subdesenvolvidos”. Seus sujeitos trazem em si uma virulência poderosa, negando outras agriculturas, desprezando racionalidades, acusando de irracionais modos de vida, dizimando patrimônios culturais de povos tradicionais que há séculos promovem territorialidades sustentáveis com seu entorno. Os agentes do agronegócio invertem, inclusive, o próprio significado de sustentabilidade, atribui-lhe novos contornos práticos e discursivos.

Se a expansão tecnocientífica parece irreversível, não tem, necessariamente, que ser catastrófica para os grupos populares e o meio ambiente. Contudo, isso pressupõe a criação de territórios existenciais, argumenta Escobar (1999). Esses territórios existenciais, os quais chamamos de territórios de vida, são o ponto de partida da defesa do lugar, como veremos nos capítulos subsequentes.

Ademais se, por um lado, a agricultura de base industrial apresentou-se como moderna e progressista, logrando ganhos de produção e de produtividade, também é verdade, por outro, como salienta Gonçalves (2008), que as agriculturas de base ecológica (natural, biológica, orgânica, agroecológica e permacultura) também avançaram consideravelmente, acumulando conhecimentos e ganhando visibilidade nos últimos 100 anos. O que demonstra que esta não se tornou marginalizada por ser retrógrada.

Indicar a filiação histórica da agroecologia, para além de sua vinculação com a academia, significa dar crédito ao campesinato e a outros povos tradicionais, suas culturas e realizações históricas e de reconhecer nossas dívidas para com esses sujeitos. Fato que movimentos sociais e organizações populares do Brasil e da América Latina têm colocado em pauta: politizando a cultura em sua indissociabilidade com a natureza, ou seja, politizando a ecologia para o enfrentamento na reafirmação das identidades e do lugar como projetos

políticos, como é o caso do conceito de “soberania alimentar”⁵² defendido por La Via Campesina.

A ecologia radical, sustenta Bookchin (2010), não pode ser indiferente às relações sociais e econômicas. O desafio para a construção de uma “agroecologia militante” (GUTERRES, 2006) está em produzir conhecimentos para o enfrentamento. Desconstruir as ideologias dominantes. Ouvir esses sujeitos sociais, avançar no entendimento de suas territorialidades, subsidiá-los na organização e construção, como afirma Carvalho (2011), de uma “modernidade popular”, com empoderamento capaz de permitir a expansão da autonomia relativa diante do capital e a “reapropriação social da natureza”.

Em sua ênfase na defesa do “território”, por exemplo, muitos movimentos sociais erigem uma defesa do lugar como espaço de práticas culturais, econômicas e ecológicas de alteridade a partir das quais podem derivar estratégias alternativas de desenvolvimento e sustentabilidade. Na resistência aos produtos transgênicos e a mercantilização da biodiversidade, podemos ver, igualmente, uma defesa do corpo, da natureza e da alimentação como práticas do lugar, longe das práticas normatizantes da modernidade capitalista⁵³ (ESCOBAR, 1999, p. 29, tradução nossa).

Segundo Guzmán e Molina (2005), até recentemente se fizeram presentes, no debate sobre o campesinato e seu lugar na questão agrária, insistentes e pouco esclarecedoras discussões, com reduzida capacidade de contribuir para análise da complexidade das formas de existência do campesinato em sua diversidade e movimento no tempo e no espaço.

⁵² La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos y culturalmente adecuados, producidos mediante métodos sostenibles, así como su derecho a definir sus propios sistemas agrícolas y alimentarios. Desarrolla un modelo de producción campesina sostenible que favorece a las comunidades y su medio ambiente. Sitúa las aspiraciones, necesidades y formas de vida de aquellos que producen, distribuyen y consumen los alimentos en el centro de los sistemas alimentarios y de las políticas alimentarias, por delante de las demandas de mercados y empresas. La soberanía alimentaria da prioridad a la producción y consumo local de alimentos. Proporciona a un país el derecho de proteger a sus productores locales de las importaciones baratas y controlar la producción. Garantiza que los derechos de uso y gestión de tierras, territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial. Así, la implementación de una auténtica reforma agraria constituye una de las prioridades del movimiento campesino. La soberanía alimentaria se presenta hoy en día como una de las repuestas más potentes a las actuales crisis alimentaria, de pobreza y climática (La Via Campesina). Disponível em: <www.viacampesina.org/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

⁵³ “En su énfasis en la defensa del “territorio”, por ejemplo, muchos movimientos sociales se plantean una defensa del lugar como espacio de prácticas culturales, económicas y ecológicas de alteridad e partir de las cuales se pueden derivar estrategias alternativas de desarrollo e sostenibilidad. En la resistencia a los productos transgénicos y la mercantilización de la biodiversidad, podemos ver igualmente una defensa del cuerpo, la naturaleza y la alimentación como prácticas de lugar, lejos de las prácticas normatizantes de la modernidad capitalista” (ESCOBAR, 1999, p.29).

O campesinato constituía ou não uma classe, e se esta o era em si ou para si; ou se, ao contrário, os camponeses constituíam fração de classe, retardatária, análoga a um “saco de batatas”. Se esse grupo constituía uma categoria social integrante de uma parte da sociedade maior, estruturada em classes, que resiste à modernização; ou se, ao contrário, possui uma racionalidade econômica que repudia as tecnologias não apropriadas; se, como classe ou grupo, pertencia a um regime de produção já concluído (como o feudalismo, por exemplo), ou se sua manutenção sob o capitalismo lhe valia a consideração também capitalista; se constituía um modo de produção ou somente era uma sociedade parcial portadora de uma cultura parcial. Em definitivo tratava-se de encontrar o termo mais correto para denominá-lo: se este era o camponês, agricultor familiar ou pequenos produtores de mercadorias, entre outras propostas conceituais. E quais poderiam ser as diferenças substantivas entre tais denominações (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 77-78).

No Brasil, o debate sobre as estruturas agrárias e o campesinato politizou-se a partir da década de 1950 como resultado da necessidade de definir, como afirma Topalov (1978), uma estratégia de desenvolvimento adaptada às condições concretas da organização agrária⁵⁴. O debate envolvendo segmentos da esquerda nacional nesse período afirmou tendências de interpretação do campesinato que ora empurravam-no para a condição de resquício feudal, afastando-o como classe das premissas do desenvolvimento, por sua condição teoricamente retrógrada, de involução ante a modernidade; ora rechaçava-o, na condição de pequeno proprietário fundiário, nascedouro capitalista genuíno; ora situava-o na esteira do próprio capitalismo, como salienta Paulino (2006), fato perceptível nas tentativas de mediação dos setores progressistas, notadamente comunistas, ao propugnar a política de frente única, aliando burgueses e trabalhadores na suposta defesa dos interesses nacionais. Essa apreensão está presente, atualmente, de forma mais velada, nos projetos enfatizando o capital social dos territórios e o desenvolvimento territorial como sinônimo de oportunidade de negócios, nos quais frágeis noções de coesão, institucionalizadas, por vezes delineadas por decretos, procuram ocupar o lugar do conflito como motor das transformações e arranjos.

Deve-se considerar que durante muito tempo os movimentos camponeses estiveram marginalizados em relação ao movimento dos operários, devido à hegemonia de certos esquemas teóricos que consideravam a luta dos operários aquela encarregada de promover as grandes transformações na

⁵⁴ “Uma primeira etapa na politização do debate é iniciada pelos autores que empreendem uma análise das conseqüências da organização rural sobre a vida política do país. Mas a modificação decisiva ocorre no começo dos anos de 1950: a problemática do desenvolvimento ganha complexidade e encontra eco cada vez mais amplo; além disso, o aparecimento de um movimento das massas rurais dá origem ao ‘problema agrário’” (TOPALOV, 1978, p. 12).

sociedade, e tais esquemas seriam os merecedores de atenção e valorizados. O Partido Comunista teve grande participação no direcionamento e na definição de como deveriam ser encaminhadas as lutas no campo, principalmente a partir da década de 1950. Os camponeses que lutavam para não serem expropriados e, de modo especial, os já despossuídos, que lutavam para entrar na terra, seriam um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois se tornando proprietário da terra de trabalho, estaria impedindo o fortalecimento do proletariado, fator necessário para superação do capitalismo. Assim, o camponês deveria aceitar a expropriação como um fator necessário, pois sendo proprietário da terra estaria oxigenando o capitalismo e seus elementos de sustentação (FABRINI, 2007, p. 15).

Essa *antiga tradição* de entendimento da questão agrária e do campesinato, tendo como vanguarda os edifícios teóricos marxistas do século XIX e início do XX, repercutia a ânsia em situar o campesinato atribuindo-lhe funções no (ou excluindo-lhe do) projeto desenvolvimentista. Uma tradição passiva de entendimento do campesinato que faz vistas grossas a seu projeto histórico que, como ressalta Paulino (2006), procura na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários. Essa tradição passiva ainda se revela forte quando teóricos, partidos políticos, movimentos sociais e entidades buscam a todo custo tutelar o campesinato. Mostrar-lhe a direção e os *métodos*.

A ênfase agroecológica inerente à *nova tradição* dos estudos sobre o campesinato (GUZMÁN e MOLINA, 2005) – importante tomar nota, com contribuições de intelectuais de diversas áreas em países latino-americanos, como México, Bolívia, Peru, Cuba, Costa Rica, Brasil, entre outros e também em outros continentes – denota que o campesinato está em movimento assim como a questão agrária. Assevera que não há um destino predefinido para o campesinato, sendo este, pois, delineado por meio das contradições imanentes do processo histórico e, por via de consequência, pelas posições que defende no âmbito das lutas, que por sua vez, como sustenta Thomaz Júnior (2005), ultrapassam os limites da questão agrária, entendida como algo restrito às relações agrárias propriamente.

Nessa linha, a partir da década de 1980, foram obtidos saltos qualitativos nas abordagens em agroecologia, para além da ênfase eminentemente naturalista de seus primórdios e avançando nas discussões sobre o território, a questão agrária, a ecologia e povos tradicionais. Podemos citar, na Agronomia, os trabalhos de Miguel Altieri, um dos

autores pioneiros no estabelecimento de bases científicas para agroecologia, divulgados por meio da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA⁵⁵) e do Centro Latino Americano de Desarrollo Sostenible (CLADES⁵⁶); desde 1985, com os trabalhos desenvolvidos com povos indígenas andinos, especialmente no domínio da antropologia, citamos Nelson Tapia Ponce, em âmbito do Centro Universitario, Agroecología Universidad Cochabamba (AGRUCO⁵⁷); na área de etnoecologia, destacamos a contribuição da precursora e densa obra de Víctor Toledo, da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM); na Sociologia, a não menos importante produção de Eduardo Sevilla Guzmán, diretor do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) e coordenador (junto com Manuel G. Molina) do Programa de Doctorado en Agroecología⁵⁸ promovido pela Universidad Internacional de Andalucía (UNIA), Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) e Universidad de Córdoba (UCO). Esse programa articula importantes professores e pesquisadores da Espanha e de universidades de outros países, entre eles Joan M. Alier, Narciso Barrera-Bassols, José A. Costabeber, Roberto G. Trujillo, Gloria G. Casado, Enrique Z. Leff e os já mencionados Stephen Gliessman e Miguel Altieri.

Esses intelectuais, pesquisadores e militantes têm contribuído com o debate epistemológico e auxiliado na construção de articulações e propostas em torno do projeto ecológico camponês. Nessa vertente, as abordagens acadêmicas mais recentes apresentam-se amplas e diversificadas, figurando a própria condição da agroecologia como conhecimento multidimensional em formação e sistematização, abrangendo temas como: etnoecologia, ecologia política e social, agrobiodiversidade, desenvolvimento rural e territorial, campesinato e ecologia, gênero e ecologia, epistemologia ambiental, paradigmas do conhecimento, soberania alimentar, tecnologias populares, metodologia participativa, descolonialidade, economia solidária, associativismo e cooperativismo, políticas públicas, educação popular, transição agroecológica, avaliação da conformidade orgânica, *Slow Food* e *bien vivir* etc.

A agroecologia pode ser mais bem descrita como uma tendência que integra as idéias e métodos de vários subcampos em vez de uma disciplina específica. A agroecologia pode ser um desafio normativo aos temas

⁵⁵ Disponível em: <<http://agroeco.org/socla/index.html>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.clades.cl/publica/publica_index.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.agruco.org/agruco/home>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.unia.es/content/view/917/171/>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012.

relacionados à agricultura que existem nas diversas disciplinas. Ela tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia (particularmente na explosão da pesquisa de ecossistemas tropicais) nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. Cada uma dessas áreas em questão têm diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas juntamente, todas têm influência legítima e importante no pensamento agroecológico (HECHT, 1989, p. 30-31).

Para os estudiosos da agroecologia, não há verdades universais. Cada agroecossistema, em cada formação territorial, apresenta singularidades substanciais em sua história econômica, organização política e códigos culturais, expressos na pluralidade de mediações ecológicas. Uma apreensão tanto instigante intelectualmente quanto desafiadora em sua objetivação frente ao reducionismo exacerbado do conhecimento ocidental embasado no paradigma convencional de agricultura. Para Norgaard (1989), a agroecologia tem bases epistemológicas diferentes da maioria das ciências ocidentais.

No agronegócio, ao se homogeneizar a base técnica, elevando a composição orgânica do capital no campo, a dinâmica produtiva torna-se cara, as tecnologias pesadas e avessas às especificidades locais, subjugando-se à lógica da acumulação os espaços e relações onde se territorializa. Com esse feito, estrutura-se sua rede global (financeira, de produção, de estocagem, de circulação, distribuição e de consumo) cuja finalidade é a busca pela “mais-valia universal” (SANTOS, 2000), pela reprodução ampliada do capital. Trata-se de uma “totalidade do diabo”, doente, perversa e prejudicial, que substitui a reprodução simples, necessária à sobrevivência do grupo, pela reprodução ampliada, necessária à acumulação. Essa totalidade instaura uma faceta perversa à globalização, em detrimento do acontecer solidário, possibilidade ao vir a ser global (SANTOS, 2003). Como nos lembra o autor,

[...] a mais recente estratégia do planejamento capitalista é evitar aparecer como um conjunto global e coerente de empreendimento. Ações isoladas podem parecer inofensivas, mas quando consideradas no seu conjunto, deixam claras as consequências perniciosas que envolvem (SANTOS, 2003, p. 192).

O caráter diverso, multidimensional, democrático e includente, fomentado pela perspectiva agroecológica é, em essência, antagônico ao agronegócio. Desafia-o. “O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado” (SANTOS, 2003, p. 139). Na agroecologia, desaliena-se o homem. Trata-se de “territórios em disputa” (PAULINO e

FABRINI, 2008), tanto na dimensão material, como, por exemplo, no agir conflitual camponês e indígena pela defesa do território contra a exclusão e o subjugio, quanto na dimensão imaterial, por exemplo, no plano teórico a disputa de concepções diferentes de desenvolvimento.

Esse movimento é particularmente interessante na América Latina. Contraditoriamente, paralelo à expansão do agronegócio tem surgido e ganhado força iniciativas e articulações de resistência agroecológicas. Na academia – em distintos domínios do conhecimento e perspectivas teórico-metodológicas diversas – e junto ao próprio movimento agroecológico, tem-se sustentado a formação de um corpo teórico e prático a partir do Sul: desconstruindo, aos poucos, a essência moderno-colonial do desenvolvimento; produzindo uma “epistemologia ambiental” (LEFF, 2001) “desde baixo” e uma ação política calcada no território, na cultura e nas identidades, valorizando os modelos culturais de natureza; articulando em rede o agir conflitual, em mobilizações, na promoção de espaços de diálogo e socialização de experiências (organizadas ou não em movimentos sociais); esses aspectos, além de denotarem o próprio movimento da questão agrária e sua atualidade, sinalizam a complexidade e o teor político dessa revolução silenciosa⁵⁹. Em instigante artigo, “La Revolución Agroecológica en Latinoamérica”, M. Altieri e Víctor Toledo, afirmam que:

Enquanto na região continuam a aumentar as agroexportações e o uso de biocombustíveis, com suas consequências ao aquecimento global, os conceitos de soberania alimentar e rural surgidos da perspectiva agroecológica estão captando cada vez mais atenção. É que as novas propostas científicas e tecnológicas relacionadas com a ciência da agroecologia e com os saberes indígenas estão sendo cada vez mais aplicadas por um número importante de camponeses, ONG's, governos e instituições acadêmicas. Isto está permitindo ganhos transcendentais em temas como a soberania alimentar baseada na conservação dos recursos naturais, e o empoderamento local, regional e nacional de organizações e

⁵⁹ “La expansión de la agroecología en América Latina ha iniciado un interesante proceso de la innovación cognitiva, tecnológica y socio-política, íntimamente vinculado a los nuevos escenarios políticos, así como al surgimiento de gobiernos progresistas y movimientos de resistencia campesina e indígena. De esta forma, el nuevo paradigma científico-tecnológico de la agroecología se está construyendo en reciprocidad a los movimientos y procesos sociales y políticos. La dimensión tecnológica de la revolución agroecológica surge del hecho de que, contrariamente a los enfoques de la llamada Revolución Verde que hacía hincapié en los paquetes semillas -químicos y ‘recetas mágicas’, funciona con los principios de la agroecología representados por múltiples opciones tecnológicas, de acuerdo a las necesidades socioeconómicas locales de los agricultores y sus circunstancias biofísicas. Las innovaciones agroecológicas nacen in situ con la participación de los agricultores en un proceso de carácter horizontal (no vertical) y se caracterizan por una tecnología no estandarizada, sino que es más bien flexible para responder y adaptarse a cada situación en particular” (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 16).

movimentos camponeses. Uma avaliação de várias iniciativas latino-americanas mostra que a aplicação do paradigma agroecológico pode trazer benefícios ambientais, econômicos e políticos a pequenos produtores e a comunidades rurais, assim como à população urbana⁶⁰ (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 04, tradução nossa).

Segundo dados sistematizados em 2011 pelas organizações “Research Institute of Organic Agriculture” (FiBL) e “International Federation of Organic Agriculture Movements” (IFOAM), a área mundial destinada à agricultura orgânica aumentou em 172% entre os anos 1999 e 2009, conforme consta na tabela 01. Porém, apesar do substancial aumento, representa apenas 0,85% da área agrícola total. Os dados apontam que, no mesmo período, o aumento da área destinada à produção orgânica efetivou-se em todos os continentes. O continente africano foi o que obteve o maior incremento, 4.609%; seguido pelo continente americano, 466%. Nos países que compõem a América Latina, o aumento registrado foi de 586%. Contudo, na mesma direção dos dados globais, nos continentes assinalados a proporção entre as áreas de produção orgânica em relação às áreas agrícolas totais indicou o cenário pouco expressivo da primeira: 2,82% na Oceania; 1,90% na Europa; 1,37% na América Latina e 0,68% na América do Norte; 0,25% na Ásia; e 0,10% na África (WILLER, 2011).

TABELA 01 - EVOLUÇÃO EM HECTARE DA AGRICULTURA ORGÂNICA (TOTALMENTE ORGÂNICA E EM CONVERSÃO) POR CONTINENTE ENTRE OS ANOS DE 1999 E 2009.

Continente	1999	2009	Variação (%)
África	21.797	1.026.632	+ 4.609
Europa	3.659.693	9.204.245	+ 151
América	1.979.944	11.211.534	+ 466
<i>América Latina</i>	1.246.797	8.558.910	+ 586
<i>América do Norte</i>	733.147	2.652.624	+ 261
Oceania	5.309.957	12.152.108	+ 128
Ásia*	2.678.716	3.581.178	+ 33
Total	13.650.107	37.172.635	+ 172

Fonte: Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) e International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM); Compilação: Willer (2011); Organização: Eduardo (2012).

* Os primeiros dados sistematizados no continente datam de 2005.

⁶⁰ “Si bien en la región continúan aumentando las agroexportaciones y el uso de biocombustibles con sus consecuencias en el calentamiento global, los conceptos de soberanía alimentaria y rural surgidos de la perspectiva agroecológica están captando cada vez más la atención. Y es que las nuevas propuestas científicas y tecnológicas relacionadas con la ciencia de la agroecología y con los saberes indígenas están siendo cada vez más aplicados por un número importante de campesinos, ONG’s, gobiernos e instituciones académicas. Esto está permitiendo logros trascendentes en temas como la soberanía alimentaria basada en la conservación de los recursos naturales y el empoderamiento local, regional y nacional de organizaciones y movimientos campesinos. Una evaluación de varias iniciativas latinoamericanas muestra que la aplicación del paradigma agroecológico puede traer beneficios ambientales, económicos y políticos a pequeños productores y a comunidades rurales, así como a la población urbana” (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 04).

No Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE), em 2006, 90.497 estabelecimentos agropecuários faziam uso de agricultura orgânica⁶¹, representando 1,37% da área agrícola total, dos quais apenas 5.106 eram certificados por entidades credenciadas.

Apesar da difícil tarefa de estimar em dados a evolução de práticas agrícolas não convencionais (devido ao baixo número de organizações que prestam apoio a agricultura orgânica; pelo caráter pouco sistemático de coleta e sistematização de dados por parte das organizações de fomento; pela dificuldade em quantificar aspectos qualitativos de tais práticas; devido ao pouco apoio oficial dos estados no estímulo a iniciativas produtivas, a pesquisa, ensino e extensão etc.) os dados sistematizados disponíveis apontam para o incremento mundial de práticas agropecuárias de base ecológica, contraditoriamente, num contexto de ofensiva do agronegócio. Os dados concernentes a práticas agropecuárias de base ecológica, agregados sob a denominação genérica de “agricultura orgânica” ainda escondem diferenças fundamentais entre tais práticas. Necessitaríamos de informações mais detalhadas sobre a real condição em que cada grupo promove tais práticas em seus territórios para assim estudarmos e melhor compreendermos, no bojo do referido incremento mundial da agricultura orgânica, a participação dos segmentos empresarial e popular e avaliar mais precisamente a potência da agroecologia para o desenvolvimento territorial. Cabe destacar que a generalização da expressão “agricultura orgânica” esconde a complexidade e o conflito inerentes às múltiplas correntes de agricultura de base ecológica. A agricultura orgânica não diverge fundamentalmente dos pressupostos da agricultura convencional: fundamentada em monocultivos, seu manejo é dependente de insumos externos; busca superar o fator limitante, porém com insumos biológicos e orgânicos, destoando da proposta agroecológica, profundamente arraigada nos conhecimentos ecológicos tradicionais, cujos princípios básicos incluem, como nos ensina Gliessman (1998), a reciclagem de nutrientes e energia, a substituição de insumos externos; o melhoramento

⁶¹ No Censo Agropecuário de 2006, a pesquisa do IBGE buscou pela primeira vez conhecer e quantificar os estabelecimentos nos quais foram adotadas práticas de produção agropecuária que não utilizassem insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem – OGM ou outros), ou outra medida para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Investigou-se também se a produção agropecuária era orgânica e se o estabelecimento era certificado como tal, ou se ainda estava em processo de certificação como unidade de produção orgânica. Não se considerou como agricultura orgânica, o sistema de produção em que o produtor, apesar de não usar adubos químicos e agrotóxicos, não tinha interesse ou desconhecia as técnicas específicas exigidas pelas instituições certificadoras de produtos orgânicos (IBGE, 2006. NT do Censo Agropecuário, grifo nosso).

da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração da agricultura com a pecuária, a otimização das interações e a produtividade do sistema agrícola em sua totalidade, no lugar de rendimentos isolados de distintas espécies.

As iniciativas agroecológicas pretendem transformar os sistemas de produção da agroindústria a partir da transição dos sistemas alimentares baseados no uso de combustíveis fósseis e dirigidos à produção de cultivos de exportação e biocombustíveis, para um paradigma alternativo que promova a agricultura local e a produção nacional de alimentos por camponeses e famílias rurais e urbanas a partir da inovação, dos recursos locais e da energia solar. Para os camponeses, implica a possibilidade de acessar a terra, sementes, água, crédito e mercados locais, através da criação de políticas de apoio econômico, iniciativas financeiras, oportunidade de mercados e tecnologias agroecológicas⁶² (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 4-5, tradução nossa).

Apesar dos inúmeros empecilhos, os camponeses e outros coletivos populares não aguardam, porém, a superação da defasagem estatística ou mesmo o respaldo oficial, para moverem-se criativamente na busca por promover estratégias em prol da defesa de seus territórios de vida contra a territorialidade do agronegócio. Com o mesmo ímpeto deve mover-se o trabalho intelectual comprometido.

Em nossa leitura, a abordagem territorial em geografia (e a partir dela) oferece-nos possibilidades teórico-metodológicas importantes para o estudo dos fenômenos espaciais, visando ao empoderamento, à discussão e estruturação de projetos calcados na multidimensionalidade, sob bases democráticas e ecológicas, sinalizando para a pluralidade de direções e de conteúdos do desenvolvimento.

Trataremos, no próximo capítulo, da problemática envolvendo a relação entre território e desenvolvimento, numa dupla tentativa: 1) identificar e desconstruir os marcos fundamentais das concepções de desenvolvimento e de território a partir do Centro Latino Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP) – coletivo que tem influenciado

⁶² “Las iniciativas agroecológicas pretenden transformar los sistemas de producción de la agroindustria a partir de la transición de los sistemas alimentarios basados en el uso de combustibles fósiles y dirigidos a la producción de cultivos de agroexportación y biocombustibles, hacia un paradigma alternativo que promueve la agricultura local y la producción nacional de alimentos por campesinos y familias rurales y urbanas a partir de la innovación, los recursos locales y la energía solar. Para los campesinos implica la posibilidad de acceder a tierra, semillas, agua, créditos y mercados locales, a través de la creación de políticas de apoyo económico, iniciativas financieras, oportunidad de mercados y tecnologías agroecológicas” (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 4-5).

contundentemente as “políticas públicas territoriais” para o campo do Brasil e da América Latina; e 2) lançar mão de elementos que nos permitam uma apreensão geográfica integrada a partir da abordagem territorial pretendida, instrumentalizando-nos a pensar o desenvolvimento sob a égide da agroecologia, do Paradigma da Questão Agrária e do projeto ecológico camponês, com base nas experiências dos atores sintagmáticos envolvidos no sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão.

CAPÍTULO II

DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA: DISPUTA (I) MATERIAL E LEITURAS DO *AGIR CONFLITUAL*

“Barreiras vegetais e zonas de amortecimento para delimitar as diferenças”

Não existe uma única forma de pensar o desenvolvimento e o território. Muito embora seja fato hodierno a reprodução de referências hegemônicas acerca do desenvolvimento e do território a embasar o pensamento e a ação/inação. Partimos do pressuposto de que é intrínseca à teoria, assim como à prática do desenvolvimento territorial a disputa. Pensar o desenvolvimento e o território como fenômenos plurais e conflituais, em nossa leitura, é um exercício para avançar no processo de crítica ao pensamento monocultural, moderno-colonial. Significa qualificar o pensamento para a ação, identificando o território como síntese sempre refeita do movimento multidimensional conflitual: do tempo lento em conflito com o tempo do industrialismo; do *território-lugar* (SOUZA, 2011; SAQUET, 2007 e 2011) – enquanto projeto político e espaço de vida e interações – em conflito com o globalitarismo; da diversidade socioambiental em conflito com a homogeneidade e o pensamento único, ou mesmo, com a produção capitalista da diversidade.

Parte-se do princípio de que o conflito é “determinado pelas causas, pelas disputas que estão em jogo na realidade social e pela leitura que fazem os atores dessa realidade”; o conflito é, em consequência, um verdadeiro dependente dos elementos ou momentos de um ciclo que se conclui quando a ação coletiva “reage” frente às causas de um problema social e modifica a significação desse conflito (ALMEIDA, 1999, p. 34-35).

Olhar com uma lupa e perceber a diversidade e suas articulações, isto é, como cada sujeito pode agir em cada escala, como a contradição se efetiva multiescalarmente, parece-nos um promissor caminho ao entendimento da disputa pelo território e pelo desenvolvimento, isto é, pelo desenvolvimento territorial. É justamente no bojo da disputa territorial que os distintos projetos de desenvolvimento conflitam e se (re)constroem. E é no enfrentamento das contradições da territorialização do modelo de desenvolvimento do agronegócio que sujeitos e organizações do campo (e da cidade) têm encontrado, nos enfoques e práticas agroecológicas, subsídios para o assentamento das bases do projeto ecológico camponês, este profundamente alicerçado nas dinâmicas, mediações e lutas pelo território.

Se na escala global a agroecologia **parece** um projeto utópico e mal desenhado, “descendo” de escala apresenta-se, topicamente, como estratégia objetiva na construção de territórios de vida: de produção, cultura e organização política camponesa. Numa escala, os sujeitos são invisibilizados pela hegemonia do agronegócio; noutra, o conflito aparece como tônica no território: nos *sistemas locais territoriais* (DEMATTEIS, 2008), há territórios mais ou menos monopolizados pelo capital, em que a territorialidade é em grande medida marcada pela passividade, e há territórios em que as pessoas se tornam sujeitos de *territorialidades ativas* e levam adiante seus projetos de vida com importante grau de autonomia relativa (como conferiremos nas experiências das famílias agroecologistas analisadas no capítulo 04).

O lugar, nessa abordagem, é nosso ponto de partida, por sua qualidade de negação do discurso monocultural. Ao contrário dos que afirmaram muito cedo sua nulidade, o lugar continua latente, em movimento e ampliando-se em complexidade. Não concebemos o lugar apenas como ponto de encontro de interesses longínquos onde se operam processos de desenraizamento, mas o compreendemos também como uma importante escala do agir conflitual na luta anticapitalista pela defesa dos territórios de vida. Além disso, o lugar continua fundamental para o pensamento: o debate planetário no tocante à temática agroecológica imbrica-se na luta local – consequentemente, se a luta local, “tópica”, cessa, a luta mais geral, igualmente, desvanece-se.

Entretanto, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a idéia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik – não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes (ESCOBAR, 2005, p. 133).

Em “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”, Escobar (2005), lança-nos questionamentos aos quais nossas proposições vão ao encontro: é possível uma defesa do lugar como ponto de construção da teoria e da ação política? Quem fala em nome do lugar? Quem o defende? É possível evidenciar nas práticas baseadas no lugar uma crítica do poder e da hegemonia sem ignorar seu arraigamento nos circuitos do capital e da modernidade?

A luta campesina pelo lugar como projeto político (que não se encerra no lugar, mas é uma luta gestada a partir do lugar e pelo lugar), território de vida e interações, não é importante apenas porque representa em essência uma *rugosidade* (SANTOS, 1996), a reminiscência de uma construção histórica e cultural que precede o próprio sistema econômico-social capitalista. O valor atrelado à essência em movimento dessa luta consiste em reproduzir (no sentido da reprodução ampliada de novas condições) territorialidades distintas das capitalistas e oferecer alternativas gestadas pelos trabalhadores à crise da modernidade – todavia, contraditoriamente, ora afirmando, ora negando o capital e seu processo sociometabólico.

A agroecologia, como processo de ativação de territorialidades, a nosso ver, congrega potencialidades para a construção de propostas alternativas de desenvolvimento fundamentadas no território: para uma práxis do desenvolvimento territorial signatária da expansão da autonomia, da criatividade, da ação coletiva e da proteção do meio ambiente. O território, de prisão social espacializada passa, por meio da luta, a significar o trunfo para uma possível libertação. Em outras palavras, possibilitando a expansão da autonomia relativa camponesa, a agroecologia permite a reapropriação social do território monopolizado pelo capital, oferecendo novos elementos para pensarmos modelos ecológicos de desenvolvimento territorial.

Nossa abordagem do desenvolvimento territorial se consubstancia, empiricamente, no estudo, em Francisco Beltrão, das experiências produtivas agroecológicas e suas interações com a rede local de sujeitos e o *milieu* local (circuitos de produção e comercialização, associações, cooperativas, organizações não governamentais, sindicatos e instituições públicas). Procuramos identificar, além de suas características, a dinâmica do sistema local territorial: as práticas do agir conflitual, os projetos propostos e em andamento, as distintas leituras sobre o desenvolvimento e as mediações que extrapolam a escala local na edificação de territorialidades-redes, as quais nutrem o projeto ecológico camponês de complexidade e organicidade. A intencionalidade em apreender esse movimento está pautada em três preocupações fundamentais, a saber: a) demonstrar que, contudo, ser lentas e descontínuas as articulações, as práticas agroecológicas não estão fadadas ao endemismo, muito embora reivindiquem o lugar; b) desconstruir as leituras do desenvolvimento territorial passivo, sem sujeitos em luta e projetos em disputa; e c) extrair

da empiria os atuais nexos que atribuem especial atenção ao território como fundamento da projeção do agir conflitual na estruturação do projeto ecológico camponês.

Um primeiro desafio que a relação agroecologia e desenvolvimento territorial implica é o de estruturarmos uma abordagem acerca do desenvolvimento e do território que tenha como referência as próprias visões de mundo dos sujeitos de nossa pesquisa. Caso contrário, incorreremos no perigo de cairmos na abstração, pensando o fenômeno agroecológico e o território através de um corpo conceitual estranho aos próprios sujeitos em luta pelo território. Nesse sentido, o conceito de lugar ou território de vida é fundamental por permitir-nos teorizar sobre a luta camponesa e suas contradições à sua escala de resistência e de suas representações, a saber, a terra e as relações a partir dela estabelecidas.

O socialismo-marxista (MITRANY, 1957), por exemplo, ao propugnar, em meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, seu programa socialista proletário, deparou-se rapidamente com a hostilidade dos camponeses que foram rotulados muito cedo como classe “inerte”, mofo ao socialismo, contrastando com o ideal de protagonismo da classe trabalhadora na indústria e a superioridade do modelo ocidental de desenvolvimento calcado no ideal urbano-industrial. Seu postulado central, salienta Mitrany (1957), apelando pela coletivização da terra e o uso em larga escala do paradigma tecnológico em afirmação no campo, zombava da reivindicação tradicional da massa camponesa. “Além disso, com o marxismo o inimigo tornou-se histórico e intocável, dificilmente compreendido pelo homem do campo com sua mentalidade terra-a-terra [...]” (MITRANY, 1957, p. 15). O autor ainda afirma, oportunamente, que “a negligência ou ignorância dos escritores e estudiosos ocidentais da atitude política e das ações dos camponeses foi sempre notável” (p. 08).

Partimos de um pressuposto contraproducente a esse marxismo ortodoxo: afirmamos o protagonismo camponês na construção de uma modernidade popular, fundamentando modelos de desenvolvimento territorial engajados ecologicamente, cuja defesa do lugar, território de vida, faz com que este se erija como projeto político: o projeto ecológico camponês. Na contramão da ditadura do proletariado, entendemos que a edificação da modernidade popular não é para amanhã, embora urgente o debate, identificação e articulação dessas territorialidades potencialmente insurgentes.

A agroecologia apresenta-se como potência à construção de outros modelos de desenvolvimento, ou mesmo, do que seria um *pós-desenvolvimento* (Escobar, 2005). Os camponeses e outros povos tradicionais são quem congregam os meios potenciais necessários para deflagrar tal mal-estar na modernidade ocidental. Uma teoria anticamponesa minaria essa esperança. Mas a ciência não pode se basear em esperanças, alguém argumentaria! Mas se se podem basear os homens e mulheres comuns na defesa de seus territórios de vida, por que não permitir-nos os que “pensam” com estatuto científico?

2.1 Território e desenvolvimento: consenso para o desenvolvimento ou envolvimento conflitual?

Em passagem anterior já assinalamos a conotação polissêmica dos conceitos de desenvolvimento, território e agroecologia. Os múltiplos significados atribuídos aos conceitos são fatores positivos desde que tais conteúdos plurais derivem do confronto democrático de ideias. Mas esse parece não ser o caso. Argumentamos que os conceitos de território e desenvolvimento territorial são noções em disputa. Em determinadas abordagens, como a do Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP), seus conteúdos perdem em complexidade e capacidade crítica, sendo ressignificados como a mais recente metáfora da concepção hegemônica do desenvolvimento (humano, sustentável, territorial etc.). A agroecologia, quando apreendida por essa abordagem territorial, é reduzida a um conjunto de técnicas. Pouco avança dos localismos e não é associada ao debate paradigmático, na condição de modelo de desenvolvimento antagônico ao agronegócio. Aliás, a crítica ao agronegócio aparece limitada a determinadas técnicas e suas mazelas, jamais se efetivando uma crítica de base, radical, a qual, no limite, levaria à negação do agronegócio como modelo de desenvolvimento. Nessa abordagem do RIMISP não figura em pauta a disputa territorial envolvendo sujeitos e modelos de desenvolvimento antagônicos. Ao contrário, a “conservação” e a busca e/ou produção de identidades sociais para a construção de articulações e realização de projetos coletivos são as tônicas dessa abordagem.

O território, por sua qualidade polissêmica – longe de ser um problema à abordagem territorial, no limite, como teme Schneider (2004), colocando à prova a “[...] pertinência do conceito de território enquanto recorte analítico e operacional para o planejamento de ações, públicas e/ou privadas, direcionadas ao desenvolvimento” (p. 02) –, escancara a

complexidade inerente aos processos territoriais colocando desafios à ciência, à pesquisa e à gestão. Desses desafios a intelectualidade e os gestores não devem eximir-se. Alguns optam por entrincheirarem-se numa crítica formal, lamentavelmente aceita de imediato, quando, frente à complexidade em pensar o fenômeno territorial, optam por acusar a abordagem de “não operacional”, como o faz Schneider (2004), respaldado por uma concepção dita “operacional” do território e da política pública.

A disputa pelo território é também a disputa pela política pública. Mas estamos nos referindo a qual território e a qual política pública? A abordagem territorial, numa concepção que entende o território como fenômeno relacional e, portanto, *locus* das relações de poder, remete de imediato à necessidade de posicionamento político por parte do pesquisador e do gestor. Somente uma ação deliberada pela despolitização dos conceitos de território e desenvolvimento pode propor uma política pública “operacional”, na direção de uma pretensa uniformidade teórico-conceitual, expansível aos moldes de política pública à escala do Estado-nação, como propõe o enfoque do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) do RIMISP, adiante detalhado.

Em nossa leitura, há pelo menos duas formas de apreender o desenvolvimento territorial, tendo por base a contradição oriunda de distintas concepções de território e de desenvolvimento, com implicações importantes na forma de pensar o território: seja nas diretrizes balizadoras de políticas públicas com “inclinação” territorial ou na ação socialmente organizada (em movimentos sociais, sindicatos, ONGs e centros de produção do conhecimento), demarcando a disputa na prática e no campo teórico-metodológico, a saber: 1) o desenvolvimento territorial passivo e consensual; e 2) o desenvolvimento territorial conflitual e potencializador de *territorialidades ativas*.

Após apresentarmos os traços fundamentais de ambas as apreensões, demonstraremos, com maiores detalhes, o campo teórico do *desenvolvimento territorial passivo* analisando o desenvolvimento territorial efetivado pelo RIMISP e, doravante, no enalço de uma síntese sobre a territorialidade dos produtores agroecológicos de Francisco Beltrão, incluso as organizações as quais estão inseridas em rede (ASSESOAR, CAPA, Rede Ecológica de Agroecologia, Associação de Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão etc.), procuraremos sistematizar possibilidades de apreensão do desenvolvimento

territorial calcado no processo de ativação de territorialidades, tendo por aportes o referencial crítico do desenvolvimento (A. Escobar; E. Dussel; W. Sachs, G. Esteva; J. Montenegro Gómez e Porto-Gonçalves) e abordagens do território oriundas de reflexões teóricas e pesquisas em âmbito do GETERR (M. Saquet; R. Santos; L. Candiottto; A. Alves, L. Flávio e M. Eduardo) e do NERA (B. Fernandes; E. Filho; C. Welch; C. Feliciano e J. Fabrini).

1. *Desenvolvimento territorial passivo e consensual (produtor de territorialidades passivas)*: o território, nessas abordagens, assume conotação areal. Trata-se de um viés que despolitiza a luta no (e pelo) território, restringindo-o a ferramenta metodológica do planejamento. O território figura como valor de troca; recurso, agregando vantagens locais comparativas; oportunidade de negócios; estratégia diferencial para a reprodução do capital pela valorização e/ou reinvenção das amenidades, por exemplo, o consumo de identidades por meio do turismo. A noção de desenvolvimento territorial, ou melhor, “a dimensão territorial do desenvolvimento”, como argumenta Abramovay (2000), vem associada a outras noções como a do “capital social dos territórios”, na qual, segundo o autor, “[...] as estruturas sociais devem ser vistas como **recursos**, como um **ativo de capital** de que os indivíduos podem dispor” (p. 04); ou “[...] **instrumento** para a solução dos dilemas da ação coletiva” (p. 05, grifo nosso). Devemos reconhecer que, na ideia de desenvolvimento territorial atrelada ao conceito de capital social dos territórios, as noções de colaboração, interação, sinergia, identidade e espaço relacional, sugerem uma guinada na visão econômica neoclássica, que entende a sociedade como “soma de indivíduos” movidos por aspirações particulares e o espaço como mero receptáculo da ação social sobre a matéria, “natureza”. Porém, duas questões são merecedoras de destaque: 1) O território apresenta-se como “dimensão do desenvolvimento” – o conceito-chave é o desenvolvimento, este é entendido enquanto fenômeno multidimensional em detrimento do território. Em outras palavras, o território localiza-se em algum lugar dentre as múltiplas dimensões do desenvolvimento: abaixo da dimensão econômica? Abaixo da dimensão política... etc.? 2) A ação coletiva interacional territorializada, na qualidade de potência, “capital social”, realiza-se sob a tutela do mercado e do Estado. Trata-se de uma “tomada de consciência”, do território e de sua natureza relacional, mas associado ao ideário do desenvolvimento, ao passo que os reinventa agregando aos termos linguagem conflitual. Esse desenvolvimento territorial promotor de *territorialidades passivas* é signatário de uma concepção de

desenvolvimento com base no consenso e no ajuste do território e das territorialidades para a produção capitalista do espaço: o território e o desenvolvimento consensuais – descoberta “a vocação territorial”, sigamos “todos pelo território”, isto é, pelo “desenvolvimento territorial”. O território, nessa abordagem, encontra-se de “cabeça para baixo”. Não possui “vida própria”, isto é, seu vir a ser efetiva-se sob a tutela do Estado. Por isso, estimulam-se *territorialidades passivas*, dependentes da oficialidade e das iniciativas privadas.

2. *Desenvolvimento territorial conflitual e potencializador de territorialidades ativas*: aqui está o cerne de nossa questão. Como pensar o desenvolvimento territorial com base em ações/interações fundadas numa concepção de território como espaço da reprodução da vida? Em outras palavras: como teorizar sobre o desenvolvimento e o território – “vistos do lado de cá” – apreendidos como valores de uso e em conflito com as forças hegemônicas que monopolizam o território e com processos centralizados e burocratizados de gestão, ambos insistentes em manter coeso determinado modelo de desenvolvimento potencializador de *territorialidades passivas*? Não temos a pretensão de esgotar essas questões. Nossa contribuição consiste em ressaltar a disputa e o conflito como elementos intrínsecos à natureza do desenvolvimento territorial. Aceitar a agroecologia como modelo territorialmente fundado de desenvolvimento (atrelado ao projeto ecológico camponês), no horizonte da ativação de territorialidades, isto é, na ampliação dos exercícios em favor da maior autonomia relativa camponesa (dos sujeitos e instituições), nas múltiplas dimensões do cotidiano, é compartilhar a ideia de que, como afirma Fernandes (2005), o desenvolvimento gera conflitualidades e as conflitualidades geram desenvolvimento. É, doravante, assumir o fato de que as questões referentes ao desenvolvimento territorial expandem-se em complexidade: o discurso do território tornado ele mesmo sujeito inverte-se frente a uma abordagem dos sujeitos em luta pelo território. Os camponeses, reagindo à perda crescente da autonomia, da biodiversidade, à exclusão e à monopolização do território pelo capital, avançam em capacidade inventiva, dando-nos mostra e sendo propositivos de modelos mais plurais, democráticos e ecológicos de desenvolvimento com base no território. Nesse viés de entendimento do desenvolvimento territorial, o território passa a expressar (i)materialmente a arena do conflito. Planejar o território com base nos pressupostos do desenvolvimento (hegemônico, capitalista) não significa o mesmo que planejar o desenvolvimento com base nos pressupostos do território. No limite, a crítica

recai sobre a própria pertinência e necessidade em avançar na direção do desenvolvimento. Amputar do território o desenvolvimento seria o mesmo que imaginá-lo estanco, sem vida? Sim e não. Sim, se limitarmos a noção de desenvolvimento ao modelo ocidental, moderno-colonial. Não, caso entendamos o território como um sistema, cujo movimento seja possível mesmo em contradição com o desenvolvimento (hegemônico). Mas a questão não é tão simples: com ou sem o desenvolvimento⁶³? O desenvolvimento territorial pressupõe o conflito permanente entre desenvolvimento e território. Como pensar um desenvolvimento territorial tendo o território como valor de uso, cujo produto seja a ampliação da autonomia relativa de seus sujeitos? Como prospectar a diversidade dos *sistemas locais territoriais*, em bases multidimensionais (E-P-C-N), como um processo ativador de territorialidades, com base no conflito, negação do capital e na direção da politização da cultura e da ecologia?

Mais que simples caprichos teóricos, essa distinção se torna fundamental na medida em que diferentes concepções, balizadas por distinções paradigmáticas, rivalizam espaços junto a sujeitos, organizações do campo e políticas públicas de desenvolvimento rural. Do contrário correríamos o risco de assistir ao “triunfo de uma ação sobre um pensamento desarmado”, como alertara Santos (1992).

A força da abordagem do desenvolvimento territorial passivo, a exemplo das leituras efetivadas pelo RIMISP, por concatenar-se com os imperativos do sistema sociometabólico do capital, tem se ampliado, influenciando nos contornos e direcionamentos das políticas públicas com enfoque territorial no Brasil e na América Latina. Desde esse viés de análise, o ímpeto insurgente das práticas e propostas agroecológicas tem se esmaecido, cedendo lugar a concepções aconflituais do desenvolvimento local/territorial autossustentáveis, difundidas pelo Banco Mundial e por outras agências multilaterais. Diferentemente, os camponeses, suas organizações e comunidades de afinidades, no âmbito da estruturação do projeto ecológico camponês, têm pautado a agroecologia como meio de otimização das estratégias de (re)existências e lutas anticapitalistas, sinalizando processos de ativação de territorialidades no horizonte da defesa dos territórios de vida e promoção da soberania alimentar. Se, de um lado, a territorialidade passiva, ancorada no consenso pelo

⁶³ Consoante pertinente crítica de Marcelo L. de Souza (1996), em “A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial”.

“desenvolvimento”, tem alargado margens para a construção de plataformas políticas conjuntas sobre supostos projetos nacionais (com a retórica do “há espaço para todos”); do outro, os sujeitos do campo, progressivamente, têm atinado para as diferenças radicais entre a lógica de desenvolvimento estimulada pelo agronegócio e as políticas agrárias e agrícolas correlatas, e os projetos de base ecológica que visam ao empoderamento dos sujeitos, ao aumento da autonomia relativa dos grupos populares e à afirmação das identidades de classe no enfrentamento da pobreza, da opressão e da exclusão e na construção e proposição de outros conteúdos e significados alternativamente ao desenvolvimento (hegemônico).

No Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), elaborado em 2011 pelo Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (GGTESPA), fórum que mobiliza representantes de 25 organizações⁶⁴ situadas nos 42 municípios de abrangência do território (incluindo atores de entidades estudadas do sistema local territorial agroecológico: ASSESOAR, CAPA, CRESOL/BASER, COOPAFI e FETRAF), avaliou-se, com a experiência acumulada ao longo da atuação do GGTESPA (desde 2003), os limites de uma concepção de desenvolvimento assentadas na negociação e no estabelecimento de consensos quando o que está em jogo no “território” são relações de poder e visões de mundo em disputa, acirradas com a ofensiva do agronegócio.

Considerando que os territórios rurais constituem-se, desde o pilar identitário dos interesses das populações tradicionais e da agricultura familiar que os ocupam, a experiência demonstra que o desenvolvimento emanado desta concepção está desafiado a lidar com forças que não constituem um potencial de negociações e consensos. É o caso da hegemonização pelas modalidades de territorialização fomentadas pelo agronegócio, nos seus aspectos fundiários, tecnológicos, ecológicos, comerciais, educativos e sócio-organizativos. Tal situação implica, pois, em assumir que a territorialização acontece também por disputas de caráter estruturante, com remotas chances de consenso (GGTESPA, 2011, p. 15).

Consoante o PDTRS (GGTESPA, 2011), onde se avaliou a gestão territorial 2006/2009, na oportunidade, dentre as prioridades hierarquizadas pelo colegiado territorial, constava como central:

⁶⁴ GGTESPA: representações de organizações governamentais – ACAMSOP, AMSOP, ASSEC, ASSEMA, EMATER, SETP, IAPAR, INCRA, SEAB, UNIOESTE, UTFPR, NRE, UFFS; representações de organizações não governamentais – ACESI/FETRAF, CMDR – regional de Pato Branco, CMDR – regional de Francisco Beltrão, ARCAFAR, ASSESOAR, CAPA, COOPAFI, COOPERIGUAÇU, CRESOL/BASER, MAB, MST, SISCLAF.

Prover recursos públicos e subsídios que fortaleçam as modalidades produtivas diversificadas e o papel econômico e social da Agricultura Familiar e Camponesa, pautados pela agroecologia com a soberania das sementes, caminhando para transformar o Sudoeste do PR em área livre de transgênicos (p. 26-27).

Adiante, em referência à eficácia dos investimentos realizados quanto aos investimentos econômicos, avalia-se no relatório:

Conforme o plano territorial, que apontava para a efetivação de iniciativas ecológicas na produção, a eficácia foi baixa, com a maioria das iniciativas abandonando, ou não adotando, os referenciais da agroecologia, havendo estruturas e equipamentos em desuso, ou em uso fora dos objetivos do projeto. Além da conjuntura geral de refluxo da agroecologia devido, inclusive, aos investimentos e as apostas das políticas oficiais no agronegócio, a ausência de estrutura operacional do território para o monitoramento dos projetos, foi decisiva para a baixa eficácia dos investimentos (p. 31).

Podemos sugerir três hipóteses sobre o fomento ao desenvolvimento territorial suscitado via esses fóruns governamentais, incubadoras de políticas públicas territoriais: 1) o território é uma referência ineficiente para pensar políticas de desenvolvimento para o campo (baseadas no *milieu* local, na rede de sujeitos e na diversidade E-P-C-N); 2) a inclinação territorial dada à política pública não se referencia com a intensidade necessária aos itens indicados anteriormente; 3) o território apreendido pela política pública difere ou não contempla efetivamente a dinâmica territorial e as reivindicações em questão. Como síntese, talvez uma quarta hipótese pudesse ainda ser aventada, considerando o desenvolvimento territorial como fenômeno em disputa: 4.1) para os atores sintagmáticos, o território é entendido como *lócus* da reprodução da vida e das relações inerentes – doravante, erige-se como referência para estruturação de *projetos de desenvolvimento* com base na ativação de territorialidades e na proteção e incremento ecológicos; diferentemente, 4.2) em sua ótica oficial, o atino ao desenvolvimento territorial restringe lugares, atividades e segmentos sociais marginalizados a uma concepção de política pública de *compensação social*. São questões abertas que percorreremos no estudo da dinâmica do sistema local territorial agroecológico beltronense.

A decisão tomada no PTDRS 2006/2009 assumiu o caráter desafiador de implementar a agroecologia como estratégia ao desenvolvimento territorial articulando campo e cidade, desde o rural. Uma intencionalidade permeada por

[...] fortes dificultadores econômicos, tecnológicos e políticos, exigindo desvencilhar-se das referências da produção ecológica como 'negócio privado' e como 'nicho de mercado', para gerar os indicadores de viabilidade. Nesta condição, tal objetivo só seria possível com um investimento efetivo da sociedade, especialmente das organizações da agricultura familiar mas, sobretudo, do Estado, tradicionalmente fomentador do agronegócio. Assim, as avaliações indicaram a limitação da implementação da perspectiva ecológica na produção, inclusive nas ações onde o território investiu em infraestrutura (GGETESPA, 2011, p. 77-78).

Na citação anterior, é explícito como a agroecologia é um conceito em disputa. A necessidade de desvencilhá-la das perspectivas de “negócio privado” e “nicho de mercado” (inerentes à racionalidade do capital “verde”), para ampliá-la como projeto camponês em embate com a territorialidade do agronegócio, sinaliza leituras do agir conflitual que desafiam a possibilidade de consenso entre distintos modelos de desenvolvimento “pelo território”. Por isso, para a agroecologia lograr êxito como potência no desenvolvimento territorial, seria preciso investimentos mais contundentes da sociedade e do Estado, bem como um direcionamento mais efetivo das ações das organizações e entidades que atuam junto à agricultura familiar. O amparo institucional ao agronegócio e seu poder de convencimento sob o signo do moderno e do produtivo têm relegado iniciativas ecológicas de produção e de desenvolvimento no Sudoeste paranaense.

Nosso intuito, ao desvelar os múltiplos significados que o enfoque do desenvolvimento territorial⁶⁵ tem assumido recentemente, mais ou menos explícitos, é demonstrar a arena de conflito entre as concepções do desenvolvimento territorial ativo e passivo, com o fito de apresentarmos elementos para o entendimento e a concatenação de uma abordagem do desenvolvimento referenciada nos processos de ativação de territorialidades a partir do sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, procurando contribuir com o debate sobre o que está em jogo nas distintas concepções de DTR e sustentando a potencialidade que representa a agroecologia como estratégia para o desenvolvimento territorial (como veremos nos capítulos subsequentes).

⁶⁵ Não será objeto desta tese averiguar, em detalhes, as formas passivas de territorialidades estimuladas pelas políticas públicas territoriais do MDA/SDT, por exemplo – assunto tratado com a profundidade que merece por Montenegro Gómez (2006), mas ampliar o entendimento sobre o porquê de os atores dos sistemas territoriais, mesmo participando ativamente dos fóruns de desenvolvimento, não terem obtido êxito na ampliação das estratégias ecológicas de produção. Veremos que para o incremento da agroecologia está em jogo algo muito além da simples participação e aplicação pontual de recursos.

2.2 “A dimensão territorial do desenvolvimento”: O RIMISP e o enfoque do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR).

O RIMISP (Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural), formado em 1986, autointitula-se organização regional sem fins lucrativos. Tem por finalidade o desenvolvimento rural latino-americano, entendido como o fortalecimento das capacidades dos diversos grupos sociais e a expansão das liberdades das pessoas que integram as sociedades rurais. O propósito da organização consiste em “[...] contribuir com conhecimentos para apoiar processos de transformação institucional, de inovação produtiva e de fortalecimento de atores sociais que revitalizem e transformem as sociedades rurais latino-americanas fazendo-as mais justas e equitativas”⁶⁶.

A organização tem por objetivos: 1) catalisar plataformas regionais multiautores que permitam o diálogo, a cooperação e as sínteses de visões e de agendas estratégicas e programáticas para o desenvolvimento das sociedades rurais latino-americanas; 2) melhorar a compreensão das transformações que afetam as sociedades rurais latino-americanas e suas estratégias de resposta; 3) melhorar a qualidade dos métodos e instrumentos disponíveis na região para o desenho, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural; 4) incentivar processos de aprendizagem que fortaleçam as capacidades de atores e coalizões sociais inovadoras, especialmente em escala territorial; e 5) ampliar a informação de que dispõem os atores sociais e os agentes do desenvolvimento territorial⁶⁷.

Três grandes áreas temáticas agregam os projetos do RIMISP: 1) aprendizagem social para o desenvolvimento rural⁶⁸; 2) dinâmicas territoriais rurais⁶⁹; e 3) transformações dos mercados⁷⁰.

⁶⁶ Disponível em: <http://www.rimisp.org/inicio/sobre_rimisp.php>. Acesso em: 21 de maio de 2012, tradução nossa.

⁶⁷ Idem nota anterior.

⁶⁸ Tiene como objetivo consolidar y enriquecer los proyectos de RIMISP en aprendizaje social para el desarrollo rural, con mira a aumentar su efectividad y capacidad de incidencia en programas y políticas para mejorar el bienestar de las sociedades rurales en América Latina. Disponível em: <http://www.rimisp.org/inicio/sobre_rimisp.php>. Acesso em: 21 de maio de 2012.

⁶⁹ Busca entender los procesos de cambio de las estructuras económicas y de los marcos institucionales de los territorios rurales y los efectos que estos cambios tienen en el crecimiento económico, la inclusión social y la sustentabilidad ambiental (idem).

⁷⁰ Se propone analizar las principales dinámicas de transformación de los mercados de alimentos y de otros bienes y servicios rurales. Busca documentar sus efectos sobre el crecimiento, la inclusión social y la sustentabilidad ambiental (idem).

No intuito de demonstrarmos o aporte teórico e aspectos da filiação político-ideológica inerente às leituras do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) elaborado em âmbito do RIMISP – cujo objetivo consiste em produzir referenciais balizadores ao domínio das políticas públicas e das ações da sociedade civil organizada – analisaremos a publicação “Desarrollo Territorial Rural” (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004). Trata-se de um documento de trabalho do RIMISP e sua escolha deve-se ao fato de entendermos que a referida publicação sintetiza a abordagem do desenvolvimento territorial da organização.

Efetivaremos a análise do aporte teórico e da filiação político-ideológica do RIMISP por meio da “teoria da desconstrução” (GARCIA, 2005; FERNANDES, 2005; GODOY, 2005), com o fito de identificarmos os elementos constituintes do edifício teórico da abordagem do desenvolvimento territorial e sua vinculação à matriz discursiva do desenvolvimento. O objetivo da atividade de desconstrução de textos, salienta Garcia (2005), é a análise das principais partes da obra, tendo sempre como referência o todo. Isso faz com que, embora tenha como produto a síntese, não se trate de mero resumo. O movimento do nosso pensamento tem que ser transversal e inverso ao movimento da construção da obra em si. Enquanto o movimento do pensamento de quem faz o resumo é linear, em direção à redução ou à simplificação da obra estudada, porque reduz o todo a uma parte, observa Fernandes (2005), a desconstrução busca identificar o movimento do pensamento na produção dos argumentos constitutivos do texto.

A publicação “Desarrollo Territorial Rural” (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004), divide-se em cinco partes: 1) *introdução* (posterior ao *resumo executivo*, apresenta, em linhas gerais, a abordagem do Desenvolvimento Territorial Rural do RIMISP); 2) *desafios e condicionantes do desenvolvimento rural* (tematiza os assim chamados novos marcos e condicionantes do desenvolvimento rural; as limitações dos enfoques tradicionais do desenvolvimento rural e a busca por novos enfoques, este último baseado nas proposições dos organismos internacionais e em algumas experiências regionais); 3) *antecedentes teóricos do enfoque territorial* (delineia, brevemente, a leitura do RIMISP sobre o construto teórico da “recente” abordagem do DTR); 4) *desenvolvimento territorial rural* (percorre uma definição do DTR e sistematiza critérios operativos ao desenho e implementação de programas de DTR, estabelece-se, como destacam os autores, um “mapa de rota”); e 5)

conclusão (sintetiza o exposto, assinalando os passos imediatos à conceitualização do enfoque e implementação de projetos de DTR).

Já no *resumo executivo*, os autores fazem referência ao acirramento da pobreza rural e destacam que na atualidade existem mais indigentes que há 20 anos. O “enfoque territorial do desenvolvimento rural”, o qual vem ganhando *status*, junto às instituições, de uma nova teoria para a ação, afirmam, surge para dar novas respostas ao fenômeno em questão⁷¹ (p. 04). Definem “Desenvolvimento Territorial Rural” como

[...]um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a consertação dos atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes, e de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004, p. 04, tradução nossa).

De posse dessa definição de DTR e numa postura de conotação propositiva, no intuito que se possa “[...] ir mais além de uma ‘intuição fundada’ do DTR e avançar para uma razoável teoria da ação para o desenho de políticas, programas ou projetos orientados para a superação da pobreza rural”, os autores apresentam sete elementos (e a partir desses elementos, oito critérios, que na sequência do documento são detalhados) que devem ser considerados no citado enfoque:

1. A *competitividade* determinada pela ampla difusão do *progresso técnico* e conhecimento é uma condição necessária de *sobrevivência das unidades produtivas*.
2. A *inovação tecnológica*, que eleva a *produtividade do trabalho*, é uma determinante crítica do *melhoramento da renda* da população pobre rural.
3. A *competitividade* é um *fenômeno sistêmico*, quer dizer, não é um atributo de empresas ou unidades de produção individuais ou isoladas, mas se funda e depende das características dos entornos em que estão inseridas.
4. A *demanda externa ao território* é o motor das transformações produtivas e, portanto, essencial para os incrementos de produtividade e renda.

⁷¹ Os autores citam (1) a insuficiente integração dos avanços teóricos disciplinares; (2) a insuficiente evidência sobre a eficácia dos novos enfoques, devido às poucas e recentes experiências, e (3) o fato dos organismos internacionais e os governos não concluírem o passo da visão para a ação, como elementos que dificultam a consolidação do emergente paradigma do desenvolvimento territorial rural (DTR).

5. Os *vínculos urbano-rurais* são essenciais para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas no interior do território.

6. O *desenvolvimento institucional* tem uma importância crítica para o desenvolvimento territorial.

7. O *território* não é um espaço físico “objetivamente existente”, mas uma *construção social*, isto é, um conjunto de relações sociais que dão origem e por vezes expressam uma *identidade* e um sentido de *propósito compartilhados* por múltiplos *agentes públicos e privados* (p. 04-05, tradução e grifo nosso).

A necessidade de um enfoque mais integrado do desenvolvimento rural, que represente alternativa à simples repetição dos esquemas convencionais ou àquelas que privilegiam as transferências diretas aos pobres por via de fundos sociais, vem à tona num momento em que o rural recebe maior atenção política por parte dos governos e agências internacionais, salientam Schejtman e Berdegú (2004). A clarificação de um enfoque territorial do desenvolvimento rural, argumentam, oferece a oportunidade de conectar os temas da pobreza rural com outros elementos do debate e da ação pública contemporâneas, como o desenvolvimento econômico local, a competitividade, a descentralização, a modernização do Estado, a pequena e média empresa e o meio ambiente (p. 08). Nesse sentido, o propósito central do trabalho é

[...] subsidiar esse processo em curso de construir um enfoque territorial para o desenvolvimento rural. O objetivo do documento é contribuir com elementos que possam constituir um “mapa de rota” operativo, que ajude a clarificar o atual debate sobre a “nova ruralidade” e, particularmente, que a pobreza rural e sua superação se coloquem solidamente no centro das preocupações públicas e sociais (Idem, p. 08, tradução nossa).

Na seção intitulada “*Desafios e condicionantes do desenvolvimento rural*”, ressalta-se como sendo condicionantes estruturais necessários a serem tomados em conta na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento rural: 1) os processos de globalização e desenvolvimento científico-tecnológico; 2) as transformações nas regras do jogo econômico; 3) as mudanças na estrutura e dinâmica do emprego rural; e 4) os processos de descentralização com sua maior ou menor capacidade das instituições rurais de adaptarem-se a esses condicionantes.

Na sequência, apresentamos no quadro 01 o conjunto dos argumentos sistematizados:

Quadro 01 – Novas características e condicionantes do desenvolvimento rural

Globalização e abertura das economias	A capacidade de competir globalmente passa a ser uma condição indispensável para a viabilidade das economias rurais. O processo de abertura das economias da América Latina e do Caribe faz com que o crescimento passe a depender cada vez mais de sua inserção competitiva nos mercados globais mais abertos. A participação da “região” no comércio mundial está fortemente concentrada em duas categorias de menor dinamismo, a saber, produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais (p. 09).
A globalização dos sistemas agroalimentares	A aceleração da concentração e transnacionalização das indústrias agroalimentares, resultado das medidas de ajuste estrutural destinadas a favorecer o investimento estrangeiro direto, é um fator condicionante com importantes implicações na evolução do espaço rural. Destaque aos desafios colocados para os produtores primários pelos supermercados e grandes indústrias agroalimentares, tanto em termos de limites (padrões de qualidade e de segurança, envasamento e empacotamento, custos, volumes etc.) como em termos de oportunidades à dinamização da produção primária ao abrir espaços de demandas mais dinâmicas (p. 11).
Impacto assimétrico das mudanças nas regras do jogo	As políticas setoriais (subsídios, compra pelas empresas estatais, fixação de preços etc.) têm se subordinado às políticas macroeconômicas e ao livre jogo das regras do mercado. No setor rural, a globalização, a abertura e o crescente papel regulador dos mercados tem propiciado os benefícios se concentrarem em determinados produtos, em algumas regiões e em médios e grandes produtores. A assimetria, oriunda do impacto das transformações referidas, tem conduzido à bimodalidade da estrutura produtiva: com um setor de empresas capitalistas de distintos tamanhos e um mar de unidades familiares com alto grau de heterogeneidade, haja vista as diferentes lógicas de manejo dos recursos a que têm acesso (p. 11-12).
Mercados imperfeitos e custos de transação	A ausência ou imperfeição de mercados-chave é destacada como outro condicionante do desenvolvimento rural, na medida em que afeta os sistemas de preços. E como inovar quando não há acesso adequado à informação, à tecnologia, aos serviços de gestão empresarial, à terra, à água e ao financiamento? Pondera-se que à medida que as manifestações concretas dos custos de transação que afetam as famílias rurais são local-específicas, suas detecção e eventual superação devem efetivar-se na mesma escala (p. 12).
Concentração da terra e do capital educacional: dois fatores críticos	Destaque para os altos níveis de concentração da terra na América Latina e no Caribe; ao fato segundo o qual a transformação na estrutura fundiária tem obtido pouca expressão pela via do mercado e a constatação de que os mercados mais dinâmicos se situam nas proximidades das cidades e áreas de recente colonização. Em relação à educação, argumenta-se com respeito ao impacto sobre os níveis de ingresso e o acesso a ocupações melhor remuneradas. As desigualdades no acesso à educação passam a constituir um dos elementos críticos de reprodução das desigualdades econômicas e sociais (p. 13).
Mudanças na dinâmica do emprego	O emprego rural na “região” tem experimentado transformações significativas que obrigam a abandonar a identidade rural = agrícola. É dada atenção aos Empregos Rurais Não Agrícolas (ERNA), considerando 1) seu peso importante e crescente na absorção de força de trabalho rural; 2) que constitui mecanismo de superação da pobreza que somente a atividade agrícola não oferece; 3) que permite diversificar as fontes de renda; 4) sua maior incidência em áreas de maior dinamismo do desenvolvimento agrícola; e 5) que o acesso a melhores opções de ERNA correlaciona-se com os níveis de educação, o desenvolvimento da infraestrutura e o gênero (p. 14).
Descentralização	Atenção para a extensão e o aprofundamento da democracia e de processos de descentralização na “região” em detrimento da gestão centralizada do período anterior. As eleições de autoridades locais por voto popular e assimilação de crescentes responsabilidades aos governos locais são condicionantes dos desenhos da política rural. A descentralização é apreendida como condição de participação, especialmente: 1) avançando na construção de mecanismos que permitam integrar

	as demandas locais no marco dos objetivos das estratégias nacionais; 2) reproduzindo em escala local a compartimentação das funções públicas próprias dos órgãos de nível central; 3) evitando, assim, a apropriação por elites locais da definição dos objetivos e recursos destinados ao desenvolvimento local (p. 15).
Demandas de participação e cidadania	Em âmbito rural, as bases para o exercício de uma cidadania ativa estão longe de ser alcançadas, pois direitos de primeira ordem (os chamados “naturais”) não têm sido satisfeitos para um número importante de pessoas (cédula de identidade, vinculação de áreas rurais ao domínio político administrativo dos estados, ausência de reconhecimento de povos indígenas, por exemplo). Destaque para a necessidade de que os Estados e os sistemas políticos tenham capacidade de absorver e refletir as novas práticas dos movimentos sociais e combinar as políticas públicas com o capital social que a própria sociedade vai forjando (p. 16).
Mudanças nos padrões culturais	Transformação intensa das culturas rurais devido ao maior contato com o urbano (mudança de hábitos, padrões de consumo, inserção nos mercados etc.).

Fonte: Schejtman e Berdegú (2004), tradução e adaptação nossa.

Antes de avançarem mais sistematicamente nas características específicas da “proposta de desenvolvimento rural com enfoque territorial” os autores citam como aspectos emblemáticos concernentes às “limitações dos enfoques tradicionais do desenvolvimento rural”:

1. A omissão da elevada heterogeneidade que caracteriza as sociedades rurais e o mundo da pobreza, especialmente da pequena agricultura e empresa rural não agrícola, o que sinaliza a necessidade de políticas diferenciadas;
2. O desconhecimento do caráter multidimensional da pobreza rural e a tendência a enfrentá-la com respostas unívocas que não compreendem a complexidade do fenômeno e suas manifestações;
3. Centram-se em atividades agrícolas e não incorporam o caráter multifuncional das unidades familiares rurais;
4. Não intervêm para corrigir as falhas ou ausências de mercado, frequentes no mundo rural;
5. Desvinculam as ações orientadas à transformação produtiva daquelas que apontam para a reforma das instituições rurais;
6. Falham em articular as políticas e ações específicas de desenvolvimento rural em escala “macro”;
7. Têm dificuldades para assumir o fato de que crescentemente são os mercados e os agentes de mercado quem têm o peso decisivo na determinação das tendências, oportunidades e restrições que enfrentam os pobres rurais;
8. Não consideram a possibilidade de induzir a agroindústria, os serviços, as empresas médias e grandes, incluindo aquelas localizadas na cidade, a assumir o papel de

difusoras de tecnologia para determinados segmentos de pequenas e médias empresas rurais;

9. Carecem de capacidade para adequar as propostas estratégicas ou políticas gestadas centralmente nas potencialidades e restrições específicas, ou, o inverso, não incorporam considerações para a reprodução e ampliação das experiências exitosas;
10. Não consideram os efeitos potenciais que um determinado desenvolvimento de núcleo urbano poderia ter tanto na transformação produtiva da atividade rural como nas condições de vida e trabalho da população, sobretudo os pobres.

Na sequência, o texto foca-se na referida “busca por novos enfoques”. Sublinha-se a expansão dos recentes enfoques territoriais de desenvolvimento junto a organismos internacionais, tais como: o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Banco Mundial; a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Apresentam-se, a seguir, exemplos regionais de políticas públicas na América Latina (Brasil, Bolívia, Peru, Equador e México), Europa (programa LEADER⁷²) e Canadá (programa Rural Partnerships⁷³), formatadas aos moldes dos referidos novos enfoques (territoriais) de desenvolvimento. Em alguma medida, salientam os autores, “[...] as transformações nos condicionantes externos do desenvolvimento rural e certa insatisfação com as respostas tradicionais aos problemas da pobreza têm conduzido a uma crescente convergência nas propostas de desenvolvimento rural para a América Latina e o Caribe formuladas nos últimos anos por organismos internacionais” (p. 18, tradução nossa).

Na parte 03, com o intuito de traçarem, no decurso da história, a evolução teórica dos enfoques tradicionais rumo às novas abordagens do desenvolvimento rural, “el Desarrollo Territorial Rural”, Schejtman e Berdegúe (2004) identificam, como “antecedentes teóricos do enfoque territorial”, quatro perspectivas teórico-conceituais, a saber: 1) a *teoria do desenvolvimento econômico e espaço* (recupera-se, fundamentalmente, as tradicionais “teorias da localização e dos lugares centrais” de V. Thünen, W. Christaller e August Lösh e a

⁷² Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural.

⁷³ Acordos Rurais.

teoria dos “distritos industriais” de A. Marshall); 2) *os clusters ou teoria dos complexos industriais* (ênfatisam-se aportes que trabalham com teorias acerca das vantagens e estratégias competitivas e o papel representado pela articulação das empresas nesse processo, com especial atenção às contribuições do final do século XX, influenciadas pela obra de M. Porter, “A vantagem competitiva das nações”, de 1989); 3) as abordagens dos *Novos distritos industriais* (alude-se ao *milieu* e à potencialização do capital social, isto é, o entorno com capacidade de produzir conhecimento, inovar, criar instituições e competir internacionalmente; faz-se referência ao “Silicon Valley” e à experiência conhecida por “Terceira Itália”, analisada por A. Bagnasco, Giacomo Becattini, entre outros); e do 4) *Desenvolvimento econômico local*, destacando-se três grandes eixos de apreensão, relacionados: a) às externalidades produtoras de economias de escala externas à empresa e internas ao território, incluindo as discussões dos *clusters* e dos distritos industriais, anteriormente citados; b) à literatura sobre entornos de aprendizagem, com foco nos processos coletivos, geradores de inovação e competitividade e, c) as considerações sobre governança, compreendidas enquanto o conjunto de rotinas, regras, costumes e valores envolvidos nos ativos institucionais de um território.

Dos “antecedentes teóricos do enfoque territorial” mencionados, os autores extraíram sete aportes que se imbricam aos pressupostos do DTR definidos pelo RIMISP:

1) *A competitividade determinada pela ampla difusão do progresso técnico e do conhecimento, é uma condição necessária de sobrevivência das unidades produtivas.* Portanto, cabe precisar que ser competitivo, em um contexto de marginalidade como é o que interessa quando a perspectiva de análise é a superação da pobreza, deve entender-se como a capacidade de gerar melhores empregos (incluindo o autoemprego), que conduzam a incrementos sustentáveis dos ingressos como requisito para o melhoramento das condições de vida das famílias rurais.

2) *A inovação tecnológica em:* i) *processos* (transformando os insumos em produtos com maior eficiência); ii) *produtos* (passando a bens de maior valor e/ou a demandas mais elásticas e dinâmicas); ou iii) *gestão* (na forma de organização e de relação com os mercados), que eleve a produtividade do trabalho; *esta é uma determinante crítica do melhoramento dos ingressos da população pobre rural.*

3) *O caráter sistêmico da inovação* não é um atributo de empresas ou unidades de produção individuais e isoladas, mas se funda e *depende das características dos entornos* em que estão inseridas, onde intervêm os sistemas de educação, investigação e desenvolvimento, informação e financiamento, junto a uma gama de provedores de serviços e insumos. Trata-se, portanto, de uma ótica que enfatiza as articulações multissetoriais em um espaço determinado.

4) *A demanda externa ao território como motor das transformações produtivas e, portanto, como fator essencial para os incrementos de produtividade e renda.* Reduzido o território (em especial quando é pobre) à demanda interna, termina condenado, no melhor dos casos, à reprodução ciclo a ciclo de sua condição precária, senão à sua deterioração. Trata-se de transformar a estratégia orientada pela oferta, característica de muitos projetos, para adotar outra orientada pela demanda externa ao território ou, em outras palavras, por uma lógica que se propõe a fazer o necessário para satisfazer os requerimentos do exterior a respeito dos bens e serviços que o território pode gerar. A vantagem deste enfoque radica nas necessidades de capacitação, assistência técnica e outros; surgem os problemas e oportunidades específicos encontrados na tarefa de satisfazer os “contratos”, em termos de volume, qualidade, oportunidade e preço. No caso das zonas rurais com baixo grau de desenvolvimento econômico, trata-se de adaptar as capacidades potenciais de determinados núcleos rurais à produção de bens e serviços que em seções anteriores foram definidos como de baixa densidade tecnológica.

5) *Os vínculos urbano-rurais* são essenciais para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, portanto, é através deles que se opera a relação com a demanda externa [ao território], ademais porque determinam a viabilidade de certos empreendimentos devido a suas condições de acesso a insumos, conhecimentos, redes e relações, que são externos ao mundo rural.

6) *O desenvolvimento institucional* tem uma importância decisiva para o desenvolvimento territorial. Em particular a relação direta com a *existência e o funcionamento de redes de relações sociais de reciprocidade baseadas na confiança; elementos culturais e identidades territoriais; e redes com atores externos ao território.* Todos são fatores que facilitam a aprendizagem coletiva, pré-requisito para a ampla difusão do progresso técnico e a

competitividade. Igualmente, estas instituições são os elementos que ligam os projetos coletivos de desenvolvimento rural e resultam absolutamente indispensáveis para que os processos de desenvolvimento tendam a superar, e não a reproduzir, as relações de poder que marginalizam os setores pobres das oportunidades e benefícios dos ditos processos.

7) O *território como construção social* é o último elemento que resgatamos da teoria, e que supõe conceber o território como um *conjunto de relações sociais que dão origem e às vezes expressam uma identidade e um sentido de propósito compartilhado por múltiplos agentes públicos e privados*. É essa referida identidade que permite dar sentido e conteúdo a um projeto de desenvolvimento de um espaço determinado, a partir da convergência de interesses e vontades (p. 28-29, tradução nossa).

Na última parte do trabalho, os autores avançam na sistematização dos aportes teóricos, anteriormente assinalados, percorrendo uma definição e apresentando as características substanciais da abordagem do DTR. Para tanto, seis elementos são tomados em consideração: 1) a incorporação da dimensão territorial nas propostas de desenvolvimento, no sentido de considerar que o âmbito da ação extrapola o espaço agrícola; 2) a consideração da heterogeneidade social dos espaços ou territórios, no sentido de ir além da focalização das iniciativas nas famílias rurais pobres e incorporar os distintos agentes que têm presença relevante no espaço rural; 3) outro elemento, relacionado com o anterior, diz respeito à incorporação de empregos agrícolas e não agrícolas como destinatários de ações orientadas ao incremento da produtividade; 4) a ênfase nas articulações entre os setores agrícola, industrial e de serviços, incluindo a agroindústria e o *agrocomércio* como motores potenciais do próprio desenvolvimento agrícola; 5) derivado dos elementos anteriores, trata-se da incorporação dos vínculos urbano-rurais na definição do espaço de ação relevante, em lugar de reduzir-se ao espaço agrícola; e 6) a crescente relevância do componente institucional do desenvolvimento rural (p. 30, tradução nossa). Consoante Schejtman e Berdegú (2004),

Da definição se depreende que o DTR descansa sobre dois pilares estreitamente relacionados, a *transformação produtiva* e o *desenvolvimento institucional*, cujo conteúdo é necessário precisar: a transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território com mercados dinâmicos, o que supõe transformações nos padrões de emprego e produção de um espaço

rural determinado. *O desenvolvimento institucional tem como objetivo estimular a consertação dos atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes*, assim como modificar as regras formais e informais que reproduzem a exclusão dos pobres dos processos e benefícios da transformação produtiva (p. 30, tradução e grifo nossos).

Por fim, os autores sugerem oito critérios operativos do DTR, com o intuito de serem “[...] orientadores do desenho de estratégias e políticas que tenham como objetivo contribuir para a superação da pobreza rural” (Idem, p. 31):

1. A transformação produtiva e o desenvolvimento institucional devem ser abordados simultaneamente nos programas de DTR;
2. Os programas de DTR devem operar com um conceito ampliado do rural;
3. Para os programas de DTR, o território é um espaço com identidade e com um projeto de desenvolvimento consertado socialmente;
4. Os programas de DTR devem considerar explicitamente a heterogeneidade entre territórios;
5. Os programas de DTR devem convocar a diversidade de agentes do território;
6. Os programas de DTR devem considerar as distintas rotas de saída da pobreza;
7. Os programas de DTR requerem uma complexa arquitetura institucional;
8. Os programas de DTR devem ser formulados e gestados com horizontes em médio e longo prazos.

2.3 O RIMISP e a consertação do território: desenvolvimento para combater à pobreza dos sujeitos do campo?

Passemos para a próxima etapa: desconstruir a abordagem do DTR efetivada pelo RIMISP, cujos elementos centrais foram pontuados nas últimas páginas. Procuraremos, sucintamente, identificar o alcance (limites e potencialidades) da teoria, para que, posteriormente, à luz da abordagem territorial (histórico, crítica e relacional) em âmbito da geografia e de outras ciências sociais, possamos avançar na proposição de outra abordagem do desenvolvimento territorial calcada em processos de ativação de territorialidades, tendo por referência a territorialidade dos produtores agroecológicos de Francisco Beltrão, suas

interações e a dinâmica das instituições nesse processo⁷⁴ (como será detalhado dos capítulos 03 e 04).

A justificativa do RIMISP em prol da pertinência e necessidade de novos aportes teóricos, com base na “dimensão territorial do desenvolvimento”, constitui o mesmo conjunto de argumentos utilizados nos últimos sessenta anos, cujo eixo primordial assenta-se sob o discurso do combate à pobreza e sua indissociabilidade em relação ao desenvolvimento.

A ideia de desenvolvimento, associado a seus complementos (econômico, rural, humano, sustentável e, mais recentemente, territorial etc.), transformou-se em fetiche e num poderoso instrumento de poder e de controle social, como sustenta Montenegro Gómez (2006). Ganhou *status* de religião emergindo como um grande axioma desde a segunda metade do século XX. O desenvolvimento, como instrumento de controle social, adquiriu progressivamente poderes de legitimação e, concomitantemente, de coerção social.

No documento de trabalho analisado, a palavra “desenvolvimento” aparece 178 vezes; as noções “pobre” e “pobreza”, 78; na sequência, destaca-se o número de vezes em que aparecem as palavras: “mercado”, 61; “identidade”, 27; “competitividade” e “competitiva”, 21; “conservação”, 14; e “inovação”, 13 vezes (já a palavra “conflito” aparece em apenas 08 ocasiões). Isso constituindo-se a espinha dorsal léxica do RIMISP e – relevado algumas diferenças de engenharia conceitual – do tradicional empreendimento prático-discursivo do desenvolvimento.

O desenvolvimento, enquanto prática, consoante Montenegro Gómez (2006), prossegue mantendo sua força, tanto no imaginário coletivo como na essência das políticas públicas, a despeito da seguinte espiral nada virtuosa: “[...] implementação de estratégias de desenvolvimento – fracassos – reformulações – novas estratégias – novas promessas – novos fracassos” (p. 117).

Em seu viés discursivo, as diferenças entre sujeitos sociais e suas distintas territorialidades são aplainadas, a natureza diversificada dos territórios menosprezada e a

⁷⁴ Serão estudadas e descritas suas particularidades nos capítulos subsequentes.

coerção, corroborada em benemérito a uma orientação, um Norte (leia-se o “Norte” como coerência almejada⁷⁵) capaz de conduzir a sociedade inteira a uma situação de *otimum* social – evidentemente de proeminência econômica – expresso por indicadores, como a conhecida comparação do PIB *per capita* nas escalas (inter)nacional e regional, a subsidiar, por exemplo, as políticas econômicas e as de assistência social. Como oportunamente sustenta Esteva (2000),

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza, em necessidades cuja satisfação exige a mediação do mercado (p. 74).

2.4 Mas afinal, a qual desenvolvimento nos referimos? Em qual contexto eclode como ideologia e doutrinação social?

Enquanto ideologia, o desenvolvimento ocupa lugar no fortalecimento da “amnésia social da história”. Em outras palavras, cumpre especial função no processo de “naturalização” das relações sociais e do devir histórico, levado adiante pelo feito burguês de “autonomização da economia capitalista” (POLANYI, 2000). O desenvolvimento tem raiz histórica, mas seu *ethos* apresenta-se como uma transcendência; tem conotação de classe, mas parece pairar sobre os antagonismos.

A palavra desenvolvimento, por si só, já é prenhe de juízos de valor, antes mesmo de alguém qualificar o que entende pelo termo. Afinal, as sociedades tribais, ditas também “frias” ou (muito impropriamente) “sem história”, não se colocam a questão de um “desenvolvimento”, como tarefa consciente ou desafio. Desenvolvimento pressupõe mudança, transformação - e uma transformação positiva, desejada ou desejável. Clamar por desenvolvimento (seja a partir de que ângulo for) só é concebível, portanto, no seio de uma cultura que busque a mudança ou que

⁷⁵ Diga-se de passagem que há um caráter ideológico incrustado desde há muito tempo nos termos “orientar-se” e “nortear-se”. Os símbolos são amplamente utilizados como poderosos sistemas de representações, dos quais *experts* se valem para construir o edifício discursivo do desenvolvimento. Como ressalta Esteva (2000), “[...] a palavra define uma percepção. Essa, por sua vez, torna-se um objeto, um fato. Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvimento’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo” (p. 66).

esteja conscientemente aberta a essa possibilidade como um valor social. Culturalmente enraizada, a idéia de desenvolvimento contém inarredável carga axiológica antes mesmo de sofrer apropriação ou qualificação por parte de alguma escola de pensamento ou ideologia específica. Passível de abordagem científica (formulação de teorias e estratégias, estudos empíricos), o "desenvolvimento", todavia, é um objeto inscrito, desde o começo, em uma moldura filosófica. Tratá-lo cientificamente não isenta - antes exige - pensá-lo também em termos éticos e político-filosóficos, pois só assim a prática científica pode adquirir mais profundamente consciência sobre seu próprio objeto (SOUZA, 1996, p. 05).

Sachs (2000), Montenegro Gómez (2006) e Escobar (2000) datam, metaforicamente, a “criação” do discurso hegemônico do desenvolvimento no dia 20 de janeiro de 1949. Nesse dia, o presidente estadunidense Harry Truman pronunciou seu discurso de posse como chefe de Estado em seu segundo mandato. Naquele episódio, Truman ratifica a necessidade de levar a prosperidade econômica dos EUA aos países que designou “subdesenvolvidos”. Inventando o subdesenvolvimento, Truman lança as bases para a criação e expansão do discurso do desenvolvimento, de um modelo a ser seguido (ESCOBAR, 2000).

O apelo ao desenvolvimento (e seus associados: incremento do PIB, economia de mercado, aumento da produção e da produtividade, competitividade e políticas públicas correlatas), propalado pelo RIMISP em torno da construção conceitual do DTR, desconsidera o fato de que, para dois bilhões de seres humanos,

[...] em um sentido muito real, daquele dia em diante [20 de janeiro de 1949], deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem invertida da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Partindo do pressuposto de que o “solo” cultural em que a ideia de desenvolvimento se enraíza é, por excelência, a modernidade, que, por seu turno é uma cria dessa entidade histórico-geográfica chamada Ocidente, conforme argumenta Souza (1996), uma primeira evidência do aporte teórico do RIMISP diz respeito a sua associação ao pensamento e à prática política de uma minoria opulenta insistente em manter inalteradas as condições (i)materiais da modernidade ou, em outros termos, do “sistema mundo moderno-colonial”,

isto é, no dizer de Mignolo (2005), da “[...] construção do mundo moderno no exercício da colonialidade do poder” (p. 78).

No entanto, os discursos e ações desenvolvimentistas passam a ser questionadas e se revelam em crise. Sachs (2000) destaca quatro premissas básicas de autodestruição desta percepção que molda a realidade: primeiramente, pela situação ecológica “insustentável” do modo de produção vigente; segundo, por passar a servir mais como prevenção do que soluções que levem ao progresso; terceiro, por ampliar as desigualdades sociais entre os países do “Primeiro” e do “Terceiro Mundos”, assim como entre as regiões desses países; e, “por fim”, pela ocidentalização do mundo, contribuindo para diminuir a diversidade cultural, as formas alternativas de pensar, de agir, de conceber a mudança social e de organizar economias e sociedades.

Em nosso entendimento, a abordagem do DTR efetuada em âmbito do RIMISP, longe de lançar novos olhares sobre o desenvolvimento, é uma tentativa, de posse de uma refinada engenharia conceitual, de conceder sobrevida a essa vaga noção que, por sua vez, se configura, igualmente, como visão de mundo e prática política. Suas proposições concernentes ao DTR acarretam, como corolários, a sobrepujante inflação conceitual sobre o desenvolvimento, acrescentando ao seu léxico tradicional, as noções de “território”, “identidade” e “conservação”.

Ao mirarmos nossa atenção aos aportes teóricos forjados pelo RIMISP é possível visualizarmos importantes alterações em relação aos enfoques tradicionais do Desenvolvimento Rural, especialmente no que concerne ao reconhecimento do local (em interação com outros níveis escalares) como relevante escala de planejamento (via políticas públicas), à alusão à heterogeneidade das sociedades rurais e da pobreza como aspectos constituintes das relações territorializadas e à incorporação da relação campo-cidade como perspectiva teórico-metodológica.

Agora, analisando mais detidamente, a abordagem do RIMISP incorpora apenas uma crítica formal dos enfoques tradicionais que visa superar, haja vista, que mantém intocadas as premissas que compõem o núcleo duro da ideologia do desenvolvimento. Mesmo formal, a crítica avança propondo novas sínteses, *nuevos aportes*, pavimentando o caminho para a circulação mais rápida de perspectivas teórico-metodológicas semelhantes, cuja intenção é

discutir o mérito e por à prova a potência de uma determinada concepção de desenvolvimento e de território, conjugadas na abordagem do DTR: nesse ponto, o RIMISP se coloca como vanguarda na construção de um “território imaterial” na esfera do pensamento e da produção do conhecimento os quais, posteriormente, se materializam, como já é fato, nas ações concretas dos sujeitos, movimentos sociais e instituições diversas. Como lembra-nos Fernandes (2008, p. 277-278):

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e, por conseguinte, a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, dirigir, propor, significar, interpretar, são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Esse ato político exprime a liberdade de criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições.

Outrossim, para além de seu feito de renovação estética da ideologia desenvolvimentista, essa apreensão do desenvolvimento e do território repercute num empobrecimento, por subjugar os complexos processos de “projeção espacial das relações de poder” (SOUZA, 1996 e 2011) aos limites da ação social no circuito mercantil, propondo, doravante, políticas públicas formatadas sob a tutela desse pressuposto, as quais repercutem na potencialização da heteronomia e da *territorialidade passiva*. Por isso, em nossa leitura do RIMISP, os conceitos de “território” e “identidade”, por exemplo, não expressam um real avanço na direção de proposições renovadas de desenvolvimento territorial com base na autonomia e na ativação de territorialidades.

Importa considerar, porém, que as proposituras do DTR elaboradas pelo RIMISP não se limitam a simples crescimento dos aportes tradicionais por adição. O que está em questão, sob a égide do DTR, é o delineamento de uma nova referência teórico-metodológica, dotada de uma engenhosa artimanha discursiva de combate à pobreza,

sistematizada com o fito de conceder o fio condutor para a consolidação de um território imaterial e a possível construção de um paradigma de política pública territorial.

A pobreza seria combatida pela intensificação da integração dos sujeitos e seus territórios ao circuito mercantil nas diversas escalas e pela capacidade dos distintos sujeitos serem partícipes de um projeto comum de desenvolvimento, tangiversando conflitos pelos fóruns de “consertação”. A reivindicação das noções de “consertação” e “identidade” têm por mote a construção social de ambiências, pertencimentos, solidariedades e sinergias entre os distintos sujeitos e suas ações no campo e na cidade. Solidariedade e identidade tornam-se mercadorias, mais ou menos valorizadas pela lógica de funcionamento do mercado capitalista, assim como a educação, as articulações horizontais, o apoio mútuo, os recursos naturais e os conhecimentos locais e tradicionais se tornam insumos desse desenvolvimento com base na temporalidade do capital, no produtivismo, na competitividade e na artificialização da natureza.

Nesses termos, a tradicional estratégia do capital e da retórica do desenvolvimento de aniquilar o conflito e as resistências pela ridicularização, pela hostilidade, ameaça, pela força, pela matança, pela deslegitimação das reivindicações, pela fala firme e outros meios ásperos, cede lugar à fala mansa, ao discurso da inclusão dos contrários na criação de projetos comuns e na já desacreditada promessa, propalada há 60 anos, de superação da pobreza via divisão dos produtos do crescimento econômico. É bom lembrar que a fala áspera e a fala mansa coexistem, ambas comprometidas com o aniquilamento das contradições, mas lançando mão de táticas diferentes: a última agrega como elemento uma virulência conceitual calcada na estratégia de **compor para dominar** – estratégia fortemente coadunada à essência do desenvolvimento e que seu discurso visa despistar, a saber, a “coerção social”, como argumenta (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006).

Por exemplo, no documento, o DTR – definido, concomitantemente, como enfoque analítico e de política pública – remete à premência da simultânea transformação produtiva e institucional dos territórios: aspectos pertinentes para projetarmos outros modelos de arranjos produtivos – socialmente includentes, tecnologicamente adequados e ecologicamente engajados – e novos formatos institucionais – potencializando a inclusão, a participação, as horizontalidades e o amplo diálogo democrático. Porém, a transformação

produtiva mencionada tem por objetivo vincular o território, competitiva e sustentavelmente, a mercados dinâmicos e a transformação institucional, fortalecer as articulações entre os atores sociais do território e entre eles e os agentes externos, com o intuito de estimular a interação e consertação dos atores com o fortalecimento da integração econômica, além de *oportunizar a participação dos pobres no processo e seus benefícios* (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004): outro importante estreitamento de uma abordagem que tem por viés a superação da pobreza e o balizamento de políticas públicas. Em síntese, a busca por incluir os pobres a esteira do desenvolvimento (na maioria dos casos, limitando-se ao discurso da inclusão, ludibriando-os, no intuito de transpor as resistências e torná-los potenciais parceiros do desenvolvimento) é uma premissa anterior ao debate sobre os próprios sentidos e conteúdos das pobreza e suas possibilidades de superação, no horizonte de construção de outras territorialidades.

A pobreza – ponto de partida do RIMISP e noção amplamente citada em sua conceituação do DTR –, assim como o desenvolvimento, tal como se compreende contemporaneamente, ou seja, enquanto fenômeno eminentemente caracterizado pela privação econômica dos sujeitos, trata-se de uma construção conceitual e ideológica moderna: fato desconsiderado no desenho das políticas de DTR da organização. Destarte, sustenta Rahnema (2000), o movimento de avaliação das necessidades justifica-se, em essência, por fornecer aos planejadores uma base “científica” para seu planejamento antipobreza.

As necessidades que os programas de desenvolvimento e erradicação da pobreza procuram identificar e prognosticar, através de seus peritos e instituições de planejamento, são basicamente as necessidades de uma determinada “economia”, uma determinada noção de pobreza, e uma categoria especial de consumidores e contribuintes, cujos direitos e interesses deveriam ser protegidos. Não correspondem ao que o povo em geral precisa, diante do fato de ter sido alijado de seu espaço autóctone. Enquanto estas necessidades continuam insatisfeitas, as próprias atividades econômicas instituídas em nome dos pobres imputam-lhes diferentes necessidades de uma natureza inda mais insaciável. Num outro plano, a problematização das necessidades dos pobres em termos econômicos modernos também contribui para a desintegração dos espaços autóctones, expondo assim os pobres a situações de desamparo ainda mais completo (RAHNEMA, 2000, p. 238).

Como argumenta Rahnema (2000), os pobres não precisam da produção de recursos econômicos ou serviços, que afinal beneficiam outros ou as gerações seguintes; *precisam*

antes recuperar sua efetiva capacidade de captar seus próprios recursos autóctones, obtidos na sua região – que são diferentes daquilo que os economistas chamam de recursos. O argumento de Rahnema (2000), sugerindo que a superação da pobreza se objetivaria como resultado da ação dos sujeitos na recuperação de suas capacidades de apropriarem-se de seus próprios recursos locais, “dialoga” com nossa proposta do desenvolvimento territorial como processo de ativação de territorialidades. Ademais, um importante traço do enfoque agroecológico consiste no esforço e potencialização do agir conflitual pela captação popular dos recursos autóctones como estratégia de defesa dos territórios de vida e reapropriação social da natureza.

Demarcamos que essa proposição do desenvolvimento territorial como processo ativador de territorialidades, orientadas a contribuir com a construção de autonomias com base na criatividade popular e na resistência à monopolização do território pelo capital e que, por isso, reconhece o conflito como legítimo e a disputa como fundamento das relações de poder territorializadas, contrastam com a concepção do DTR do RIMISP, cujo pressuposto essencial é a intensificação do desenvolvimento (das técnicas e relações que conferem vigor à reprodução ampliada do capital: a partir do “território”) com a promoção da *territorialidade passiva* e consensual via fóruns de consertação.

Em um extremo, descortina-se uma abordagem do desenvolvimento territorial forjada “desde baixo”, oriunda do próprio movimento de construção popular e defesa dos territórios de vida; em outro, propõe-se um enfoque do desenvolvimento territorial formatado “desde cima”, heterônoma desde o berço, subordinando as territorialidades ao mercado e às políticas públicas, alicerçada por concepções políticas de organismos multilaterais e agências de cooperação internacionais (econômicas, políticas, científicas, tecnológicas etc.), na incumbência de assegurarem o *status quo* da ideologia e prática desenvolvimentista, tendo como estratégia compor para dominar ou, eufemisticamente falando, garantir a assimetria no território com a definição dos projetos coletivos. Tendo como pano de fundo a disputa territorial (i)material, a primeira concepção tem na autonomia seu ponto de partida e de chegada; já a segunda, tem como premissa, do começo ao fim, o compromisso com o desenvolvimento que reproduz a opressão, a concentração e a centralização. E quanto ao território? Na primeira, concomitantemente, é produto espaço-temporal da ação social e condição/trunfo para o exercício e reprodução

das relações horizontalizadas; na outra, espaço de governança e substrato material com valor diferencial de mercado (potencialmente) agregado, em termos de identidade específica, paisagem amena, saber fazer social territorializado e dinâmica produtiva local: trata-se de uma

[...] concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio de políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital (FERNANDES, 2008, p. 280).

A seguir, investimos esforços no trabalho de apontar os limites do conceito de território presente no tratamento do DTR pelo RIMISP para, posteriormente, elencar nosso entendimento e sistematizar uma abordagem do desenvolvimento territorial fundamentada na perspectiva histórica, crítica e relacional.

2.5 Território do consenso/território da dissidência

Penso em uma geografia das diversidades ecológica e cultural, em uma geografia da ação coletiva local, capaz de valorizá-la e reproduzi-la, em uma geografia das redes “horizontais”, nas quais tais valores são reconhecidos e circulados. Acredito, também, em uma geografia dos conhecimentos científicos e tecnológicos apropriados aos diversos contextos territoriais. Esta última geografia, para ser efetivada com vários especialistas (engenheiros, agrônomos, ecologistas, sociólogos, antropólogos...) deveria demonstrar as vantagens econômicas, sociais e culturais que se poderiam obter com a adaptação das técnicas aos lugares, em vez de se transformarem e destruírem as especificidades dos lugares para adaptá-los às técnicas, como ocorre atualmente, quando o único objetivo é o da maximização do rendimento do capital financeiro global. Essa geografia seria operativa, capaz de dizer onde, como e em que medida se poderiam produzir valores diversificados para aumentar a riqueza à disposição da humanidade de hoje e de amanhã (DEMATTEIS, 2009, p. 10).

O território entrou na moda. Nunca dantes se fez tamanha referência a este conceito. Reivindicam o território desde movimentos indígenas e autonomistas até o Banco Mundial, tamanha amplitude: grupos de pesquisa, articulações de cooperação científica diversas, organismos multilaterais, movimentos sociais, fóruns institucionais governamentais (como, no Brasil, é o caso da Secretaria do Desenvolvimento Territorial) e empresas privadas (por exemplo, a dinamização dos circuitos econômicos e turísticos em torno da construção da

ideia de *terroir*). Nessa aparente⁷⁶ celeuma, a “fashionalização” do território pode conduzir à fetichização, coisificação e banalização da capacidade explicativa de um conceito tão caro à geografia e a outras ciências humanas. A coisificação do território, argumenta Souza (2009), efetiva-se quando este não é apreendido pelo seu elemento constituinte, a saber, a dinâmica das relações de poder espacialmente projetadas. Consoante o citado autor, trata-se de tarefa urgente “[...] buscar uma construção conceitual mais sofisticada e menos escrava da banalização operada pelo senso comum e pelo discurso ideológico dominante” (p. 64).

Por território entendemos espaços apropriados socialmente que se (re)produzem (objetiva e subjetivamente) e diferenciam-se pela dialética de poderes historicamente “alinhados” nas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e natural) e escalas de cada sistema territorial (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; SAQUET 2003, 2007 e 2011). O território constitui-se, concomitantemente, numa abordagem e num produto inerente à manifestação da reprodução da vida em sua plenitude. A dinâmica territorial é sempre um dado momento da síntese relacional, portanto, conflitual da sociedade. Os períodos desses momentos, suas temporalidades, variam de acordo com a correlação de força entre os atores sintagmáticos do território e entre estes e a “exterioridade”. As próprias identidades territoriais, enquanto produtos histórico-sociais, devem ser concebidas para além de seu aspecto formal, aparentemente dotado de imobilidade, como fazem parecer a estética da arquitetura, da música e da indumentária dos “territórios e territorialidades do turismo” (a exemplo dos circuitos turísticos da imigração italiana e alemã no Rio Grande do Sul, como no caso, em Bento Gonçalves, dos “Caminhos de Pedra” e, em Nova Petrópolis, denotando aspectos do legado regional da “cultura teuto-brasileira”), mas evoluindo em complexidade, em contínua transformação, repleto de contradições, como em efetivo é toda realidade histórico-social. De qualquer forma, a conflitualidade é a essência do acontecer territorial, seja na cultura, na economia, na política, seja nas mediações ecológicas.

A discussão sobre a conflitualidade, inerente a toda relação de poder social e espacialmente constituída, é abnegada como legítima na concepção de território erigida no campo do enfoque territorial do desenvolvimento rural do RIMISP, quando abordada,

⁷⁶ Aparente, pois somente o teórico obtuso não discerne a radical diferença do território reivindicado pelos movimentos socioterritoriais do território a que os organismos multilaterais fazem alusão.

prevalece o consenso produzido sobre o conflito tematizado e a consertação idealizada sobre a legitimidade da luta pela diferença: como produto, o estímulo à territorialidade passional típico desses protótipos territórios do consenso – compreensível, quando miramos a opção teórica do RIMISP por uma determinada leitura do conceito de território, coerentemente alinhada à visão de desenvolvimento das organizações multilaterais que referenciam e financiam pesquisas do supracitado Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural.

O esforço do RIMISP em sistematizar uma abordagem territorial do desenvolvimento rural concatena-se à referida “busca por novos enfoques”, percorrida, como ressaltam Schejtman e Berdegú (2004), por organismos internacionais multilaterais, como o FMI, o FIDA, o Banco Mundial e a CEPAL.

Claramente, ao traçarem os “antecedentes teóricos do enfoque territorial” os autores formatam uma leitura do território ajustada aos interesses dos grupos que representam: reduzindo o território, como observado, à dimensão do desenvolvimento. Essa vertente de análise do território surgida das teorias da localização, da abordagem dos complexos industriais e do desenvolvimento econômico local, inevitavelmente, iria desaguar na proeminência analítica do econômico e no balizamento das políticas públicas territoriais e do desenvolvimento institucional com base nos pressupostos da competitividade e da inovação tecnológica, orientadas para atender à demanda externa ao território.

Seja frisado que Schejtman e Berdegú (2004) sequer fazem menção à construção política, de larga data e vasta bibliografia, em torno do conceito de território – de longe, a dimensão historicamente privilegiada no tocante às análises do conceito.

Em síntese, a abordagem do desenvolvimento territorial do RIMISP expressa, em sua plenitude, o fenômeno da fetichização do território, ao despi-lo das relações de classe e de seus intrínsecos conteúdos político e conflitual. O mesmo processo operado no fenômeno da fetichização da mercadoria – identificado por K. Marx, no qual as relações sociais, estabelecidas em processos historicamente específicos de produção, desaparecem de vista e ressurgem, ao contrário, como algo diferente, como relações entre indivíduos ahistóricos adquirentes e as mercadorias que eles buscam adquirir na condição de consumidores - efetiva-se no território. Com o fetichismo da mercadoria, as relações de produção

dissolvem-se em relações de mercado e as relações de classe dissolvem-se em um individualismo de maximização da utilidade, como apontam Outhwaite e Bottomore (1996, p. 462). Com o fetichismo do território, este, de síntese das relações de poder, transforma-se em recurso econômico espacializado em simples dado do desenvolvimento econômico. Atributos territoriais como a identidade, a paisagem e o saber-fazer figuram como meros recursos potencialmente mercantilizáveis. Somente uma concepção fetichizada da territorialidade, isto é, da ação relacional (portanto, conflitual) territorializada e das relações de poder que tais processos entretêm pode conceber o território, em “sua” dinâmica, como um campo aberto de possibilidades, produto da livre relação espacialmente constituída entre os indivíduos. Outra variante do fenômeno da fetichização, associado ao processo anteriormente destacado, trata-se da promoção do território a categoria de sujeito: expressões como “território da soja”, “território da moderna avicultura”, “território do turismo”, “território rural”, além de coisificarem o território, reduzindo-o, em suas múltiplas escalas, à dimensão hegemonicamente econômica, caricaturando-o, tendem a induzir o devir histórico dos territórios às suas potencialidades locais/“territoriais” “objetivas” (a da moderna agricultura de grãos, a da avicultura integrada etc.), sobretudo via institucionalização das políticas chamadas territoriais. A dissidência, o conflito, a diferença, as potencialidades subalternizadas e as articulações no *subsuelo político*, como é o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, são, sobremaneira, apreendidas residualmente, circunstanciadas pelos “limites da própria natureza específica desses fenômenos”, ou são desqualificadas, deslegitimadas, identificadas como anomalias, “guetizadas”, por estarem em desacordo com o *modus operandi* vocacional do território.

Importa-nos salientar nosso entendimento e explorar o fato de que o território, fundamentalmente constituído por relações de poder, congrega uma forte contradição, uma esquizofrenia formal, motivo pelo qual teóricos adeptos ao pensamento libertário têm visto com desprezo a abordagem. Acenamos para a contradição, sob a qual a construção de cerceamentos, contingenciamentos e o correspondente estabelecimento de fronteiras e limites, inerentes aos processos de apropriação social do espaço, podem induzir tanto à hierarquização, privação, exploração, espoliação e exclusão, bem como afirmar e potencializar interações baseadas na inclusão, nas horizontalidades, na solidariedade e na preservação ecológica. Nessa aparente esquizofrenia, ademais, em ambos extremos o

território aparece como recurso. Contudo, as territorialidades horizontais, estimuladoras de solidariedades e engajamento ecológico, demandam definições de recursos mais complexas e sofisticadas, bem diferentes daqueles dos recursos econômicos intercambiáveis, segundo o léxico da economia moderna.

Se, na proeminência de critérios econômicos, como denota a abordagem do RIMISP, os territórios são inventariados segundo suas potencialidades em termos de recursos econômicos endógenos, seu nível de coesão social e articulação em rede com a exterioridade (suprindo as demandas externas ao território), consubstanciando, metaforicamente, mosaicos espaciais da economia, caricaturas territoriais econômicas, a ideia de recurso para os atores sintagmáticos desses territórios dissidentes é entendida em termos de potencialidade territorial à construção de projetos contra-hegemônicos nas dimensões da economia, da política, da cultura e da natureza (E-P-C-N).

Nesse sentido, importa salientar que, por “valores”, não entendemos somente os valores de mercado, mas também e sobretudo, como argumenta Dematteis (2009), os elementos ecológicos, humanos, cognitivos, simbólicos, culturais que cada território pode oferecer como valores de uso, bens comuns, *patrimônio da humanidade*.

[Contudo] O problema que atualmente se coloca é como a diversidade de recursos territoriais desse tipo pode ser potencializada, conservada e reproduzida em um mundo no qual a produção de valor é controlada por um sistema econômico-financeiro global, que tem como única força a acumulação capitalista e, como resultados, a alteração da biosfera, a redução da biodiversidade e da diversidade cultural, o aumento das desigualdades e da guerra (DEMATTEIS, 2009, p. 10).

É preciso ter clareza que não se trata do retorno de identidades simples, no caso das práticas agroecológicas, um retorno à natureza, à tradição, baseado nas territorialidades insurgentes, mas reafirmamos, assim como Quaini (2011, p. 20), que “depois do desenvolvimento, tornaram-se úteis muitos recursos que foram jogados fora em virtude da nossa viagem insensata à modernização e à globalização”⁷⁷.

⁷⁷ “É preciso ter clareza que tudo isso ‘não é o retorno de identidades simples, mas a descoberta que, depois do desenvolvimento, tornaram-se úteis muitos recursos que eram jogados fora’ em virtude da nossa viagem insensata à modernização e à globalização. Também a ‘paisagem’ colocamos fora pela janela, porque do alto do nosso saber estratégico voltado para a conquista do mundo, não entendemos aquilo que os poetas já tinham entendido: que sem uma paisagem ou um ‘mapa’ não impostos pela globalização cultural e econômica,

Tais territórios dissidentes formam-se quando sujeitos sociais compartilham de projetos comuns de desenvolvimento, com maior ou menor nível de articulação, consciência política e definição de estratégias, em resistência a processos de opressão, subordinação, espoliação e expropriação, hegemonicamente projetadas no espaço. Logo, as territorialidades dissidentes baseiam-se na inclusão. E, numa perspectiva territorialista, consoante Dematteis (2009), “[...] inclusão significa capacidade de reconhecer, controlar e transformar em valores, a potencialidade dos diversos sistemas territoriais; significa fazer reconhecer, também no exterior, esses valores, de modo que possam entrar e circular nas redes globais” (p. 10).

Com objetivos, temporalidades e escalaridades próprias, são exemplos: os movimentos étnico-raciais que lutam pela demarcação de terras e/ou reconhecimento de direitos; organizações desde a escala dos bairros, como as populações atingidas pelas obras dos megaeventos no Brasil; os movimentos de contracultura, como os *punks* e os *hippies*; as articulações de produtores agroecológicos, fazendo frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio; os Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto, dos Atingidos por Barragens e dos Trabalhadores Sem Terra, para limitarmos a alguns casos.

Quando os oprimidos e excluídos tomam consciência de sua situação, tornam-se dissidentes, ensina-nos Dussel (2007): a dissidência faz perder o consenso do poder hegemônico, o qual, sem obediência, se transforma em poder fetichizado, dominador, repressor. O liame entre esses movimentos, territórios da dissidência, baseiam-se na evidência de que, em sentido forte, essas práticas contestatórias e de resistência têm importantes vínculos territoriais. Mais que isso, são práticas que se projetam territorializando o espaço, mobilizando os recursos materiais e imateriais do território na edificação das resistências. São, portanto, “movimentos socioterritoriais” (FERNANDES, 2008) de “(re)existência” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

não podemos nos conhecer e, assim, não podemos existir conscientemente. Estamos apenas sendo levados pela história, continuamos sendo carne maltratada de uma Geografia a serviço do mundo imperialista [...]” (QUAINI, 2011, p. 20).

2.6 Pelo território! Mas qual território? A noção de desenvolvimento territorial e o ímpeto insurgente das *territorialidades ativadas* pela agroecologia: a necessidade de ousadia conceitual

São intrínsecas ao território, como salientado, as ideias de limite, fronteira e poder. Por sua vez, refletir sobre limite, fronteira e poder demanda uma série de outras ponderações sobre, por exemplo, reticularidade, articulações entre escalas, campo político, multidimensionalidade, autonomia, heteronomia, identidade, institucionalidade, produção do conhecimento, inter/transdisciplinaridade etc.

O RIMISP, com sua engenharia conceitual em torno da noção de DTR, ao invés de assumir, em sua diversidade, o tratamento das múltiplas e contraditórias determinações, próprias dos sistemas territoriais e dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, opta, deliberadamente, por reduzir analiticamente o nível de complexidade dos fenômenos visando construir um arcabouço teórico-metodológico assimilável, essencialmente, pelas políticas públicas chamadas “territoriais”. O território é reduzido a um esquema. E, como em qualquer esquema, escapa-lhe a diversidade, a maleabilidade, a criatividade e, por isso, a possibilidade de ousadia. O enfoque do DTR do RIMISP não projeta cenários teórico-metodológicos capazes de pensarmos, com a sensibilidade, diversidade, refino e premência necessários, outras formas de concebermos o desenvolvimento para as territorialidades dissidentes.

Estão claros, por outro lado, os limites epistemológicos que a estrutura disciplinar do conhecimento nos induz para alçarmos abordagens mais abrangentes e integradas sobre o desenvolvimento territorial. Mas tal limite não nos autoriza a desconsiderarmos a complexidade como elemento constitutivo dos sistemas territoriais ou a reduzir as abordagens sobre o território às convenientes estreitezas da reflexão para gestão burocrática: desaguando, reiteramos, na fetichização do território. O “esforço” do RIMISP em sistematizar um enfoque territorial desemboca em importantes estreitamentos: um conceito profícuo, rico em possibilidades, dotado de especial potência para o tratamento político das práticas socioespaciais, quando apropriado, é esvaziado, coisificado, diminuído a “dimensão do desenvolvimento”.

Intentamos avançar para além esses enfoques areais do território que privilegiam seu tratamento econômico, fetichizando os complexos processos que o consubstanciam. Nossa empreitada consiste em lançar outro olhar sobre o território, apreendendo-o em sua dupla determinação, isto é, como produto do e condicionante para o exercício dos poderes, desvinculando-o das concepções que o reduzem a sinônimo de “substrato material”. Doravante buscamos, nessa leitura da abordagem territorial, nutrir de novos elementos a ideia de desenvolvimento territorial ao focalizarmos realidades espaço-temporais específicas, baseadas nas práticas agroecológicas e em suas territorialidades dissidentes, estruturadoras do que estamos denominando “territórios de vida” e “projeto ecológico camponês”. O território, ressalta Souza (2008, p. 67), por conter realidades espaço-temporais bem diferentes da fixidez das fronteiras estatais é a escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente.

Evidentemente, esse entendimento do território não interage com o enfoque do DTR do RIMISP em virtude de este último, a todo custo, limitar as potencialidades dos sistemas territoriais, o vir a ser dos territórios, à arquitetura institucional oficial, às escalas municipal, estadual e nacional, enquadrando-os, como assinalado, nos ritos dos fóruns de consertação público-privada e na definição e implementação de políticas públicas estimuladoras do incremento das densidades produtiva, tecnológica, informacional e infraestrutural, sinalizando, preponderantemente, a maximização da competitividade dessas “áreas” para atender à demanda externa ao território.

A agroecologia, enquanto fenômeno de contra-hegemonia ao agronegócio, mais que simples atino à dimensão ecológica da produção agrícola, mais que mero conjunto de técnicas para o manejo sustentável de agroecossistemas, afirma-se como potencialidade ao desenvolvimento territorial camponês, proporcionando processos de ativação das territorialidades na direção da reapropriação social da natureza e do aumento da autonomia relativa dos grupos sociais subalternizados. Isso implica qualificarmos a argumentação perguntando: de qual campo? De qual agricultura? De qual relação social? Isto é, **de qual território estamos tratando?** Para responder a estas perguntas, oferecemos uma leitura da questão agrária tendo por ênfase os elementos estruturantes do modelo de

desenvolvimento territorial camponês na perspectiva agroecológica, incluído no movimento do que denominamos projeto ecológico camponês.

Na sequência, de maneira sucinta, teceremos considerações sobre cinco aspectos que, a nosso ver, são centrais para um duplo exercício teórico: primeiramente, a desvinculação do conceito de território do senso comum e da ideologia dominante e, como resultado, operar o desvencilhamento do *território-coisa*, desfetichizando-o. Esses aspectos nos auxiliarão, ainda, a pensar uma abordagem do desenvolvimento territorial como expressão das práticas espaciais insurgentes, tendo por referência, em nosso caso, a dinâmica territorial agroecológica.

2.6.1 Para emancipar o território: “[...] territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2011)

Desvencilhar o conceito de território do simplismo operado pelo senso comum e da estreiteza analítica atrelada a concepções do conceito historicamente privilegiadas pela ideologia dominante é um pré-requisito essencial para sua emancipação. Importa sublinhar que grande parte da mencionada simplificação objetivada pelo senso comum está intimamente associada à consolidação histórica de uma ideia estreita de território forjada acadêmica, burocrática e disciplinarmente sob a tutela e interesse da elite. A ideia banal de território-coisa, isto é, sinônimo de “porção de área”, “chão”, “espaço determinado onde se exerce uma ação”, confundido, corriqueiramente, com os limites político-administrativos entre municípios, estados e nações, tão impregnado no imaginário popular e também no de um sem-número de intelectuais, deriva de uma acrítica “sedimentação” conceitual conduzida, “naturalizada” e popularizada a contento da ideologia dominante.

O mesmo processo histórico de heteronomização dos indivíduos pelo Estado burguês, que conformou a subjetividade desses sujeitos e, em grande medida a passividade destes, aos limites que lhes foram impostos pela lei, pela chibata, pela religião e por determinada moral, está expresso no desinteresse em pensar o território como um conceito politicamente profícuo: a coisificação e fetichização do conceito são a manifestação imediata desse fenômeno. Como pensar algo diferente via território, já que sua objetivação implica em limite, opressão e burocratização? Parece mesmo um contrassenso! Romper com esses preconceitos é outro passo fundamental em direção à estruturação de uma apreensão

teórico-conceitual mais refinada e politicamente engajada. Emancipando o “território” do núcleo duro da geopolítica e da superficialidade do senso comum, abre-se margem para elevá-lo a outro plano analítico.

O “território” por excelência, para o senso comum mas também para juristas, militares e cientistas políticos – e até para geógrafos – terminou sendo, durante muito tempo, aquele “sobre o qual” o aparelho do Estado exerce sua soberania. Nessas condições, “emancipar” a categoria território e construir um conceito em que não se confundissem a projeção espacial do poder (as fronteiras e a malha territorial) e os objetos geográficos materiais, e no qual uma fonte de poder (e com ela determinadas escalas) não fosse hiperprivilegiada, exigiria um esforço de crítica ideológica – esforço esse que, em virtude do contexto histórico-cultural, durante muito tempo não foi nem sequer percebido pela maioria como sendo necessário ou pertinente (SOUZA, 2011, p. 62-63).

No âmbito da ciência geográfica, o Estado tradicionalmente foi o principal *locus* de referência discursiva, observa o supracitado autor. A ênfase geográfica no estudo das fronteiras e dos Estados, fenômenos e instituições caracterizadas pela “longa duração”, auxiliaram a “cristalizar”, no imaginário coletivo, a impressão de “fixidez do território”, ideologia ativa na constituição das identidades e de uma ideia de “destino comum”. Não é de admirar, conclui Souza (2011), que o território fora “coisificado” ao ser reduzido à sua manifestação e condição de poder estatal – “um poder heterônomo menos ou mais ‘deslocado’ do restante da sociedade, em que o corpo de cidadãos aliena sua soberania menos ou mais voluntariamente” (p. 66).

Desse modo, podemos elaborar análises diferentes das de Ratzel (1990), por exemplo, que em suas abordagens de geografia, calcadas nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas, concebe o território como sinônimo de “solo”, cuja soberania deveria ser exercida, fundamentalmente, pelo Estado-nação. O autor fundamenta seus estudos a serviço do Estado alemão de sua época (final do século XIX), em fase de definição territorial, condição *sine qua non* à expansão do capitalismo naquele país e da factibilidade de sua inserção no cenário da corrida imperialista.

A forma espacial clássica assumida pelos Estados territoriais modernos e as territorialidades que seu aparelhamento engendra, abalizadas jurídico-militarmente, é apenas um dos formatos (hegemônico, importa frisar) espaço-temporais possíveis do existir territorial.

Os territórios podem ter formas, temporalidades e durações diversas, segundo cada realidade espaço-temporal. Podem coexistir e sobrepor-se, inclusive, à territorialidade dos Estados territoriais. Por exemplo, se atentarmos para a região Sul do Brasil, visualizaremos, *imediatamente*, um recorte espacial que congrega três unidades da federação, cuja existência está associada a critérios de regionalização baseados em formas específicas de gestão que articulam os estados ao planejamento à escala do Estado-nação, no caso, à escala da República Federativa do Brasil. Mas o território não se esgota nesse arranjo burocrático: político-administrativo, jurídico e militar. Olhando para o Sul do Brasil com acuidade, *mediatamente* (LEFEBVRE, 1969) perceberemos a existência de um conjunto de dinâmicas (territorialidades), que tomam feições territoriais de acordo com as formas específicas de apropriação do espaço, coexistindo, articulando-se, entrando em disputa, negando e sendo negadas, gerando tensionamentos entre si e com a territorialidade institucional, oficial. Nessa região, menos ou mais subordinadas e reconhecidas como legítimas pelo Estado territorial, poderíamos citar a concomitante existência, a título de ilustração, dos *sistemas locais territoriais* dos indígenas Kaingangues; a articulação de sujeitos e entidades que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia, na territorialização camponesa; os nós, redes e malhas regionalmente estabelecidos pelos complexos agroindustriais da moderna avicultura, da bovinocultura de corte, do monocultivo arbóreo e da produção de grãos para exportação, formando territórios do agronegócio. No campo, os sujeitos e sistemas espacialmente constituídos, com projetos, escalas e temporalidades diversas, disputam territórios e o próprio Estado por meio das políticas públicas e outras ações (como são os casos da criminalização e judicialização da luta pela terra no Brasil, conduzida pelo Estado via pressão das elites agrárias e corporações transnacionais do agronegócio), repercutindo a natureza conflitual da questão agrária. O agronegócio se territorializa subordinando e/ou destruindo os territórios camponês e indígena (FERNANDES, 2009). Por mais que numa mesma unidade de produção possam coexistir os sistemas convencional e agroecológico, esse existir paralelo jamais será harmônico, pois, reiteramos, a agroecologia e o agronegócio não se limitam à dimensão técnico-produtiva, como visões apressadas geralmente enxergam; são, em suas plenitudes, modelos de desenvolvimento territoriais antagônicos. O conflito e a disputa territorial iniciam-se, portanto, na escala da

própria unidade de produção. Por isso é tão caro a camponeses e organizações de fomento à agroecologia o tema da “transição agroecológica”.

Compreendemos o território, assim como Raffestin (1993), como expressão do espaço apropriado e transformado pelas relações de poder, constituindo-se histórica e socialmente por meio de malhas, nós e redes. Consoante Heidrich (2005), “por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território” (p. 56). Nesse entendimento, enquanto fenômeno formado pela projeção espacial das relações sociais – portanto, da tensão perene entre poderes, nas suas mais variadas formas e dimensões –, a natureza do território, seu movimento e sua paisagem só podem ser a conflitualidade geografizada. Somente depois de desconstruídos os fetiches territoriais é que poderemos percebê-lo como formado, em sua *multidimensionalidade*, pelos atores sociais que o redefinem em suas práticas cotidianas, em “campos de forças”, nas mais variadas direções, intensidades e ritmos.

Como argumenta Saquet (2003), são as relações sociais que dão o concreto ao abstrato e que consubstanciam o poder, logo, o território: “toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários” (p. 24). Há materialidade das formas e relações sociais em cada relação espaço-tempo, com mudanças e permanências/continuidades.

É nesse sentido que Souza (2011) afirma: “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos”. O processo territorial (territorialidade, territorialização e desterritorialização) efetiva-se no espaço e com sua concretude, isto é, com os objetos geográficos, os recursos culturais e ecológicos disponíveis num dado momento. O espaço não é anulado pelo território. Não se configura como massa inerte, simples depositário das realizações sociais e naturais, é, pelo contrário, “forma-conteúdo” (SANTOS, 1989) que testemunha, acumula, dá suporte e congrega os distintos processos territoriais ao longo da história.

Os territórios não surgem aleatoriamente. Surgem a partir do espaço e, ao dissolverem-se, deixam suas inscrições e agregam conteúdos a ele, daí o espaço ser uma “forma-conteúdo”. Os processos territoriais reproduzem ampliamente o espaço, mas não se limitam às suas concretudes contíguas. O arranjo territorial de uma aldeia indígena

Kaingang difere em muito, por exemplo, do arranjo dos *sistemas locais territoriais* agroecológicos. A Rede Ecovida de Agroecologia viabiliza uma organicidade em rede dos sistemas locais territoriais agroecológicos: ao articular as relações sociais projetadas nos espaços concretos de cada lugar, forma um *território-rede*, com aparência espacialmente fragmentária⁷⁸. Esse arranjo do agir conflitual em rede, articulando sujeitos e organizações em diversas escalas, pode passar despercebido a olhares apressados, haja vista que, como nos remetem Dematteis e Governa (2005), “[...] as representações do mundo às quais estamos habituados cobram sentido desde a contiguidade dos lugares, do mesmo modo que a contiguidade entre as peças de um mosaico nos faz reconhecível uma figura” (p. 33, tradução nossa).

As técnicas da globalização não emancipam as relações do espaço, mas possibilitam o acontecer territorial para além da contiguidade espacial, articulando ações em diversas escalas, tanto para explorar quanto para fortalecer dissidências com base na autonomia. A complexa relação entre a concretude dos espaços e os processos territoriais tem propiciado confusões no espírito de geógrafos mais desatentos e estes, contribuído, mesmo que involuntariamente, para a coisificação do território e a banalização de sua faceta teórico-conceitual.

2.6.2 Para emancipar o território: o poder como “*vontade-de-viver*” ou por uma concepção relacional do poder

Os seres humanos consideram vantajoso viver em comunidades, mas os seus desejos, ao contrário dos das abelhas num cortiço, continuam a ser em grande medida individuais; daqui surge a dificuldade da vida social e a *necessidade de governação*. Pois que, por um lado, o governo é necessário: sem ele apenas uma pequena percentagem da população dos países *civilizados* podia esperar sobreviver, e isto num estado de carência lamentável. Mas, por outro lado, a governação envolve desigualdades de poder, e, aqueles que têm a maior parte do poder usá-lo-ão para promover os seus próprios desejos, em oposição àqueles dos *cidadãos vulgares*. Assim, anarquia e despotismo são igualmente desastrosos e é necessário algum compromisso se se quiser que os seres humanos sejam felizes (RUSSEL, 1990, p. 133, grifo nosso).

Em “*O poder: uma nova análise social*”, publicado nos idos da década de 1930, Bertrand Russel afirma: “Só percebendo que o amor ao poder é a causa das actividades que

⁷⁸ As geografias humana, econômica e política encontram-se perturbadas, porque as representações do mundo às quais estamos habituados cobram sentido desde a contiguidade dos lugares, do mesmo modo que a contiguidade entre as peças de um mosaico nos faz reconhecível uma figura (p. 33, tradução nossa)

são importantes nos assuntos sociais é que a história, quer seja a antiga ou a moderna, pode ser interpretada correctamente” ([1938]1990, p. 13). Mais adiante, porém, pondera: “Se a vida social deve satisfazer os desejos sociais, tem de ser baseada sobre alguma filosofia que não derive do amor ao poder”. (p. 170); “O amor ao poder, se se deseja que seja benéfico, tem de estar ligado a algum fim que não o poder” (p. 172).

Nas passagens anteriores, Russel (1990) expõe a exata compreensão da ideia de poder – enquanto fenómeno pejorativo, coercitivo, “contratual” e heterônomo – que almejamos desconstruir. Possivelmente, tal concepção de poder, arrolada por Russel, está impregnada pelos acontecimentos que marcaram sua vivência (1872 e 1970) na condição de cidadão do País de Gales, Reino Unido: notadamente, a Corrida Armamentista do século XIX, a qual pavimentou terreno para a eclosão da Primeira Guerra Mundial, produto do acirramento da disputa interimperialista e o período “entreguerras” marcado pela ascensão do nazifascismo. Se, por um lado, Russel avança de uma compreensão estreita do poder enquanto monopólio coercitivo do Estado-nação (batizando este de “poder nu”), ao identificar as várias formas assumidas pelo poder (clerical, régio, nu, revolucionário, económico, discursivo, filosófico etc.), concebendo-o como fenómeno multidimensional, ainda na adolescência de M. Foucault, não sinaliza, por outro lado, horizontes teóricos de apreensão do poder para além da dimensão “contratual”, institucionalizada – “o governo é necessário” (sic) –, heterônoma, com “raízes no medo” (sic), em uma palavra, pejorativa. Daí a visão formalista do poder, perdendo-se de vista, doravante, que seu conteúdo relacional permite a potencialização de outras relações sociais, portanto de poder, sublinhada pelas horizontalidades, pela autonomização dos sujeitos e de seus códigos de territorialidades. A reconstrução da “narrativa histórica” nos termos do “amor ao poder”, como propõe Russel (1990), fenómeno nato aos seres humanos, “[...] a maior parte de nós, em algum momento, molestou caprichosamente um formigueiro e observou, com um sereno contentamento, a correria resultante” (p. 26), resulta na naturalização de uma leitura pejorativa do poder e, consequentemente, na naturalização das instituições mediadoras desse “instinto originário”. A “governança” (sic), entendida na figura institucionalizada do Estado territorial, erige-se como fenómeno natural, inevitável e desejável na medida em que assegura o mínimo de “compromisso” (sic) e coerência “se se quiser que os seres humanos sejam felizes” (sic). “O

que precisamos para uma felicidade duradoura é inacessível aos seres humanos: apenas Deus pode ter glória absoluta, porque d'Ele é 'o reino, o poder e a glória'". (p. 12)

O Estado mediador, mesmo congregando relações de poder assimétricas, visa à garantia da "civildade" dos "cidadãos vulgares" (sic), o controle sobre o ímpeto nato às pessoas (e suas organizações) pelo "amor ao poder", regulando, contratualizando, o que, *per si*, produziria efeitos nefastos, despóticos ou "anárquicos". O amor ao poder, se se deseja que seja benéfico, conclui Russel (1990), tem de estar ligado a algum fim que "não o poder" (sic). O autor trabalha, ainda, com o pressuposto da "domesticação do poder" e da premência de uma suposta "filosofia que não derive do amor ao poder" (sic), caso a "vida social cumpra satisfazer os desejos sociais" (sic).

De qualquer modo, sublinhamos o que de essencial nos interessa daqui por diante: a ideia de poder, coerentemente definido pelo próprio Russel (1990), como a "produção de efeitos pretendidos" (p. 29), aplica-se ao processo de ativação de territorialidades na edificação do que nós e Souza (2011) designamos por "territórios da dissidência", "territórios insurgentes" ou, "simplesmente", "territórios de vida". É um despautério o simples exercício de imaginar territorialidades insurgentes desprovidas de poder⁷⁹ ou que os efeitos pretendidos por esses projetos contra-hegemônicos significa coisa diferente do "amor pelo poder", entendido, aqui, como o amor pelo "poder-fazer" e pelo "poder-viver".

Sem embargo, é evidente que, atuando num meio hostil, aqueles que se engajam pela construção de uma sociedade não heterônoma precisarão, como salienta Souza (2011), construir suas trincheiras e suas barricadas, materiais e imateriais, edificando seus territórios dissidentes como espaços de resistência política, cultural e até econômica.

Concordamos com Ibañez (2007), quando este afirma ser absolutamente indispensável exorcizar um conjunto de temas cuja carga ideológico-emocional bloqueia qualquer possibilidade de reflexão: a redução da ideia de poder a algo mau, ruim, heterônomo, poder coercitivo é um desses temas aos que se engajam na construção de movimentos emancipatórios.

⁷⁹ "Queda claro que no existe ningún ser desprovisto de poder y que el poder es, en este sentido, consubstancial con la propia vida" (IBAÑEZ, 2007, p. 43).

Quando os libertários se declaram *contra o poder*, quando proclamam a necessidade de *destruir o poder* e quando projetam uma sociedade *sem poder*, não podem sustentar uma absurdidade impensada. É provável que cometam simplesmente um erro metonímico e que utilizam a palavra *poder* para referir-se, em realidade, a *um determinado tipo de relações de poder*, a saber, e muito concretamente, o tipo de poder que encontramos nas *relações de dominação*, nas *estruturas de dominação* e nos *dispositivos de dominação*, etc. (IBAÑES, 2007, p. 45, grifo no original, tradução nossa).

Tratando da relação entre o pensamento, a prática libertária e o conceito de poder, Ibañes (2007) frisa que poder e liberdade se encontram numa “[...] relação inextrincavelmente complexa, constituída, simultaneamente, de antagonismo e de potencialização mútua” (p. 45).

A ideia de *poder*, polissêmica por natureza, por figurar-se tributária de várias acepções e não menos prenhe de juízo de valores, assim como o conceito de território, exige cuidados analíticos especiais e um maior refino conceitual, se se deseja evitar generalizações intelectualmente inférteis e a consequente banalização teórica. A ideia de poder, assim como sua objetivação espacial, o território, não podem ser um dado *a priori*. Especialmente para ativistas e intelectuais que se engajam na ação e estudo das territorialidades e ações de territorialização contra-hegemônicas, libertárias etc., é essencial que, ao mencionar os conceitos de território, territorialidade e poder, faça-se suficientemente claro sobre quais relações de poder, traduzidas em códigos específicos de territorialidade, se está aludindo: visando tanto combater como potencializar. Tal como nos adverte Souza (2009), esses “apriorismos” geram uma ausência de compreensão de que é a práxis, imbuída obviamente de relações de poder, que consolida espacialidades e os limites de enfrentamento destas diferenças geram, portanto, os territórios.

Quando falamos do projeto ecológico camponês ou do processo de ativação de territorialidades e construção de territórios de vida por intermédio da agroecologia, reivindicamos o conceito de poder na medida em que este está entranhado na produção de tais efeitos pretendidos: seja nas formas (i)materiais de resistência e embate contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio; na definição dos projetos comuns entre os atores sintagmáticos do território; no aumento da autonomia relativa camponesa no âmbito da reapropriação social da natureza (o poder de “controlar”, apropriar-se ecologicamente dos recursos biofísicos do território: revitalizando o solo na escala da unidade de produção,

incrementando os sistemas locais territoriais com as trocas de sementes e experiências, por exemplo); na inclusão das pessoas via reafirmação da fisionomia humana da técnica; no fortalecimento das instituições de fomento à agroecologia; em suma, na defesa de um território e de territorialidades que promovam a reprodução da vida em sua plenitude. A potência e factibilidade dessas relações de poder definem o alcance das respectivas ações de territorialização. Porém, são relações de poder que potencializam territorialidades horizontais, com base na inclusão, no aumento da autonomia relativa dos trabalhadores e trabalhadoras, na participação e no incremento ecológico (ecologia esta que difere das concepções dicotômicas que opõem sociedade e natureza, pois cada ganho de conhecimento cognitivo e técnico agroecológicos traduz-se em incrementos ecológicos/agroecossistêmicos e estes em incrementos ao sistema territorial como um todo: a ideia de sistema territorial, como vemos, não é fortuita).

Como já salientamos em Eduardo (2006), inerente a todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder é um conceito-chave que nos possibilita avançar no desvendamento da dialética da produção e da apropriação do espaço territorialmente. Raffestin (1993, p. 51), contudo, nos alerta que “[...] se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”. Mas como nos esforçamos, pelo contrário, em abrir o horizonte teórico de apreensão do conceito de poder, não encerrando-o ao “núcleo duro” da geopolítica, pelo qual o poder emergiria de um ponto “fixo” e se materializaria nas determinações do Estado-nação na gestão do “território” (território área, território propriedade, que selaria uma tradição de sua caracterização na Geografia Política clássica e uma visão política e paradigmática do poder advinda do Direito, segundo RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1996 e EDUARDO, 2006), sentimo-nos em posição confortável. É preciso dissipar a frequente confusão entre Estado e poder⁸⁰: “[...] o poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”, lembra-nos Lefebvre *apud* Raffestin (1993, p. 01).

Para Michel Foucault, o poder deve ser analisado não em termos de propriedade, de posse, mas em termos de estratégia (objetivando-se em projetos territorializados): “[...] isso

⁸⁰ “Esta identidade entre Estado (enquanto fonte de poder) e espaço (tornado território) propiciou de certa forma a construção de uma unidade de base territorial com limites político-administrativos definidos, unidade esta alcançada muitas vezes mediante longos e extenuantes conflitos, em que identidades e culturas locais tiveram que se subordinar ou foram subjugadas, por um largo espaço de tempo, a uma identidade e cultura nacional alheia” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 47).

implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente à vida social” (MAIA, 1995, p. 87). É esta justamente a crítica de Foucault em suas análises sobre o poder: a aversão de uma analítica do poder que tome o direito como modelo. Desta forma, tratando da concepção de poder para Foucault, Maia (1995, p. 86), destaca: “[...] procura-se fugir de uma tradição onde se utiliza o modelo formal e centralizador do Direito como parâmetro à compreensão das relações de poder, modelo este que tem se revelado insuficiente para dar conta da incessante, fluida e matizada movimentação das relações políticas e de poder”.

O conceito de poder, identificado enquanto a mística do “amor ao poder” por B. Russell, na ótica da corrente foucaultiana, é desconstruído, desnaturalizado, ressignificado e interpretado em termos de um “feixe aberto”, mais ou menos coordenado de relações: um conceito em movimento, plural, multidimensional, dotado de contundência e sutilidade, mas que os sujeitos não fazem uso por não se tratar de uma propriedade, um objeto, mas do produto das relações sociais em constante transformação – uma concepção fértil ao estudo relacional da territorialidade e dos sistemas territoriais.

É sempre válido ressaltar que dissecar o poder e abordá-lo separadamente do conceito de território é o mesmo que interpretar dicotomicamente as categorias tempo e espaço, sociedade e natureza, ideia e matéria: são pares dialéticos cuja síntese e evolução é arredia às dissociações operadas pela *lógica formal*. O poder não prescinde do espaço. Todas as relações de poder, portanto, territorializam-se.

As territorialidades camponesas agroecológicas, mesmo produzindo conjuntos de valores divergentes da opressão, exploração e devastação, não deixam de conter relações de poder que se edificam espacialmente. Essas práticas repercutem, em essência, não o “amor pelo poder”, mas o poder como “vontade-de-viver” (DUSSEL, 2007). Como salienta ainda o autor,

Poder empunhar, usar, cumprir os meios para a sobrevivência é já o poder. O que não-pode faz falta à capacidade ou faculdade de poder reproduzir ou aumentar sua vida pelo cumprimento de suas mediações. Um escravo não tem poder, no sentido que não-pode a partir de sua própria vontade (porque não é livre ou autônomo) efetuar ações ou funções institucionais em nome próprio e para seu próprio bem (p. 26).

Em “20 teses de política”, Enrique Dussel afirma que “[...] a “vontade-de-viver” é a essência positiva, o conteúdo como força, como potência que pode mover, arrastar, impulsionar. Em seu fundamento a vontade nos empurra a evitar a morte, a adiá-la, a permanecer na vida humana” (2007, p. 25-26).

Diferentemente da modernidade eurocêntrica, da invasão e da posterior conquista da América, em 1492, onde, desde então, o pensamento político definiu o poder como dominação, já presente em N. Maquiavel, T. Hobbes e tantos outros clássicos, incluindo M. Bakunin, L. Trotsky, V. L. Lênin ou W. Weber – cada um com diferenças conceituais importantes –, os movimentos sociais atuais precisam ter desde o começo uma noção positiva de poder (DUSSEL, 2007). Nesse sentido, salienta o autor, “[...] quanto ao conteúdo e à motivação do poder, a “vontade-de-vida” dos membros da comunidade [de interesse], ou do povo, já é a determinação material fundamental da definição de poder político” (p. 26). Política, entendida para o autor, enquanto “[...] atividade que organiza e promove a produção, reprodução e o aumento da vida de seus membros” (p. 26).

O ser humano é um ser vivente. Todos os seres vivos animais são gregários; o ser humano é originalmente comunitário. É assim que comunidades sempre acoissadas em sua vulnerabilidade pela morte, pela extinção, devem continuamente ter como uma tendência o instinto ancestral de querer permanecer na vida. Este querer-viver dos seres humanos em comunidade denomina-se vontade. A vontade-de-vida é a tendência originária de todos os seres humanos – corrigindo a expressão trágica de A. Schopenhauer, a dominante tendência da “vontade-de-poder” de Nietzsche ou de M. Heidegger [ou o “amor pelo poder” de Russel] (DUSSEL, 2007, p. 25).

O poder, em sua indissociabilidade com a política, como analisaremos na próxima sessão, é produto e condição, para Dussel (2007), da “vontade-de-viver”. O impulso ao poder, no quadro relacional da sociedade, ao invés de atrelar-se a um suposto “amor pelo poder”, deriva, como sugere o autor, de outro amor, o “amor pela vida”, caracterizado pelo ímpeto da “vontade-de-vida”. A política é essa mediação entre os projetos comuns, isto é, o poder oriundo da vontade de viver coletiva e o território. A potência e o alcance desses projetos, na construção de territorialidades autênticas, podem ser analisados em âmbito de sua capacidade de “autodeterminação” (MARKUSEN, 1981), ou seja, sob a égide da opressão ou afirmação soberana dessas territorialidades. O agronegócio subordina o campesinato pela lógica da acumulação, pelo sistema sociometabólico do capital, seja por intermédio da

técnica “alienante e alienígena” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), seja pelas relações mercantis e financeiras específicas que prioriza, monopolizando a territorialidade, enfraquecendo a autonomia desses sujeitos e erodindo seus modos de vida, territorializando, em contraponto, seu projeto hegemônico de desenvolvimento. O poder do agronegócio, portanto, está “diluído” na técnica que intenciona “dominar” e artificializar a natureza; nos circuitos produtivos espaciais que mobilizam objetos geográficos, recursos e relações sociais sob a intencionalidade das transnacionais; nas políticas de desenvolvimento setoriais; no “domínio do conhecimento” via propriedade intelectual e a produção de novos saberes pelos seus *experts* etc.

As práticas agroecológicas, por seu turno, visam a recuperar e expandir a autonomia camponesa, por meio da tecnologia apropriada, da reciclagem de nutrientes, da economia popular, da educação do campo, do desenvolvimento territorial descentralizado, da autossuficiência (que nada tem a ver com enclausuramento), propondo arranjos baseados no projeto ecológico camponês. O poder da agroecologia ativa territorialidades com base na autonomia, porém, tais experiências e mecanismos não deixam de ser frágeis, descontínuos, potencializadores de autonomias relativas, como qualquer territorialidade dissidente e marginalizada.

2.6.3 Para emancipar o território: a política como expressão imaterial das articulações pela “*vontade-de-viver-comum*”

O ator/sujeito, grupo social, teórico ou gestor que se dispuser a pensar o desenvolvimento territorial numa perspectiva histórica, crítica, relacional e multidimensional (SAQUET, 2012), deverá, necessariamente, atentar (para) e descrever as distintas redes e mediações políticas que configuram os sistemas territoriais.

A dimensão política inerente às territorialidades das organizações e dos sujeitos que praticam agroecologia é expressão das articulações em torno da *vontade-de-viver-comum* (DUSSEL, 2007). Nos territórios de vida, a política, entendida, assim como Santos (2000), enquanto a arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas, não limita-se à mediação político-partidária; apresenta-se mais abrangente, plural e flexível: erige-se no cotidiano dos sujeitos, evoluindo em resposta aos desafios colocados à existência das próprias experiências. São formas de mediação política que coevoluem com os

sistemas locais territoriais (produzindo liames internos e externos), portanto soam menos estranhas aos sujeitos. Em Francisco Beltrão, por exemplo, efetivam-se na escala da unidade de produção (quando a família camponesa constrói seus projetos tomando em consideração múltiplas variáveis, como ponderou Chayanov (1925)[1974]); nas associações de produtores; na articulação com ONGs (ASSESOAR e CAPA-Verê), movimentos sociais (Via Campesina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais etc.), organizações públicas (EMATER, UNIOESTE/GETERR, prefeitura municipal etc.); nas relações comerciais (feiras livres; venda em estabelecimentos comerciais; venda direta à domicílio e comercialização em mercados institucionais); no processo de certificação da produção orgânica (nos formatos participativo – como a Organização Participativa de Avaliação da Conformidade Rede Ecológica de Agroecologia – e privado, em certificações por auditoria) etc. Essa breve descrição já nos dá indícios de como a resistência camponesa avança sobre os localismos (aquela relatada na tradicional apreensão da questão agrária: da resistência camponesa restrita a escala da comunidade e intraunidade de produção) e as experiências agroecológicas desses sujeitos sobre a “guetização” e o “enclausuramento”. Contudo, essa “resistência articulada/compartilhada” se desenvolve afirmando/rearranjando os sistemas locais territoriais, jamais negando-os: o lugar continua importante, latente.

A política pressupõe relações sociais; as relações sociais, doravante, relações de poder; e estas, por seu turno, processos de territorialização. “Falar de uma sociedade sem poder político é falar de uma sociedade sem relações sociais, sem regulações sociais, sem processos de decisão social, quer dizer, é falar de algo *impensável* porque resulta reiterativamente contraditório em termos” (IBAÑES, 2007, p. 44, tradução nossa). Uma política pública, por exemplo, precisa territorializar-se diariamente para efetivamente existir e produzir os efeitos pretendidos. Determinado sistema local territorial funciona realmente enquanto um “sistema” quando as mediações políticas, ativadas por intencionalidades, induzem sistemas de poder expressas nas territorialidades e nos processos de (des)territorialização.

A *vontade-de-viver-comum* é o elemento político dinamizador dos sistemas territoriais agroecológicos. A *vontade-de-viver-comum* constrói sistemas de poder (que demandam mediações diversas) que incidem territorialmente. O território é essa construção social de limites onde politicamente se inscreve, o que pode e o que não pode, em relação

direta com a capacidade de “autodeterminação” (MARKUSEN, 1981) de dada coletividade. O poder político, quando emanado da coletividade e baseado em processos compartilhados de decisão (participação, reciprocidade e compromisso), sustenta Dussel (2007), é um poder que não asfixia a liberdade e pode ser aliado na construção de autonomias: abre-se margem para pensarmos relações profícuas entre desenvolvimento, território e autonomia, no sentido da construção de mediações horizontais, galgando o aumento do poder sobre os recursos e objetos geográficos e a criação de novos valores no território.

2.6.4 Para emancipar o território: o desenvolvimento territorial e sua natureza conflitual

Sob a égide do sistema econômico-social capitalista as disputas territoriais são reforçadas. A lógica do valor de troca tende a se impor sobre o valor de uso dos lugares. Desse processo emergem as inúmeras manifestações de resistência e luta contra a monopolização do território pelo capital e as várias estratégias de desenvolvimento territorial que se conflitam, disputando territórios e concepções de desenvolvimento. É, pois, da natureza do desenvolvimento territorial o conflito, porque há sujeitos em luta pelo território, e expõe as diferentes concepções de desenvolvimento, como trataremos nos capítulos 03 e 04.

Sob determinado prisma, o desenvolvimento territorial é aprendido como um processo da dinâmica de territorialização do desenvolvimento: trata-se do “território-zona” (HAESBAERT, 2004), cuja dimensão areal e a contiguidade são privilegiadas. O *território-zona* é produto da lógica da acumulação (de capital, de tecnologia e, conseqüentemente, de poder) a qual exerce efeito seletivo, produzindo o desenvolvimento espacialmente diferencial da produção. E quanto mais esses lugares se mundializam, salienta Santos (1988), mais se tornam únicos e específicos no bojo da divisão internacional do trabalho. Diferentemente da antiga tradição de estudos regionais que compreendia a região como autodeterminação (SANTOS, 1978), o *território-zona* está imbricado no circuito da especialização global, respondendo a seus estímulos. Ressaltamos, porém, que o fato de projetar o desenvolvimento territorial baseado única e exclusivamente na forma zonal dos processos de territorialização (das forças produtivas e de seus correspondentes circuitos de serviços especializados), deixa-nos refém, de antemão, de determinada leitura sobre o desenvolvimento (com centralidade na economia) e sobre o território (areal/zonal). Partindo

desse pressuposto, só poderia soar como contrassenso a territorialização de práticas agroecológicas desenvolvidas, por exemplo, no estado do Paraná, em áreas monopolizadas por circuitos espaciais altamente especializados e de alta densidade tecnológica, como a avicultura e suinocultura integradas e a produção de soja, trigo e cana-de-açúcar convencionais. Na lógica zonal do desenvolvimento territorial, reafirmam-se as especializações e as centralidades econômicas. A inclusão, portanto, só permite ser concebida visando potencializar a própria dinâmica territorial zonal.

Há, ademais, demandas por outras concepções do desenvolvimento territorial que extrapolam as premissas territoriais zonais. A dinâmica espacial dissidente dos projetos agroecológicos concatenam intencionalidades em diversas escalas, articulando lógicas territoriais e reticulares que se retroalimentam. Essas territorialidades dissidentes coexistem, contraditoriamente, em negação e/ou combinação com as territorialidades do agronegócio: contradições que estão presentes nos desafios enfrentados pelos camponeses sobre como continuarem camponeses, produzindo para viver, em meio a uma lógica econômica global baseada na subordinação e na des-re-territorialização.

Projetar o desenvolvimento territorial na direção da potencialização das práticas territoriais dissidentes requer esforços consideráveis para além dos limites zonais. Compreender que o desenvolvimento territorial (visto enquanto prática e potência inerente às territorialidades contra-hegemônicas) pode representar coisa bem diferente do processo de territorialização do desenvolvimento (em sua forma hegemônica) é lançar bases político-conceituais de entendimento da relação entre território e desenvolvimento pela égide do conflito e da disputa; é reconhecer a natureza conflitual do desenvolvimento territorial.

2.6.5 Desenvolvimento territorial e agroecologia: luta pela vida, luta pelo território; sobre o desenvolvimento desses territórios de vida

Já apresentamos nossa leitura do desenvolvimento como fenômeno multidimensional, polissêmico, que, apesar de atrelado a um forte componente ideológico, com raízes na modernidade ocidental, pode expressar, também, a evolução da articulação de uma comunidade de afinidades na realização de projetos contra-hegemônicos. Nesses termos, a noção de desenvolvimento, pensada desde a ótica do desenvolvimento territorial, assim como o próprio território, não pode ser dada *a priori*. Concebemos, consoante Sen

(2000), o desenvolvimento como um processo potencializador da expansão das capacidades dos sujeitos. Porém, necessitamos ir além e fazer referência aos projetos aos quais a expansão dessas capacidades visa atender. O desenvolvimento da agroecologia pressupõe expansão de capacidades contundentemente diferentes comparadas à agricultura convencional. É uma contradição pensarmos o desenvolvimento como liberdade, enquanto o desenvolvimento continuar sinônimo de incremento da tecnologia capitalista, competitividade, elevação do PIB, exploração, espoliação e heteronomização. No extremo, pensar o desenvolvimento como liberdade é factível somente com a condição de libertar o território do engodo desenvolvimentista: o que inclui liberdade dos povos em conceituar o desenvolvimento; propor, discutir e gerir, com o máximo de autonomia, as políticas específicas a partir das vivências em cada sistema territorial.

Praticando e defendendo a agroecologia, os atores sintagmáticos têm transformado terra em território. Projetado relações de poder no espaço e com o espaço pela “vontade-de-viver”. Construído novos sentidos à política como expressão imaterial das articulações pela “vontade-de-viver-comum”. É, justamente, a “vontade-de-viver-comum” que tem definido os contornos do projeto ecológico camponês, reinventado as formas de ação e unido os diferentes na luta contra os antagônicos (FREIRE, 1994). O “motor” das territorialidades dissidentes é a vontade de viver e de projetar no mundo, desde o lugar, suas intencionalidades.

A ideia de desenvolvimento territorial, nessa leitura, não enxerga o conflito como patogenia, mas como legítimo, próprio da natureza do desenvolvimento, sinalizando as múltiplas possibilidades do vir a ser emergidas no movimento de embate (i)material entre sujeitos sociais. Nesse sentido, ao reivindicarem o território, as manifestações de territorialidades dissidentes, expressões de práticas espaciais insurgentes, têm demonstrado a necessidade do desvencilhamento do território-coisa. A ideia de território de vida atribui um sentido existencial ao território desde as práticas cotidianas e suas inscrições espaciais pelos sujeitos que (re)existem, avançando sobre as apreensões abstratas e formalistas.

No capítulo seguinte, abordaremos os sentidos do desenvolvimento expresso nas formas do agir conflitual dos atores sintagmáticos que integram o sistema local territorial agroecológico a partir de Francisco Beltrão.

CAPÍTULO III

AGROECOLOGIA E O SISTEMA LOCAL TERRITORIAL EM FRANCISCO BELTRÃO/PR: ORGANIZAÇÕES DO CAMPO, REDE DE SUJEITOS E LEITURAS DO AGIR CONFLITUAL

“Reconhecendo as plantas companheiras”

As experiências agroecológicas territorializadas em Francisco Beltrão são hoje desenvolvidas por camponeses, situados em pequenas unidades de produção, essencialmente descendentes de italianos, alemães e poloneses. Tais experiências, levadas adiante fundamentalmente com recursos financeiros, técnicos, cognitivos e laborais das próprias famílias agricultoras, têm propiciado a recriação do campesinato, contraditoriamente, em um contexto histórico de refluxo camponês e socioespacial de monopolização do território pelo capital. A resistência e a grande capacidade de inventividade camponesa, “num período que é uma crise” (SANTOS, 2000), atestam, doravante, o caráter contraditório da questão agrária e a pertinência em debruçarmo-nos no que as “lições camponesas” (SHANIN, 2008) tem a nos ensinar em oposição a uma racionalidade globalitária que devasta e oprime. Os agricultores, ao produzirem suas existências em suas territorialidades cotidianas, produzem, muito mais que alimentos saborosos, limpos e de elevada qualidade nutricional: contribuem socialmente incrementando um valioso patrimônio geo-referenciado que aponta formas equilibradas de mediação sociedade-natureza: nesses termos, a derrocada do campesinato é, igualmente, a derrocada da esperança, de muitos. Produzem, apesar dos cerceamentos e das inúmeras dificuldades, territórios de vida e de esperança. Materialmente demonstram que é possível viver sendo parceiros da natureza, produzir sem espoliá-la: nisso está o grande valor dessas práticas e a importância de estudá-las, pondo-as em evidência, buscando, a medida do possível, contribuir para seu aperfeiçoamento e territorialização.

Historicamente, as experiências de base agroecológicas em Francisco Beltrão e na mesorregião Sudoeste paranaense têm suas gêneses atreladas a três fatores fundamentais, são eles: 1) aspectos de ordem social e espacial inerentes a formação territorial da mesorregião Sudoeste paranaense pós-década de 1940, desencadeados pelo processo de colonização; 2) a conflitualidade oriunda ao fenômeno de modernização agropecuária mesorregionalmente e o acirramento da questão agrária deflagrado com as novas territorialidades postas em curso pelo agronegócio e 3) o surgimento de organizações

populares cujas diferentes ações repercutiram e repercutem no estímulo ao que hoje concebe-se por pressupostos da agroecologia.

3.1 A formação territorial do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão: colonização e des-reterritorialização

O Sudoeste paranaense, mesorregião onde situa-se o município de Francisco Beltrão/PR, é composta por 37 municípios (conforme regionalização do IBGE), abrangendo uma área de fronteira à Oeste com a República Argentina e ao Sul com o estado de Santa Catarina: caracteriza-se por ser a última área de expansão da fronteira agrícola do estado do Paraná (PADIS, 1981; MORO, 2000).

Costumeiramente, os relatos sobre a formação territorial do Sudoeste paranaense aparecem atrelados, em sentido forte, ao fenômeno histórico de colonização da mesorregião e, conseqüentemente, a imagem que se projeta é a da chegada das levas de migrantes eurobrasileiros (descendentes de alemães, italianos e poloneses), camponeses pobres em sua maioria, vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul com suas famílias e seus parques pertences que, via de regra, cabiam em uma carroça: a vida difícil na terra de origem, o cotidiano rompido, a diáspora e seus percalços, a luta contra a natureza, formam mosaicos, “pedaços de história”, facilmente encontrados em museus, nos monumentos urbanos, nas músicas e nas festas. Os monumentos na cidade de Francisco Beltrão, por exemplo, miram esse aspecto da história regional orgulhosamente reverenciado: o “pioneirismo” dos denominados colonos (FLÁVIO, 2008). “Vazio demográfico”, “terra de ninguém”, “região de pinheirais” (FERES, 1990; LAZIER, 1997; WACHOVICZ, 1985), são estereótipos impregnados na literatura (acadêmica e não acadêmica) sobre a colonização do Sudoeste paranaense; narrativas que contribuíram incisivamente para moldar o pensamento, retratos do imaginário coletivo, que assinala, essencialmente, o triunfo e as marcas eurobrasileiras na história regional (LANGER, 2007).

Conforme Wachovicz (1985), tratava-se de uma região praticamente inabitada antes de 1940: no início do século XX a população do Sudoeste paranaense, desde Mariópolis até a fronteira com a república da Argentina, era de aproximadamente 3.000 habitantes.

Nos primórdios da ocupação regional (sobretudo indígena e cabocla, até 1940), além das práticas agrícolas consideradas arcaicas dos caboclos e das populações originárias,

mescladas com atividades primitivas de caça, pesca e coleta (ABRAMOVAY, 1981; FERES, 1990), ainda foram concretizadas, no Sudoeste paranaense, outras atividades produtivas como a criação de suínos pelos chamados safristas e a economia extrativa de madeira e erva-mate.

Na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, a intencionalidade de colonizar o Sudoeste paranaense ganhou contornos oficiais (políticos e institucionais) com a constituição da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). As situações de “atraso”, de isolamento, os “estados de natureza e primitividade”, associada ao contrabando e a importante participação de estrangeiros (argentinos e paraguaios) nas atividades econômicas regionais (sobretudo atrelada ao extrativismo de erva-mate e madeira), constituíram argumentos suficientes que corroboraram para a materialização do projeto político de “ocupação efetiva” (WACHOWICZ, 1985) via programa de colonização.

A CANGO dirigiu esforços no sentido de subsidiar o empreendimento colonizatório regional focalizando como público alvo populações camponesas catarinenses e sul-rio-grandenses – chamados de *colonos* – visando, doravante, ampliar no interior do Brasil os códigos culturais inerentes às territorialidades eurobrasileiras em detrimento dos patrimônios simbólico, cognitivo e material dos grupos autóctones: de longe o suprasumo da narrativa bibliográfica (acadêmica e literária disponível) sobre a história do Sudoeste paranaense, como observa Langer (2007).

No encobrimento das territorialidades precedentes ao processo colonizatório, pós-1940, trataram de apagar da história regional o patrimônio⁸¹ cultural indígena das etnias Guaranis e Kaingangues e relegaram a um plano museológico o legado tradicional das populações caboclas⁸².

⁸¹ O estudo sistemático dos sistemas agrários e da memória biocultural indígenas e caboclas do Sudoeste paranaense ainda é uma empreitada pendente. Esses patrimônios culturais geo-refenciados seriam de muita valia para o avanço do conhecimento agroecológico regional. Com a instalação em 2010 de um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Realeza, Sudoeste paranaense, talvez parte dessas questões mereçam um tratamento mais refinado, haja vista o compromisso popular reivindicado no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da universidade.

⁸² Em “Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense”, assinala Langer (2007, p. 87): “No Sudoeste do Paraná, o “pioneiro” cumpriu essa missão contra a natureza (sobretudo da floresta de araucárias, hoje praticamente extinta) e os grupos que nela “se escondem”, para gerar a riqueza, premissa tida como irrefutável e universal.

Feres (1990) sustenta que os eixos condutores do projeto de colonização atrelaram-se

[...] a necessidade de resolver o problema de escassez de terras e de emprego rural em seu próprio estado de origem, o Rio Grande do Sul; a necessidade de dar forma à ideologia propagada pelo Estado Novo, através do programa Marcha para o Oeste, centrado na necessidade de fixação do homem à terra, pela criação de novas oportunidades de emprego rural nas áreas despovoadas do país; e a necessidade de cumprir o objetivo geopolítico, inspirado na Lei de Segurança Nacional, de ocupação da faixa de fronteira por um campesinato próspero, socialmente calmo e politicamente conservador, como tampão às infiltrações de contrabandistas argentinos e paraguaios na área (p. 498).

O fluxo de colonos propiciou grande impulso ao surgimento de pequenas cidades e comunidades rurais, atraindo grande quantidade de bodegueiros, comerciantes atacadistas-expedidores e caminhoneiros, que dinamizaram o fluxo de mercadorias regionalmente. Em 1950, como aponta Alves *et al* (2004): “a maior parte do Sudoeste paranaense estava ocupada (pela frente colonial) e havia uma rede viária estabelecida integrando-o internamente e permitindo que novos capitais passassem a migrar entre os diferentes territórios [...]” (p. 151).

No Sudoeste do Paraná, o trabalho familiar e a pequena propriedade estiveram na base da estrutura fundiária e das relações de trabalho fomentadas através da CANGO, reproduzindo em condições semelhantes as dinâmicas territoriais existentes anteriormente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Mesmo com o passar das décadas, o trabalho familiar e a estrutura fundiária minifundista predominaram, denotando característica particular face outras regiões do próprio estado do Paraná.

Em Francisco Beltrão, o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) classificou 88% dos estabelecimentos agropecuários municipais como pertencentes à categoria “agricultura familiar” (em dados absolutos, 2.805 estabelecimentos rurais). Em 2006, consoante dados do IBGE (2006), dos 3.178 estabelecimentos agropecuários circunscritos no limite político-administrativo de Francisco Beltrão/PR, 93% situavam-se em estratos de área com menos de 50 hectares, abrangendo, aproximadamente, 70% (38.347 hectares) da área total rural municipal. Em escala mesorregional, as proporções são equivalentes: no Sudoeste

Axiomas como a fertilidade do solo, produtividade, lucro e progresso legitimam qualquer forma de aniquilamento ecológico e antropológico (ecossistemas e alteridades étnicas).

paranaense, aproximadamente 89% dos estabelecimentos foram categorizados como “agricultura familiar”; 90% dos 44.479 estabelecimentos situavam-se em estratos de até menos de 50 hectares, porém, correspondiam a 53% (512.987 ha) da área total dos estabelecimentos agropecuários: mesmo com a centralidade da chamada “agricultura familiar” nas relações de trabalho, ao ampliarmos a escala de análise, nota-se com maior clareza o processo em curso de concentração fundiária, o qual tem se intensificado nas últimas décadas com o avanço do agronegócio, conforme Santos (2008).

Derivam dessa estrutura fundamentada em pequenos estratos de área, associados a outros fatores de ordem econômica e cultural, elementos qualitativos importantes para compreendermos as lógicas pelas quais difundiram-se determinadas formas de agricultura camponesa e suas relações de trabalho, bem como as práticas da policultura, da produção artesanal de alimentos e, posteriormente, da agroecologia.

Na formação territorial sudoestina, na década de 1960, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) exerceu ainda um papel primordial, após a chamada “Revolta dos Colonos de 1957”, no sentido de regularizar a questão jurídica referente à posse das terras e para atender a demanda pelo crédito agrícola, importante elemento do processo de modernização da agricultura. Esse momento, como destaca Sposito (2005): “[...] vai demarcar, efetivamente, a estruturação do território por meio da posse da terra, o que leva a uma divisão de propriedades e à criação de descontinuidades antes não existentes (p. 29).

Em síntese, podemos afirmar que “[...] a configuração fundiária do Sudoeste do Paraná baseou-se na eliminação da forma específica de ocupação efetivada pelos caboclos e na colonização por migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no período posterior a 1940, e especialmente, após a denominada Revolta de 1957” (ABRAMOVAY, 1981, p. 91).

A colonização do Sudoeste paranaense, marcada pelo processo de desterritorialização dos povos tradicionais e originários, paralelo a reterritorialização das populações camponesas e de outros sujeitos (comerciantes, madeireiros, atacadistas etc...), produziu as condições objetivas e subjetivas para a criação e intensificação regional das relações sociais e de produção capitalistas. O projeto de modernização inicia-se tornando a

região disponível para a reterritorialização eurobrasileira; dosando o espaço de infraestrutura para torná-lo fluído desde a lógica do sistema produtor de mercadorias; e avança instituindo a propriedade privada da terra e criando instituições e políticas públicas que assegurassem a reprodução do respectivo empreendimento modernizante no interior paranaense. Como sustenta Santos (2008):

O Estado tem papel marcante na constituição territorial no Sudoeste, quer através da colonização oficial ou posteriormente, através da política de modernização agropecuária, que estampa a localidade mudanças significativas no que se refere à sua inserção no mercado nacional e, especialmente, no uso e apropriação do solo, com novas técnicas e tecnologias de produção, relações de trabalho etc. (p. 47).

O acirramento do conflito interétnico, o parcelamento e apropriação privada da terra e a destruição da floresta de araucárias foram produtos, cujos efeitos pretendidos, via intervenção do Estado, conduziram à incorporação do Sudoeste paranaense à divisão territorial do trabalho estadual, nacional e internacionalmente.

3.2 Modernização da agricultura, agronegócio e conflitualidade

A partir da década de 1970⁸³, com temporalidades e intensidades diferentes nos diversos municípios, acirra-se o processo de modernização agropecuária regional com o incremento da base técnica da produção, a especialização produtiva, o aumento da área colhida e da produtividade de culturas como a soja, o fumo e o milho, em detrimento de culturas tradicionais como feijão, batata-doce e arroz (FLORES e EDUARDO, 2005). No decorrer da década de 1980 territorializam-se, no Sudoeste, grandes empresas e agroindústrias dos complexos do tabaco, aves, suínos e leite: redefinindo técnico e organizativamente as relações sociais e de produção no campo precedentes. Desigual, pois enquanto fenômeno capitalista, o efeito da modernização agropecuária sempre repercutiu sua essência seletiva e excludente, social e espacialmente. Contraditório, pois essas contundentes transformações efetivaram-se, conflituosamente, numa realidade repleta de

⁸³ Entre 1970 e 1975 percebe-se um aumento na área utilizada nas atividades agropecuárias (lavouras e pastagens), de 97%, com esse aumento ocorrendo paralelo à diminuição dos espaços destinados ao cultivo de lavouras permanentes (em 41%) e das áreas de pastagens plantadas (em 35%). Em relação à área total do uso do solo as matas e florestas naturais diminuem em 50%, revelando a expansão horizontal das atividades agropecuárias e de silvicultura sobre as áreas naturais. Por outro lado, o aumento mais significativo é em relação às lavouras temporárias (143%), entre 1970 e 1975, reafirmando a tendência de uso do solo para cultivo dos produtos da chamada revolução verde, como a soja (SANTOS, 2008, p. 139).

especificidades derivadas da “topografia movimentada” (declividade entre 25% e 50%, conforme Santos, 2008), da estrutura fundiária minifundista, da essencialidade do trabalho familiar, do “modo de ser” e do “saber-fazer” camponês territorializado, o qual garantia certa margem de autonomia relativa camponesa ao capital – através da policultura, da reprodução de sementes crioulas, da produção artesanal de alimentos, das técnicas produtivas tradicionais, das trocas de conhecimentos, das relações de vizinhança etc. O campesinato eurobrasileiro reterritorializado passou, desde então, a se configurar, desigual e contraditoriamente, como um vetor do processo de modernização da agricultura e o caráter estranhado do trabalho, subjacente à modernização capitalista, progressivamente, indicou a tônica constitutiva das novas relações.

A Revolução Verde ou, como prefere Porto-Gonçalves (2004), a “revolução-nas-relações-sociais-e-de-poder-por-meio-da-tecnologia-verde”, enquanto base técnica e ideológica do modelo de desenvolvimento do agronegócio, respaldado pela ação do Estado como um legítimo *ator sintagmático* da modernização, progressivamente incorporou o campesinato em seu processo de territorialização no Sudoeste paranaense. A lógica da reprodução ampliada do capital demandou a institucionalização da propriedade privada da terra como condição para a subsunção da renda da terra ao sistema produtor de mercadorias, reproduzindo, doravante, suas contradições, resignificando o sujeito social camponês no âmbito do trabalho estranhado.

Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 8).

Nesses termos, com a modernização da agricultura e a consolidação do agronegócio local e mesorregionalmente (SANTOS, 2008), paulatinamente, a autonomia relativa camponesa e sua paisagem vão sendo dilapidadas, transformadas, assim como os valores, conhecimentos e conjunto de práticas que as sustinham.

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do ser camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não

respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 03).

Essa base material de sustentação do edifício social no campo, como observa Thomaz Júnior (2005), impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês de reprodução social e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial ou proletarizarem-se.

A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada (FERNANDES, 2005, p. 38-39).

Como corolário, os dados dos Censos Demográficos do IBGE (1991 e 2010) demonstram o forte êxodo rural no Sudoeste paranaense. Em 2010, a população absoluta mesorregional, conforme IBGE (2010), era de 587.496 habitantes, dos quais 30% residiam nos espaços rurais: desde o Censo Demográfico de 1991, portanto, em menos de 20 anos, houve uma evasão aproximada de 40% dos domiciliados no campo na mesorregião (IBGE, 1991). Em síntese, além da contundente desterritorialização, similar a dinâmica instituída em outras porções do espaço brasileiro, são também efeitos desencadeados pela modernização capitalista no campo, amplamente abordados pela bibliografia do Paradigma da Questão Agrária, a intensificação do uso de agroquímicos; a adoção de um sistema técnico único; a elevação relativa dos custos de produção; a artificialização e simplificação dos agroecossistemas; o desmatamento; o etnocídio; a monopolização do território, a inclusão precária e a sujeição do trabalho e da renda da terra ao capital; os processos de concentração fundiária e de minifundização; o progressivo empobrecimento e endividamento dos agricultores; a erosão cultural e da biodiversidade.

Quando recorrermos à história recente facilmente constatamos que os sucessos tão alardeados pela máquina midiática do capital sobre os resultados da revolução verde, que carrega os significados do progresso técnico-científico na agricultura, considerando a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960, não poderíamos deixar de contrapor o quanto mais de miséria e de exclusão proporcionou para os camponeses e para os trabalhadores assalariados (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 06).

Nesse sentido, como afirma Fernandes (2005), o capital produz conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato.

Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica. A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes (FERNANDES, 2005, p. 09).

É no âmbito do acirramento da questão agrária regional, marcado pela ressignificação, intensa subordinação, privação e desterritorialização camponesas, e dos quadros de espoliação da natureza, operados pela lógica da acumulação, que se articulam resistências e são criadas as primeiras organizações populares de defesa do campesinato e seu modo de vida.

3.3 Territorialidades insurgentes e ecologismo popular: o contexto de emergência dos movimentos contestatórios do campo no Sul do Brasil e em Francisco Beltrão

Uma coisa, no entanto, parece certa: é, sem dúvida, nessas formas de luta ainda imprevisíveis que espaços de autonomia são incessantemente construídos e alargados e que poderão tirar os atores e grupos em questão da forte influência do Estado e do mercado totalizados (ALMEIDA, 1999, p. 191).

Essas duas condições: a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, ensina-nos Fernandes (2005), geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento.

No Sul do Brasil, desde a década de 1970, o campesinato, especialmente eurobrasileiro, tem construído projetos e estratégias de autonomia frente a expansão do capital no campo. Paralelo ao processo de modernização da agricultura na macrorregião, amparado pela ação do Estado (especialmente após o Golpe Militar de 1964), concatenado aos interesses das transnacionais do agronegócio, engendram-se, como formas de resistência e enfrentamento ao acirramento dos quadros de marginalização e exclusão sociais, territorialidades insurgentes de contestação da agricultura convencional. É a partir das décadas de 1970 e 1980 que ganham maior robustez os chamados movimentos de contestação, congregando, desde ações tópicas de resistência na escala de famílias e

comunidades rurais, até experiências de maior envergadura e saldo organizativo, levadas a cabo por articulações de agricultores, segmentos religiosos, ONGs e movimentos sociais.

Esse movimento geral de contestação da agricultura convencional dominante, que surge mais claramente na metade dos anos setenta, encontra, assim, na crise econômica, um abrigo para suas ações. Trata-se de manifestações e de grupos sociais que questionam tanto a desigualdade de oportunidades no acesso aos frutos do crescimento econômico como em relação ao próprio sentido e as consequências desse crescimento. O que busca a maior parte desses atores, através de suas experiências e idéias, é ressaltar, mesmo que ainda sem grande convicção e de maneira ambígua e desordenada em alguns casos, a autonomia e a solidariedade, assim como a construção de uma identidade própria e o reconhecimento de seus movimentos como sujeitos autênticos e legítimos da vida social (ALMEIDA, 1999, p. 33 – 34).

É nesse contexto conflitual, sublinhado por Almeida (1999), que são criadas, entre as décadas de 1960 e 1980, as ONGs ASSESOAR, CAPA e CETAP; os movimentos sociais MST, MAB e MPA; e várias experiências cooperativas (de produção e comercialização) e de comércio popular. Período, diga-se de passagem, igualmente marcado pela construção do movimento ambientalista nacional. Ressalta-se o trabalho de José Lutzemberger, fundador, na década de 1970, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e, posteriormente, em 1980, da Fundação Gaia.

Agendas foram constituídas, articulando forças na luta pela reforma agrária, pelos direitos dos atingidos por barragens, pelo acesso às políticas públicas, entorno das tecnologias apropriadas, do debate sobre a reafirmação da cultura camponesa e seus projetos de desenvolvimento etc. Muito embora tal movimento se configurasse em ações com reduzida capacidade de articulação entre os distintos segmentos sociais organizados e em luta, tendendo a “localismos” e a “guetização”, como assinala Almeida (1999), erigiu-se com contundente projeção, inscrevendo, seja nas críticas aos processos de monopolização do território pelo capital ou nos projetos alternativos de desenvolvimento preconizados, o lugar do campesinato como sujeito político e do ecologismo como estratégia para ações territoriais. Como afirma Almeida (1999),

Todas as críticas portam em si uma idéia central e dominante que é a da necessidade de preservar uma certa categoria social e produtiva na agricultura: o camponês, o pequeno agricultor/produtor, ou, ainda, o agricultor familiar e, por conseguinte, a necessidade de reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço

na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria. A partir dessa idéia central ressurgiu – ou mesmo nasceu –, na metade dos anos setenta na Região Sul, diversas associações, grupos e organizações não-governamentais de apoio aos agricultores (ALMEIDA, 1999, p. 58).

Em se tratando da faceta ecológica intrínseca às lutas e formas de resistência de vários coletivos que compuseram o movimento de contestação, como assinalado anteriormente, acrescenta o referido autor:

A dimensão cultural do ecologismo vai servir de referência política para um certo número de lutas sociais importantes, exercendo influência em muitas experiências alternativas de produção agrícola, sobretudo durante a década de setenta. Essas maneiras diferentes de praticar a agricultura vão se ligar, de fato, a esses pontos de vista e preocupações precisas do ecologismo nascente: proteção do meio ambiente, crítica da poluição industrial e agrícola, busca de qualidade nos alimentos, maior autonomia das unidades de produção, etc. Essas experiências assumirão denominações diferentes pelo mundo afora, mesmo que, por diversas vezes, elas sejam revestidas de significações quase idênticas (ALMEIDA, 1999, p. 94).

O ecologismo forjado nas ações de contra-hegemonia do campesinato e de organizações populares do campo, com diferentes orientações e temporalidades, mesmo com importantes limites, desordenado e descontínuo, constituirá a base (i)material de inúmeras experiências alternativas, e, estas, referências históricas para a construção do projeto ecológico camponês. Trata-se de um ecologismo distinto daquele erigido no “Norte”, opulento, tendendo ao reformismo e, sobretudo, reivindicado após os países terem “resolvido suas demandas materiais”, logo, um ecologismo da abundância. O ecologismo do “Sul” é, como sugere Alier (2008), um “ecologismo dos pobres”, edificado pela “sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2008) desde a escassez e privação produzidas, contraditoriamente, com o advento do empreendimento modernizante. Paulatinamente, o ecologismo contribuiu para pavimentar as políticas camponesas de produção de sua existência, afirmando a agroecologia como estratégia de desenvolvimento na disputa territorial com os sujeitos do agronegócio.

Em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense, já na década de 1960, na gênese constitutiva dos movimentos de contestação do campo no Sul do Brasil, se formará uma rede local de sujeitos. Pioneiramente, com a fundação da ASSESOAR, em 1966, e, nas décadas subsequentes, com o processo de avanço dos debates, ampliação das agendas e das articulações entre sujeitos, territorializaram-se várias outras organizações e entidades que

preconizariam formas diferentes de produzir e viver no campo baseadas nos pressupostos da agroecologia, da interação solidária e da valorização do campesinato: são elas, além da ASSESOAR, a CRESOL, o STR (Francisco Beltrão), o CAPA-Verê, a Rede Ecovida de Agroecologia, a COOPAFI e a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão.

Em nosso recorte espacial de análise, queremos evidenciar, enquanto elemento novo da evolução desse movimento contestatório, o fato de pressupostos da agroecologia comparecerem em sentido forte nas estratégias de ação das organizações populares e, mais recentemente, subsidiarem processos de ativação de territorialidades em rede através do estabelecimento de conexões diversas, como trataremos na sequência. Nas últimas duas décadas, como veremos, a relação do campesinato e suas organizações com as perspectivas do desenvolvimento rural sustentável, baseadas na agroecologia e no ecologismo popular, tem construído arranjos complexos, superando os estereótipos de “guetização” e “enclausuramento”. A complexidade desses arranjos baseia-se em processos de constituição de territorialidades-rede: na articulação entre sujeitos e organizações com propósito de fomentar as práticas agroecológicas, na concatenação de pautas entre distintos coletivos populares (sindicatos, movimentos sociais, entidades etc.) e em leituras da disputa territorial que incorporam certa “globalidade”, presentes nas leituras interescares do agir conflitual.

Nesse sentido, com o intuito de levantarmos informações sobre o “estado de arte” da agroecologia, atentando para 1) a construção e dinâmica da rede local de sujeitos, 2) as formas de interação interna-externa desses coletivos na formação de territorialidades-rede e 3) para a identificação das distintas leituras do agir conflitual na esfera das diversas organizações que estabelecem (ou deveriam minimamente estabelecer) interfaces com as práticas agroecológicas, entrevistamos, guiados por roteiros semi-diretivos, técnicos e lideranças de organizações não governamentais, do sindicato, cooperativas e associação de produtores; além de técnicos e gestores de organizações governamentais que atuam em Francisco Beltrão e região: a pesquisa contemplou sujeitos vinculados à EMATER-PR (01 técnico); à Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI – um dirigente) e à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL – um dirigente); na figura de gestor, a Secretária de Agricultura Municipal de Francisco Beltrão; na condição de lideranças de entidades (ONGs e sindicato) entrevistamos um (01) dirigente do Sindicato

dos trabalhadores Rurais (STR) de Francisco Beltrão; um (01) dirigente da Rede Ecovida de Agroecologia; dois (02) técnicos da ASSESOAR; além dos doze (12) integrantes da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão/PR (nos fragmentos das entrevistas utilizadas no capítulo, optamos por omitir os nomes dos sujeitos e trabalhá-las na íntegra, apenas retirando, quando em excesso, “nés”, “entãos” e “daís”).

Mas quem são esses sujeitos? O que reivindicam? Como interagem? Quais são seus projetos? Em que medida tais projetos substanciam, desde o campesinato e o ecologismo, alternativas às mazelas ecológicas e sociais engendradas pela lógica do sistema produtor de mercadorias?

3.4 Formação e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão: instituições, redes e leituras do agir conflitual

A formação do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão resulta da articulação local-supralocal entre sujeitos e organizações do campo em resistência aos processos de desterritorialização, subsunção e erosão da territorialidade camponesa operados com a implementação das políticas de modernização agropecuária, mais sistematicamente a partir da década de 1970, como já destacado. Descontínuo e lentamente, como quaisquer ações de contra-hegemonia, o caráter de resistência do movimento foi conformando arranjos, se capilarizando, compondo agendas e construindo projetos. É no âmbito da ativação de territorialidades com a ação precursora da ASSESOAR, com a articulação pela criação da instituição de crédito solidário CRESOL, com a construção de sistemas participativos de avaliação da conformidade dos produtos orgânicos via Rede Ecovida de Agroecologia (coordenada no Sudoeste paranaense pelas ONGs ASSESOAR e CAPA), com a fundação de cooperativas (COOPAFI e NATUVIDA) e da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão que se edificou a interação entre a rede local-regional de sujeitos no fomento à agroecologia como política e prática camponesa de construção de sua existência.

3.4.1 ASSESOAR: gênese e movimento

Criada em 1966, com o apoio de Padres Belgas (da Congregação do Sagrado Coração de Jesus) e de Profissionais Liberais de Francisco Beltrão, Paraná (ligados à Juventude Agrária Católica – JAC), a “ASSESOAR consiste em uma associação criada e dirigida por agricultoras e

agricultores Familiares” (sic). Constitui-se como Organização Não governamental sem fins lucrativos, de caráter educacional e filantrópico, com sede na cidade de Francisco Beltrão. Atualmente tem 283 associados compreendendo 26 municípios da mesorregião Sudoeste do Paraná e uma equipe de 13 trabalhadoras e trabalhadores. Recebe apoio financeiro do Serviço das Igrejas Evangélicas da Alemanha para o Desenvolvimento (EED/Alemanha); do Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD/França); da Fundação Interamericana (IAF/Estados Unidos da América) e da Caixa Econômica Federal (ASSESOAR, 2013⁸⁴).

A ASSESOAR se relaciona com muitos atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa, e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo, e como temática transversal: Gênero e Geração (ASSESOAR, 2013).

Desde sua fundação a ASSESOAR manteve estreitos vínculos com a igreja católica. Entre 1966 e 1978, durante sua “fase pastoral”, salientam Feres (1990) e Almeida (1999), a associação será identificada diretamente com a Coordenação Pastoral da Diocese de Palmas – PR, que desenvolvia trabalhos de evangelização junto às famílias e grupos de reflexão bíblica (catequese familiar, trabalho religioso junto aos jovens e outros grupos, formação de “ministros da eucaristia” etc.): trabalho conduzido por padres e profissionais da cidade ligados à igreja católica e ao movimento de oposição política da época (os chamados *notáveis*). É no contexto de intensificação da “Revolução Verde” que a igreja católica e sua comunidade de afinidade passam a intervir junto aos agricultores familiares de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense em uma tripla e complementar dimensão: 1) ativar a participação social dos agricultores do Sudoeste paranaense; 2) auxiliar na construção de alternativas (produtivas, educativas e ao que confere à organização social) à crescente marginalização e desterritorialização do campesinato; 3) buscar, com referência na evangelização, resguardar a hegemonia do catolicismo no seio das famílias e comunidades rurais eurobrasileiras, cuja população, majoritariamente católica, era praticante de um catolicismo pietista, culturalista e conservador, atendida por um clero igualmente conservador, sustenta Feres (1990). Os padres belgas visavam a renovação interna da Igreja, através do movimento catequético, e, ao mesmo tempo, a dinamização da posição social

⁸⁴ Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 5 de setembro de 2013.

dos católicos, através do sindicalismo e do cooperativismo⁸⁵ (FERES, 1990). “A ASSESOAR tornava realidade o trinômio que lhe servia de estratégia de ação: *pastoral familiar – sindicalismo – cooperativismo*” (FERES, 1990, p. 536).

É no período compreendido entre os anos de 1979 e 1990, segundo Almeida (1999), que a entidade, paulatinamente, perderá sua ênfase religiosa, aproximando-se, primeiramente, de certas formas de organizações populares, a exemplo, o sindicalismo agrícola (porém, são ainda os religiosos que dirigem a associação) e, posteriormente, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja ideia motriz do projeto da ASSESOAR consistiu em empreender esforços na construção da nova sociedade, socialista: nessa fase, os clérigos cederão a direção da entidade a um coletivo formado por agricultores associados, técnicos agrícolas e representantes de organizações e movimentos supracitados. No final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, o projeto da ASSESOAR, cuja concepção filosófica orientadora baseava-se no socialismo democrático, consolida-se afirmando-a como organização de agricultores voltada para o apoio das organizações e iniciativas populares⁸⁶, engajada, sobretudo, com seu quadro associativo.

Os associados participam em diferentes programas e projetos como sindicalismo, política institucional, *pesquisa bíblica e teológica* (sic), associativismo e agricultura alternativa. O programa de agricultura alternativa é visto, por sua vez, como o cimento dos outros programas, sobretudo no que concerne à organização da produção, pesquisa e experimentação agrícolas, à difusão de tecnologias alternativas e ao associativismo (ALMEIDA, 1999, p. 81-82, grifo no original).

No início da década de 1990, balizada pelas mudanças de atuação do Estado com o neoliberalismo, bem como suas implicações na política camponesa de fortalecimento de suas organizações, especialmente no tocante ao sindicalismo e ao associativismo, a

⁸⁵ Os trabalhos dos padres belgas em Francisco Beltrão e região iniciou-se em 1962 com reflexões e discussões que se concatenavam a um dos problemas principais identificados pelo GETSOP desde o início de sua atuação: como atrair e estimular os colonos à ação social, no sentido de fortalecer sua capacidade de intervenção junto aos poderes públicos e às estruturas regionais pela melhora de suas condições de vida e de trabalho? (FERES, 1990).

⁸⁶ “A ASSESOAR foi, no contexto do Sudoeste a instituição social que melhor conseguiu aglutinar as atividades dos camponeses. A partir de suas atividades decorreram outras iniciativas e outras estruturas operantes na região: os sindicatos, uma escola de formação de quadros sindicais, secções de partidos políticos de caráter progressista (PMDB e PT), grupos autônomos de cristãos (independentes da autoridade formal da hierarquia eclesiástica local) e outros” (FERES, 1990, p. 537-8). Almeida (1999), assinala, também, que entidade desempenhou importante trabalho no apoio a criação de assentamentos do MST e no estreitamento da articulação regional com a CPT, o MAB e a FETRAF-SUL.

ASSESOAR passará por um processo denominado “reestruturação” (CALEGARI e DUARTE, 2006).

Em documento institucional, sistematizando as tensões e os debates que (re)orientaram a trajetória da entidade na década de 1990 e início dos anos 2000, Calegari e Duarte (2006), ponderam como elementos que jogaram papel ativo na supracitada reestruturação⁸⁷: 1) a oposição a ideia de uma organização como agente único (centralizadora, com dificuldade de estabelecer interlocução horizontal com a pluralidade das organizações sociais), associado a fragilização do sindicalismo combativo com as políticas de ajuste estrutural, levará a entidade a “parar de contribuir com a CUT em 1994” (sic), rompendo com sua função de braço regional da Central; 2) Nesse contexto, houve também uma relativização dos embates político-eleitorais pela ASSESOAR, outrora organicamente vinculada ao PT, avaliando a “dificuldade em construir uma relação assentada no fortalecimento de um projeto político” (sic), como a princípio se depositara expectativas na eleição de representantes de organizações populares regionais para cargos nas diversas esferas; 3) Há também referência, rápida, ao esvaziamento do trabalho pastoral pela instituição⁸⁸, muito embora a ONG aponte para a necessidade de considerar o ser humano “como um todo” (sic), afirmando a “preocupação com a formação integral, preocupando-se com a valorização da família, da vizinhança/comunidade, da convivência e da solidariedade na organização social” (sic); 4) A postura política da ASSESOAR em recusar-se a ser prestadora de serviços de assistência técnica e extensão rural, a colocar-se como “EMATER dos pobres” (sic), isto é, dos agricultores marginalizados pela política convencional da ATER, debruçando-se, doravante, na atribuição de “produzir referências” e “conhecimento para a autonomia” (sic).

⁸⁷ “Na reestruturação da ASSESOAR, o desafio de contribuir para a geração de referências focava a necessidade de fortalecer-se e fortalecer as entidades dos pequenos agricultores/as quanto à formulação de propostas de contraposição ao desenvolvimento concentrador de riquezas e centralizador das decisões e reforças a organização social para fazer a luta visando transformá-las em política pública” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 14).

⁸⁸ Feres (1990), sustenta que o processo gradativo de secularização da entidade efetivou-se na medida em que esta atribuiu maior peso interventivo às questões técnico-produtivas – assistindo os camponeses sob o contexto efervescente de modernização acelerada nas décadas de 1970 e 1980 – e inseriu-se, contundentemente, nos debates políticos no período conhecido como “redemocratização brasileira”, até que em 1986, por razões de incompatibilidade ideológica, os padres belgas rompem o vínculo a ASSESOAR, que torna-se uma organização laica, de orientação eminentemente político-social.

“‘Gerar, Sistematizar e Difundir’ propostas organizativas e de formação para o desenvolvimento, assentadas no fortalecimento das organizações e movimentos sociais populares e na ideia de sustentabilidade” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 04): constituiu-se o novo enfoque da entidade. Com a reestruturação, as mudanças repercutiram-se: 1) no reposicionamento da ASSESOAR, centrada na dinâmica do Sudoeste do Paraná, especialmente na sua relação com as outras organizações populares do campo; 2) na “afirmação da pequena agricultura como projeto político” (sic), propondo, enquanto perfil institucional, contribuir na construção de referências⁸⁹, com o intuito de 3) impactar nas políticas públicas, no sentido de sua mudança e democratização.

Dessa forma, a ASSESOAR assume a perspectiva de pautar ações visando a sistematização de práticas para avançar a produção de conhecimento. Ao questionar o pacote tecnológico da revolução verde, avança numa concepção multidimensional do fazer social, que implicaria numa reorganização institucional, buscando superar a estrutura departamentalizada (departamento sócio-cultural e departamento técnico). A ideia de que a ASSESOAR deverá contribuir para ‘gerar referências’, aprovada na AGO de 91, fruto de ampla discussão com os associados e organizações populares do sudoeste do Paraná impacta o método e abrangência dos trabalhos (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 06).

Na trajetória de territorialização da ASSESOAR, o questionamento do pacote tecnológico da Revolução Verde; a crítica da concepção de desenvolvimento expresso na atuação do Estado ao implementar políticas de modernização agrícola, e, a aversão ao caráter essencialmente extensionista, tecnocrático e autoritário da ATER, repercutindo em processos de exclusão, marginalização e degradação da condição camponesa no Sudoeste paranaense, fazem com que a política da intervenção da entidade – conscientemente, pois balizadas pelo amplo debate nas assembleias, pela crítica e a autocrítica – aproximem-se dos pressupostos da agroecologia⁹⁰ e da Educação Popular e do Campo⁹¹. As diferentes fases da

⁸⁹ Para a ASSESOAR, referências são “[...] ações em relação às quais se investe de forma mais intensa, preocupando-se com sua sistematização para que produza diretrizes, de conteúdo e método, como pistas para desenvolver estes trabalhos em outros lugares” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 05).

⁹⁰ “Uma das temáticas fortes da ASSESOAR, originada da crítica à revolução verde, foi a perspectiva da produção orgânica, mais tarde reconcebida como produção ecológica, processo que possibilitou à ASSESOAR contribuir no estudo das tecnologias e na articulação de formas de comercialização. Assim, o investimento na criação das centrais de associações nas microrregiões e da CRAPA – Coordenação Regional de Associações da Pequena Agricultura, aconteceu para responder às necessidades de articulação das diferentes associações entre si e dar fluxo à comercialização [...]. A abordagem e as práticas da agricultura ecológica (agroecologia), de diferentes formas, foram sendo assumidas também por outras entidades populares e sindicais do sudoeste do Paraná” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 10).

ASSESOAR, sucintamente descritas, dão-nos mostra de como as organizações dos camponeses estão em movimento, refletindo a própria dialética do campesinato na territorialização cotidiana da política de construção de sua existência.

3.4.1.1 O trabalho da ASSESOAR na territorialização da agroecologia no Sudoeste do Paraná

Em contraposição à revolução verde, nos anos 90, a ASSESOAR contribuiu junto às centrais de associações, grupos de agricultores, Ecas⁹², PVR⁹³, onde fortaleceu o estudo e o debate a respeito da matriz tecnológica, contribuindo, por exemplo, na fronteira com a Argentina, onde as entidades populares locais assumiram e fortaleceram a reflexão e a organização da produção. Esta abordagem assumiu inicialmente a denominação de ‘produção orgânica’, cujo lançamento, no sudoeste do PR, foi feito pela ASSESOAR com as centrais de associações, juntamente com um selo de identificação de produtos⁹⁴. Articulado a este trabalho, no que diz respeito às sementes, a ASSESOAR atuou neste período a partir da idéia do ‘banco vivo’, incentivando, especialmente desde o trabalho com as centrais de associações, a multiplicação e troca de sementes entre as famílias agricultoras (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 12).

Os pressupostos da agroecologia (e da Educação Popular e do Campo) não foram simplesmente, em um dado momento histórico, assimilados pela ASSESOAR como opção de abordagem do desenvolvimento rural. Foram nas contradições presentes no movimento de recriação do campesinato e no decurso de territorialização da entidade – nas práticas, nas contradições e em suas reflexões – que essas ações-ideias sedimentam-se, contribuindo para a construção de referenciais políticos e práticos. É em seu fazer social⁹⁵ que a

⁹¹ “A ASSESOAR entende que as ações, inclusive as de produção, transformação e comercialização são educativas, tanto que a revolução verde, com seu pacote tecnológico e ideológico, mudou a forma da grande maioria dos agricultores pensar. Assim, o desafio das organizações populares é recriar as ações e fazer reflexões de contraposição. Neste sentido, a prática da ASSESOAR é 100% educativa” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 18).

⁹² Escolas Comunitárias de Agricultores: desenvolvido na década de 1990, tratava-se de um projeto educativo não-formal realizado em regime de alternância - espaço de articulação e de formação de agricultores e representantes de organizações do campo, onde debatia-se questões locais/regionais do desenvolvimento rural (leituras de conjuntura, dimensão produtiva, comercialização e organização social), estimulava-se a cooperação (o diálogo de saberes, a partilha de sementes etc.) e estudava-se alternativas coletivas aos problemas identificados.

⁹³ Desenvolvido entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, o Projeto Vida na Roça, de posse de metodologias participativas e leituras multidimensionais do desenvolvimento (produção, educação, infraestrutura, saneamento, saúde e lazer), articulava sujeitos na escala das comunidades rurais, envolvendo sociedade civil e poderes públicos municipais do Sudoeste paranaense, com o objetivo de, coletivamente, identificar problemas, propor projetos, buscar impactar ou mesmo sugerir políticas públicas para o campo.

⁹⁴ Selo da Rede Ecológica de Agroecologia: baseado em processos participativos de avaliação da conformidade dos produtos orgânicos.

⁹⁵ “Baseada na sua concepção de conhecimento e de organização social, a ASSESOAR organiza a sua assessoria a partir do fazer social concreto de agricultores/as, grupos e organizações que assumem a perspectiva política

ASSESOAR, como organização dos camponeses, se reconhece na agroecologia, reivindicando-a, gerando referências e fomentando a construção de territorialidades-rede.

A ideia de produção orgânica, desafortunadamente, devido a seu foco principal pautar-se no mercado e na exportação, pode rapidamente ser assimilada pelas empresas do agronegócio, maquiando e esvaziando o conteúdo proposto pelas organizações populares, salientam Calegari e Duarte (2006).

Diante deste quadro, a expressão Agroecologia é assumida como contraponto e reapropriação de características da policultura, da produção de alimentos para a população local e brasileira, do auto-consumo, da luta social e do esforço organizativo e formativo necessários para fazer o enfrentamento do agronegócio, como fortalecer as práticas solidárias entre os agricultores/as e deste com consumidores/as, além da democratização do conhecimento e da legislação, etc... (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 12).

No movimento de “reestruturação” a noção de agroecologia é assimilada e retrabalhada pela ASSESOAR como estratégia política e prática de intervenção visando o enfrentamento aos processos de territorialização do agronegócio e a construção de referências em âmbito da *produção*, da *educação* e da *organização camponesa*.

Nesse prisma, o esforço pela construção de referências produtivas passava por uma leitura crítica da autonomização da economia no seio das políticas para o campo, expressas também no exclusivismo dado as temáticas da renda e da tecnologia da agricultura industrial pelas famílias e em âmbito das organizações de agricultores. A ideia de produção abarcou, doravante, a necessidade de produzir e compartilhar conhecimentos a partir da sistematização das referências assessoradas. A centralidade dos debates concernentes a dimensão da educação repercutiu rompendo a estrutura institucional departamentalizada (extinguindo a divisão entre departamento técnico e sociocultural), na reorientação da dinâmica de assistência da entidade (afastando-se do extensionismo e buscando novos conceitos de assessoria⁹⁶) e no ímpeto por impactar as políticas educacionais sob o viés da

do ‘campo popular’ e de classe. Assessorar, então, é acompanhar processos onde se reflete e gera conhecimentos, resultante não de visitas e atividades pontuais, mas de uma relação intensa e continuada com os/as agricultores/as ou seus interlocutores, concebidos como sujeitos” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 05).

⁹⁶ “[...] a ASSESOAR vai construindo uma crítica ao modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado, especialmente no que se referia à ATER. Questionava-se a formação que os agrônomos recebiam da universidade e fazia-se um esforço para que os profissionais que atuavam na ASSESOAR fizessem uma abordagem diferente. As diferenças apareciam na relação técnico-agricultor, onde se procurava partir do conhecimento do agricultor, fortalecendo a idéia da assessoria e do acompanhamento e não da determinação

educação popular e do campo. Por fim, no apoio a formas de organização camponesa conferiu-se ênfase aos processos coletivos, a abordagem multidimensional e a necessidade de construir redes, fomentando as continuidades e a cooperação sob a égide da disputa territorial. São experiências concebidas nessa concepção, por exemplo, as Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAs), o Projeto Vida na roça (PVR) e a Rede Ecovida de Agroecologia.

Tais experiências, valorizando o consumo familiar, a policultura, a recuperação dos solos, o “alimento limpo” e com elevada qualidade nutricional, a reprodução e a troca de sementes crioulas, o agroartesanato, o trabalho familiar, a cooperação, a venda direta ao consumidor, o mercado solidário, as tecnologias apropriadas, a proteção dos recursos hídricos e dos ecossistemas locais, as referências educacionais situadas na cultura local, os processos participativos de avaliação da conformidade orgânica, a organização e articulação da luta camponesa, reforçam a autonomia, a ação popular e o ecologismo como elementos edificantes do projeto ecológico camponês.

Em entrevista, os técnicos da entidade, entrevistados “A” e “B”, salientaram que, desde seu início a ASSESOAR se propôs fomentar a agroecologia e apoiar a produção de alimentos saudáveis, tendo como foco gerar autonomia camponesa, procurando construir alternativas frente à dependência gerada pela monocultura e Ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Desde seu início, ela busca a produção de alimentos saudáveis. Sempre teve isso como grande objetivo: que a gente pudesse suprir a região com alimentos saudáveis, as famílias, as cidades, enfim, o campo e a cidade. E, com isso, que a gente pudesse gerar autonomia, autonomia alimentar, autonomia de renda, autonomia na produção, nas famílias, esse que eu acho que é o grande objetivo, e contra esse modelo que vem aí arrasando tudo (ENTREVISTADO A, 2012).

Essa dependência que causa a monocultura, o agronegócio que tá aí, forte, né, a ASSESOAR sempre procura [se] colocar contra esse tipo de desenvolvimento, porque não gera autonomia e a ASSESOAR, sempre pensando na agricultura mais saudável, na independência do agricultor, da agricultora, é como principalmente trabalha (ENTREVISTADO B, 2012).

a partir do conhecimento do técnico; priorizava-se o acompanhamento coletivo/grupal/associativo e não o individual; enfocava-se a sustentabilidade, as tecnologias apropriadas e os métodos de gestão que confrontassem a ‘redução verde’, bem como na diversificação, com o objetivo de fortalecer a autonomia dos agricultores” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 18).

Projetar modelos de desenvolvimento com base na autonomia camponesa e na reapropriação social da natureza: intencionalidade que historicamente aproximou a ASSESOAR do movimento político de defesa e prática da agroecologia. Movimento político, pois é evidente como a definição de agroecologia assumida pela entidade remete a um projeto que explicitamente delimita e orienta a disputa territorial: nem as relações sociais e de produção do agronegócio, nem o engodo do capital “verde” travestido de agricultura orgânica! Interrogada sobre as diferenças entre a agricultura orgânica e a agroecologia, o entrevistado “A” esclarece-nos:

Na essência a agricultura orgânica tem como base a produção a partir de adubos orgânicos. Depois esse termo vai sendo apropriado pelo capital e a agricultura orgânica é entendida como uma produção sem a utilização de agroquímicos. No Brasil é isso que se entende: uma produção que ainda hoje pode ser feita em parte da propriedade, desde que isoladas e com barreiras e no restante da propriedade não tem influência, pode ser convencional, pode ser somente um pedaço e no restante você pode ter todos os desrespeitos, não só com a natureza, mas com os outros seres - aquele teu pedaço ele é intocado, considerado então uma agricultura sem a utilização de insumos químicos, né. Claro, se pensar em termos o que é químico, várias coisas químicas é utilizado na agricultura orgânica e mesmo na agroecologia, mas eu digo químico altamente solúveis ou agrotóxicos, como ureia, nitrogênio, enfim adubos nitrogenados que são altamente solúveis, então a agricultura orgânica é isso. Na sua essência ela tinha uma proposta, mas depois como ela foi vista como um nicho de mercado para gerar renda. Ela começou ser olhada nesse sentido que é um canto que eu posso fazer no intuito de que ali eu gero renda eu produzo para uma elite da sociedade e o restante não tem problema nenhum eu não preciso me importar com a natureza isso que é a agricultura orgânica (ENTREVISTADO A, 2012).

A agroecologia é uma maneira diferente. Não é só olhar os aspectos produtivos, mas também as inter-relações que se estabelecem naquele local e ver esse local com o seu entorno, com as cidades, enfim. Então a agroecologia tem uma proposta bem maior. Primeiro não é permitida produção paralela, ou seja, você ter um pedaço que é um paraíso que você produz sem agroquímicos altamente solúveis e você tem um outro pedaço que você produz de forma convencional, isso não é permitido na agroecologia. Assim com a agroecologia tem toda uma relação com a natureza, seres humanos, animais, a própria produção e também os aspectos relacionados à comercialização ela tem toda a preocupação com quem vai consumir esses alimentos e a agroecologia não é nicho de mercado. Ela se propõe a praticar preços justos, comércio solidário, é isso que se propõe. Então a agroecologia em si é sim a produção sem insumos químicos altamente solúveis, mas não só isso ela não se basta só nesse tipo de produção, ela tem um olhar muito mais amplo com relação às outras dimensões da vida, inclusive com os resíduos, o que você faz com os resíduos que você produz, a visão de sistema, de que as unidades de

produção são grandes sistemas e que a entrada de insumos para estes sistemas ela tem que ser o mínimo possível, o sistema ele precisa ser equilibrado, enfim, essas questões assim que é agroecologia. Ela não se basta só na produção, ela tem todas as outras inter-relações que se estabelecem produção de sementes, toda essa preocupação [com os] alimentos limpos⁹⁷, a saúde dos consumidores e dos próprios produtores. E a autonomia das regiões, né, como ela olha para as unidades de produção como sistemas produtivos também olha as regiões como sistemas que auto se regulariam, de que os alimentos serviriam para alimentar as regiões aonde são produzidos. Também olha esta questão do transporte dos alimentos, a longa distância não é vista com bons olhos, que daí sim você cairia na lógica da produção orgânica que vale tudo, desde que você agregue melhor valor para esses alimentos, então a agroecologia também olha esta questão das logísticas, da não utilização tanto de combustíveis fósseis, enfim para você transportar a longa distância os alimentos e também propor que se fortaleça o consumo da produção local (ENTREVISTADO A, 2012).

No assessoramento às práticas agroecológicas, o entrevistado “A” (2012) nos informou que a entidade, priorizando metodologias coletivas, tem atuado nos processos de comercialização em feiras livres, na construção de cisternas, de silos e na implementação de agroflorestas. Na dimensão produtiva, destacam-se, principalmente, os trabalhos com hortaliças, hortas mandalas, leite PRV, caldas e insumos orgânicos, criação de aves – entre outros animais – e com o resgate e reprodução de sementes crioulas: trocadas nas “festas das sementes” e compartilhadas informações no “Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias Ecológicas⁹⁸”, como analisados no capítulo 04.

Ao passo que trabalhos (com) e reflexões sobre agroecologia se (in)tensificavam na agenda da ASSESOAR, os sujeitos compreenderam que a construção de resistências, assim como a otimização e propagação das referências, somente adquiririam maior envergadura na medida em que as organizações avançassem nos processos de interação reticular, estabelecendo pontes e edificando continuidades vislumbrando enfrentar as dificuldades

⁹⁷ “Reflexões em torno do ‘alimento limpo’ ganham as políticas públicas em diversos municípios com a merenda escolar, por exemplo. A iniciativa das feiras ecológicas e de buscar a organização dos consumidores, fomentadas a partir de ECAs e do PVR, contribuíram para fazer referências que entre outras, foram assumidas pelas entidades da Agricultura Familiar na forma de ‘mercados do agricultor’, no início negociados com prefeituras. Com relação aos ‘mercados do agricultor’, a ASSESOAR, no final dos anos 90, refletia que embora representassem um avanço no controle dos produtos, era limitado ao restringir a proposta do ‘mercado solidário’ na medida em que concebia o consumidor e o produtor da mesma forma que os mercados empresariais” (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 12).

⁹⁸ Catálogo disponível no site da entidade, atualizado periodicamente, produto do esforço coletivo das organizações do Sudoeste paranaense pela manutenção e aprimoramento da agrobiodiversidade (sementes crioulas e tecnologias ecológicas) e da troca de informações. Disponível em: <http://assesoar.org.br/?page_id=323>. Acesso em: 05 de setembro de 2013.

impostas pelo isolamento, a indesejável atomização das experiências e as próprias descontinuidades expressas nas formas de divisão e organização territorial do trabalho produzidas pela lógica da produção capitalista do espaço.

*Na medida em que a idéia da agroecologia foi sendo configurada como um espaço político de articulação que faz contraponto ao **projeto** do latifúndio e do agronegócio, ficava evidente a necessidade de uma forma organizativa de largo alcance, inclusive geográfico. Partindo da experiência acumulada na relação com outras organizações do campo no sul do Brasil que, desde os anos 80, definia ações conjuntas na chamada ‘agricultura alternativa’, a ASSESOAR contribui significativamente na construção e no fortalecimento da Rede Ecovida de Agroecologia. Foi intenso o debate a respeito do formato da rede. A ASSESOAR atuou em processos de coordenação, na produção de material, na gestão de fundos para dinamizar a rede, na organização e acompanhamento de núcleos, na configuração do processo de certificação denominado ‘participativo’, assumindo posições que diferenciavam-se da certificação por auditoria gerida por empresas. Recentemente, a ASSESOAR coordenou a organização da página e do banco de dados web, com caráter interativo e desenvolvidos em software livre (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 13, grifo nosso).*

Os autores citam a criação da Rede Ecovida de Agroecologia como um marco no avanço do saldo organizativo do movimento agroecológico e do caráter propositivo do campesinato, no Sul do Brasil, ao territorializar seus projetos, como de fato procede (adiante retomaremos). No caso da ASSESOAR, e de inúmeras outras organizações populares, as mediações em torno da agroecologia e do projeto ecológico camponês suscitaram e suscitam o estabelecimento de múltiplas conexões. No próprio ímpeto de buscar conhecimentos sobre produção orgânica e agroecologia, o entrevistado “A” (2012), dá-nos elementos de quão ampla é essa rede, perpassando ONGs, movimentos sociais, pesquisadores e agricultores: articulações na escala da localidade rural (famílias agricultoras), do município (associações de produtores e consumidores, sindicatos, prefeituras etc.), da mesorregião (organizações populares, universidades públicas e instituições governamentais de ATER), da macrorregião (Rede Ecovida, ONGs, movimentos sociais etc.), do Brasil (ANA, ABONG etc.) e da América Latina (MAELA).

Tem uma série de matérias que a gente lê, uma série de autores Altieri, Gleissman, Primavesi, Khatounian e uma série de outros autores. A gente busca bastante nos livros, com os movimentos, as entidades que praticam agroecologia, na articulação nacional de agroecologia, Rede Ecovida e daí vão as outras entidades a nível de Sul de Brasil que a gente sempre tem se trocado e-mails e conversado, enfim. O próprio Maela encaminha materiais pra gente. Eu acho que uma fonte interessante para a gente estar refletindo

é o contato com as famílias. Olha eu acho que tem coisas que são reveladoras nessa conversa, neste estar junto com as famílias e é claro com as universidades aqui a gente tem a UNIOESTE, a UTFPR, têm os professores da UTFPR. O Valdir [dirigente da ASSESOAR] acabou de fazer uma tese pro seu doutorado, interessante neste sentido, e ele faz toda essa leitura das entidades, das famílias, comparado com autores, enfim, acho que várias fontes aí (ENTREVISTADO A, 2012).

Na disputa territorial, as articulações têm construído um sentido de estar juntos, de pertença, de unidade na diversidade e no agir conflitual. O estar juntos, uma identidade que pavimenta continuidades, dá fluxo às sinergias, potencializando um ir mais além do indivíduo, ampliado pela solidariedade e pela cooperação. Não se trata, porém, de um sentido “samaritano”, abstrato de solidariedade, mas de solidariedades ativadas intencionando combinar energia e informação para maior contundência na territorialização dos projetos, da “política camponesa de construção de sua existência” (FERNANDES, 2005). Situadas no circuito de contra-hegemonia, reiteramos, essas articulações efetivam-se com dificuldade, lentamente, à margem do reconhecimento e das políticas oficiais estruturantes.

O debruço, relativamente extenso – mesmo apreendendo só rapidamente algumas situações –, na tarefa de analisar aspectos da trajetória e da política de ação da ASSESOAR, justifica-se por se tratar de uma organização pioneira no trabalho com agroecologia; nó dinâmico, cujos trabalhos e reflexões auxiliaram na difusão dessa abordagem do desenvolvimento territorial rural, na proliferação de arranjos organizacionais e referências produtivas e educacionais, e, na criação e dinamização de outras organizações de agricultores. Aprofundaremos outros elementos da atuação da entidade ao tratarmos da territorialização da Rede Ecovida de Agroecologia e no capítulo 04, quando abordaremos as referências produtivas agroecológicas em Francisco Beltrão, Paraná. Dito isso, analisaremos, na sequência, a atuação das outras organizações na estruturação da rede local de sujeitos, a saber, CRESOL, Sindicato dos trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, Rede Ecovida de Agroecologia, Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, COOPAFI, EMATER-PR e Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão.

3.4.2 CRESOL

O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), atuante hoje nos estados do Paraná e de Santa Catarina – e em expansão para Minas Gerais,

Espírito Santo, Goiás e São Paulo – constituiu-se formalmente em 1996, paralelo à implementação do PRONAF, após uma década de debates entre as organizações populares do campo, do Sudoeste e Centro-Oeste paranaense (com ativas participações das ONGs ASSESOAR e RURECO), sobre a importância de organizar a produção e construir meios de democratização do crédito para o desenvolvimento da agricultura alternativa, como estratégia política de afirmação do campesinato.

Um dos instrumentos, já em reflexão de longa data, e que sofrera uma crítica consistente, foi o crédito para investimento em infraestrutura e atividades produtivas. Esta foi a razão pela qual a ASSESOAR negociou com Misereor (entidade da cooperação alemã), em meados dos anos 80, recursos para, de forma interinstitucional, realizar um aprendizado na gestão de um fundo de crédito rotativo. A ASSESOAR investiu nos trabalhos e na estrutura operacional, que dinamizou e deu forma, em meados dos anos 90, às cooperativas de crédito com interação solidária – CRESOL, que organizaram-se num sistema próprio (CALEGARI e DUARTE, 2006, p. 13-14).

Produto da parceria entre ASSESOAR e Misereor⁹⁹, desde o final da década de 1980 pôs-se em curso no Sudoeste do Paraná um Fundo Rotativo de Crédito¹⁰⁰. Fundo esse, segundo Lannoy (2006), gerido por um Conselho de entidades populares, incluindo a CPT, a CNBB e o MST.

O crédito deste Fundo era orientado para promover a chamada agricultura alternativa, como se dizia então, quando se tratava de implementar um novo modelo tecnológico distinto daquele da “revolução verde”. A inflação era alta e as linhas de crédito rural, sobretudo para investimento, tinham secado. Os pequenos agricultores recorriam na sua maioria ao “troca, troca”, que significava adquirir insumos trocando por produtos da próxima safra. O mercado era dominado pela usura e pelo poder dos comerciantes que, alegando risco, cobravam em produtos valores superiores aos preços de mercado. Foram anos muito difíceis para os agricultores familiares, muitos tinham perdido suas terras por dívidas e os que ainda operavam com bancos, tinham visto suas poupanças seqüestradas pelo Plano Collor em 1990. “Não financie, Banco só é bom para sentar”, diziam os pequenos produtores (LANNOY, 2006, p. 01).

Em 1993, em Guarapuava, Paraná, realizou-se seminário intitulado “Cooperativas de Crédito e Fundos Rotativos”, reunindo dirigentes de entidades do Centro-Oeste e Sudoeste paranaense. Naquela oportunidade, salienta Lannoy (2006), tomou-se conhecimento de informações que seriam decisivas na proposição e criação do Sistema CRESOL:

⁹⁹ Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento.

¹⁰⁰ Por meio deste Fundo eram financiados pequenos investimentos juntos aos numerosos grupos de agricultores e assentados da reforma agrária, mesmo de fora da região. Foram realizadas mais de 300 operações de crédito em sacas de milho (LANNOY, 2006).

As cooperativas de crédito criavam a possibilidade de: reter e aplicar a renda agrícola no meio rural; fazer com que os pequenos agricultores controlassem os recursos para agricultura, fazendo com que pudessem orientar a Política Agrícola em favor dos seus interesses; participar na gestão dos Programas Oficiais de Crédito, cujos recursos podiam ser repassados através das cooperativas de crédito; reinvestir as sobras, que seriam os lucros dos Bancos, em programas de crédito de investimento, na forma de Fundos Rotativos; e operar com custos menores e de forma menos burocrática que os grandes bancos (LANNOY, 2006, p. 02).

Mais que mero mecanismo financeiro, o Sistema CRESOL foi articulado para ser uma organização de fomento ao desenvolvimento regional. Baseada em princípios como horizontalidade, participação e controle social, o compromisso institucional e a estrutura organizacional da CRESOL legou o desafio de viabilizar outros moldes de cooperativismo – descentralizado em pequenas unidades, dirigido por agricultores, em diálogo com os sujeitos e as organizações locais do campo e menos burocratizado –, destoando do formato centralizado e piramidal do cooperativismo empresarial e do sistema bancário convencional. Na proposição do Sistema CRESOL, muito além de atuar como paliativo à crise econômico-financeira, que naquele contexto incidia com importante força junto aos pequenos proprietários, excluídos como categoria específica das políticas oficiais, objetivou-se concatenar forças vislumbrando construir, com subsídio do novo formato de sistema financeiro cooperativo, autonomia na definição das políticas agrícolas (crédito para custeio e investimentos) para a agricultura familiar, consoante aos anseios de um projeto alternativo ao sistema técnico-financeiro vigente – clara demonstração do movimento histórico do campesinato, de seu potencial de leitura e ação política coordenada.

Ser não apenas um instrumento financeiro, mas sobretudo um instrumento de desenvolvimento local. O Sistema Cre\$ol nasceu com esse compromisso. Fortalecer a agricultura familiar garantindo o efetivo gerenciamento local dos recursos, valorizando a agroecologia e o meio natural, criando comunidades rurais vivas e florescentes, assegurando aos mais jovens um futuro de oportunidades profissionais e uma vida cultural mais rica são propósitos que o Sistema Cre\$ol contribuirá para realizar se souber crescer partilhando e interagindo com as demais organizações ou entidades da agricultura familiar (LANNOY, 2006, p. 04)

“Não há dúvidas quanto a extraordinária contribuição do Sistema CRESOL para a democratização do crédito rural”, avalia Lannoy (2006, p. 04). “Antes dele, metade dos agricultores familiares nunca tinham realizado um financiamento bancário e a grande maioria fazia dívidas junto a casas comerciais” (Idem). Em seguida, pondera:

No entanto, resta o desafio de reorientar o crédito rural com base em planos locais de desenvolvimento articulados (micro)regionalmente e assumidos por governos e pelo conjunto das organizações da agricultura familiar, que apontem investimentos estratégicos para a construção de um novo mundo rural. Somente assim, o Sistema CreSol evitará uma inversão de propósitos e se consolidará como um importante instrumento de desenvolvimento. (LANNOY, 2006, p. 04).

Partilhar e interagir com organizações da agricultura familiar visando fazer do crédito um instrumento que cumpra função estratégica para a construção de um novo mundo rural: são preceitos políticos institucionais, apontados pelo supracitado autor, que evitarão possíveis inversões de propósitos.

Atualmente, a *missão* do Sistema CRESOL, consiste em “promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional”, tendo como *visão* “crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social” CRESOL (2013) – Ou seja, nenhuma referência explícita a um projeto engajado de transformação social do campo. Nenhuma menção à agroecologia ou mesmo à agricultura orgânica. A palavra “sustentabilidade” aparece isolada entre os designados *princípios* da organização.

A noção de “interação solidária”, por sua vez, segundo CRESOL (2013) “expressa a ideia de responsabilidade compartilhada entre cooperados e dirigentes, que devem acompanhar e ter controle sobre seu funcionamento¹⁰¹” – novamente, nenhuma interface com os pressupostos da “partilha” e da “interação” que contemplem a efetiva relação com as organizações populares do campo na construção de projetos que façam frente ao agronegócio. Questões estas que ficaram evidentes em entrevista realizada com o sujeito que respondia pela presidência da Central CRESOL-Baser, situada em Francisco Beltrão, Paraná. Questionado sobre a forma de atuação da CRESOL, explica:

A atuação da cooperativa é bem específica na linha de financiamentos mesmo, tanto de recursos oficiais, tanto com recursos próprios da cooperativa. Investimento, um recurso que você queria mais simples para viabilizar a propriedade. Os recursos oficiais que nós temos que vem de

¹⁰¹ Disponível em: <<http://www.CRESOL.com.br/site/conteudo.php?id=1>>. Acesso em: 09 de setembro de 2013.

bancos, banco do Brasil que tem todas aquelas exigências a seguir e então se têm todo um procedimento que tem que se percorrer quando se trata de investimento. Quando se trata de custeio é um financiamento normal para a safra de custeio oficial para financiar a safra do agricultor, esse custeio tanto pode ser na produção de grãos, quanto na produção de leite, naquilo que o agricultor necessitar lá para a sua propriedade (ENTREVISTADO C, 2011).

Conforme relato, hoje a CRESOL não diferencia-se radicalmente do sistema bancário convencional. Tem atuado especificamente com financiamentos (próprios e auxiliando agricultores a acessar linhas de crédito de outros bancos) baseado nas demandas correntes dos associados (fundamentalmente atrelado à produção agropecuária convencional), sem se propor a construir diretrizes de políticas agrícolas para transformação da matriz produtiva local. Sobre a inserção da CRESOL no incentivo à agroecologia, destaca:

Olha eu estou na linha de frente aqui na direção da CRESOL Beltrão de junho de 2010 para cá. Anteriormente a gente fazia parte da direção, acompanhava e fomos subindo os degraus até chegar na direção mesmo da cooperativa. Então não faz muito tempo que a gente está na linha de frente e, de lá para cá, que eu me recordo assim, a gente não tem participado de discussões assim dessa lógica. Parece que a demanda no município é pequena, por conta disso talvez não tenha chamado o interesse das entidades em estar discutindo isso, mas nós não temos assim uma discussão de qual que é a possibilidade de aumento, de avanço, para a produção agroecológica, não se tem assim uma discussão agora, não sei se por falha das entidades ou falta de interesse dos agricultores, por que hoje a realidade em uma propriedade é bem diferente de um tempo atrás (ENTREVISTADO C, 2011).

Na sequência, retifica a afirmação, porém desprovida de maiores detalhamentos:

Eu agora lembrando que o sistema das cooperativas puxou uma discussão há uns seis meses atrás na tentativa, na busca, de produção agroecológica, me permite eu corrigir essa falha que eu falei que não tinha participado de discussão, mas a seis meses atrás houve sim um debate bem amplo, com o sistema CRESOL, inclusive foi reunido todas as direções dos sistemas, houve um grande encontro, um dia em Realeza [Sudoeste paranaense] a um seis meses atrás. Na tentativa de puxar a discussão da questão agroecológica. Ficou de ser retomada outras discussões e ver na prática, mas devido a correria do dia a dia quem tava na linha de frente, talvez ainda não tenha puxado. Até agora não recebi mais informações, mas houve sim essa discussão do sistema CRESOL na tentativa de se buscar essas alternativas e incentivar o pessoal agroecológico (ENTREVISTADO C, 2011).

Ao pautar-se meramente pelas demandas dos associados, a CRESOL adota uma postura de prestadora de serviços, perdendo-se de vista a importância estratégica da organização na proposição de políticas que apontem formas de produzir e de viver

destoantes do modelo de agricultura convencional. O mais emblemático são as afirmação do dirigente sublinhando que a organização tem apenas debilmente participado das discussões sobre agroecologia, quando, espera-se qualidades de ousadia e protagonismo em um espaço potencialmente rico para subsidiar o campesinato na disputa territorial. A disputa, aliás, não deve ser considerada na perspectiva de uma dualidade abstrata agronegócio *versus* campesinato, mas empreendida, também, por dentro das próprias organizações dos “agricultores familiares”, identificando em suas concepções e formas de ação a ideologia do agronegócio, sua territorialidade, traduzida em políticas que conformam a construção de determinados comportamentos dos sujeitos entre si e com o espaço. No caso da territorialidade do agronegócio, políticas com base na proeminência da economia sobre outras dimensões da vida, do ímpeto da competitividade, da supremacia da tecnologia alienígena e alienante, antiecológicas por natureza.

Quando o tema é a diferenciação entre agroecologia e agricultura orgânica, o dirigente demonstra certo discernimento:

Elas se diferenciam um pouco. Orgânica é aquela produção natural, sem o uso de agrotóxicos, é mais simples. Já na agroecologia, ele prevê um todo, a produção agroecológica ela prevê a propriedade num todo buscando mesmo ver tudo o que está ao redor da propriedade, desde os animais, todas as questões de natureza, livre mesmo do agrotóxico, então ela tem uma diferenciação (ENTREVISTADO C, 2011).

No que confere aos avanços ou problemas na produção de alimentos orgânicos, na percepção do entrevistado “C” – também agricultor, com experiência passada (até 2007) em produção orgânica durante seis anos – apesar da grande procura pelos consumidores, o quadro é de declínio. Aponta-nos elementos associados às condições precárias de orientação, assistência e pesquisa.

Depois de um certo período ele regrediu. Talvez um pouco aí pelo problema das orientações, da falta de se ter um apoio maior para o agricultor, um incentivo maior, uma assistência técnica que pudesse amparar o agricultor que infelizmente é um entrave. Também esteja aí um pouco por que tu pegar pelo tradicional ta aí os técnicos da empresa orientando e dando assistência, embora a gente saiba que lá no fundo acabam levando todo o lucro do agricultor, mas para o lado da linha agroecológica fica apenas um pouco as entidades tentando incentivar, mas de uma forma muito mesquinha e não tem assim de fato uma equipe, uma assistência, até pesquisas, então fica muito desamparado (ENTREVISTADO C, 2011).

Os entraves relacionados às questões ponderadas anteriormente, acirrados pela escassez de mão de obra e a dificuldade que os agricultores têm em romper com a técnica (acrescentamos, e o pensamento) convencional, fatores diretamente vinculados ao descaso do Estado com o movimento agroecológico, bloqueiam seu crescimento, mesmo considerando a procura e o grande potencial de mercado para os produtos orgânicos em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense.

Consumo eu acredito que tenha muito consumo e falta produção, falta produto, eu acho que cada vez mais a sociedade quer esses produtos, sabendo que ela tem um custo maior pelo fato de ter uma mão de obra um pouco mais direta, mas eu acredito que a sociedade vendo o que está acontecendo ao nosso redor com problemas de saúde que está cada vez mais se constatando que é efeito da produção com produtos químicos e a população deve estar olhando isso e está buscando essa produção agroecológica. Em termos de consumo se tivesse produção eu acho que teríamos grandes avanços tranquilamente (ENTREVISTADO C, 2011).

Eu acho que tem boas perspectivas de mercado, de mercado e até de vida, de vida familiar e até pelo fato de harmonia com a natureza. Então, eu vejo assim com muito boas perspectivas, apesar de a gente vê que vai ter muitas dificuldades devido ao pacote tecnológico que se encontra aí é bem difícil segurar quem está e muito mais difícil busca novos produtores pelas atividades que tem hoje na agricultura familiar. É bem difícil você resgatar mais agricultores que estão hoje no pacote tecnológico e voltar a produzir orgânico ou agroecológico, mas tem muito futuro e cada vez mais a produção agroecológica, até por que os resultados da produção com o pacote tecnológico estão aí danificando a saúde do ser humano. As pessoas querem qualidade de vida. A população está mais informada. A gente tem visualizado isso e, cada vez mais, tem perspectivas boas para o mercado e consumo (ENTREVISTADO C, 2011).

Mesmo a agroecologia, por ora, não encontrando repercussão efetiva junto a CRESOL, a leitura do agir conflitual do diretor da instituição contempla um rol de relevantes questões, desde a diferenciação entre agroecologia e a proposta da agricultura orgânica, considerando a maior complexidade de enfoque da primeira, não limitando-se a questões de ordem técnico-produtiva; perpassando pelas consequências do pacote tecnológico da agricultura convencional à saúde, à qualidade de vida e ao meio ambiente; fazendo referência aos processos de subordinação da renda da terra ao capital; e sublinhando o vácuo deixado pelo Estado quanto o assunto é a construção de políticas de desenvolvimento agroecológicas.

3.4.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão

O STR do município de Francisco Beltrão é outra organização que compõe a rede local de sujeitos, com inserções no processo de articulação de lutas para o desenvolvimento da agroecologia. Criado em 1963, no contexto de legalização fundiária do município e da mesorregião, em sua gênese, sua principal finalidade consistiu em representar os agricultores perante o Estado visando acessar recursos governamentais e, posteriormente, atuando também nas áreas da saúde, da alimentação e educação, procurando assistir demandas latentes das famílias agricultoras no período de consolidação da “frente colonial”. Logo após sua fundação, em decorrência do Golpe Militar de 1964, o sindicato foi absorvido pelo sindicalismo rural oficial, em um período de arrefecimento da combatividade das organizações de representação dos interesses dos trabalhadores (SCHMITZ *et al.*, 2012). Somente na década de 1980, no movimento de renovação sindical do STR de Francisco Beltrão, esse quadro começa a ser alterado:

Na década de 1980 ocorre um movimento pela renovação sindical no STR de Francisco Beltrão. Para Ribeiro *et al.* (2010), no Sudoeste do Paraná, a Central Única dos Trabalhadores articulou um movimento de luta por um sindicalismo combativo. As oposições sindicais do campo na região eram também influenciadas e articuladas pela ASSESOAR, através de reuniões para organização dos (as) agricultores (as). A Igreja Católica teve papel importante na conscientização junto com a Comissão Pastoral da Terra – CPT, pois, segundo levantamento de dados em 2009, ela propagava e reelaborava os parâmetros de ação sindical baseados na combatividade, na democratização da estrutura sindical, opondo-se ao sindicalismo de Estado. A atuação de tais entidades foi fundamental para organização e mobilização dos (as) agricultores (as), os (as) quais se transformaram em lideranças locais (SCHMITZ *et al.*, 2012, p. 08).

Após o processo de renovação, questões como política agrícola, pressão via Estado por equipamentos e serviços de saúde, previdência social, luta pela terra e democratização no sindicato, expressaram os novos nexos da ação sindical. A partir desse momento, observa Schimitz *et al.* (2012), o STR de Francisco Beltrão, aos poucos, deixa o assistencialismo e passa a trabalhar de forma combativo-reivindicatório, avançando, nos anos 1990, e, subsequentemente, para um sindicalismo de propostas, objetivando construir projetos para fomentar a organização e melhorar as condições de produção, renda e moradia. As autoras sublinham ainda, no período de 1993 a 2000, os vários trabalhos realizados com mulheres no município, a fim de incluí-las no sindicato, ofertando oficinas sobre plantas medicinais,

ensinando-as como colher, secar; cursos de aproveitamento de alimentos, compotas, doces, culinária em geral.

Na atualidade, o dirigente do STR de Francisco Beltrão, entrevistado “D”¹⁰², informa-nos, em entrevista realizada em 2011, que são várias as formas de atuação da organização:

O sindicato tem várias atividades que desenvolve, desde da questão da organização dos agricultores até a questão de prestação de serviços, aí atende na área de política agrícola, na área da questão da previdência, na área também da saúde, participando de conselhos, mas o foco principal mesmo do sindicato dá para a gente dizer que são três: um, é o processo de representar os agricultores, representar enquanto categoria da agricultura familiar; o segundo, no processo de organização, tenta buscar os agricultores a estar organizados, seja ele nas cadeias produtivas, ou na própria categoria como num todo; e, o terceiro, é a questão de proposição e reivindicação, pauta de reivindicação, organização, incentivo de buscar garantia de preço, de direitos, nesse sentido. Então, esses três elementos são chaves. Em termos de participação, também nos congressos, entidades, fóruns, conselhos. Como o sindicato participa da organização mais regional da FETRAF, a nível nacional, então, congressos, plenários, atividades, encontros grandes, mobilização, mais nesse sentido.

Como braço local e regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, o STR tem como atribuição, além de “organizar” e “representar” os trabalhadores da agricultura familiar, “propor”, nos vários fóruns, projetos que venham ao encontro dos interesses da categoria. Como o segmento denominado “agricultura familiar” contempla uma miríade de arranjos e interesses, muitos deles conflitantes entre si, no ato de representar, a ação do sindicato, nas várias escalas (enquanto sessão local e articulado nacionalmente via federação), acaba pulverizando-se em vários eixos, do convencional ao agroecológico, dificultado, assim, a construção mais detalhada de um projeto político para o campo em termos de agenda unificada. A repercussão da agroecologia no STR é condicionada por essas contradições de fundo. Obviamente, a diversidade é legado histórico e a maior riqueza das formas familiares de vida, produção e organização do trabalho no campo. Hoje, contudo, essa diversidade tem se erodido nos processos de monopolização do território pelo capital, sendo a agricultura familiar ponto de encontro onde territorializam-se interesses mais diversos: das palavras de ordem por autonomia e soberania alimentar à

¹⁰² Agricultor familiar, residente em Francisco Beltrão desde a década de 1960. Há 12 anos desenvolve práticas de agricultura orgânica. Em dezembro de 2011, quando o entrevistamos, era dirigente sindical e assessor de uma Deputada Estadual do Paraná. Trabalhou na Pastoral da Terra desde 1979. É militante, segundo seu próprio relato, não só nos movimentos sindicais, mas em várias organizações do Sudoeste e também em nível de Estado de Paraná: foi dirigente da FETRAF, da FETAEP, da CUT e já integrou a equipe diretiva da ASSESOAR.

ideologia do empreendedorismo neoliberal¹⁰³. Nessa diversidade de interesses, porém, o agronegócio é hegemônico e, em conflito com sujeitos e organizações populares, disputa concepções de desenvolvimento, procura impactar nas políticas públicas, ao passo que apresenta-se como modelo único. O conceito de agricultura familiar, construído sobre uma identidade abstrata orbitando em torno do trabalho familiar, é prenhe dessas nuances. No que tange a atuação mais direta com agroecologia, salienta-nos o entrevistado “D” (2011).

Na verdade nesse campo da agroecologia o sindicato não tem um trabalho específico, tem um trabalho, vamos dizer assim, de conscientização sobre o processo ambiental, isso tem um trabalho muito forte, mas assim, no campo bem específico, na agroecologia, ainda não. Tem feitos várias batalhas, reivindicação nesse campo, mas sempre que trabalha nessa questão do PRONAF tem certa dificuldade de buscar esse recurso e acompanhamento técnico para essa questão da agroecologia, mas sempre foi um defensor na linha de mudança do modelo de produção para essa questão da agroecologia hoje, agora bem específico vamos dizer assim, o sindicato trabalha com dez comunidades ou com 50 agricultores na área da agroecologia, não tem, nós não conseguimos formar esse processo ainda de organização desse campo de produção agroecológica.

Historicamente defendendo mudanças do modelo de produção para a agroecologia, conforme relato, as contribuições do STR, na atualidade, tem se concentrado em processos de conscientização ambiental, dos efeitos do modelo de produção convencional e na luta institucional por dentro do PRONAF pela viabilização de linhas de créditos específicas. Na sequência, acrescenta:

Nós, na verdade, quando lutamos para a questão do PRONAF, em 1996, 1998, quando começou o PRONAF, a gente já vinha discutindo essa questão de um recurso específico para essa questão da agroecologia, para mudança nesse processo. O trabalho de conscientização sempre a gente está fazendo. Nós temos, inclusive, um trabalho na rádio Anawin¹⁰⁴, aonde todo o sábado a gente fala e o nome do programa é “A Vida e a Natureza”. Então a gente trabalha essa questão da conscientização, já [há] muito tempo sobre essa questão do modelo de produção. O que ocorre nessa questão dos agricultores é que como o recurso [do PRONAF] é direcionado, a questão da assistência técnica, [do] acompanhamento, é direcionado para um pacote agrícola, achando mais fácil trabalhar na produção de soja, de

¹⁰³ Não propomos, seja frisado, que o sindicato pautar a categoria, mas sim que faz-se imprescindível o discernimento, dentre os múltiplos interesses, dos que coadunam-se com a política camponesa de construção de sua existência (com base na ampliação das autonomias, na defesa da soberania alimentar e no estímulo a diversidade social e ecológica) e os que alinham-se a processos de heteronomização, exclusão e degradação ambiental, se se deseja avançar na construção de um projeto político para o campo.

¹⁰⁴ Associação Rádio Comunitária Anawin: constituída em 1998, é composta por várias entidades do município de Francisco Beltrão – nove sindicatos de trabalhadores, CRESOL e quatro Paróquias Católicas. Disponível em: <<http://www.radiocomunitariaanawin.com.br/site/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2013.

milho convencional do que produzir produtos com uma visão mais de agroecologia. E, aí, tem outra coisa também que muitas vezes fica difícil você trabalhar essa questão da agroecologia, que é o processo do solo, a qualidade do solo e a questão da mão de obra. Então, muitas vezes, o agricultor vai pela facilidade, pela tecnologia e não pela qualidade. Então, esse é um pouco a dificuldade que a gente tem que enfrentar enquanto organização sindical, na conscientização dos nossos agricultores para produzir agroecologicamente (ENTREVISTADO D, 2011).

Questionado sobre os objetivos e propósitos do sindicato no fomento a agroecologia, o dirigente esclarece-nos algumas questões:

Bom, nós levantamos já, enquanto sindicato e junto com a federação FETRAF, mais de uns quatro anos atrás, uma proposta nessa questão na mudança da matriz tecnológica. Levamos o processo de negociação de uma proposta nessa questão da agroecologia, com recurso, com acompanhamento técnico, com diferença no preço, com tecnologias diferenciadas, mas nem o governo, se a gente falar bem claramente, nem o governo conseguiu ainda alocar recursos com facilidade, seja ele para as cooperativas, ou para o banco no campo de agroecologia. Primeira dificuldade para implantar uma proposta dessas é essa questão das sementes, você tem que ter registro ou cadastrada no ministério da agricultura, a semente de uma boa qualidade ou a origem da semente. E isso nossos agricultores tem dificuldade em função do guardar semente, do estoque da semente, da origem da semente e, se não tiver isso, não tem seguro. Em função dessa questão do seguro agrícola, se der uma pedreira¹⁰⁵, se der qualquer tipo de intempéries, os agricultores acabam perdendo o seguro e aí então por isso que as vezes, muitas vezes, os agricultores acabam não produzindo agroecologicamente. E a facilidade dos bancos financiarem exigindo notas. O banco financia, mas ele quer saber da onde vêm as notas e etc e tal. Então, a burocracia nessa questão de você trabalhar a produção agroecológica é muito maior e nós, os agricultores, tem que provar que ele é agroecológico, enquanto que o convencional ninguém exige provação, que tem veneno, que tem químico, então essa é uma das dificuldades. Nós enquanto sindicato, enquanto federação, tem sempre batalhado para uma mudança de matriz tecnológica, tentar garantir com que os agricultores possam ter recurso, inclusive com subsidio maior do que o convencional é aí que vai mudar ou tentar garantir com que os agricultores comecem mudar esse processo e também desburocratizando essa questão da legalização dos financiamentos (ENTREVISTADO D, 2011).

É latente, no depoimento, como elementos de ordem estrutural obstaculizam o desenvolvimento da agroecologia. Mesmo as proposições articuladas em âmbito da escala nacional, via FETRAF, dirigidas ao Governo da União, não surtiram o efeito pretendido, esbarrando em questões burocráticas relativas as citadas inflexibilidades dos sistemas de financiamento e dos seguros agrícolas, diretamente concatenados aos interesses das

¹⁰⁵ Precipitação de granizo.

empresas do agronegócio. O dirigente menciona que a proposta de fomento à agroecologia atrelava-se a reivindicação de créditos e políticas agrícolas que repercutissem em “mudanças na matriz tecnológica” (sic), à qual, no processo de negociação constatou-se que “nem o governo conseguiu ainda alocar recursos com facilidade”: o quadro de “morosidade” e “rigidez” evidencia quão forte e estruturado se apresenta o agronegócio, diante das organizações dos trabalhadores e do próprio Estado, quando o assunto é a implementação de políticas estruturantes de desenvolvimento para o campo que ameacem, mesmo que incipientemente, sua territorialização: para a agroecologia, há entraves burocráticos e necessidade de certificação; para o convencional, fluxo livre de restrições.

Quanto à atuação com agroecologia, solicitamos ao entrevistado “D” que apontasse-nos quais eram as principais entidades parceiras e a contribuição do STR para com o coletivo, no sentido de visualizarmos, em sua leitura, o desenho do sistema local territorial agroecológico:

Nós temos aí um conjunto de organizações que vem discutindo. Primeiro, o fórum regional das entidades¹⁰⁶ sempre tem discutido. No fórum participa principalmente a ASSESOAR, o movimento sindical, os sindicatos da FETRAF, nós temos o CAPA, a Rede Ecovida, temos também os sistemas de crédito com uma participação um pouco menos, mas tem participação, algumas universidades que hoje tem participação e temos uma relação boa com esse entendimento dessa questão do modelo de produção, nós temos o sistema de algumas cooperativas de leite, o MST, acho que as principais organizações. Tem alguns setores de governo, mas isso é muito pouco. Que realmente trabalham, que tem uma visão estratégica sobre essa questão, não dá de dizer que é governo. No município de Francisco Beltrão tem uma associação de agroecologia, ligada a Rede Ecovida. Também existe o pessoal da feira, um grupo de feirantes que produzem agroecologicamente. De certa forma o sindicato teve uma participação nesse processo. Na direção do sindicato sempre o pessoal tem discutido essa questão dos problemas de financiamentos, problemas de recursos para o PRONAF e também tem discutido essa questão da qualidade de vida. Em função dessas questões levou o pessoal a trabalhar um processo de organização dessa associação aonde algumas famílias avançaram, continuaram trabalhando nesse processo e outras acabaram entrando e depois vendo que era mais difícil o sistema de produção, acabaram deixando, mas o sindicato também teve uma participação no processo de debate, organização e incentivo para essa construção da associação da agroecologia no município (ENTREVISTADO D, 2011).

Mesmo resistindo à margem das políticas oficiais, cita-nos várias organizações que mais ou menos efetivamente tem trabalhado e articulado ações para o desenvolvimento da

¹⁰⁶ Fórum Intergovernamental de Entidades do Território do Sudoeste do Paraná.

agroecologia no município e na mesorregião, sublinhando a ínfima contribuição dos governos. Destaca, doravante, a contribuição do STR em debates nos fóruns das entidades e na organização da Associação de Produtores Agroecológicos de Francisco Beltrão – PR, construindo liames, redes de solidariedade no território. Em relação aos avanços e limites da produção orgânica, avalia:

Eu acho que avançou no Sudoeste, principalmente em Beltrão. Tem pessoas com muita consciência da importância que tem a agroecologia, a produção orgânica. Por que se a gente olhar a feira que tem no município, quando chega dez, dez e pouco da manhã, o pessoal já não tem mais produto. Então há uma procura no sentido da população já entender essa questão da qualidade dos produtos. Também as famílias que produzem agroecologicamente elas criam uma consciência ao seu redor de outras famílias com o tempo também trabalhar esse processo. Se a gente olhar a mídia, ou seja, os meios de comunicação, também hoje já estão motivando bastante essa questão da produção limpa. Então, eu acho que os avanços é a conscientização dos consumidores e também de produtores que não desistiram, acho que essa é uma questão fundamental por que a força da produção convencional é muito grande através das empresas, através dos técnicos. Os problemas são muitos, hoje para você manter essa questão de uma matriz tecnológica diferenciada, de um produto limpo, primeiro, nós não temos um incentivo aberto, um incentivo grande dos governos, seja ele municipal, estadual ou federal. O que eu digo aberto deveria o estado brasileiro da mesma forma que tem o crédito convencional, deveria ter crédito, deveria ter assistência técnica, deveria ter comercialização, garantia de preço, e ainda com um incentivo maior com um recurso que fosse pago bem mais do que está sendo pago hoje, que é em torno de 30% do convencional, deveria de ter uma política diferenciada para esse processo. Por que quando a gente quer trabalhar uma visão estratégica de qualidade de produção, o estado também deveria ter esse processo. Então nós enfrentamos de certa forma limites para essa questão de você ter recursos, assistência técnica, comercialização, infraestrutura para garantir o mesmo patamar de um modelo convencional que está aí. Outro limite que a gente tem nessa questão das propriedades, é o tipo de solo, nós temos uma propriedade pequena, um solo desgastado, um solo que não é corrigido para poder produzir organicamente, e, de outro lado, enfrentamos essa questão das sementes, que também é uma dificuldade grande para você certificar ou inscrever as sementes para garantir um processo na produção. E a assistência, o acompanhamento técnico, falta muito essa consciência do acompanhamento técnico por parte do Estado, por parte das organizações, em contra partida as empresas estão todo o dia lá na propriedade do agricultor oferecendo o pacote, então isso da mesma forma teria que ter sobre a questão da agroecologia, que daí facilitaria também o agricultor entrar nesse campo com acompanhamento, por que se não tiver acompanhamento ele vai para aquilo que tem o pacote pronto. Então temos “enes” problemas nessa questão que a gente precisa realmente debater com a sociedade, fazer com que o estado brasileiro

possa realmente fornecer condições iguais ao PRONAF hoje (ENTREVISTADO D, 2011).

O trecho da entrevista anterior expressa a leitura multidimensional do sindicalista sobre a conjuntura do desenvolvimento da agroecologia em Francisco Beltrão. Além dos aspectos produtivos e do circuito de comercialização, faz alusão à consciência da sociedade e das famílias agricultoras sobre a qualidade dos alimentos, aos conflitos oriundos da disputa territorial entre as matrizes tecnológicas convencional e agroecológica, aos disparates entre o investimento público no agronegócio e na produção orgânica/agroecológica (resultando em gargalos em âmbito da assistência técnica e da infraestrutura), a questões relacionadas à certificação, às sementes, à necessidade de mudanças de concepção e nas práticas de manejo do solo no modelo agroecológico e à necessidade de se implementar políticas públicas diferenciadas, estruturantes, para difundir a agroecologia.

A respeito de seu entendimento da agricultura orgânica e da agroecológica, sublinhou que há diferenças de enfoque, mas não soube precisar mais detalhadamente. No trecho a seguir, enfatiza as diferenças na qualidade do alimento produzido nos sistemas orgânico/agroecológico e convencional.

Na verdade, conceito de produção orgânica, de certa forma traz para a gente uma visão de um sistema de produção que realmente ela tem a sua sustentabilidade. É aquilo que tem a sua autonomia, que a natureza te oferece as condições de você produzir e cuidar dessa natureza para que ela te ofereça esse produto orgânico, esse produto realmente que não precisa depender de qualquer tipo de produção química e que realmente o teu solo tenha condição de produzir como nos tempos passados. Além disso, a qualidade dos produtos, essa é outra coisa que a gente tem que diferenciar, não só você produzir, mas você pegar um frango com 28 dias e pegar um frango caipira, ou pegar um tomate com tantos dias e pegar um tomate crioulo, ou uma batata-doce, ou um milho verde, você sente o gosto, a diferença que tem nesse alimento [...]. É a mesma coisa que a gente pegar um animal, uma vaca de leite que dá 10 litros de leite e pegar uma que dá 50 litros de leite, você vê a diferença. Aquela que dá 50 litros de leite, ela tem uma quantidade maior, mas é muito mais água do que qualidade do leite, aquela que dá 10 litros tem mais qualidade por que é mais leite, mas ela tem mais gordura no leite, mais alimento, mais nutrientes no leite. Então, essa questão orgânica, a gente precisa ter muita consciência e saber o que diferencia a produção convencional da produção orgânica. Para mim o conceito é esse. De certa forma essa questão da agroecologia, no meu ponto de vista ela é bastante semelhante. Você tem a natureza que te oferece um processo de produção, vamos pegar, por exemplo, você pode fazer consorciado, você pode fazer um processo de produção de frutas na mata, você pode trabalhar um processo com diversificação, então eu acho

que tem aí um pouco essa diferença. Eu não domino muito as grandes diferenças, mas existe a diferença agroecológica e orgânica. Então essa questão da agroecologia ela tem essa visão importante que você consegue preservar um pouco mais aquilo que é da natureza, do meio ambiente, para mim essa é um pouco a diferença (ENTREVISTADO D, 2011).

Considera que o futuro da agricultura orgânica no município tende a aumentar devido a já mencionada demanda e a fatores relacionados à renda e à qualidade de vida no campo, porém não há curto prazo, devido a limites no contingente da força de trabalho nas unidades de produção e a gama de conhecimentos necessários ao domínio das técnicas orgânicas e agroecológicas de produção:

Nessa questão da produção orgânica, acho que a tendência, não muito em curto prazo, tende a aumentar. Agora não é uma coisa de muitos agricultores entrar nesse campo, por varias razões. A primeira dela é que exige uma mão de obra mais qualificada, um conhecimento maior, a pessoa tem que ter uma profissionalização, dominar as técnicas, dominar o sistema de como você controlar os insetos, e assim por diante. Ter uma agricultura de pessoas mais velhas, essa é uma dificuldade que vai ter, mas eu acho que mesmo assim ela aumenta em função de que hoje as pessoas que estão produzindo aumentam a sua produção em função da renda, em função da qualidade de vida e assim por diante. No município eu acho que vai ocorrer isso, não muito em curto prazo, mas eu acho que vai ocorrer (ENTREVISTADO D, 2011).

Na escala da mesorregião Sudoeste compreende que a perspectiva de avanço da agroecologia dependerá da capacidade de mobilização das próprias organizações de cada município e do compromisso público estratégico em sustentabilidade e qualidade de vida na região, com investimentos em pesquisa, extensão e assistência técnica:

Eu acho que aí vai depender muito das próprias organizações de cada município da própria região. Vai depender muito dos incentivos de governo, do acompanhamento técnico, pesquisa, extensão, assistência e, aí, eu acho que tem um papel importantíssimo as nossas universidades que foram criadas, as próprias organizações sociais dos movimentos e o poder público. Se tiver um incentivo nesse processo com uma visão estratégica de sustentabilidade da região, de qualidade de vida, eu acho que pode avançar, se não tiver isso é difícil o agricultor por conta fazer esse processo (ENTREVISTADO D, 2011).

Munido da empiria de agricultor e de sua longa trajetória de militância junto aos movimentos e entidades do campo, o dirigente sindical realiza uma oportuna observação: *os camponeses não farão por conta própria a revolução agroecológica!* Deles, há uma potência de transformação latente, que podemos apreender suas lógicas comuns e especificidades

nas experiências e articulações territorializadas: experiências, como as de Francisco Beltrão que detalharemos mais adiante, cujo valor expressa-se pela capacidade de produzirem reproduzindo seus modos de vida e incrementando a natureza, construindo territorialidades e paisagens como “artesãos do meio ambiente” (QUAINI, 2011), segundo lógicas distintas da racionalidade imediatista do capital e de seu imperativo da dominação da natureza. A agroecologia, para afirmar-se como política estratégica de desenvolvimento territorial, além da ação direta, deverá mobilizar também as populações urbanas em ações de proposição e disputa por políticas públicas sociais, agrárias e agrícolas estruturantes. Leituras do agir conflitual conferidas até o momento já apontam esses horizontes de luta.

3.4.4 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR)

A EMATER foi criada no Paraná durante o contexto de intensificação da revolução verde, em finais dos anos 1970, absorvendo as atividades da extinta Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA). O compromisso em promover as técnicas e os novos modelos de organização da produção advindas com a “modernização” constituiu, desde sua gênese, os escopos da assistência técnica e da extensão do instituto. Hoje, contudo, há em curso uma disputa política dentro da organização, variando de intensidade entre as Unidades da Federação, debatendo e construindo novos referenciais de ATER segundo demandas originadas das formas de produzir e viver das populações tradicionais, dos povos indígenas e dos sujeitos e entidades que atuam nos circuitos da agroecologia e da produção orgânica. No Paraná esse movimento é ainda inicial e incipiente. Com o fito de agregarmos elementos ao entendimento do papel da EMATER-PR na dinâmica do sistema local territorial agroecológico, entrevistamos um servidor, agrônomo, formado pela UFRGS – também docente do curso de Engenharia Ambiental na UNISEP – e desde 2007 atuando no núcleo de Francisco Beltrão.

Com respeito às formas de atuação da EMATER – PR, o entrevistado “E” informou-nos que a metodologia do instituto, em 2011, estava passando por reformulações objetivando construir referenciais orientados para trabalhos com grupos de agricultores. Gradativamente, o enfoque da assistência pontual abrirá margem para as atuações de referência em cada grupo, o que possibilitará desenvolver trabalhos específicos de fomento a agroecologia e a produção orgânica.

A gente vai ter atendimento de visitas anuais, mensais a esses produtores, e, atendimentos grupais, metodológicos, com atuação de referências em cada grupo. No caso cada técnico do local vai ficar responsável por um atendimento de 40, 50 e até 90 famílias. Então vamos ter um grupo fechado e vamos desenvolver dentro do grupo as atividades prioritárias dos agricultores. A maioria dos grupos aqui de Beltrão, as atividades prioritárias, estão se delineando para trabalhar com leite, que é a atividade principal dos grupos. Nós vamos ter também os grupos dos feirantes, que trabalha mais na questão de fruticultura e olericultura. Então, desses trabalhos grupais vai ser trabalhado três níveis de ação, que vai ser área econômica, área ambiental e área social. Os técnicos da área econômica e da área ambiental vão trabalhar mais na parte técnica e temos a colega Sueli que vai trabalhar mais no aspecto social organizacional dos grupos. A EMATER tem uma metodologia nova de trabalho. Não vamos ficar trabalhando pra tudo que é lado. Vai ser focado (ENTREVISTADO E, 2011).

A supracitada reformulação metodológica da EMATER-PR vai ao encontro dos debates já efetivados pela ASSESOAR há duas décadas: intervenções a partir das demandas dos agricultores; fomento a construção de referências privilegiando trabalhos coletivos para a multiplicação das tecnologias e conhecimentos específicos; assistência técnica [no caso específico do instituto] orientada por abordagens multidimensionais – “área econômica; área ambiental; área social” (sic.). Além da morosidade com que as novas metodologias são difundidas pelo órgão público, com poucas garantias de que a abordagem multidimensional efetivamente seja integrada, salta aos olhos o alto contingente de famílias que serão assistidas por técnico. Numa época em que os técnicos das empresas agropecuárias privadas assumem a supremacia no atendimento aos agricultores, o relato evidencia o descompromisso do Estado na condução protagônica de políticas estruturantes de serviços públicos de ATER, demarcando uma falta de visão estratégica para com o desenvolvimento rural.

Nesse novo quadro que se desenha, os propósitos mais específicos da EMATER-PR com relação à agroecologia e à produção orgânica priorizarão trabalhos mais dirigidos de apoio à certificação dos produtos orgânicos, estabelecendo convênios com instituições de ensino técnico e universitário, a exemplo da UTFPR e do TECPAR, objetivando a agregação de preço no mercado convencional e a ampliação da inserção dos produtos nos mercados institucionais via PAA e PNAE. Na linha da transição agroecológica a intenção é focalizar trabalhos com as feiras livres, construindo estratégias para “diminuir ao máximo o uso de

insumos químicos e produzir numa linha um pouco mais saudável”, explica-nos o entrevistado “E” (2011).

Na leitura do servidor, os avanços e os problemas relacionados à produção orgânica de alimentos no município de Francisco Beltrão vinculam-se a uma série de fatores, o imperante pensamento imediatista no campo, os limites na disponibilidade de mão de obra nos estabelecimentos agropecuários, a inexistência de programas apropriados, a ausência de assistência técnica e pesquisas conduzidas por órgãos oficiais no sentido de produzir condições objetivas de apoio aos agricultores, os quais atualmente desenvolvem suas atividades em situações de grande insegurança. Explica-nos que nas unidades onde são implementadas formas adequadas de manejo do solo e da agrobiodiversidade as práticas vão se consolidando e garantindo avanços técnicos.

[No] geral eu vejo o seguinte: não existe um programa certo, não existe uma pesquisa oficializada, que de anteparos aos agricultores nesses momentos de ocorrência de pragas e doenças. [...] É uma dificuldade a agricultura orgânica, vai surgir pragas e doenças, as mesmas da agricultura convencional, então às vezes o produtor na ânsia de não perder o produto ele volta a passar um produto químico para salvar a sua produção, isso ocorre bastante. A gente não tem oficializado, aqui na região Sudoeste, uma pesquisa que refere uma tecnologia específica para atendimento a essas questões mais problemáticas de controle de pragas e doenças, especialmente para a olericultura, então o produtor fica até com essa insegurança, mas eles fazem agroecologia e agricultura orgânica. A questão econômica pesa bastante para não deixar perder a produção. A agricultura orgânica acaba ganhando questão técnica à medida que vai avançar a visão e às práticas vão sendo implantadas na propriedade, manejo de solo correto, uma boa rotação de culturas, adubação verde, até o solo começar se equilibrar e a vida começar a ter um equilíbrio, daí sim a agricultura orgânica começa a dar o giro, e começa a ciclar dentro da própria agricultura. Agora o imediatismo que o pessoal quer produzir de uma hora para outra, traça esses problemas de doenças e pragas que você não consegue ter um controle. E outra coisa que eu vejo é a questão da mão de obra hoje no meio rural. A agricultura orgânica demanda um pouco mais de mão de obra para atender as questões técnicas, o que é limpa, o controle de mato, o controle de invasores que é quase que manual a base de enxada, a base da capina, então é usado produto químico para fazer isso. As vezes as famílias estão com dificuldades de mão de obra para ter uma atuação mais dirigida na propriedade (ENTREVISTADO E, 2011).

Especificamente com relação aos principais problemas que observa em relação à certificação orgânica, sublinha o elevado custo para o produtor da certificação “paga”, realizada por auditoria, pela metodologia de individualização (produtor e produto) efetivada

pelo referido sistema de avaliação, e, doravante, destaca a importância dos sistemas participativos de avaliação da conformidade dos produtos orgânicos, a exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia:

Para o agricultor pequeno, agricultor familiar, se torna cara, mesmo com certificação, a certificação desses institutos aí como IBD, para o agricultor ela se torna cara por que são certificações individuais. Eles têm a alternativa de fazer a certificação por grupo e o grupo fazer a auditoria interna do próprio grupo para se tornar um pouco mais barato, mas, assim mesmo, para produtos que tem uma comercialização em mercados que remunerem pelo produto certificado, essa certificação paga ela é deficitária, não vale a pena o agricultor ter, então, o agricultor tem que partir para essas certificações coletivas, como a Rede Ecovida que se torna mais atraente pro agricultor. Só que daí tem um problema que, por exemplo, nos outros estados que tem um mercado que valoriza bem o certificado, tem que fazer um trabalho para tornar conhecido, por exemplo, a marca Ecovida. (ENTREVISTADO E, 2011).

Indagado a respeito de sua compreensão da noção de agricultura orgânica, o agrônomo demonstra conhecer importantes fundamentos técnicos e políticos dos sistemas orgânicos e agroecológicos de produção, inclusive diferenciando-os quanto aos pressupostos de organização da unidade de produção e de concepção política.

Você tem agricultura orgânica, agroecologia, várias vertentes dessa linha de pensamento. Eu tenho uma concepção que se você tiver uma agricultura limpa, procurando imitar os métodos de natureza, usar adubação, rotação de culturas, procurar imitar o que a natureza nos mostra na questão de desenvolvimento de plantas e de animais, você já sai do tradicional. Se tu for ver no pé da letra, a agricultura orgânica, a concepção é você não usar produtos químicos, mas eu acho que só isso não é o suficiente. Você tem que fazer um bom trabalho de recuperação da propriedade, um bom manejo desse solo que é a base de toda a propriedade. [...] Se você fizer um bom manejo de solo, procurar fazer a rotação de culturas, adubação verde, recuperar a matéria orgânica do solo, já está fazendo um pouco de agricultura orgânica. [...] Você pode produzir sem a utilização de insumos químicos, mas se você não fazer o manejo correto do solo vai estar provocando erosão, vai estar contaminando o ambiente com excesso de resíduos de animais, então você tem que olhar a propriedade como um todo, tentar fazer da propriedade o que a natureza faz, na própria floresta, ciclagens de nutrientes, ocupação melhor dos espaços, rotação, utilização melhor dos insumos, principalmente da água, para daí sim você considerar que lá pode ser uma agricultura orgânica. Então, suprimindo isso, você tem outras vertentes como a agroecologia, que a agroecologia não deixa de ter componentes orgânicos, mas envolve outras questões: a questão do mercado, a questão social, a questão solidária [...]. Quando você joga a agricultura orgânica dentro da agroecologia você amplia o leque de trabalho e envolve também outras questões que não estão dentro da propriedade. Questões sociais ligadas à filosofia da agroecologia não se

restringem somente a questão produtiva, envolvem outras questões. Mas tanto a agroecologia como a agricultura orgânica elas têm que ter uma base comum que é estruturar a propriedade, especialmente estruturar a ciclagens de nutrientes, a recuperação dos solos, manter o microclima na propriedade (ENTREVISTADO E, 2011).

Nos depoimentos até agora apresentados, seja registrado, todos os representantes das organizações estudadas demonstram possuir leituras, de cunhos técnico e político, com considerável nível de compreensão acerca do significado da agroecologia e da produção orgânica na estruturação de projetos de desenvolvimento territorial rural orientados para a promoção da sustentabilidade e da elevação da qualidade de vida.

Engatinhando! Essa é a avaliação do engenheiro da EMATER-PR quanto ao estado atual da agroecologia e da produção orgânica em Francisco Beltrão. Suas perspectivas de avanço, aponta o entrevistado “E” (2011), passarão pela necessidade de ampliação dos trabalhos de informação sobre as qualidades do produto (acrescentamos, reafirmando suas particularidades éticas), galgando maior valorização desse circuito junto aos consumidores urbanos e, pelo fortalecimento das políticas de compra institucional.

No município de Beltrão vejo que ela está engatinhando ainda. Acho que tem que ter um trabalho bastante forte de várias entidades para que ela seja mais difundida. E procurar mais pessoas que sejam adeptas a produção agroecológica, e também não fazer um trabalho somente com os agricultores, tem que fazer um trabalho com o público consumidor, para valorizar esta produção. As vezes o público não valoriza o que é orgânico, então para ele tanto faz. [...] Acho que tem que fazer um trabalho tanto num lado quanto no outro, no lado produtivo e no lado do consumidor, por que não adianta ter produção orgânica e não valorizar o produto, que a gente sabe que vai dar mais trabalho e vai ter que ser um produto com um valor agregado um pouco maior. Uma alternativa que a gente vê que é bem promissora é você ter grupos de produtores trabalhando agroecologia para o fornecimento de alimentação para os programas institucionais. Valoriza o produto. É um mercado garantido. Acho que talvez um mercado promissor [para a] agricultura orgânica, nesse primeiro momento, para dar um avanço de novo na agroecologia no município, é ter os grupos dirigidos produzindo orgânico voltado ao mercado institucional que paga realmente certinho e paga bem, valoriza 30% a mais o produto do processo convencional (ENTREVISTADO E, 2011).

Em nível de mesorregião Sudoeste, considera que o contexto é de refluxo das experiências em agroecologia e produção orgânica. Indica a diminuição da produção orgânica de grãos, projeta um cenário incerto para os hortifrutigranjeiros e aponta para a potencialidade da bovinocultura leiteira orgânica, pela difusão atual da atividade e pela

possibilidade de ativar economias de escopo, obtendo importante variedade de produtos a partir da referida matéria prima.

Pelo que a gente conversa com os outros colegas da região, hoje diminuiu bastante. Vamos ter que pensar ou repensar essa questão aí de quais produtos que seriam interessantes para atuar em agroecologia e focar nesses produtos na região. O foco de grãos como um todo, na agricultura familiar, tanto na convencional como orgânica, já não está sendo prioridade para as propriedades. Então desponta o leite como grande atividade aqui do Sudoeste, como você pode ter do leite uma produção de queijos orgânicos, leite orgânico, que é uma atividade mais fácil até de você produzir de maneira orgânica. E a questão de hortifrúti, eu acho que vai depender muito da questão de como que vai de uns anos para frente, como que vai se comportar a questão da permanência da mão de obra familiar na propriedade. É sabido que no Sudoeste está envelhecendo a agricultura familiar. O jovem não está mais querendo ficar no campo. E a agricultura orgânica demanda muita mão de obra. É uma dificuldade você ter mão de obra para enfrentar uma ampliação de atividades que exija mais a participação da pessoa no processo (ENTREVISTADO E, 2011).

A atuação da EMATER, como conferido, está muito aquém em matéria de promover assistência técnica às agriculturas orgânica e agroecológica do Sudoeste paranaense, reflexo das incertezas quanto ao real compromisso institucional ao fortalecimento e expansão dessas práticas.

3.4.5 COOPAFI

A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada, fundada em 2007, com sede no município de Francisco Beltrão, Paraná, objetivou, desde o princípio, constituir-se em espaço institucional de dinamização econômica da agricultura familiar, procurando contribuir com o incremento organizativo nas dinâmicas de comercialização dos produtos desse circuito. Sua criação está atrelada a luta das organizações do campo e entidades do município de Francisco Beltrão por um espaço que, ao mesmo tempo, concedesse vazão à comercialização dos alimentos produzidos localmente e sinalizasse para a construção de uma identidade e de estratégias inclinadas a potencializar arranjos orgânicos e agroecológicos de produção balisados por princípios da economia solidária.

Em 2008 iniciou o funcionamento do mercado da COOPAFI, em estrutura construída pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. O entrevistado “F” (2011), vice-presidente da cooperativa (também produtor agroecológico desde 2000, membro da Associação de

Produtores Agroecológicos de Francisco Beltrão e vereador no município em questão na gestão 2009-2012), assim explica o intento inaugural do espaço naquele contexto:

Era para ser principalmente as verduras nessa linha de orgânicos, de agroecológico. Hoje tem alguma coisa. Mas assim, está muito especificado o que é ecológico, o que é convencional. Nós fizemos alguns desafios para os produtores [para] que eles montassem aqui dentro os produtos quando eles têm os produtos ecológicos, por exemplo, que viessem aqui e fizessem uma banquinha e fizessem até propaganda, mas o pessoal é meio devagar.

Nesse sentido, projetava-se a atuação da COOPAFI na esfera da assistência técnica, subsidiando a construção de alternativas junto aos agricultores, na perspectiva da comercialização e acompanhando experiências de produção orgânica e processos de transição agroecológica. Na atualidade, a Cooperativa tem investido seus esforços no apoio aos agricultores que vinculam-se às compras institucionais consoante as políticas públicas do PAA e do PNAE (aproximadamente 55 famílias, segundo o entrevistado).

Nós, no começo, era pra ser no acompanhamento técnico, por questões até de alternativas, produtos de alternativa pros agricultores, que acabou não dando muito certo. Agora, então, a partir da parceria que fizemos com a CRESOL, a gente está conseguindo a CRESOL bancando um técnico e a gente está visitando, praticamente todo o mês, principalmente, o pessoal que está inscrito na merenda escolar e no PAA, que é o programa de aquisição de alimentos do governo federal, recebe uma visita da COOPAFI pra trabalhar esta questão agroecológica, produção orgânica. E estamos buscando agora alternativas, por exemplo, de adubação, até de equipamentos [...], que o pessoal reclama muito da questão de hoje, para limpar o produto, é só na inchada, não tem outra alternativa, então o pessoal está tentando alguma outra coisa, mecanizável, por exemplo, para conseguir limpar o arroz, o feijão, essas coisas. [...] Já temos fazendo parcerias com a Fertipar, de Toledo [Paraná], na questão do adubo orgânico, que o pessoal acha que se você não tem uma alternativa para ele, ele vai no comércio e só tem o convencional, não tem outra coisa. Então um pouco é isso, o pessoal quer comprar pronto, se você não tiver alternativa, eles vão no comércio e compram adubo, compram ureia. Então esse pessoal da feira, por exemplo, da associação [de produtores agroecológicos de Francisco Beltrão] é um pessoal mais consciente, às vezes eles preferem perder o produto, alguma coisa, do que usar ureia, veneno, essas coisas. Agora esse outro pessoal que está entrando eles, às vezes, para não perder, metem, por exemplo, a questão da ureia, quando o produto tá meio maleixo e tem pulgão, essas coisas, eles não querem nem saber de pegar uma alternativa, eles vão lá e compram o fungicida se precisa e passa, e aí você já quebra o ritmo, por que a questão da agroecologia na tua propriedade no mínimo três anos não pode passar essas coisas (ENTREVISTADO F, 2011).

Especificamente em relação à agroecologia, entrevistado “F” (2011) relata que os objetivos e os propósitos da COOPAFI centram-se no trabalho de fortalecer a consciência das famílias agricultoras quanto a importância do “produto limpo”:

É isso, né, da questão do alimento mais saudável e o propósito é tentar fazer o alimento limpo e também que o nosso agricultor tenha consciência. A gente sabe hoje, por exemplo, o ano passado nós abrimos a compra do feijão, aí o primeiro critério era a pessoa não ter dessecado o feijão, sabe quantos sacos num emaranhado de três mil sacas de feijão, sabe quantas não foi passado secante para vender? Duzentas sacas. O resto o pessoal passa um produto que diz que o ministério da agricultura liberou para o feijão, que não tem problema, mas para nós, o pessoal da agroecologia, já é inviável, difícil. Então, o propósito é no mínimo tentar a questão da consciência das pessoas. Se você não trabalhar a consciência, [...] os convencionais estão aí. E o propósito é este, convencer o produtor, “eu vou trabalhar agroecologicamente, então eu vou trabalhar, nem que pague algumas consequências”. Então, se essa pessoa tiver consciência, ela vai conseguir fazer o processo, senão, não consegue. No primeiro problema que dá, já que o convencional é mais imediato, você consegue reverter a situação mais fácil (ENTREVISTADO F, 2011).

O apelo à consciência, ressaltado pelo entrevistado “F”, é um elemento sintomático da difícil disputa que as organizações que defendem a agroecologia diariamente enfrentam com a força do agronegócio localmente, representado, por exemplo, pelo contraste entre o número de técnicos que trabalham em empresas agropecuárias, prestando assistência privada aos agricultores e o contingente de técnicos¹⁰⁷ que atuam no circuito orgânico e agroecológico de produção. Em Francisco Beltrão, conforme Duarte (2011), a estrutura de técnicos ligados às empresas agropecuárias, em tempo integral, que atuavam diariamente junto às famílias, somava 70 pessoas, enquanto as organizações da agricultura camponesa, destinavam apenas ½ (meio) tempo de 01 pessoa.

É nesta condição, absolutamente desigual, que os agentes das empresas alimentam um quadro de desacreditação continuada em relação às possibilidades ecológicas de pensar e realizar a produção. Cumprindo o papel de agenciadoras das empresas do agronegócio, todas de fora do Sudoeste do Paraná e a maioria delas de fora do Brasil, as agropecuárias

¹⁰⁷ “Nós queria[mos] que a secretaria [da agricultura de Francisco Beltrão] nos fornecesse um técnico. Mas, daí, se você vai fazer uma análise do município, eles não têm nem para eles, porque tem dois, três ali, mas precisava hoje no mínimo uns oito técnicos que fossem a campo. Agora também estamos fazendo um trabalho na questão da gestão dos projetos com a Unicafe [União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária]. Que agora, na questão da merenda, nós entramos com a merenda estadual também, com iogurte e com bolacha, só que não é questão orgânica e agroecológica, é mais é de trabalhar um pouco nessa linha. É a questão dos projetos para fazer a viabilidade da COOPAFI, porque se não fossem os programas institucionais tem que fechar as portas” (ENTREVISTADO F, 2011).

florescem, com relação aos pequenos agricultores, à sombra da pujança do crédito oficial disponível nos últimos anos, voltado para a 'agricultura familiar'. (DUARTE, 2011, p. 67).

Atualmente, sustenta o entrevistado “F” (2011), a produção orgânica no município, realizada em pequena escala, centra-se basicamente nos ramos de verduras e legumes, vendidos, em sua maioria, na feira livre e sob venda direta a domicílio aos consumidores. Há, também, produção de grãos, como o feijão e o arroz, porém, destinados prioritariamente ao consumo familiar, sendo o excedente primeiramente comercializado entre os próprios agricultores da associação de produtores agroecológicos do município.

Nós trabalhamos mais é na linha de verdura, cenoura, beterraba, mandioca, batata. Nós tinha umas iniciativas boa da questão da soja orgânica, mas também foi pro beleléu. E tem um pouco na questão do feijão, arroz, só que o pessoal não planta muito para vender, mais é para o consumo. Mas dizer em grande escala no município de Beltrão acho que não tem nada.

No circuito da comercialização, o entrevistado “F” (2011) indica que um grande “problema” enfrentado pelos agricultores para acessar mercados convencionais relaciona-se a impossibilidade destes em manter durante todo ano frequência na disponibilidade de oferta de determinados produtos; para se obter um produto agroecológico é necessário respeitar as dinâmicas naturais, adaptar-se às mudanças ao longo das estações, por exemplo. Por conta disso, a feira tem se constituído em importante espaço na dinâmica mercantil: vende-se o que se tem em cada época, na escala da disponibilidade do agricultor.

O maior problema é essa questão da sequência de ter, permanente, sempre. Esse para a questão da comercialização é um dilema, por isso que na feira se tu tem tu traz, se você não tem tu não traz, tu não tem um compromisso, né, com o mercado, então essa é uma das coisas boas da feira. Que a feira você, por exemplo, produtos da época, você ter e depois se você não conseguir produzir sempre, tu não tem aquele compromisso. E a questão do mercado, eu acho que o avanço é que as pessoas vão se dedicando mais para essa questão da agroecologia [...] (ENTREVISTADO F, 2011).

Com respeito às principais técnicas utilizadas pelos produtores agroecológicos no combate a “pragas”, insetos, fungos e plantas concorrentes, o entrevistado “F” (2011) sustém:

Hoje, por exemplo, nós usamos muito os macerados, as caldas, faz umas misturas, principalmente para os insetos. E daí essa questão do inço das ervas daninhas, que tá um pouco mais complicado, fica mais na questão da enxada e fazer o plantio assim, cobertura verde ou seca para não vim tanto

mato, mais essas duas, três coisas que a gente faz. Que como nossas áreas são pequenas a gente até na enxada consegue fazer.

Na visão do entrevistado “F” (2011), o futuro da agricultura orgânica no município dependerá de como se encaminhará questões estruturais que incidem sobre o campo na atualidade, dentre elas, a evasão da população rural, o baixo investimento em pesquisas dirigidas ao incremento da produção orgânica e da agroecologia e, como consequência, as lacunas no âmbito de tecnologias apropriadas, contrastando com a opulência e imperiosidade do agronegócio. No trecho a seguir, cita ainda uma intencionalidade, gradativamente posta em prática como projeto de resistência, a qual refere-se ao estreitamento das relações de compra e venda de produtos entre os próprios agricultores agroecológicos de Francisco Beltrão, incluindo produtores de outros municípios do entorno (Capanema e Dois Vizinhos, por exemplo) ampliando, assim, a interação reticular, apoiada, no dizer de Santos (2000), na ativação de “solidariedades orgânicas” entre os sujeitos.

Assim, pessoalmente acho que vai ser a alternativa do futuro. Até as grandes empresas estão falando isso. Mas a gente começa a perceber: aonde que nós vamos ter mão de obra para fazer isso? Porque, na verdade, na agricultura orgânica e ecológica é a mão de obra. Porque não tem muito na questão da mecanização. Está se investindo em pesquisa menos ainda. E como que nós vamos ver esta questão da semente? Por exemplo, você pega a questão do milho, vamos arrumar milho aonde? Se a minha área é pequena e o meu vizinho planta transgênico, então o milho tá com 70, 80% de ser contaminado, de repente no primeiro ano não contamina, mas no segundo. E como é que a gente faz? Eu acho que é bem complicado, aí se tu não pegar essa ideia de uma linha de 3, 4 quilômetros e vamos fazer agricultura agroecológica, aí você consegue fazer se não. Aí, por exemplo, eu tenho galinha lá, claro a gente compra o pintainho, para tentar fazer a galinha mais diferenciada, mas daí tu vai comprar o milho aonde? Soja tu vai comprar aonde? Pra fazer o farelo e coisa, é bem complicado. Esses dias eu fui comprar um saquinho de ração para dá uma ajeitada, aí olhei lá no negócio transgênico, aí tu vai fazer como? E não tem alternativa. Você teria que fazer tudo na propriedade, como nós temos a propriedade pequena nós não temos como fazer isso. Então o que nós temos pensando agora é, por exemplo, quem tem mais área, nessa questão do arroz, do feijão, do milho, que essas pessoas plantem para venda interna, pra gente mesmo, pra gente compra entre nós, porque não tem outro jeito, fecha né, vai fechando que não tem para onde sair: ou tu vai entrar no problema ou você tá fora. [...] Vai ter que se virar com semente e tudo, e aí se nós não tiver os vendedores de sementes? Não tiver a pesquisa? Como que você vai fazer? Porque isso é uma cobrança que a gente tem. Já foi até encaminhado para se ampliar a Rede Ecovida e que o governo invista em pesquisas, para essas, não para a transgenia. Aí o resgate das sementes crioulas, antigas, mas é um entrave, amanhã ou depois como que você vai fazer? (ENTREVISTADO F, 2011).

Na escala da mesorregião Sudoeste paranaense, entende que as perspectivas quanto à evolução da agroecologia não diferem fundamentalmente da realidade local, marcada pela monopolização do território pelo capital atrelado ao envelhecimento e diminuição da população do campo, principalmente a jovem.

Não muda muito. Não muda muito da nossa comunidade, aí vai para o nosso município, vai para a nossa região, é a mesma. A nossa região aqui, eu acho que as regiões que tem mais morros [...] poderiam ter mais essa questão da produção, mas daí, por exemplo, nós sabemos que tá lá o pai e a mãe, uns com 54 outro com 59, e amanhã, depois, não tem mais força de trabalho para produzir para fora da propriedade, como que fica isso? Também é bem complicado, que a nossa região Sudoeste hoje é difícil você chega no interior e ter um casal novo lá na propriedade, é bem complicado. Aí se tem um casal novo, mas aí já tem um aviário, já estão integrados, e daqui a 15 anos? E a tendência é o pessoal ir para a cidade e não voltar mais (ENTREVISTADO F, 2011).

3.4.6 Rede Ecovida de Agroecologia e Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão

Na sequência, apreenderemos leituras do agir conflitual das duas últimas organizações contempladas na pesquisa que compõem a rede de sujeitos do SLOT agroecológico de Francisco Beltrão: “Rede Ecovida de Agroecologia” (conhecida popularmente como “Rede Ecovida”) e Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão. Na oportunidade, foram entrevistados, conjuntamente, o entrevistado “G” (agricultor agroecológico há 15 anos e técnico da ASSESOAR – entidade integrada à Rede Ecovida atuante nos processos de certificação participativa) e o entrevistado “H” (agricultor agroecológico há mais de 20 anos, coordenador do núcleo regional Sudoeste do Paraná da Rede Ecovida e membro das equipes diretivas da ASSESOAR, do conselho da COOPAFI e da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão).

Um primeiro elemento a considerar, expresso, inclusive, no caráter articulado da entrevista em questão, é o forte componente relacional entre os vários sujeitos que representam organizações do sistema local territorial. Como a rede local de sujeitos tem dimensões modestas, não há anonimato pelo favorecimento dos contatos *vis-a-vis*. Todos assumem funções políticas nas diversas arenas como repercussão de processos de ativação de territorialidades: seja na feira, nas cooperativas, nas entidades ou nos espaços políticos de representação, a exemplo da COOPAFI e do colegiado de desenvolvimento territorial do Sudoeste paranaense. Essa proximidade e articulação manifestam-se, inclusive, na própria

escala de abrangência da Rede Ecovida, na região Sul do Brasil, potencializados pela metodologia participativa de avaliação da conformidade orgânica dos produtos; periodicamente, agricultores de diversos lugares visitam-se, verificando a conformidade, trocando experiências e retroalimentando a rede (RADOMSKY, 2010; NUNES, 2012).

De acordo com Nunes (2012), a Rede Ecovida de Agroecologia foi criada oficialmente em 1998, fruto do saldo organizativo acumulado em décadas de mobilizações entre entidades e agricultores do Sul do Brasil em luta por outras perspectivas de desenvolvimento para o campo, conforme já ponderado. No final dos anos 1990, a discussão em torno da elaboração de uma Instrução Normativa nacional para a agricultura orgânica contribuiu para forjar essa articulação, pois se pretendia interferir nos próprios princípios da concepção de agricultura orgânica, sustenta o autor. Além da mencionada instrução normativa, a Rede TA-Sul¹⁰⁸, existente até então, contribuiu com o surgimento dessa nova articulação (NUNES, 2012). Atualmente, a Rede Ecovida conta com 23 núcleos regionais, abrangendo por volta de 170 municípios do Sul do Brasil e 3.000 famílias de agricultores. O trabalho da Rede congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, existem mais de 100 feiras livres ecológicas, além de outras formas de comercialização (REDE ECOVIDA, 2013¹⁰⁹; NUNES, 2012).

A experiência da certificação participativa da conformidade de produtos orgânicos, proposta e implementada na década de 1990 pelos sujeitos e organizações que compõe a “OPAC” (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) Rede Ecovida de Agroecologia, além de contribuir para a construção de resistências populares ao agronegócio, no processo de ativação de territorialidades em rede baseadas nos pressupostos da agroecologia, contribuiu para construir com inventividade, autonomias relativas e propostas de desenvolvimento alicerçadas em formas descentralizadas, engajadas ecologicamente e referenciadas no saber-fazer camponês.

¹⁰⁸ “Nos anos 90 o projeto TA-Sul, oriundo da Rede PTA, contribuiu para articular as ONGs do Sul do Brasil que compartilhavam da idéia da agricultura alternativa, como era denominada na época. O projeto foi coordenado por técnicos da AS-PTA que voltavam do exílio (LUZZI, 2007). A agricultura alternativa de certa forma é a expressão das diferentes vertentes da agricultura que se contrapunham à agricultura convencional no mundo e a idéia de alternatividade agregava estas diferentes perspectivas” (NUNES, 2012, p. 164).

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2013.

Desde 2010, credenciada oficialmente pelo MAPA como OPAC a Rede Ecovida de Agroecologia é formatada e difundida por agricultores e organizações populares do Sul do Brasil também em resistência aos processos de certificação por auditoria suscitada pelas transnacionais dos orgânicos (IMO-Control, GEBANA etc.), desde a década de 1990 articula em rede ONGs (ASSESOAR, CAPA e CETAP, por exemplo) e Associações de Produtores e de Consumidores, em processos pedagógicos, formativos e organizativos, na efetivação da avaliação participativa da conformidade orgânica dos produtos de seus associados.

Além do enfrentamento explícito ao agronegócio, apoiado na defesa da agroecologia e do ecologismo popular como fundamento da territorialização da Rede Ecovida, sua construção abarca, igualmente, a necessidade de superar os empecilhos inerentes às formas convencionais de certificação por auditoria: onerosas, burocráticas, levadas adiante por empresas privadas de certificação, muitas delas transnacionais, evidentemente, sem um debate político-estratégico de base (como no contexto de debate da Instrução Normativa de orgânicos, anteriormente citada). A luta instituída via Rede Ecovida tem sua antagonia nas diversas formas de territorialização do capital no campo¹¹⁰, seja atrelado à quimificação ou à vertente do capitalismo “verde”.

Nesse sentido, seus integrantes vão construindo seus referenciais próprios: pactuado entre os integrantes da Rede na oportunidade do 3º Encontro Ampliado da Rede Ecovida, realizado em 2001, e detalhado na Instrução Normativa Nº 007 da organização, decidiu-se pela utilização do conceito de “produto ecológico”, o qual supera a concepção técnico-normativa da produção vegetal, animal e de processamento, contemplando questões éticas, de inclusão social e respeito ao meio ambiente no tocante a produção de alimentos saudáveis.

O conceito de produto ecológico corresponde ao de produção orgânico, porém traz embutido aspectos referentes a equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros, que não se restringem aos aspectos técnico-produtivos (REDE ECOVIDA, 2004, p. 16).

¹¹⁰ “A organização na rede Ecovida é uma forma de resistência e enfrentamento, de propor e fazer, de buscar o fortalecimento político de uma concepção de organização social em oposição a outras redes e formas de organização do capital, das empresas, do agronegócio...” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 36).

Em suas diversas ações, na Rede Ecovida trabalha-se no fomento ao uso equilibrado dos recursos naturais nas dinâmicas produtivas rurais, procurando adequar as técnicas às realidades sociais e ecológicas dos lugares; no resgate de sementes e variedades animais crioulas; no desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAFs); na agroindustrialização em escala familiar; no apoio à cooperação e ao comércio solidário; no formato descentralizado e autogestionário da própria rede.

A unidade de base da Rede Ecovida são os grupos formados pela articulação de famílias de agricultores, em contingente entre oito e doze famílias devido à necessidade de reprodução de relações de proximidade entre os sujeitos para efetivação de atividades corriqueiras, por exemplo, nos âmbitos da comercialização em feiras livres, das trocas de experiências, da realização de práticas formativas e de articulações políticas locais. Os grupos são nós dos núcleos regionais, constituídos por representantes dos grupos e de associação de agricultores, organizações e entidades de assessoria e cooperativas de consumidores. Os grupos e associações de agricultores têm autonomia para organizarem encontros e definirem pautas. Os núcleos regionais têm obrigação de realizarem no mínimo dois encontros por ano, com participação mínima de dois representantes de cada membro (grupo) da Rede Ecovida. A Rede Ecovida é a síntese das articulações entre os núcleos regionais. Dessa forma, os Núcleos Regionais são os principais nós políticos da Rede Ecovida de Agroecologia (REDE ECOVIDA, 2007). Questões atinentes à Rede como um todo são debatidas nos Encontros Ampliados da Rede Ecovida de Agroecologia, realizados bianualmente. A Rede Ecovida também está circunscrita em outras redes, nacionalmente pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e na Latino-américa pelo Movimento Latino-americano de Agroecologia (MAELA), formando uma ampla concatenação de territorialidades em rede na defesa e desenvolvimento da agroecologia e do projeto ecológico camponês.

São atribuições da Rede Ecovida de Agroecologia: 1) Avaliar a conformidade participativa/Certificação Participativa; 2) Promover intercâmbios e trocas de experiências; 3) Desenvolver atividades formativas e de capacitação de seus membros; 4) Viabilizar articulações políticas para o fortalecimento da agroecologia; 5) Realizar parcerias com entidades e movimentos que comportam os mesmos princípios; 6) Sistematizar experiências e elaborações teóricas afins; 7) Informar, comunicar e divulgar a proposta da Rede e da

agroecologia; 8) Fomentar a comercialização solidária; 9) Apoiar as organizações de base; 10) outras (REDE ECOVIDA, 2007, p. 26).

“Para que esta **proposta popular de agroecologia** possa se realizar são necessários: muita prática, sistematizações e elaborações teóricas, organização e enfrentamentos às pressões de continuidade da atual lógica de desenvolvimento destrutiva” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 33, grifo no original).

As pessoas junto às organizações e entidades articuladas na Rede Ecovida 1) partilham de uma nova compreensão de natureza, da vida e da qualidade de vida; 2) lutam por uma nova sociedade embasada em uma nova sociabilidade, valores e perspectivas; 3) fazem na prática a agroecologia; 4) sistematizam os acúmulos de experiências e elaboram propostas e 5) de forma organizada defendem a proposta e a propõe para o conjunto da sociedade: “a isto chama-se de **identidade de projeto**” (REDE ECOVIDA, 2007, p. 33, grifo no original).

Essa fusão de projeto e processo confere à agroecologia uma dimensão estratégica, ou seja, muito mais do que uma estratégia de resistência e sobrevivência, a agroecologia é uma importante tarefa de quebra de paradigmas na construção de uma nova ordem... (REDE ECOVIDA, 2007, p. 33).

Como é possível observar, os esforços dos sujeitos que compõem a Rede Ecovida de Agroecologia não limitam-se a conceder certificação de conformidade orgânica dos produtos dos agricultores associados. Trata-se de uma rede que integra, conscientemente, um campesinato em movimento, propondo e colocando em prática estratégias ecológicas de desenvolvimento a partir de suas territorialidades. O formato da rede reflete a sociabilidade que reivindica como projeto político, assinalado ético e pedagogicamente por qualidades como horizontalidade, participação, interação, reciprocidade, responsabilização compartilhada, autogestão e confiança.

Já a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, congrega doze famílias de produtores do grupo do município, inseridos no núcleo regional Sudoeste paranaense. A associação, enquanto grupo existente há 15 anos e formalmente instituída em 2009, foi criada com duplo objetivo: ser um espaço político de debates e encaminhamentos sobre as várias questões que interessam ao coletivo (produção,

comercialização, certificação, formação, representação nos diversos fóruns etc.) e suscitar o aumento do número de agricultores dispostos a se engajar em processos de transição, tanto para atender a ampliação da demanda como intencionando fortalecer politicamente o movimento.

Quanto ao desenvolvimento da agroecologia, ao mudarem as escalas, mudam os conteúdos conflituais do mesmo fenômeno. Variações essas que reforçam a necessidade de conectividades, de continuidades, do agir solidário e sinérgico. Assim, diante o conflito, os camponeses movem-se, se transformam, territorializando políticas de construção de suas existências. Edificam-se arranjos. Territorialidades em rede. Apesar dos inúmeros empecilhos, erigem-se geografias outras, confundindo os que entendem a qualidade de proximidade apenas pelo espacialmente contíguo. Dificilmente alguma experiência de agroecologia mantém-se político ou produtivamente alheia a tais redes.

Conforme os entrevistados “G” e “H”, no final de 2011, no Sudoeste do Paraná, aproximadamente 200 famílias eram acompanhadas pelo conjunto de organizações e sujeitos que compõem o referido núcleo regional da Rede Ecovida de Agroecologia. Em 2013, consoante dados da ASSESOAR, haviam 07 grupos/associações de agricultores no núcleo Sudoeste do Paraná e 88 experiências produtivas agroecológicas (englobando unidades de produção e agroindústrias distribuídos em 16 municípios), dentre as quais 70 estavam aptas a utilizar o selo conforme o novo sistema de certificação. Na Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão faziam parte 12 famílias distribuídas em quatro localidades rurais do município (Mapa 2) – como serão abordados outros aspectos de sua dinâmica e organização política no capítulo 04.

No tocante ao entendimento sobre agricultura orgânica, o entrevistado “H” (2011) considera que “a produção orgânica é um recorte que se faz dentro do convencional, que se separa uma área que se produz lá dentro sem o uso de insumos químicos”. O entrevistado “G” (2011), acresce: “é uma agricultura que tem um pacote igual o convencional, então tem o pacote convencional e tem o pacote orgânico”. Ambos reforçam que a lógica da produção orgânica não supera a dependência de insumos externos e foca-se fundamentalmente na esfera econômico/produtiva, diferentemente dos pressupostos da agroecologia, a qual

engloba outras dimensões, ideológica e, especialmente, ao que confere a sua potencialidade em facilitar a autonomia relativa camponesa diante dos agentes do capital, como explicam:

Eu vejo, com a produção agroecológica, é que tem outra lógica de ver a natureza, de ver a produção de alimentos. Na relação do agricultor [com a] natureza, de respeito com a natureza, de interação com o solo, com o clima, com a energia, [com o] modo de vida, com equilíbrio dos recursos naturais. [...] Na busca de conhecimento também, na forma de relação das pessoas, não só na família, mas também com os demais (ENTREVISTADO H, 2011).

A agroecologia não trabalha somente com a perspectiva da produção, de produzir de uma forma sem veneno, sem agroquímicos e sim de uma forma sustentabilidade que a gente chama. No espaço de uma propriedade que você somente está explorando e sim um espaço de vivência onde alcance todas suas necessidades e a necessidade do sistema onde você está para conviver em harmonia com este espaço (ENTREVISTADO G, 2011).

E outra questão para mim é ideológica também, é, assim, de resistência, de autonomia dos agricultores a esse modelo imposto pelo capitalismo e de construção de uma perspectiva de uma transformação do capitalismo. Na agroecologia é onde o capitalismo menos pode avançar, por que o agricultor se torna bem mais autônomo do pacote, principalmente na agricultura. Na comercialização é um pouco mais complicado ainda, mas no modo de produção, não que não tenha essa questão do capitalismo dentro, mas é uma forma mais autônoma, de resistência em construção de uma nova proposta (ENTREVISTADO H, 2011).

As principais fontes onde buscam mais conhecimentos da agroecologia estão nos intercâmbios, nos espaços formativos, nas jornadas de agroecologia e, em sentido forte, na prática e na troca de experiências entre as próprias famílias agroecologistas.

Intercâmbios, os encontros na Rede, plenárias, oficinas, jornadas de agroecologia, curso de formação que teve de técnico de agroecologia da ASSESOAR e também nós fizemos alguns encontros de formação, hoje está mais parado isso, na época a gente fazia bem mais encontros informativos (ENTREVISTADO H, 2011).

Nessa perspectiva mesmo de trocas de experiências. A agroecologia não é uma coisa pronta, que é assim e pronto, não é fechadinho, aquela caixinha que é agroecologia, então, como ela é mais aberta, tem todo um conhecimento que vai se construindo, na própria experiência, então umas coisas servem, outras não, então você vai trocando essas experiências que vai enchendo a bagagem de agroecologia (ENTREVISTADO G, 2011).

Na dimensão da comercialização dos produtos agroecológicos, os problemas centrais salientados relacionam-se a baixa escala de oferta e a pouca diversificação de produtos possíveis de serem oferecidos nas feiras livres. Quanto aos espaços convencionais de

comercialização, a exemplo dos supermercados de Francisco Beltrão, sustentam que um empecilho é a não existência de políticas de diferenciação de preço; não há sequer distinção dos produtos pela qualidade orgânica, operando, por conta disso, sistemas de exploração pelos mecanismos de concorrência de preço com os produtos convencionais.

Se pegar nas feiras, por exemplo, eu acho que ainda um pouco da diversificação de produtos, poderia ter mais, o limite da produção que não dá de avançar mais em busca de mais consumidores por que a produção é limitada. O número de famílias que são poucos quando vai mais nessa questão da venda direta da feira. Quando vai para os mercados essa questão que tem do pacote convencional, na lógica dos mercados, dessa questão de exploração mesmo igual o convencional, não tem diferenciação para a venda de produtos orgânicos no mercado convencional e tradicional, tem que oferecer o produto na competição, na mesma lógica da competição de preços e exploração dos capitalistas (ENTREVISTADO H, 2011).

Segundo o entrevistado “H” (2011), o maior problema é o de políticas públicas que, “por dentro da rede tenta buscar os espaços de discussão”. “Hoje tem um grupo aí que está discutindo junto com o governo a implantação de uma política nacional de agroecologia meio limitado, mas tem esse intencionalismo pelo menos”, considera. O entrevistado “H” referia-se ao movimento de debates que resultou na implementação da PNAPO pelo decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Na oportunidade, a Rede Ecovida de Agroecologia promoveu, em Passo Fundo/RS, uma reunião com representantes de todos seus núcleos para sistematizarem propostas, a exemplo de outros coletivos vinculados à ANA, para a composição da política nacional. O caráter “meio limitado” da política, que sublinhara o coordenador do núcleo Sudoeste paranaense apresentou-se, além da forma genérica em que situou o fomento a “agroecologia” e a “produção orgânica”, sem a devida referência a suas diferenças de concepção, repercutiu-se na limitação da PNAPO frente a diversidade e complexidade de contextos envolvendo as experiências em agroecologia no país, cada coletivo, organizado politicamente pautou inúmeras sugestões, várias delas desconsideradas posteriormente. Algumas organizações elencaram a realização da reforma agrária e o combate ao intenso uso de agroquímicos e de organismos laboratorialmente modificado como fundamentos para a construção de uma política estruturante de agroecologia: como era de se esperar, tais indicações não impactaram a política.

Quanto aos principais problemas relacionados à certificação, indicam a intensa burocracia e as desvantagens na disputa com o modelo agroquímico como preponderantes:

A questão da exigência burocrática dos agricultores, preenchimento de formulários essas coisas. A questão da relação dos agricultores com os convencionais, a questão dos transgênicos, de isolamento, o processo de conversão, de algumas práticas que os agricultores tem dificuldades em implementar, contaminação de águas por exemplo, do ar, falta de tecnologias assim que facilitem a mão de obra para a produção de alimentos é um dos entraves, a questão da sucessão dos agricultores, a questão da mão de obra, a questão da transformação [...] (ENTREVISTADO H, 2011).

A responsabilidade é toda do produtor agroecológico ou orgânico, toda a responsabilidade de você se isolar, de você ter um cantinho e se defender de todas as outras coisas que vem. É tudo responsabilidade do produtor agroecológico. Então, não tem uma política que pelo menos mediasse isso, metade de um, metade do outro, a questão de barreiras, isolamentos, enfim, até então é tudo responsabilidade do produtor agroecológico (ENTREVISTADO G, 2011).

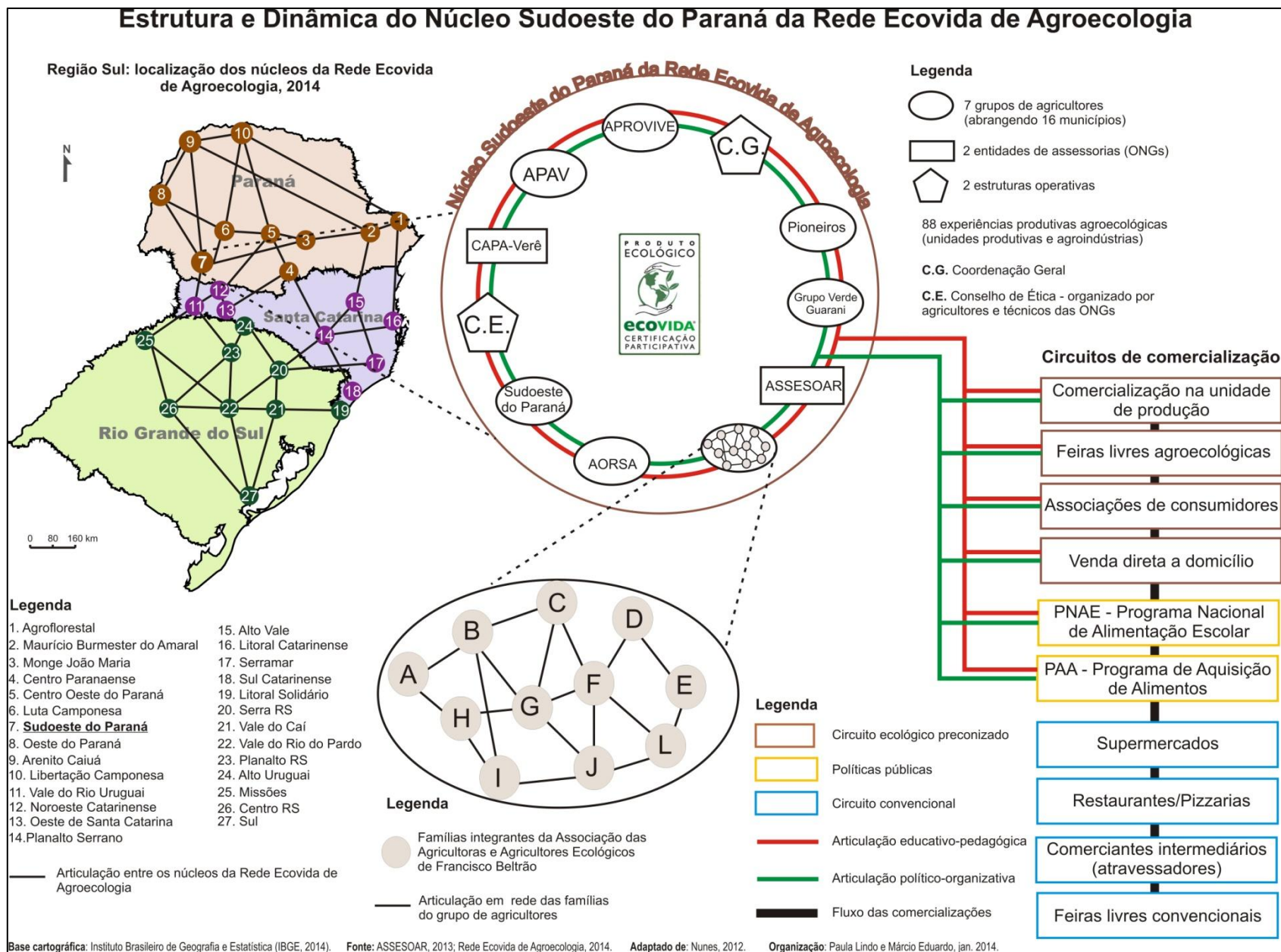
Dá para resumir assim que a lei para a agricultura orgânica ou agroecológica é restritiva e para o convencional é liberativa. No convencional tudo pode e no orgânico nada pode. É mais ou menos assim: não pode, não pode e não pode (ENTREVISTADO H, 2011).

Por fim, na leitura do entrevistado “H” (2011), com respeito ao futuro da agroecologia em Francisco Beltrão, suas perspectivas e desafios igualmente na escala da mesorregião Sudoeste paranaense, considera que apesar da ampliação da demanda pelos consumidores, atualmente, há, no campo, importantes entraves para seu desenvolvimento, dentre elas a marginalização da agroecologia nas políticas públicas e, inclusive, a displicência de dirigentes das próprias organizações da agricultura familiar, carecendo de ações efetivas e de enfrentamentos politicamente mais substantivos.

Eu diria assim, para a agricultura familiar eu acho que [...] tem dificuldade, tem limites que tem que serem vencidos. Os desafios, aí, dessa questão da sucessão dos agricultores familiares, também nos agroecológicos, menos um pouco, mas também atinge. [...] A perspectiva de concentração de terra pelo capital é um problema, um dos limites. A questão da falta de entendimento dos dirigentes das entidades representativas dos agricultores e organizações tipo as cooperativas [...]. Mas, por outro lado, tem essa perspectiva de crescimento da demanda por produtos agroecológicos, [...] geração de renda, com isso alguns filhos de agricultores ecológicos verem na perspectiva da produção de alimentos, na questão da agroecologia, uma perspectiva de renda para eles continuarem na atividade. [...] Pode até ter esse crescimento desde que tenha uma política pública.

A Rede Ecovida de Agroecologia e a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão são duas das principais organizações de apoio aos sujeitos que praticam agroecologia local e regionalmente. O principal trunfo consiste na capacidade de organizarem e construírem formas de interação entre diversos sujeitos em escalas variadas. Como observa Nunes (2012), tal interação, concomitante aos processos de certificação e estruturação das dinâmicas ecologicamente preconizadas de comercialização, pressupõe também importantes intencionalidades político-pedagógicas. Nesses termos, os atos de certificar e de comercializar são mediados organizadamente por um conjunto de valores e de atitudes que dizem respeito ao projeto ecológico camponês de desenvolvimento, cujas linhas gerais, identificadas na territorialidade das agricultoras e agricultores agroecológicos de Francisco Beltrão (detalhada no capítulo 04), baseiam-se: 1) na produção com incremento ecológico; 2) no estabelecimento de circuitos curtos de comercialização; 3) na reconexão, através de relações vis-à-vis e de sistemas de confiança, entre agricultores e consumidores urbanos; 4) na eliminação ao máximo dos intermediários nas dinâmicas de venda; 5) na troca de conhecimentos; e 6) desatrelando a produção agroecológica das ênfases da certificação privada e dos nichos de mercado, comum no circuito “orgânico”.

Mapa 2 – Localização dos Núcleos Regionais da Rede Ecovida de Agroecologia: organização e dinâmica do núcleo Sudoeste do Paraná



3.4.7 Secretaria de Desenvolvimento Rural - Prefeitura de Francisco Beltrão

Com o fito de situarmos “as palavras e as ações” de cada nó que integra (ou deveria interagir com a) rede de sujeitos do sistema local territorial agroecológico, entrevistamos, no final de 2011, na figura da gestão pública municipal, a então secretária de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão, entrevistada “I”.

Segundo a secretária, inexistia no município uma política para apoiar a agroecologia. Em sua leitura, mesmo com a possibilidade de acessar orçamento previsto no plano plurianual (englobado na rubrica geral da “pasta”), essa lacuna deve-se a dois fatores: a falta de estudos sobre a temática e a ausência de técnicos com formação específica para atuar junto aos possíveis programas:

Existe uma intenção do município de apoio. Nossos agrônomos e técnicos são favoráveis a uma agricultura mais limpa, incentivamos isso, então da agroecologia ou agricultura orgânica. Ainda falta muitos estudos. Nós não temos técnicos especialistas para tocar programas, mas no plano plurianual o município prevê investimentos nessa área (ENTREVISTADA I, 2011).

O município, conforme relato da entrevistada “I” (2011), não adquire alimentos orgânicos para a merenda escolar porque os produtos certificados pela Rede Ecovida não são reconhecidos pelas políticas de alimentação escolar do Governo Federal (PNAE):

Não adquire por que não tem produtos certificados que o governo federal reconheça. Nós fomos atrás de fazer essa aquisição, inclusive ganha 30% a mais do valor de mercado, mas a Ecovida não é reconhecida pelo o governo então a gente não consegue legalizar esta compra, nós fomos atrás. Eu acho que a maior dificuldade é o selo de certificação, não tem.

A secretária demonstra um grave desconhecimento sobre o contexto brasileiro de legitimação e institucionalização dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) dos produtos orgânicos: como se inscreve a Rede Ecovida de Agroecologia na condição de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Em 2010 o MAPA elaborou uma Nota Técnica esclarecendo o que já garante a Lei dos Orgânicos (Lei 10831/03, de 23 de dezembro de 2003) e seu Decreto (Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007), na qual afirma:

Diante dessas definições e regulamentos apresentados consideramos importante deixar bem claro que respeitado o que estabelece a legislação, os agricultores familiares que façam parte de uma organização de controle social – OCS cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tenham sido inscritos no Cadastro Nacional de Produtores

Orgânicos, estão legalmente habilitados a comercializar seus produtos, como orgânicos, em venda direta, para mercados institucionais em que o produto não venha a ser revendido. Nessa situação se inclui as aquisições realizadas pela Conab, por meio do PAA, quando para doações de alimentos; e por escolas e prefeituras para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE. (NT/COAGRE, nº22/2010).

Em 2008, o MAPA, por meio da cartilha “Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia”, explicita que a legislação brasileira prevê três modalidades na garantia da qualidade orgânica dos produtos: a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação.

Os chamados Sistemas Participativos de Garantia, junto com a Certificação, compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg. Para o seu bom funcionamento, os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo Controle Social e a Responsabilidade Solidária, o que possibilita a geração da credibilidade adequada a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas (MAPA, 2008, p. 07).

Nesse contexto, para os OPACs atuarem legalmente, precisam credenciar-se no MAPA: instância que autoriza a atuação dos OPACs no SisOrg. Desde 2010, condicionado ao credenciamento do OPAC, este está legitimado a autorizar produtores a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, cujo objetivo é facilitar a identificação pelo consumidor dos produtos que estão em conformidade com os regulamentos e normas técnicas da produção orgânica. Os selos distinguem os Sistemas Participativos de Garantia dos processos de certificação por auditoria.

Certificado por uma OPAC credenciada e de posse do selo do SisOrg, o produtor, associação ou cooperativa estão aptos a comercializarem seus produtos em mercados convencionais, feiras, vendas diretas¹¹¹ e escoá-los nos mercados institucionais. Pioneira na construção da proposta participativa e solidária de



Figura 20 - Selo do SisOrg, Selo Orgânico Brasil. Fonte: MAPA (2009)

¹¹¹ É facultativo a utilização do selo nos circuitos de venda direta e em feiras.

avaliação de conformidade, desde 2010 a Rede Ecovida de Agroecologia é reconhecida formalmente como OPAC pelo MAPA¹¹². Trocando em miúdos, existem as condições burocráticas necessárias para a prefeitura de Francisco Beltrão (e governos municipal, estadual e federal) adquirir produtos orgânicos para atender a demanda da alimentação escolar, seja no circuito do SPG ou via auditoria.

Na sequência da entrevista com a secretária municipal de Desenvolvimento Rural, procuramos saber como, em Francisco Beltrão, a prefeitura tem atuado na questão do uso e recolhimento das embalagens de agrotóxicos; na coleta de lixo nas localidades rurais; no apoio aos sistemas de comercialização em feiras livres; extraíndo, por fim, elementos de sua leitura quanto ao futuro da agroecologia local e mesorregionalmente.

Municipalmente, assevera a entrevistada “I” (2011), a política do uso de agrotóxicos é realizada no âmbito da orientação, com trabalhos junto às agropecuárias e produtores: “recomendamos o que a SEAB recomenda, todo o produto utilizado com receituário agrônomo ou orientação, mas diretamente, nós, fiscalizar não. [...] Estamos orientando os produtores, agora na fiscalização não”. Sobre a existência de políticas direcionadas a redução do uso de agrotóxicos, afirma que em Francisco Beltrão, a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural limita-se a:

Orientação, a gente usa programas de rádio, a gente faz reuniões nas comunidades, mas assim eu falo pra vocês que o que pega mais é a parte comercial. O produtor está na mão do comércio e eles orientam a venda, eles querem vender, então existe uma orientação voltada a uma venda de pacote tecnológicos para que o produtor adote. Há o convencimento para ele adotar, então ele acaba adotando. Fica difícil trabalhar uma assistência, trabalhar uma orientação, mediante essa venda, esse comércio que tem hoje em todo o mundo (ENTREVISTADA I, 2011).

A menção a fragilidade política na esfera do poder público municipal frente ao “conglomerado agro-químico-alimentar- financeiro” (THOMAZ JÚNIOR, 2008) é a tônica da realidade em Francisco Beltrão. Destarte, são as empresas dos ramos de insumos e equipamentos agropecuários, concatenadas a um sistema creditício público e privado, que concedem vazão a territorialização dos interesses das corporações transnacionais do agronegócio nacionalmente, tanto em termos da reprodução de sistemas de valores (e,

¹¹² Credenciamento OAC MAPA 005. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional/sistemas-participativos>>. Acesso em: 27 de novembro de 2013.

consequentemente, de desacreditação das possibilidades outras, como a da agroecologia), como de ações tecnicamente fundadas nesses princípios. Na escala do município, a erosão das condições efetivas de intervenção pública nos rumos das políticas de desenvolvimento rural é mostra da força com que tem processado-se a monopolização do território pelo capital. Cabe ao município um papel subsidiário ao agronegócio: orientando quanto aos excessos do uso de agroquímicos, comunicando o período de recolhimento das embalagens de agrotóxicos e dispondo de um limitado contingente de servidores para prestar assistência técnica¹¹³.

As embalagens de agrotóxico são recolhidas anualmente por uma empresa privada, “Sudoeste Preservado”, terceirizada pela Associação dos Revendedores de Insumos Agrícolas do Sudoeste do Paraná (ARIAS) para efetuar a coleta nos 42 municípios que compõe a área de abrangência da Associação.

As embalagens de agrotóxicos tem a empresa, é a Sudoeste Preservado, que tem sete pontos em Francisco Beltrão nas comunidades e os produtores, então, já estão bem acostumados. Já há anos que estão fazendo esse recolhimento. [...] A gente tem um cartaz ali na secretaria, nós divulgamos na rádio e pedimos para os produtores ficarem atentos as datas onde o Sudoeste Preservado passa recolhendo essas embalagens (ENTREVISTADA I, 2011).

Quanto a coleta do lixo seco nas localidades rurais, explica a secretária: “estamos fazendo em parceria com a secretaria de meio-ambiente em todas as comunidades pontos de coleta, chama o ‘ecoponto’”. [...]

É uma casinha 2,5m X 1,5m, coberta, cercada com tela, fica na comunidade em lugar fácil. Os produtores levam as embalagens secas lá naquele local e o caminhão da prefeitura passa de tempos em tempos [quinzenalmente] coletando. Então não fica mais no tempo essas embalagens, fica cobertinha, armazenada, protegida de cães, de bichos que possam bagunçar e gerar outros resíduos. Bem bacana essa iniciativa, a prefeitura dá os palanques, o cimento, o tijolo, a cobertura e os produtores, moradores, se reúnem e fazem a mão de obra e constroem essa casinha (ENTREVISTADA I, 2011).

No que corresponde a relação da Secretaria de Desenvolvimento Rural com as feiras livres da cidade (Centro e bairro CANGO), pondera:

¹¹³ Em 2013, conforme *site* da Prefeitura de Francisco Beltrão, compõe o quadro de servidores a campo da Secretaria de Desenvolvimento Rural: 01 servidor na área agrônômica; 03 médicos veterinários; 01 zootecnista; 06 inspetores sanitários e 01 assistente social.

A prefeitura ajuda em tudo. Na verdade, nós orientamos os produtores, fiscalizamos, temos um técnico juntamente com a EMATER, então nós temos um agrônomo e um agrônomo da EMATER que fazem um trabalho orientativo, na produção, lá nas propriedades rurais. Aquelas que o produtor já tem uma tendência e já tá um pouco organizada, já tá partindo para uma agricultura, uma produção de verdura mais limpa. Temos uma parceria com a SEAB que de tempos em tempos eles coletam material, para analisar como que está o nível de agrotóxico, de venenos, enfim, uma vez diagnosticado a gente acompanha, orienta, mas a orientação, nós da secretaria, é ao não uso, mas a gente vira as costas o produtor é dono dele, mas pelo menos a consciência de orientá-lo de ser uma utilização segura, uma utilização mais justa que seja, mais consciente na utilização de venenos a gente sempre orientou isso. Lá na Cidade Norte também tem outra feirinha que a gente está junto, que a gente orienta, mas também toda uma orientação agrônômica é para uma utilização consciente de produtos. Ali na CANGO tem uma feirinha de uma produção mais limpa, Ecovida, a gente teve um pouquinho de conhecimento desse trabalho, é bacana, é um trabalho bacana, é um trabalho que já tem há vários anos, tentando uma certificação, mas hoje a nossa realidade é que a Ecovida não tem o reconhecimento como selo de garantia, mas eu acredito que seja uma produção mais limpa sim (ENTREVISTADA I, 2011).

Dentre as duas feiras livres em funcionamento no município, apenas a que ocorre no bairro CANGO, formada pelas famílias integradas à Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, tem uma orientação eminentemente orgânica, como detalharemos no capítulo 04. Apesar da secretária apontar a existência de uma “ampla ajuda” para com a proposta de comercialização em feiras livres, no próprio relato é possível observar quão frágil apresenta-se, seja pelo número incipiente de técnicos acompanhando de fato as práticas produtivas em curso, seja pela demonstração de profundo desconhecimento quanto às experiências produtivas e de comercialização agroecológicas.

No que tange ao futuro da agricultura orgânica no município, as perspectivas e os desafios, no entendimento da entrevistada “I” (2011), a ausência de pesquisas em agroecologia é um fator crucial para seu ínfimo desenvolvimento, repercutindo-se na incapacidade do município em efetivar ações consistentes de orientação, desdobrando-se, por conseguinte, no bloqueio da competitividade dos modelos orgânico e agroecológico de produção frente ao arranjo convencional.

Nós sempre fomos favoráveis e sempre incentivamos para termos uma agricultura mais limpa. Eu falo por mim, como pessoa eu procuro alimentos mais limpos, que venham de uma produção mais limpa, mas eu vejo que falta muita pesquisa ainda para a agroecologia, para a agricultura orgânica, é muito vago a coisa. É bem complicado para você estar orientando, para o agricultor obter esse retorno para competir com a produtividade dos

produtos, do tradicional com o orgânico ainda é bem complicado, mas eu acredito e sou muito entusiasta que no futuro quem sabe o Brasil se sobressaia em produção de alimentos, mas um alimento mais limpo (ENTREVISTADA I, 2011).

Embora tenhamos que relativizar o quesito “competitividade” quando, na atualidade, o contexto político do campo aponta para antagonias, para a disputa territorial e de concepções de desenvolvimento entre os modelos do agronegócio (incluindo segmentos orgânicos) e da agroecologia, de fato os poucos recursos investidos em pesquisa aniquila a possibilidade de fortalecimento, de avanços quantitativos e qualitativos mais significativos no sentido de elevar a outro patamar a agroecologia como consistente proposta de desenvolvimento territorial. Na escala mesorregional as questões são semelhantes na visão da secretária:

Eu acho que são passos que a gente tem que dar. A gente lê um pouco sobre agroecologia e, assim, para se tornar um produtor orgânico, ele tem que ser um bom produtor primeiro. Tem que ter desempenho, conhecer as tecnologias, as culturas, para aos pouquinhos ir se tornando um produtor mais limpo, agroecológico. Nós temos muito ainda para orientar os produtores, para serem bons produtores. Falta muito conhecimento ainda, a gente está se esforçando para poder fazer chegar a pesquisa, fazer chegar lá um produtor, mas não é fácil. Nós temos hoje em Beltrão 3.200 propriedades e, principalmente, em horta e olerícolas, eu acho que seria muito bacana e seria a nossa diferença do Sudoeste, se nós produzíssemos verduras, frutas mais limpas, sem muito veneno, mais conscientes. Eu particularmente hoje, nesse momento, sou favorável a uma agricultura mais limpa. A agroecologia, agricultura orgânica precisa de muito estudo, muita pesquisa ainda, precisa investir em muita pesquisa para que essa pesquisa traga resultados e os agricultores percebam que é uma alternativa, que é viável. Hoje é muito vago ainda (ENTREVISTADA I, 2011).

Discordamos da forma linear com que nossa entrevistada compreende o fenômeno da transição agroecológica. Embora não detalhe sua definição de “bom produtor” (qual “desempenho”?; Conhecedor de quais “tecnologias”?), poderíamos interpretar sua leitura da agroecologia como uma evolução por dentro do próprio sistema convencional: o “bom agricultor aos pouquinhos torna-se um produtor mais limpo, agroecológico” (sic.). A perspectiva aconflitual em que se apresenta essa apreensão da agroecologia contrasta com várias outras leituras dos sujeitos do sistema local territorial que analisamos anteriormente, os quais projetam as ações de construção da agroecologia como produtoras de rupturas com a territorialidade do agronegócio.

Em síntese, podemos pontuar 07 elementos fundamentais da dinâmica territorial da rede local de sujeitos, formada por organizações populares e governamentais que atuam com agroecologia em Francisco Beltrão:

1. Há diferentes temporalidades e densidades de envolvimento das organizações populares e governamentais, repercutindo em distintas práticas e leituras do agir conflitual. As organizações que atuam com maior contundência são a ASSESOAR, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão.
2. Até o momento, as ações de fomento à agroecologia por parte das organizações desenvolvem-se à margem das políticas públicas oficiais, sendo levadas adiante com recursos materiais, financeiros e cognitivos dos próprios sujeitos em luta.
3. Observamos uma práxis na territorialidade dos sujeitos de determinadas organizações que compõem a rede local de sujeitos (ASSESOAR, Rede Ecovida de Agroecologia e Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão): há um agir que vai mais além, fundado no movimento dialético ação – reflexão – ação’, demonstrando como a agroecologia é dinâmica já que espelha parte do movimento do campesinato.
4. Há descontinuidades no agir combinado dos distintos atores representantes de entidades e organizações governamentais que compõem a rede local de sujeitos do SLOT agroecológico estudado: é notável a concomitância de dois circuitos que pouco interage, apesar de ser atribuição de ambos o incentivo às práticas orgânicas e agroecológicas de produção. Um deles é formado pela ASSESOAR, pela Rede Ecovida de Agroecologia, pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, pela STR e pela CRESOL; outro circuito compreende a EMATER e a Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão. Isso leva-nos a reafirmar o caráter contraditório e conflitual próprio da constituição do território como produto relacional. Um sistema territorial, nem mesmo na escala local, como poderia se pressupor pela maior facilidade da interpessoalidade, é coeso e dotado de linearidade. Não podemos apreender um SLOT como um sistema que funciona homogêneo e sinergicamente, mas como uma metodologia que procura, com o estudo das ações e das leituras do agir conflitual dos atores, possibilidades de interação e de estabelecimento de continuidades em prol de objetivos comuns. No caso do SLOT agroecológico de Francisco Beltrão, mesmo as leituras do agir conflitual potencializando a

aproximação dos atores no fomento à agroecologia (todos reconhecem a importância da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis e que fortaleça o circuito econômico local; e reconhecem também os principais gargalos para sua expansão), as discontinuidades existentes são acirradas em decorrência da ausência de políticas públicas contundentes de desenvolvimento, repercutindo-se na pífia atuação e integração da EMATER e da prefeitura municipal no SLOP e na pouca capacidade de impactar a realidade de fragilidade das práticas agroecológicas pela STR e a CRESOL.

5. A interação de sujeitos alinhados pela defesa da agroecologia forma um sistema territorial constituído por uma rede que, da escala local, acessa outras redes de afinidade e solidariedade em outras escalas. Essa interação reticular é o grande avanço recente de um movimento político calcado na disputa territorial (local, regional, nacional e internacional) com base nos pressupostos do projeto ecológico camponês.

6. O contexto das organizações e sujeitos que praticam agroecologia é de resistência e enfrentamento do conglomerado agro-químico-alimentar-financeiro nas diversas escalas. Mesmo não havendo um refluxo ou um avanço significativo da agroecologia isso não significa que esteja estagnada. O reconhecimento oficial dos SPGs; o avanço da pauta em movimentos sociais, universidades e outros coletivos, intensificando a construção de redes e continuidades no território; e a implementação da PNAPO, sinalizam esse movimento do *subsuelo político* à “superfície” institucional.

7. Na leitura dos representantes das organizações estudadas, as perspectivas futuras para o desenvolvimento local da agroecologia e da produção orgânica exprimem uma incógnita. Há um fator positivo atrelado a procura e possibilidades de dilatação da demanda pelos consumidores e pelos mercados (incluindo o institucional), entretanto, caso não forem implementadas políticas estruturais para o campo – intervindo em questões como o êxodo rural, a sucessão na agricultura familiar e os diversos limites impostos às práticas orgânicas de produção derivadas dos processos de monopolização do território pelo capital (transgenia; contaminação por agrotóxico do solo, da água e do ar; monopólio das sementes etc.) – e para o desenvolvimento da agroecologia (com políticas de estado nos âmbitos da pesquisa, da assistência técnica e extensão rural; no desenvolvimento de tecnologias

apropriadas; na desburocratização para certificação e acesso à financiamentos etc.), o tendência será de refluxo dessas experiências.

CAPÍTULO IV

TERRITÓRIOS DE VIDA E AGROECOLOGIA: DINÂMICAS PRODUTIVAS E ARRANJOS DA (RE)EXISTÊNCIA

“Produzir como ato de criação continuada de novas condições de produção”

No enfrentamento ao capital por meio das práticas agroecológicas o campesinato resiste e promove suas políticas de existência. O existir em ambientes de conflitualidade hegemonizados pelo agronegócio é, ao mesmo tempo, resistir e produzir novos sentidos e estratégias para a existência: é, portanto, (re)existência, como assevera Carlos W. Porto-Gonçalves. O sentido de (re)existência atrelado às práticas agroecológicas dá-nos nota do conteúdo dialético da questão agrária e do campesinato. Não há um sentido unilinear para o campo. Há sujeitos, projetos e, conseqüentemente, territórios e territorialidades em disputa. Contudo, com certos contornos, há um projeto do capital que impera sobre os lugares redefinindo paisagens com base na uniformização da técnica, na ideologia da terra limpa e em relações sociais que subordinam territórios e trabalhadores à dinâmica da acumulação.

Como vimos, ao longo da história, camponeses e camponesas aprimoraram suas práticas agrícolas, de produção e de vida, introduzindo periodicamente novos nexos (e resistindo a tantos outros) ao exercício de suas territorialidades para continuarem existindo em contextos de importantes transformações. A história das agriculturas alternativas é resultante dessa prática e política camponesa em movimento. Não podemos esquecer, porém, que se trata de uma história e um movimento marginalizado, situado no *subsuelo político*.

No Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, praticando agroecologia, agricultores e agricultoras resistem à desterritorialização e à monopolização do território pelo capital ao passo que reinventam cotidianamente seus modos de existência, produzindo territórios dissonantes em um ambiente técnico e politicamente hostil às formas ecologicamente engajadas de produzir e aos próprios camponeses. (Re)existindo esses sujeitos engendram o projeto ecológico camponês, um resistir/fazer/existir que vai mais além, o qual contém, tanto experiências territorializadas, como virtualidades e aspirações

que extrapolam, inclusive, a dinâmica produtiva, instalando-se na cultura e na dimensão política.

Neste capítulo, abordaremos aspectos da territorialização da agroecologia na escala da mesorregião Sudoeste do Paraná, atentando para a distribuição das experiências, para os vários grupos de agricultores vinculados ao núcleo regional da Rede Ecovida de Agroecologia, para o tamanho dos estabelecimentos, área produzida e os principais produtos. Posteriormente, estudaremos a trajetória dos sujeitos vinculados à Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, com o fito de evidenciarmos, na escala local e desde a perspectiva dos agricultores, a dinâmica do sistema local territorial e a disputa territorial. Para tanto, analisaremos experiências de transição agroecológicas, produzindo um mapa da conflitualidade nas narrativas do agir re(existente) desde as distintas vivências e detalharemos os seguintes eixos temáticos de investigação do SLOT: a) dimensão produtiva; b) circuitos de comercialização; c) organização política; d) práticas de reciprocidade e apoio mútuo; e, por fim, e) demandas no que confere ao desenvolvimento da agroecologia. Em cada um desses eixos há conteúdos específicos na disputa territorial no sentido da ativação de territorialidades pelo fortalecimento da agroecologia.

4.1 Agroecologia no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão

A história da agroecologia no Sudoeste confunde-se com a territorialização das organizações do campo na mesorregião, como ponderado no capítulo anterior. É a partir da intensificação da “Revolução Verde” na *região*, na década de 1970 em diante, que na agroecologia, ainda em uma fase inicial de definição conceitual e metodológica para o desenvolvimento rural, passa-se a canalizar esforços para a construção de práticas e articulações visando produzir alternativas para enfrentar implicações oriundas das mudanças na base técnica e organizacional da produção. Confunde-se, pois a agroecologia não “surge” com as organizações, mas de um movimento de base que questiona as mazelas e os próprios sentidos da modernização e que rebate na própria criação e ação das entidades. Organizações e entidades não fazem agroecologia. Se assim o fosse, poderiam construir projetos virtuosos de desenvolvimento, em virtude do engajamento e conhecimento de vários de seus representantes sobre a realidade dessas práticas, presentes nas leituras do agir conflitual conferidas anteriormente. Tais coletivos instigam sujeitos,

potencializando-a, auxiliam agricultores e agricultoras em processos de ativação de territorialidades.

Em Francisco Beltrão, alguns agricultores, a exemplo de membros da família Korb da localidade de Jacutinga, mesmo integrados historicamente ao circuito mercantil convencional (milho, feijão e suíno) jamais chegaram a incorporar totalmente o paradigma agroquímico em suas dinâmicas produtivas. Famílias essas que, com o acirramento da conflitualidade gerada pela nova matriz produtiva posta em curso (rebaixamento dos preços dos produtos agropecuários, aumento da competitividade, da especialização e da concentração), passaram a reconhecerem-se como agroecológicas e, gradativamente, assimilar a nova abordagem, também produzindo sentidos próprios nas dimensões da produção, comercialização e organização política (como conferiremos adiante).

Na escala da mesorregião Sudoeste, é salutar, porém, o importante papel que a ASSESOAR, os STRs, o CAPA-Verê, a EMATER, a Rede Ecovida de Agroecologia e as associações de agricultores, entre outros coletivos, desempenharam como “parteiros” da agroecologia. Fritz (2008), sublinha como marcos do início da agroecologia na *região*, a partir dos anos 1970, o trabalho pioneiro da ASSESOAR; na década de 1980, destaca as ações da ACARPA/EMATER com adubação verde e orgânica, introdução de animais rústicos, produção de sementes e trabalhos de extensão com base na realidade das comunidades. O autor faz alusão também ao “I Encontro de Alternativas para a Pequena Propriedade em Francisco Beltrão¹¹⁴”, realizado em junho de 1985.

Na década de 1990, os trabalhos de agricultura orgânica se intensificaram a partir de 94/95, com produção de soja na região de Capanema; no ano de 1997, com a olericultura e fruticultura clima temperado em Francisco Beltrão e fruticultura tropical em Capanema e Cruzeiro do Iguaçu; a partir do ano 2000 começou o trabalho através do projeto Pró-Caxias¹¹⁵,

¹¹⁴ “Na oportunidade foram apresentadas tecnologias adequadas à realidade da região, assim como experiências sustentáveis pelos agricultores e apontadas as políticas que deveriam nortear a agricultura. Neste evento, que teve cunho regional, reuniram-se mais de 240 técnicos e agricultores” (FRITZ, 2008, p. 187-188).

¹¹⁵ Consórcio público dos municípios atingidos pela construção da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, no rio Iguaçu. No final dos anos 1990, segundo Fritz (2008), “[...] a COPEL [Companhia Paranaense de Energia] incentivou a formação de uma organização territorial, o PRO-CAXIAS (Conselho de Desenvolvimento dos Municípios do Entorno do Lago da Usina de Salto Caxias). Nas diversas propostas de trabalho, optou-se por incrementar a produção orgânica nos nove municípios pertencentes à área de atuação do PRO-CAXIAS. Em São Jorge D’Oeste, com o apoio do EMATER, foi criada a AORSA (Associação dos Agricultores Orgânicos de São Jorge D’Oeste). As associações nos nove municípios se articularam para ter, na região do PRO-CAXIAS, um Grupo Gestor, ou seja, um grupo de cinco agricultores que coordenavam a produção dos produtores ligados às

envolvendo os municípios de Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste e Salto do Lontra, na produção de olericultura e fruticultura tropical (FRITZ, 2008, p. 187).

Ao longo dos anos 1990 e 2000, organizações governamentais (prefeituras, Governo Estadual, EMATER e IES), entidades não governamentais (ASSESOAR, CAPA-Verê, COOPAFI, Rede Ecovida etc.), sindicatos, empresas privadas (certificadoras e empresas de comercialização de orgânicos, a exemplo da Agrorgânica, Tozan, Gebana, IMO Control e Gama), cooperativas e associações de agricultores, auxiliaram no desenvolvimento de iniciativas visando dar vazão aos debates e compartilhamento de experiências sobre as propostas da agricultura orgânica e agroecológica no sinalizo a modelos diferenciados de produção e desenvolvimento rural nos municípios do Sudoeste paranaense: estruturação de feiras livres municipais; formação de associações de produtores orgânicos e do núcleo regional da Rede Ecovida de Agroecologia; experiências de produção, especialmente, de soja e milho pipoca orgânicas certificadas por auditoria; produção de insumos e elaboração de adubos orgânicos certificados (Ecoosuper, Fábrica Pegoraro e Fertiplan – esta certificada pela IMO – Control); agroindustrialização artesanal; promoção de eventos como a festa das sementes (promovida anualmente pela ASSESOAR e pelo CAPA), as Jornadas de Agroecologia (2008 e 2009 realizadas em Francisco Beltrão, com aproximadamente 3.500 participantes em cada edição) e as feiras do melado, do artesanato e da agroindústria familiar; cursos técnicos e atividades formativas etc. (FRITZ, 2008; PICINATTO, 2008).

Até agora, um dos limites para a afirmação da agroecologia e da produção orgânica é a carência de políticas públicas estruturantes, paralelo e subsidiando as ações supracitadas. Em virtude desse gargalo, muitas dessas ações são pontuais e descontínuas, não oferecendo um suporte mais efetivo para a consolidação e avanço das experiências produtivas.

A ASSESOAR disponibilizou-nos informações sobre o estado de arte atual das experiências agroecológicas de produção no Sudoeste paranaense. Consoante a ASSESOAR (2013), estão em atividade sete (07) grupos de produtores agroecológicos atrelados ao núcleo Sudoeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia. São eles: AORSA (Associação

associações dentro dos princípios da Agricultura Orgânica e articulavam a comercialização de seus produtos nos mercados da região. Os produtores orgânicos no início passaram por um processo de formação continuada, participando de um curso em 12 etapas e também de intercâmbios, dias de campo e diversas atividades para aprimorar sua produção” (p. 204-205).

Orgânica de São Jorge do Oeste), APAV (Associação de Produtores Agroecológicos de Verê), APROVIVE (Associação dos Vitivinicultores de Verê), Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, Grupo Verde Guarani, Sudoeste do Paraná, Pioneiros. Contabilizam hoje oitenta e oito (88) experiências de produção orgânica e agroecológica (agricultores e agroindústria), distribuídas por quinze (16) municípios da mesorregião (São Jorge D'Oeste, Verê, Itapejada D'Oeste, Francisco Beltrão, Marmeleiro, Barracão, Bom Jesus do Sul, Capanema, Coronel Vivida, Dois Vizinhos, Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis, Pato Branco, Cruzeiro do Iguaçu, Planalto, Pérola D'Oeste), conforme mapa 02 (capítulo 03). Destes, 22 (vinte e duas) unidades tem áreas totalmente ocupadas com produção agroecológica. O restante mantém, concomitantemente, áreas de produção agroecológica com cultivos em sistemas convencionais ou em fase de transição.

Com relação a área dos estabelecimentos, há sistematizado informações de sessenta e seis (65) produtores: somados, a área total dos estabelecimentos é de 823,56 ha, com área média de 12,6 hectares. A área total de produção agroecológica é de 346,86 ha, com área média de 5,33 hectares. Agrupando as informações por estratos de área total, temos a seguinte situação na relação grupos de área/número de produtores: até 4,9 ha (15 produtores); de 5,0 a 9,9 ha (15); de 10 a 14,9 ha (11); de 15 a 19,9 ha (12); de 20 a 24,9 ha (07); de 25 a 29,9 ha (02); de 30 a 34,9 ha (02) e acima de 35 ha (01). Basicamente são nos menores estratos de área que concentram-se as experiências agroecológicas de produção: 81,5% ocorrem em áreas com menos de 20 hectares, não havendo discrepância fundamental entre os estratos de área do recorte.

Nos estabelecimentos acima de 20 hectares ocorre uma sensível redução do número de experiências (conforme tabela 02). Somente duas (02) famílias com estabelecimentos com área acima de 20 hectares utilizam em sua totalidade as unidades para produção agroecológica. Os dados reforçam a potencialidade existente para a expansão da agroecologia na mesorregião, nos menores estabelecimentos e especialmente juntos aos agricultores com áreas acima de vinte hectares, os quais, desde que subsidiados por oportunos estímulos e políticas de pesquisa e extensão apropriados poderiam ampliar a produção e a produtividade.

Tabela 02 - Número de produtores agroecológicos por estratos de área no Sudoeste do Paraná

<i>Grupos de área (ha)</i>	<i>Nº produtores</i>
Até 4,9	15
05 a 9,9	15
10 a 14,9	11
15 a 19,9	12
20 a 24,9	07
25 a 29,9	02
30 a 34,9	02
Acima de 35	01
<i>Total</i>	65

Fonte: ASSESOAR (2013). Organização: Márcio Eduardo (2013)

Nas informações sistematizadas pela ASSESOAR, havia, em 2013, nove (09) agroindústrias de orgânicos no Sudoeste, beneficiando os seguintes produtos: bolachas, pães, salgados, doce de uva, doce de laranja, doce abóbora, doce de morango, doce de pêssago, doce de banana, doce de maçã, suco de uva integral, açúcar mascavo, melado, pé-de-moleque, leite pasteurizado e queijos.

No registro de produtos orgânicos prepondera as olerícolas e as frutíferas, mas a diversidade produtiva é a centralidade dos agroecossistemas agroecológicos do Sudoeste. Consoante informações da ASSESOAR (2013), constam os seguintes itens produzidos: 1) *Olerícolas e tubérculos*: radiche, pepino, couve, cenoura, batata iacom, batata doce, batata inglesa, rabanete, abobrinha, pimentão, alface, tomate, vagem, chuchu, mandioca, repolho, feijão de vagem, beterraba, pimentão, couve-folha, couve-flor, moranga, chicória, amendoim, acelga, brócolis, tempero verde (salsa, cebolinha, alecrim, sálvia etc.), ervilha, berinjela, almeirão, rúcula, cenoura, pimenta, agrião, espinafre, maxixi, cebola e alho; 2) *Frutíferas*: figo, acerola, nêspira, laranja, bergamota, limão, maçã, uva, caqui, abacate, banana, ponkan, montenegrina, pêssago, goiaba, morango, melancia, melão, carambola e cana-de-açúcar; 3) *Cereais, castanhas e grãos*: feijão, milho, pipoca, nozes, arroz, trigo, soja e linhaça; 4) *Produtos beneficiados*: melado, leite, queijos, doces de frutas, mel, frango caipira, pé-de-moleque e ovos.

Na sequência, debruçando-nos no entendimento da construção e da territorialidade do SLOT agroecológico beltronense, exploraremos a trajetória de transição agroecológica de quatro famílias agricultoras, membros da Associação das Agricultoras e Agricultores

Ecológicos de Francisco Beltrão, com o intuito de apresentarmos os diversos contextos de conflitualidade com o agronegócio e demonstrarmos as distintas estratégias de construção de autonomias relativas ao capital e de ativação de territorialidades com a adesão ao projeto agroecológico. A escolha das famílias¹¹⁶ deveu-se ao fato de suas experiências representarem satisfatoriamente – expressa em riqueza de detalhes – realidades muito similares a de outros agricultores agroecológicos locais, são elas: família “A” (valendo-se da agroecologia como estratégia de combate a miséria); família “B” (optando-se pela agroecologia pelo forte grau de subordinação e exploração do trabalho pelo agronegócio); família “C” (reterritorializando-se camponeses e demonstrando a potencialidade da agroecologia para geração de renda em meio hectare); e, família “D” (família agroecologista consolidada, com vasta experiência na produção ecológica).

Feito isso, deteremo-nos na ponderação dos cinco eixos mencionados – a) dimensão produtiva; b) circuitos de comercialização; c) organização política; d) práticas de reciprocidade e apoio mútuo; e, por fim, e) limites e demandas para o desenvolvimento da agroecologia –, cujas peculiaridades no arranjo do SLOT configuram estratégias na disputa territorial, no sentido da ativação de territorialidades e do fortalecimento do agir (re)existente pela agroecologia.

Buscando avançar sobre aquela concepção dos estudos geográficos calcados na “grande correlação universal”, ressaltada por Quaini (2011), na qual com frequência banaliza-se a escala de ação dos sujeitos, suas contradições e práticas territorializadas, em benemérito às lentes voltadas para a observação e a “conquista do mundo” (QUAINI, 2011), optamos por colocar em evidência as paisagens edificadas (pela descrição, fotografias¹¹⁷ e mapas mentais) pelo fazer material dos sujeitos e seus sentidos sociais desde o lugar, suas nuances e aspirações, pois assim consegue-se demonstrar o que é possível ser feito pelos trabalhadores, pela territorialidade (re)existente dos sujeitos simples, e, a partir dessa escala, dessa “nanoterritorialidade” (SOUZA, 2009), evidenciar seus nexos e articulações multiescalares. Sentimo-nos provocados, assim como Quaini (2011, p. 20), a “[...] coletar a

¹¹⁶ Optamos por omitir os nomes dos entrevistados, pois não foi possível dar o adequado retorno das análises elaboradas a partir das entrevistas compiladas para que as agricultoras e agricultores autorizassem sua divulgação. Preservamos apenas as distinções de gênero, pois há conteúdos específicos a serem abordados.

¹¹⁷ Somente serão indicadas as fontes nas fotos que não são de autoria nossa.

riqueza de uma página, talvez de uma frase ou de uma palavra com a ajuda de pontos de vista [...]”. Por conseguinte,

[...] não abrimos mão da observação e da descrição: *descrever já é pensar*, já é *roer* os nexos internos do fenômeno abordado, porque são momentos, também, do processo de pesquisa e explicativo e porque a *essência*, os nexos internos se manifestam através do que nos aparece. Descrever já é começar a apreender as contradições porque a *aparência* não está separada da *essência*. Uma está na outra. É preciso descrever refletindo e refletir descrevendo (SAQUET, 2003, p. 17, grifo do autor).

4.2 Família “A”: agroecologia como estratégia de superação da miséria no campo

“Tudo dinheirinho de alface. Nós não tinha nada, mas nada, meu deus. Nós tinha uma cama boa porque meus irmãos compraram cama, colchão e tudo e trouxeram aqui, porque senão nem isso não tinha. Depois que comecei a fazer dinheiro com verdura, comprei roupeiro, comprei cama, comprei mesa, comprei cadeira, arrumei a casa e tudo” (ENTREVISTADA A, 2011).

De origem italiana, 58 anos, a entrevistada “A” migrou de Joaçaba/SC para o interior de Francisco Beltrão com seus pais em 1954. Há 22 anos reside com seu esposo (os dois aposentados com salário mínimo) na terra de sua sogra, na localidade Jacutinga, usufruindo 2,5 ha de uma área total de 29,5 ha, dividindo a propriedade em parte com seus cunhados. A família é composta ainda por mais dois filhos, ambos morando na cidade de Francisco Beltrão. Esporadicamente auxiliam nos trabalhos na unidade de produção. A família não utiliza trabalho acessório, mesmo a entrevistada “A” sendo a única trabalhadora ativa em virtude de uma delicada situação de saúde de seu cônjuge. Em 2011, quando entrevistada, fazia treze anos que iniciou o trabalho com agroecologia.

Vai para treze anos. Desde o primeiro tijolo que surgiu essa agroecologia em Beltrão eles tentaram me puxar para o projeto, mas eu não queria. Demorou o pessoal me convencer que trabalhar com veneno, além de não dá nada, tava me prejudicando a saúde. Mas foi bem difícil eles me convencerem. Porque no arado sempre foi eu quem trabalhei e com pulverizador nas costas passando veneno. Chegava o final do ano mal apenas para pagar o que a gente comia não sobrava nem pra comprar uma “havaiana”. E o pessoal insistindo. E eu: não, capaz que vou atrás dessas bobearias. Mas boba era eu que não entendia que os outros queriam o melhor pra gente. Quando o pessoal da UNIOESTE vieram, meu Deus, falaram, falaram, falaram, eu sentada na beira da porta, não queria saber de nada. Assim que viraram as costas, eu disse: vão se catar. Eles voltaram de novo, incentivaram: olha, vai fazer mal, te prejudica, talvez agora não. Um solão desse eu estava com pulverizador nas costas passando veneno. Faz uns doze anos que estou no projeto mesmo (ENTREVISTADA A, 2011).

Antes de iniciarem a transição para a agroecologia, a família plantava milho e feijão em sistema convencional, para consumo interno e comercialização do excedente. Utilizava-se arado à tração animal para o preparo da terra e manualmente realizavam-se os trabalhos de plantio, pulverização e colheita. A baixa produtividade e escala de produção, atrelados aos baixos preços de mercado pagos aos produtos e os elevados gastos com insumos, conduziram a família a uma situação de extrema miséria e ao acúmulo de dívidas.

A gente plantava feijão e milho em tudo esses morro aqui de arado de vaquinha. Vendia quando sobrava pra vender. Tinha vez que não pagava nem as conta. Comprava fiado pra comer, nessas bodega no interior. A gente plantava feijão, sem adubo não dava nada. A terra fraca. O milho a mesma coisa, meu deus do céu. [...] Um dia o rapaz veio de Beltrão no sábado, depois que terminei meu serviço, chegou lá em casa, chegou lá na bodega e falou assim: olha, eu quero ver o que o pai tá devendo aqui. Falou lá e chegou em casa: mãe do céu, santa mãe. Eu disse: o que aconteceu piá? Vocês vão ter que entregar os bois na bodega do Hélio porque a conta de vocês tá alta. E a junta de boi nem chegou pra pagar. Trabalhei o ano inteiro e não chegou para pagar o que a gente comeu. Era uma tristeza na vida. Eu agradeço todos os dias o pessoal que veio aqui e fez a gente mudar pra agroecologia. Pelo menos a gente se desenvolveu um pouco: se alimentemo bem melhor que antes, a nossa situação financeira também mudou bastante (ENTREVISTADA A, 2011).

Quando me lembro do tempo desses anos atrás, falei pra minha irmã que tava ontem aqui, não sei como é que eu vivia? Não entendo como é que eu vivia. Chegar a não ter dinheiro até para pagar a luz. Eu criei meus dois filhos, não tenho vergonha de te dizer, nunca comprei uma peça de roupa para meus filhos até eles saírem de casa. A gente não tinha. Meus irmãos que vestia minha família inteira. [...] Porque a gente comprava milho, plantava e não dava. Comprava semente, era caro né, veneno, comprar adubo, esterco de galinha, pra chegar no fim da safra e não ter nada nunca (ENTREVISTADA A, 2011).

Assim descreve a situação da alimentação da família naquele contexto: além da disponibilidade de carnes de galinhas e porcos e seus derivados, sempre produzidos internamente,

Era na base do feijão e arroz, do arroz e feijão porque era tudo no comprado. E tudo naquela miséria. Digamos, precisava de uma farinha, ia lá na bodega, o tempo que você lá em Beltrão comprava cinco quilos de farinha, aqui você comprava um. Porque aqui o comerciante se provalece no preço. Era precário, não gosto nem de lembrar. Agora a alimentação mudou bastante. Nós aqui temos uma mesa farta e de qualidade boa (ENTREVISTADA A, 2011).

A introdução da proposta agroecológica na família foi acompanhada de muita resistência, interna e externa. O processo avançou pela insistência de técnicos da ASSESOAR no convencimento e orientação de práticas. Internamente, a própria entrevistada “A” mostrou-se reticente e seus familiares a desencorajaram a participar das reuniões de debates, por não oferecer um retorno financeiro no tempo esperado. Externamente, sublinha que houve muita discriminação de seus vizinhos, produtores convencionais, os quais viam com maus olhos sua inserção no circuito agroecológico, como algo de quem não tem o que fazer.

Aqui na comunidade fui muito discriminada por causa dessa agroecologia. A gente saía em reunião, passei no vizinho de lá e ele estava na roça lavrando na beira do caminho, eu estava voltando de uma reunião, [...] ele estava arando, e eu: boa tarde, está bom de lavrá? Boa tarde pra vagabundo que anda atrás de reunião, de agroecologia, agora pra quem está no torrente no arado não é boa tarde. Tá bom, tchau, fui embora. [...] Hoje ele diz assim: se eu preciso de alguma coisa vou lá na tia Oda que a tia Oda tem. Mas é um senhor de idade, de oitenta e poucos anos. Mas a tia Oda não perde tempo, né tia Oda? Mas eu não desaforo, não levo a mau, não largo as indiretas pra ele porque é falta de educação. Ele é bem mais velho. Mas nós fomos muito discriminado. [...] Cada um fala o que quer, ouve o que não quer, mas eu não me arrependo. Me lembro as vezes que a gente saía, com sol, com chuva, ia em reunião: tivesse ficado em casa trabalhando pelo menos dois pés de milho tinha plantado. Não to pedindo nada pra ninguém (ENTREVISTADA A, 2011).

Questionada sobre o porquê a família “optou” pela agroecologia, explica:

Bem na verdade nem eu sei. No principio minha cunhada saía e vamos junto comadre? E eu: não vou, não tenho tempo de perder, eu dizia pra ela. Só que quem tava perdendo tempo era eu. O Paulo Mayer [técnico da ASSESOAR] na época começou a dar assistência pra nós. Um dia eu tava na roça, no solão quente ele veio e disse: [...] senta aqui: e conversou, conversou. Eu não dava resposta, só ouvia ele. Outro dia ele voltou e disse: resolveu o que? Nada ainda. E ele de novo, voltava: olha, não adianta nada a senhora trabalhar lá, vai só sofrer, vai comer um produto que não é bom, tá envenenando sua família. Até que um dia ele me convenceu. Vou tentar mudar. Ele disse: vou embora bem feliz porque a senhora disse que vai tentar mudar. Dou prazo de três meses pra senhora trocar a lavoura com veneno para trabalhar na horta [...]. Melhorou tudo: a situação financeira, porque nós não tínhamos nada, sabe o que era nada? Só a casa e dois filhos. Inclusive, os filhos quando entramos no projeto, já não tinha mais nenhum em casa com nós. Eles terminaram o primeiro grau na Jacutinga, e eu tinha ganhado um lote da minha falecida mãe, e eles foram pra Beltrão, fizeram o segundo grau, se formaram, estão até hoje morando em Beltrão, não voltaram mais. Então, pra gente foi muito, muito importante.

A ASSESOAR e a UNIOESTE foram as duas instituições que incentivaram e auxiliaram a família “A” em sua trajetória de conversão e consolidação do sistema agroecológico. Através também das relações estabelecidas com outros agricultores ecológicos vizinhos (a entrevistada “A” cita a importância da relação de vizinhança com a família “B” e sua cunhada, inclinada a participar do projeto) e, principalmente, da feira livre da CANGO e dos processos formativos propiciados pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão em conjunto com a ASSESOAR, que construíram vínculos para sustentar o processo de mudança do sistema convencional. As contribuições da ASSESOAR e da UNIOESTE foram as seguintes: a ASSESOAR, no início do processo, através do projeto “Vida na Roça”, de reuniões de formação e de visitas de orientação *in loco*; e, a UNIOESTE, mais recentemente, com projetos de pesquisa e extensão¹¹⁸, realizando diagnósticos e orientações visando maior conhecimento da realidade e aumento da sustentabilidade das unidades de produção agroecológicas; e desenvolvendo junto às famílias oficinas práticas de captação de água da chuva, proteção de fontes d’água (foto 1) e nascentes, restauração de áreas de proteção permanentes etc.

A agricultora sublinha a importante dificuldade enfrentada no início pela ausência de apoio financeiro e de práticas mais efetivas de assistência técnica e extensão rural em agroecologia. A única presença do Estado esteve na intervenção via projetos de pesquisa e extensão de servidores da UNIOESTE. Nada de mais contundente.



Foto 1 - Proteção de fonte d’água na propriedade da família A: desenvolvido em âmbito dos projetos do servidor da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, Luciano Z. P. Candioto, 2011.

¹¹⁸ Nesse âmbito, podemos citar os seguintes pesquisadores da UNIOESTE vinculados ao GETERR que têm contribuído para aprofundar os conhecimentos e a interação entre agricultores ecológicos e universidade: Luciano Z. P. Candioto, Marcos A. Saquet, Roseli A. dos Santos e Adilson F. Alves.

O pessoal da ASSESOAR e da UNIOESTE só ajudavam em orientação. Daí, inclusive minha cunhada e meu cunhado ficavam muito brabos: não adianta vocês irem em reunião, é só conversa e conversa, dinheiro que é bom, não. Daí um dia bati com a língua nos dentes numa reunião. Eu falei: ó, meu cunhado falou que não adianta a gente só participar de reunião, falei pro Paulo, porque reunião não resolve nada. O Paulo disse: nós mal apenas estamos para orientar vocês e ensinar a trabalhar com a agroecologia. Agora, dinheiro quem vai ter que trabalhar e fazer é vocês. Nós não vamos dar dinheiro. Tanto que eles saíram fora porque pensavam assim: digamos, você é um agrônomo, vem aqui dar uma assistência, você não pode vir aqui só conversar, você tem que trazer dinheiro. Eles viam esses projetos dessa maneira. Só que não é por aí (ENTREVISTADA A, 2011).

No fragmento anterior de seu depoimento, a entrevistada “A” explicita a desconfiança comum e compreensível por parte dos agricultores quando o tema é a ruptura com as formas convencionais de produção. Nelas, o Estado e as empresas privadas estão cotidianamente presentes, territorializando suas práticas via políticas públicas e ações dos funcionários das agropecuárias e dos próprios servidores de órgãos públicos como a EMATER e as prefeituras municipais. Soma-se a isso, o caráter prático, econômico em tempo de trabalho e em nível de conhecimentos que o agricultor precisa dispor para produzir convencionalmente. Além do mais, através da metáfora “trazer dinheiro”, entrevistada “A” (2011), ilustra com sabedoria o fetiche presente na “*psicosfera*” (SANTOS, 1996) intrínseca à técnica e aos conjuntos de valores ditos “modernos”, muito embora um número reduzido de agricultores familiares consiga com êxito inserirem-se nesse circuito. Os tempos da agroecologia e sua atratividade são proporcionais a seus desafios na disputa territorial com o agronegócio. Essa forma de pensar imediatista, compreensível, pois se trata, de um lado de sistemas de convencimento consolidados como sentido único desde a Revolução Verde e, do outro, do “tempo do estômago”, da reprodução da família camponesa em um contexto em que qualquer equívoco pode custar sua desterritorialização, levou os parentes da entrevistada “A” a abandonarem a agroecologia e, contraditoriamente, a família dela a firmarem-se no sentido da transição.

Porque nós não recebemos ajuda de ninguém. Nós começamos do nadinha. Comprei motor, comprei irrigação, comprei motor pra luz, puxei uma luz por conta, arrumamos a casa e lá foi indo. Só recebendo orientação e na “peleia” (ENTREVISTADA A, 2011).

Seu marido, entrevistado “B”, complementa: “sorte minha que achei uma estufa do [entrevistado “E”] lá na vila, dei uma vaca por uma estufa, só que já se foi de velha”. Entrevistada “A”: “já comprei três depois daquela”.

Pra quem quer a orientação já é o suficiente. Digamos, você não precisa vir aqui trabalhar para me ensinar, é só conversar, como o Paulo fez. Que nem fui fazer a irrigação, ai meu deus, o Paulo veio uma vez, me explicou e eu não entendi, o Paulo veio duas vezes e eu não entendi e o Paulo embrabeceu comigo [...]. Minha filha que trabalha na policlínica foi na ASSESOAR, o Paulo explicou pra ela, fizemos e depois que irrigamos foi pra frente(ENTREVISTADA A, 2011).

Os instrumentos para produção agroecológica foram providenciados trocando com outro agricultor ecológico, entrevistado “E”, uma estufa usada por uma vaca, comprando um motor usado para irrigação, uma forrageira usada de um vizinho para triturar milho e produzir o farelo como suplemento para alimentação animal (galinhas, porcos e vaca leiteira), comprando “fiado” nas agropecuárias sementes, mudas, mangueiras e conexões para a horticultura e a própria família efetuando as modificações necessárias para, paulatinamente, adequar a unidade à agroecologia. As hortaliças são os principais alimentos produzidos com finalidade comercial (foto 2), vendidos na feira livre da CANGO e no próprio estabelecimento. Há construção de uma estratégia de aumento da autossuficiência interna, com a diversificação, garantindo segurança alimentar e elevando a autonomia relativa produtiva, como detalharemos na sequência.



Foto 2 - Produção de alface e tempero verde em estufa com sistema de irrigação, 2011.

Durante os três primeiros anos de comercialização na feira livre¹¹⁹, a família “A” utilizou como meio de transporte ônibus intermunicipais para escoar seus produtos. A localidade onde mora dista aproximadamente 40km da cidade de Francisco Beltrão. Posteriormente, outro agricultor ecológico, entrevistado “C”, também integrante da feira livre agroecológica, adquiriu um veículo utilitário e passou a levar a entrevistada “A” e seus produtos à feira livre da CANGO.

Agora o [vizinho] leva, mas andei três anos de ônibus. Ponhava na carroça com as vacas e ele [o marido] levava lá em baixo, fazia um quilômetro e meio e lá ia de ônibus e voltava de tarde de ônibus. Eu saía no escuro de madrugada e chegava no escuro da noite em casa, principalmente no inverno. Ficava o dia inteiro lá em Beltrão. A feira terminava meio dia, uma hora. O que sobrava as vezes vendia no ponto de ônibus ou trazia embora, dava pras galinha, pros porco. Eu levava de ônibus e o [vizinho, entrevistado “C”] de gol. Até que um dia saiu um projeto e ele disse: sabe que eu estava com vontade de te dar uma mão. Opa: com três mãos é bem melhor do que duas, disse pra ele. Vou comprar um carro e te ajudar pra trazer a feira. [...] Daí ele fez a papelada e tudo. Meu deus, o dia que ele falou assim: sexta-feira pode me esperar lá, eu achei que era uma mentira. [...] Ele passa pegar os produtos de uma mulher, passa pela Jacutinga e me pega. Depois me deixa e deixa os produtos dela. É uma beleza. Duas horas, no máximo três, porque a gente aproveita comprar tudo que a gente precisa, tá de volta. Eu ia desistir. Principalmente porque no inverno é frio, chuva. E eu tava sempre lá, não queria nem saber. Levava uma muda de roupa, duas. Molhava, as mulher ficava com dó, vinham lá traziam casaco, na outra sexta levava de novo, porque ficar molhado o dia inteiro é muito tempo. Superei tudo, passou tudo (ENTREVISTADA A, 2011).

A entrevistada “A” sustenta que, com a agroecologia, houve uma transformação em várias dimensões de sua vida. Cita especialmente as mudanças nos hábitos alimentares (a família passou a consumir maior variedade de alimentos produzidos internamente e livre de agroquímicos), na situação financeira (reduzindo gastos com insumos; com a feira – a qual participa desde sua implantação, em 1998 – garantindo renda semanalmente; comprando móveis e melhorando a casa), rompendo a exposição aos agrotóxicos na dinâmica produtiva e, fazendo referência ao aumento da autoestima e aos processos de ativação de territorialidades: interagindo com clientes e outros agricultores; debatendo questões políticas da agroecologia na Associação; dividindo experiências produtivas; participando de eventos como a “festa das sementes” e as “Jornadas de Agroecologia”, a qual esteve em

¹¹⁹ A dinâmica da feira livre agroecológica, situada no bairro CANGO, Francisco Beltrão, será tratada com mais detalhes em um eixo específico ponderando sua importância no processo de construção de autonomias relativas.

duas edições; acessando redes como no caso da ASSESOAR e da UNIOESTE; distribuindo alimentos para seus filhos, netos e outros parentes etc.

Foi uma mudança muito grande em todos os fatores de nossa vida. E tem mais: depois que entrei nesse projeto, na agroecologia, comecei a sair em reunião. Eu antes era assim: nem na reza eu ia, era só em casa e da casa na roça. Se tu chegasse aqui não sabia se te mandava chegar ou eu sumia. Depois entrei nas reuniões, porque antes, no princípio do projeto ia só ele [o marido]. Eu pra mim isso aí era bobeira. Não queria nem saber. E depois eu comecei a mudar e em todos os fatores da nossa vida foi fundamental (ENTREVISTADA A, 2011).

A agroecologia pra mim é uma vida melhor, saúde melhor, uma alimentação mais saudável. Agora eu entendo isso. Mas antes não entendia. Antes eu entendia que pra gente viver, tinha que trabalhar, passava veneno no feijão pra limpar, ia lá quando o feijão tava lorando trazia o feijão pra comer. Você tem que entender que não é por aí. E depois que comecei a definir qual a diferença que tem da agroecologia com o convencional, cada dia fui, e faz uma diferença grande (ENTREVISTADA A, 2011).

Em 2011, a entrevistada “A” vendia semanalmente na feira: alface (70 a 80 pés), almeirão (12 pacotes), rúcula (12 pacotes), cenoura (15 pacotes), beterraba, chicória, brócolis, vagem, couve-flor, chuchu, tomate, tempero verde, amendoim, mandioca, banana, limão, laranja, lima etc. (as mudas e



Foto 3 - Produção para autoconsumo: processo de secagem do feijão ao sol, 2011.

sementes são compradas em estabelecimentos agropecuários do município¹²⁰).

¹²⁰ De acordo com a Instrução Normativa nº. 64, de 18 de dezembro de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em seu artigo 97, estabelece: “As sementes e mudas deverão ser oriundas de sistemas orgânicos”: § 1º O OAC ou o OCS, caso constatem a indisponibilidade de sementes e mudas oriundas de sistemas orgânicos, ou a inadequação das existentes à situação ecológica da unidade de produção, poderão autorizar a utilização de outros materiais existentes no mercado, dando preferência aos que não tenham recebido tratamento com agrotóxicos ou com outros insumos não permitidos nesta Instrução Normativa; § 3º A partir de cinco anos da publicação desta Instrução Normativa, fica proibida a utilização de sementes e mudas não obtidas em sistemas orgânicos de produção. A proibição do uso de sementes e mudas convencionais em

Além desses alimentos, levava também queijos (produzia 18 peças na cozinha de casa, vendia 15 e consumia o restante); ovos (05 dúzias); geleias de frutas da época (15 vidros); compotas (figo e pêssego) e conservas (pepino e pimentão), 25 vidros semanalmente. A produção de hortaliças e outros alimentos (como o feijão, para venda e consumo interno [foto 3]) é realizada em 01 estufa (medindo 40x8m) e em 01 sombrite (medindo 30x8m). A família possui também 07 cabeças de gado (03 vacas leiteiras, 03 novilhos e 01 boi – raças holandesa e Jersey), 08 cabeças de suínos (raça *light*), aproximadamente 30 galinhas (20 caipiras e 10 aves de granja) e açude com peixes (esporadicamente vende galinhas *in loco*, o restante da produção é para consumo da família).

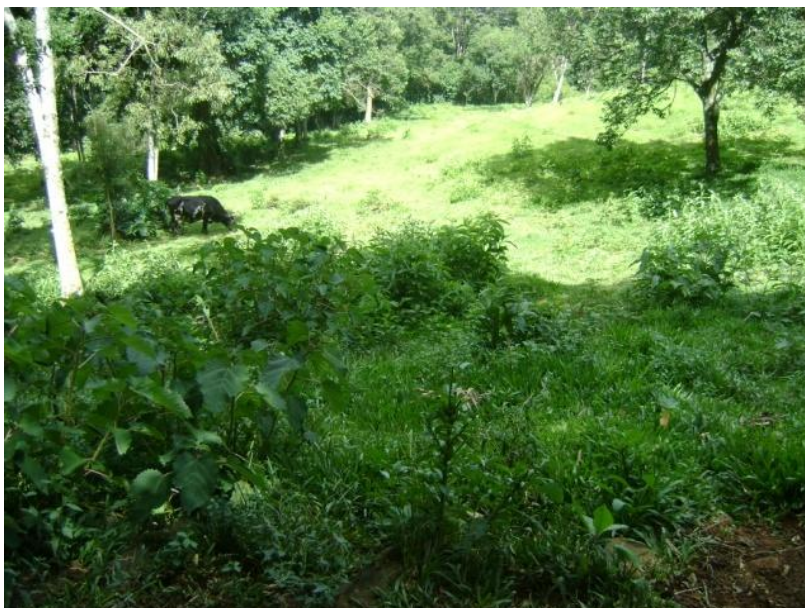


Foto 4 - Vista parcial do potreiro. Integração: pastagem permanente e mata nativa, 2011.

O gado bovino é criado à base de pasto, no potreiro (foto 4). Os demais animais são criados

fechados à base de farelo de milho e sobra da horta. O melhoramento genético bovino e suíno é feito por inseminação artificial, pelos vizinhos ou por ela mesma. A lenha utilizada é advinda do próprio estabelecimento (os 29 ha são, em sua maioria, cobertos por mata nativa e capoeiras).

sistemas orgânicos e agroecológicos de produção entraria efetivamente em vigor em dezembro de 2013, conforme a referida IN. No entanto a decisão foi revogada pelo MAPA na última reunião de 2013 da Câmara Temática da Agricultura Orgânica. “A Câmara Temática da Agricultura Orgânica, amparada nos resultados da Consulta Pública, revogou o prazo da obrigatoriedade de uso de sementes orgânicas, dada escassez destes insumos para atender ao processo de certificação em toda a cadeia produtiva. A partir de 2016, cada estado poderá produzir listas definindo quais espécies e variedades terão que ser obrigatoriamente orgânicas”. Disponível em: <<http://www.organicnet.com.br/2013/12/adiada-obrigatoriedade-do-uso-de-sementes-organicas/>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2014. Há gargalos consideráveis em termos de investimento público, pesquisa, ATER e certificação na produção de sementes e mudas que inviabilizam, por ora, o efetivo cumprimento da IN. De acordo com o MDA, a Bionatur, criada e desenvolvida pelos agricultores assentados do RS, desde 1994 é a única produtora de sementes agroecológicas da América Latina. Atualmente, envolve 130 famílias, uma produção anual de 12 toneladas de 30 variedades, onde se destacam a cenoura e a cebola, além do coentro, melão e vários tipos de abóbora. Disponível em: <<http://mda.gov.br/portalmda/noticias/bionatur-lan%C3%A7a-cooperativa-no-rio-grande-dosul#sthash.W6q7uM8E.dpuf>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

Em toda extensão utilizada pela família “A” produz-se agroecologicamente. A renda proveniente da comercialização dos produtos girava em torno de mil reais (R\$1.000,00) brutos mensais.

As infraestruturas e equipamentos são simples: casa, paiol, estrebaria, motor, estufa, sombrite, pulverizador manual, sistema de irrigação com água do açude, nascente protegida, galinheiro, chiqueiro, forrageira, arado e gaiota (fotos 5 a 7), assim como as técnicas de produção: capina, utilização de caldas e estratos diversos, solo coberto com palha, adubação com esterco de gado bovino e das aves, consórcio de plantas, utilização de calcário, sal mineral, piqueteamento do potreiro e vacinações/desverminações.



Foto 5 - Estrebaria, pasto permanente e mata nativa, 2011.



Foto 6 - Forrageira: equipamento de triturar milho para preparo do farelo da alimentação

Quanto ao combate de insetos, a entrevistada “A” salienta:

É bem complicado: óleo de nim, esmaga as lagartas e deixa nos pulverizadores, água de fumo, urtiga, alho com cebola, álcool com pimenta,

plantar flores, rosa e cravo de defunto dentro da horta, repelem e atraem os insetos e até as pessoas (ENTREVISTADA A, 2011).

A respeito das desvantagens com a agroecologia, a entrevistada “A” sustenta que são inexistentes. Há apenas questões próprias, a exemplo as características diferentes de trabalho, intensiva em mão de obra, constantes cuidados com os cultivos e uma gama de conhecimentos necessários de serem apropriados e desenvolvidos para produzir ecologicamente. Sugere que deveria haver preços diferenciados nos mercados convencionais locais para produtos orgânicos pela sua qualidade e quantidade de trabalho requerido.

Desvantagem não tem nenhuma, só que é bem complicado pra tu produzir ecológico. Inseto, adubação, isso é tudo bem complicado. Exige mais mão de obra, mais cuidado, atendimento. Digamos, se tu ficou dois dias, três sem ir lá na horta, tua horta “pego mal olhado”, tu tem que tá todo dia cuidando. Mesmo se chegou uma lagarta num pé de couve, num pé de brócolis, se tu tá todo dia lá, notou uma folhinha roída, tu olha, vira a tala da folha, você acha a lagarta ali, tu matou ela, esmagou ali naquele pé não pega mais, eles vão pra outro. E assim vai indo. Exige bem mais cuidado, é bem mais difícil, mas é bem mais saudável (ENTREVISTADA A, 2011).



Foto 7 - Gaiota e arado, 2011.

Lamenta apenas de só tardiamente ter sido incentivada e instruída a produzir agroecologicamente: “isso deveria ser incentivado quando eu era mais nova. Porque eu aprendi mais nesses treze anos do que o resto do que eu vivi” (ENTREVISTADA A, 2011).

Pondera que não tem interesse e condições objetivas para aumentar a produção: “cuido da casa, tenho que cuidar das criação, tenho que cuidar do queijo que depende bastante de trabalho. Trabalhar com o que tem pra mim já é o suficiente, até que eu puder”

(ENTREVISTADA A, 2011). Meu objetivo, sustenta a entrevistada “A” (2011), “[...] até quando tiver força, é continuar, batalhar, brigar pela boa alimentação. Porque não é só a família que tem uma boa alimentação, não somos só eu e ele [marido], meus filhos, meus irmãos, meus sobrinhos, tudo eles vem aqui e ficam, dizem: quem viu vocês e quem vê”.

A seguir, apresentamos um mapa mental elaborado pela agricultora e algumas fotografias demonstrando a diversidade como elemento central da organização produtiva da unidade da família (fotos 8 – 14).

A metodologia dos mapas mentais nos fornece elementos ao entendimento da racionalidade constitutiva da família camponesa ao organizar territorialmente sua unidade de produção. A organização das atividades produz uma paisagem que – muito embora destoe radicalmente da paisagem monocultural do agronegócio – não se efetiva no aleatório, há uma lógica em cada elemento dessa “paisagem da confusão”, cada unidade de produção é um “todo” em interação, por isso é preciso considerar os condicionantes diversos para cada ordenamento: o clima, a vegetação, as condições de solo, a topografia, o acesso aos recursos hídricos “dialogam” entre si e com o patrimônio cultural, com a técnica e as vias de circulação, por exemplo.

Mapa mental elaborado pela entrevistada “A” em 2011

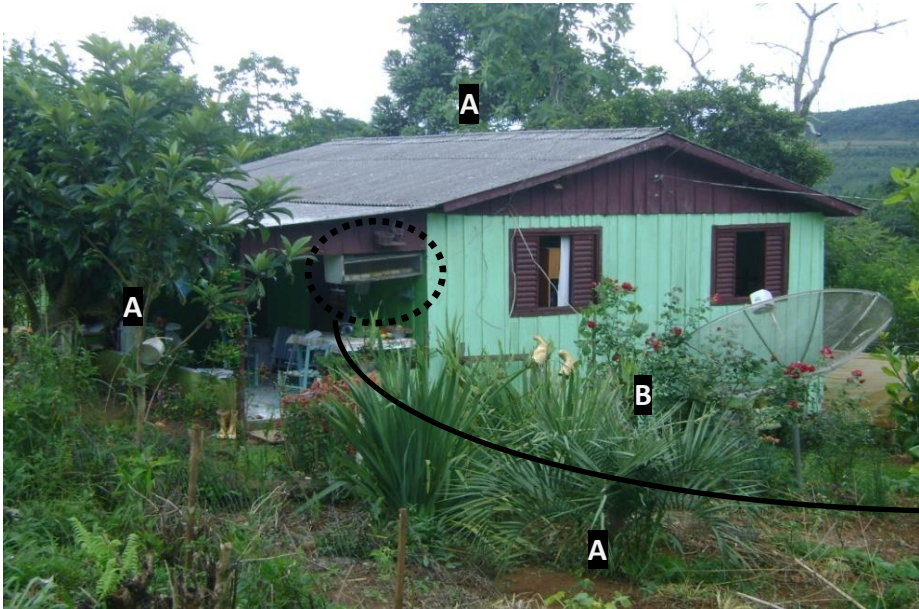
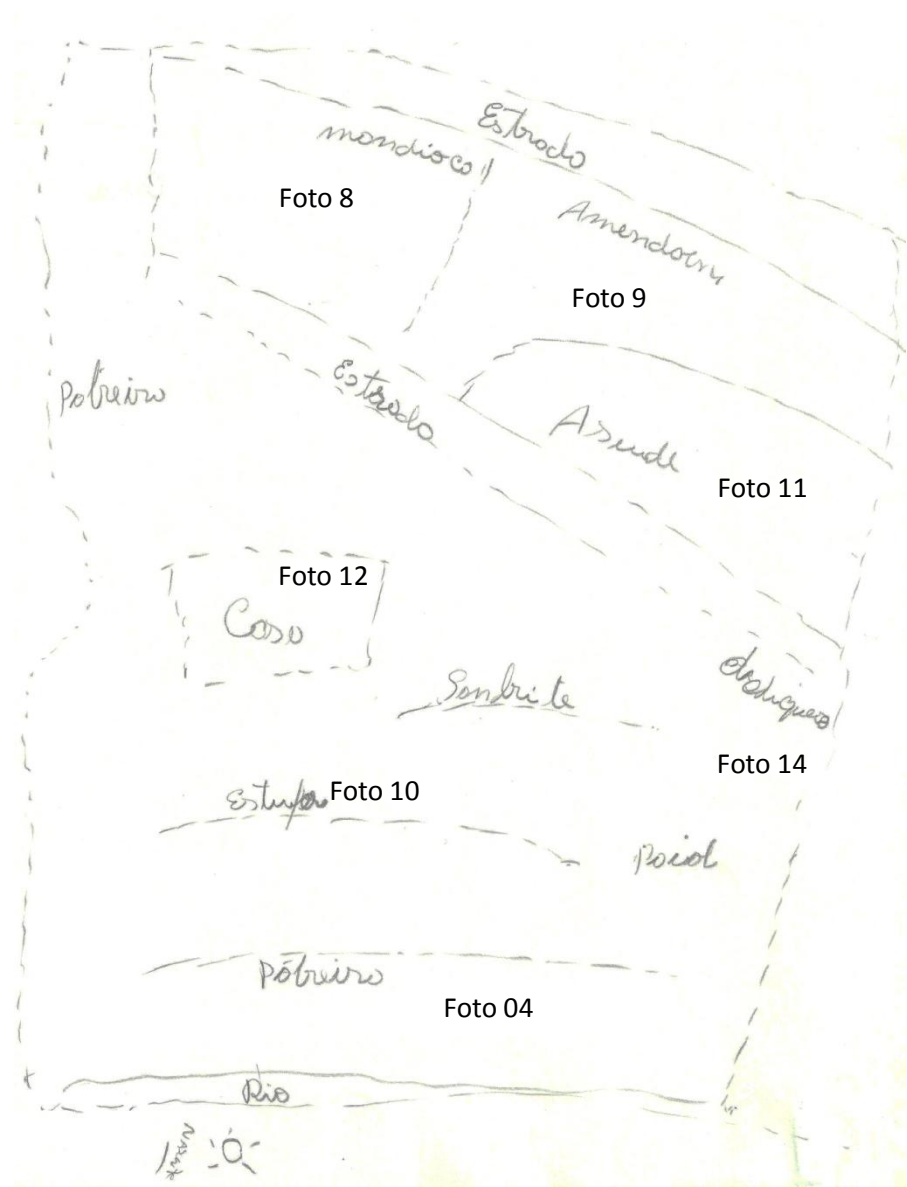


Foto 12 - Moradia da família “A”: organização e diversidade. A. frutífera e B. jardim.

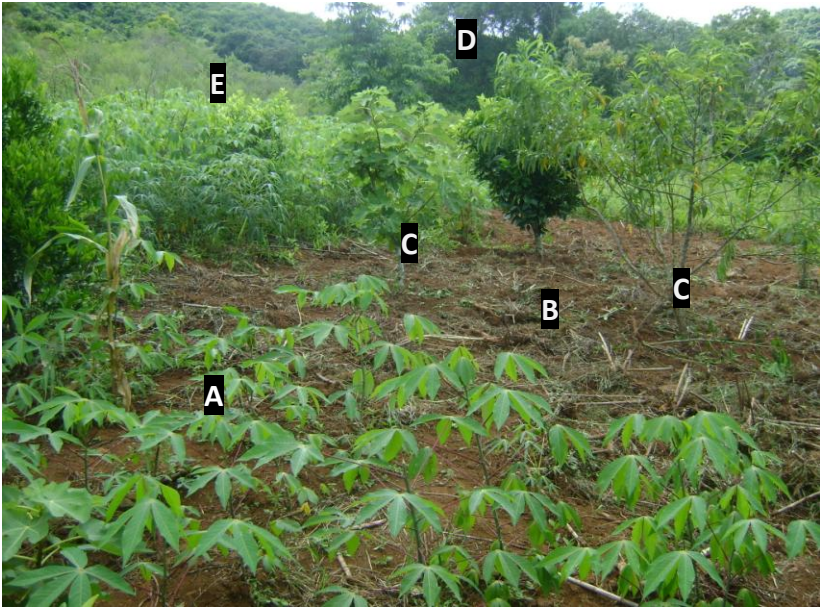


Foto 8 - A. cultivo de mandioca, B. solo coberto com restos de produção, C. frutíferas, D. mata nativa e E. capoeira.



Foto 9 - A. solo preparado para o plantio, B. plantação de amendoim, C. frutíferas e D. mata nativa.

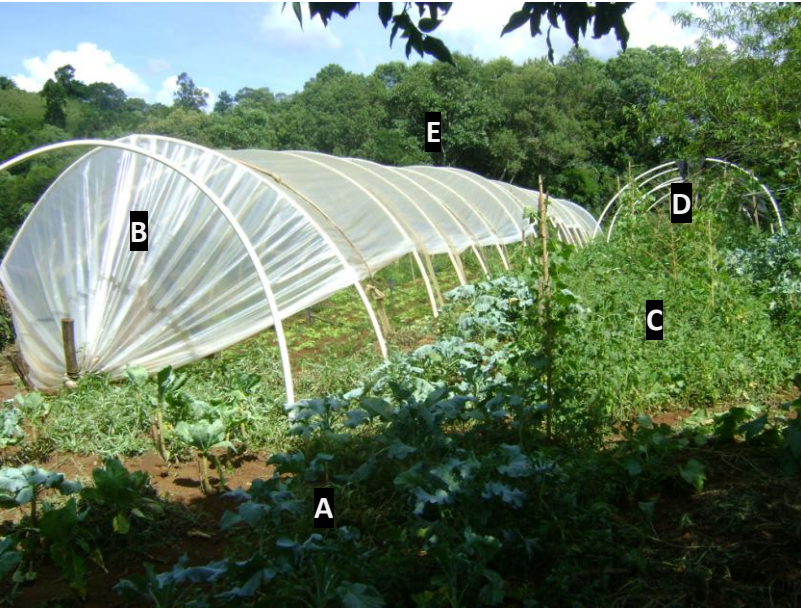


Foto 10 - A. cultivo em canteiro: couve-folha, cheiro verde, vagem e abóbora, B. estufa: hortaliças, C. área em descanso com vegetação espontânea, D. sombrite e E. mata nativa.

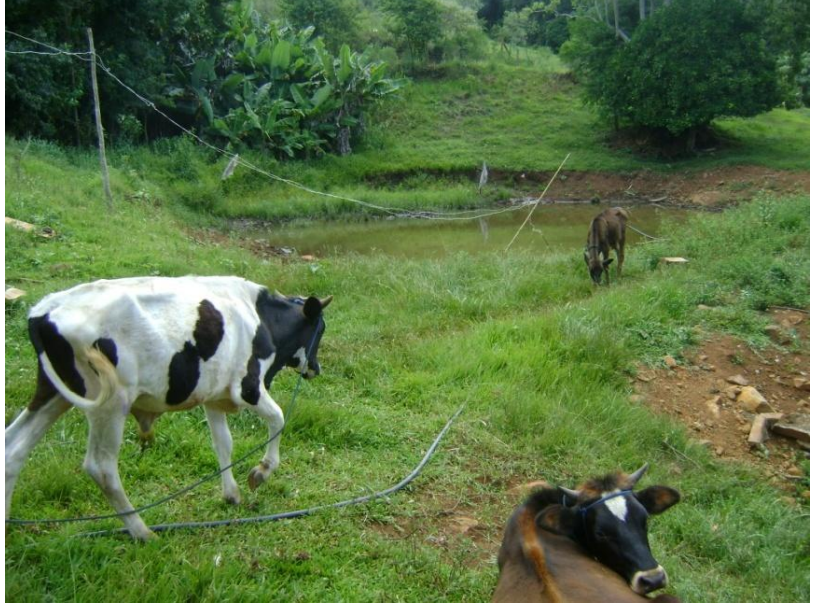


Foto 11 - Integração: açude, pecuária leiteira e frutíferas.



Foto 13 - Estrutura de madeira e tela fina para “cura” artesanal de queijos.

Foto 14 – Chiqueiro com caixa coletora de fezes: construído em âmbito de projeto de extensão do servidor da UNIOESTE Luciano Z. P. Candiottto. Fonte: Candiottto, 2012.



4.3 Família “B”: construindo autonomias com a agroecologia

“[...] Para você fazer a agroecologia crescer, você tem que fazer a cabeça das pessoas. Tem gente que pergunta: como você faz para mudar? Eu digo, é mudando” [...]. (ENTREVISTADO C, 2011)

“[...] Força de vontade. Primeira coisa, limpar a cabeça do veneno. Se você não muda sua cabeça jamais vai mudar sua maneira de trabalhar [...]. (ENTREVISTADA D, 2011)

A família “B” (entrevistado “C”, 40 anos; entrevistada “D”, esposa, 35; filho, 15; filho, 10; e filho; 07), desde 2005 reside na localidade Jacutinga, Francisco Beltrão, em um estabelecimento de 14,8 hectares, onde desde 2007 trabalham com agroecologia. De ascendência italiana, cujos pais vieram de Ponte Serrada/SC (pai) e Erechim/RS (mãe), o entrevistado “C” nasceu em Capitão Leonidas Marques¹²¹, Oeste do Paraná; depois migrou para a cidade de Porto Alegre, para trabalhar em curtume; e, em 1997, voltou para o Sudoeste do Paraná, interior do município de Marmeleiro, onde adquiriu uma terra de 3,5 hectares, com um aviário de 50m instalado¹²².

Daí eu vim e comprei um pedaço de terra em Marmeleiro com aviário em cima, achei que era um grande negócio. Fiquei oito anos em Marmeleiro. Eu era integrado da Sadia. Cada técnico tem uma lista das pessoas que eles visitam e dividiam os integrados em cabeça, médio e cola, segundo a renda, a mortalidade, a conversão alimentar, de tudo, né. Eu era sempre os cabeça dos cabeça. Eu me dedicava só para o aviário, para o frango. Cuidava vinte quatro horas por dia, né. Eu vi que estava me matando e o foco que a Sadia estava me levando era num túnel sem saída. Só trabalhar para eles, se dedicar, se dedicar e quanto mais eu me dedicava mais eles queriam resultado e eu estava buscando o resultado que eles queriam. E daí eles me pressionaram, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo (ENTREVISTADO C, 2011).

Durante a experiência de oito anos de integração junto à Sadia, o entrevistado “C” (2011) expõe a conflitualidade e os limites da atividade no contexto de reprodução do campesinato. Mesmo a família situando-se entre os “cabeça” no sistema de integração, o alto nível de endividamento associado a necessidade de incremento tecnológico exigido

¹²¹ “Saí de lá antes de eu casar, tava noivo. Deu uma época, dois anos de uma crise na agricultura, o preço não valia muito dos produtos e naquela época era só feijão, milho e suíno. Vi que não tava dando nada. A atividade era inviável. Daí fui para a cidade, Porto Alegre, achei que era melhor” (ENTREVISTADO C, 2011).

¹²² “Resido na propriedade há sete anos. Morava antes em Marmeleiro. Eu andei por tudo já. Morei em Capitão, em Planaltinho, aqui no Oeste. Depois fui morar para o Rio Grande do Sul, de empregado. Trabalhei cinco anos em Porto Alegre. Trabalhando em curtume. Em 1997 deu a crise do couro e quando vimos que começamos a comer o estoque que nós tinha, né, eu disse, vamos embora para o interior porque o último que passa fome é o da roça” (ENTREVISTADO C, 2011).

continuadamente pela agroindústria para a manutenção contratual (comprometendo em grande parte os ganhos de produtividade), a heteronomização (presente nas privações normativas impostas pela integradora quanto ao sistema de produção e ao arranjo produtivo da unidade como um todo – proibindo, por exemplo, a criação de outras aves e inclusive de suínos, quando os frangos são exportados para o Oriente Médio) e a falta de tempo para produção de subsistência¹²³ como corolário da especialização, fizeram com que desistissem da avicultura, vendessem a terra e se mudassem para Francisco Beltrão, como relata:

Quando cheguei lá [o aviário] tinha cinquenta metros e eles exigiram para eu fazer cem metros. Já comecei a entrar em banco, financiar e aí não saí mais. Só saí o dia que vendi a propriedade. Tava sempre enfundado em dívida. Fazia uma e quando tava querendo terminar aquela já colocava outra. E vi que o meu futuro era um túnel sem saída. Não, vou sair fora. Os últimos quatro anos que fiquei lá estava com um aviário de cem metros, em 2004, eu fechei o último ano na média de R\$4.300,00 por lote, numa época que ninguém conseguia fazer R\$4.000,00. Cheguei a tirar lote de R\$5.800,00. Tinha gente que vivia, eu não. O que eu fazia, quando sobrava dinheiro tinha que retornar para o aviário em investimento, maquinário, fazer o escritorzinho que eles queriam, fazer tudo as mordomia que eles queriam, né, para eu não sair da integração, por isso que eles faziam isso, pra segurar eu preso lá. Eu tava devendo e não podia sair né. Era aquela pressão que eu tinha. Quando eu achei alguém que quis comprar o aviário, eu disse, to saindo fora. Até saí com um pouco de dívida. Vendi a terra e quitei a dívida (ENTREVISTADO C, 2011).

Em Francisco Beltrão, a família “B” iniciou trabalhos com produção convencional de milho e bovinocultura leiteira. Atingidos por prolongada estiagem, mesmo não pagando hora-máquina para plantar e aplicar agrotóxicos, tiveram importante prejuízo com a produção do grão. A atividade leiteira garantiu o mínimo de renda para manterem-se.

Plantei 05 hectares de milho e com a seca não chegou a 200 sacos e eu tinha gastado R\$4.000,00. Vendi o milho e deu R\$2.000,00 de prejuízo. Eu não tinha mais renda. Tinha renda vermelha. Vivia porque tinha umas vaquinhas e vendia o leite para o leiteiro [laticínio]. Mas nem com as vaca de leite cobria as despesa: tinha que fazer silagem, comprar lona e fazia tudo no braço, as vezes ficava semana fora de casa trocando dia com o pessoal. Hoje tenho renda. Na época em que tem batata, feijão, açúcar mascavo, em que você tem tudo, tem mês que a gente chega a fazer

¹²³ “Tinha só o aviário. Não sobrava tempo. Eu tinha uma vaquinha de leite lá e os frangos que a Sadia fornecia pra gente comer, cinco, seis frangos por metro. O resto comprava tudo na cidade. Há sete anos atrás dava trezentos, quatrocentos reais por mês, buscava tudo fora, né. [...] Hoje, no mercado nosso rancho mensal dá R\$150,00. Nós só buscamos o básico, o resto temos tudo aqui. Vamos buscar, bem dizer, só o sal e a erva na cidade” (ENTREVISTADO C, 2011).

R\$1.000,00 por semana. Em média a gente faz R\$3.000,00 por mês (ENTREVISTADO C, 2011).

No primeiro ano plantamos milho convencional. Comprei adubo, a uréia, comprei semente, o veneno. Ainda que eu plantei e limpei tudo. Tive R\$2.000,00 de prejuízo. Deu uma sequinha e eu tinha feito tudo por conta, tive prejuízo. Disse: vamos mudar. E eles aqui [a família vizinha “E”] mesmo com a seca tiveram lucro porque não compraram semente, não compraram uréia, não compraram veneno, nem nada, né. E aí eu comecei a ver e eles falaram, olha se você fizer assim, assim assado, você vai ser uma pessoa independente, não vai depender de semente, de adubo, de ureia dos caras. Se você plantar o que é teu, o que der é teu. Não precisa colher quinhentos sacos por alqueire para te sobrar um pouco, né. Então planta do jeito que você tem condições e o que der é teu. No ano retrasado eu até vendi milho. Colhi o milho, deu o suficiente para o consumo nosso e sobrou milho para vender, né. Além de eu não ter que comprar as sementes, os adubos e o veneno, eu tive milho para vender pra fora ainda (ENTREVISTADO C, 2011).

“Cuando el campesino ve, hace fe”, é o lema do “Movimiento Campesino a Campesino” da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) de Cuba. A metodologia do movimento, com ações difundidas em vários países da América Central, centra-se na facilitação de práticas de troca de experiências diretas entre agricultores com a intenção de fomentar a transição agroecológica, ou como sugere o próprio movimento, a “revolução agroecológica” (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Em um contexto de crise, pela relação de proximidade, a família “B” avaliou suas práticas à luz da experiência agroecológica de seus vizinhos, família “E”, produtores agroecológicos consolidados. Enquanto no sistema convencional, na monocultura o grau de resiliência econômica da unidade de produção mostrou-se deficitário, na unidade orientada pelo sistema agroecológico, a combinação de diversas atividades, associadas à estratégia de otimização da autonomia nas dinâmicas produtivas (utilização de insumos próprios, produção conduzida sem acessar financiamentos etc.), garantiu o equilíbrio da situação financeira da família. Na unidade da família “E” a produção para consumo interno ocupa lugar de destaque, aliado à produção de queijos orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. O processo de transição agroecológica da família “B” deflagra-se quando empiricamente comparam sua situação de vulnerabilidade às vantagens da experiência próxima. Questionado sobre o porquê optaram pela agroecologia, afirma:

Pra ser uma pessoa que tem autonomia. Dono do negócio que você produz. O nosso vizinho falou que se eu fizesse agroecologia eu teria, a primeira

coisa, o auto-consumo, não só na agroecologia, acho que todo produtor deve ter o auto-consumo, a produção, o básico você tirar aqui da tua propriedade. Você vai buscar fora a mínima coisa. Por isso foi nossa opção, produzindo na agroecologia, você tem um produto mais limpo. Você sabe o que está consumindo (ENTREVISTADO C, 2011).

Com a seca eu vi que eles tiveram lucro igual, tiveram dinheiro, não colheram milho suficiente, mas tiveram dinheiro pra comprar fora e eu não tinha dinheiro e tive prejuízo ainda. Isso que é a diferença grande (ENTREVISTADO C, 2011).

O aprendizado para o trabalho com agroecologia inicialmente buscaram com o vizinho, assimilando experiências e transpondo-as conforme as condições de força de trabalho da família e das potencialidades da unidade de produção: “o primeiro passo foi o vizinho. Deram o empurrãozinho inicial, como se diz, né. A outra parte foi a vontade de você querer mudar. Se você não quiser mudar, não adianta o empurrão dos outros” (ENTREVISTADO C, 2011). O movimento seguinte consistiu em avançarem na integração junto ao circuito da rede local de sujeitos: estreitaram vínculos com a ASSESOAR e inseriram-se na feira livre agroecológica da CANGO e na Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão. Com o apoio da rede local de sujeitos, experienciando novas formas de produzir, de comercializar (através da feira livre e da venda a domicílio), compartilhando informações, dinâmicas de reciprocidade e discutindo politicamente suas práticas, foram logrando êxitos no processo de transição agroecológica. Em 2010, já haviam concluído o processo e obtido o selo do sistema participativo de garantia da Rede Ecológica de Agroecologia. Para o entrevistado “C” e sua esposa “agroecologia significa você produzir sem agredir o meio ambiente, sem poluir as nascentes de água, melhorar a qualidade de vida, comer um produto natural e melhorar a questão financeira” (ENTREVISTADO “C” e ENTREVISTADA “D”¹²⁴, 2011). Questionado se foi difícil fazer a conversão para a agroecologia, o entrevistado “C” sustenta:

Não foi. Tivemos um pouco de dificuldade para conseguir o empréstimo. Por que para tu conseguir o empréstimo eles querem tudo certificado. Tem que ter nota da agropecuária que tu comprou a semente e os adubos. A única dificuldade que encontrei na agroecologia foi no intermédio pra pegar empréstimo fora (ENTREVISTADO C, 2011).

¹²⁴ Quando os depoimentos de ambos os entrevistados complementavam-se para responder a mesma pergunta optamos por aglutiná-los em uma mesma citação para evitar fragmentação excessiva.

A ausência de políticas de créditos subsidiados para os processos de conversão (comumente o período financeiramente mais delicado dos agricultores) e de produção agroecológicas (não enquadrando-se ao “pacote convencional” em função de suas especificidades), é um entrave para seu desenvolvimento, considera o entrevistado “C”. No tocante a questão dos financiamentos bancários em relação à estratégia adotada pela família de aumento da autonomia relativa pela agroecológica, a entrevistada “D” pondera:

Não é tanto “pai” pelo empréstimo, a gente comenta assim, esses PRONAF que tem vindo hoje em dia pra ajudar a agricultura, é uma coisa boa. Mas o pessoal aqui, a maioria tem ficado dependente desse PRONAF. Não é isso que a gente pensa, não é isso que a gente trabalha. Claro que pra gente dificulta você conseguir, tipo o seguro do PRONAF no caso de seca. Mas pra nós dificulta por causa das notas porque nós não compra os adubos e os insumos. Não tem como financiar. O vizinho aqui [entrevistado H] não financia, no caso de uma seca ele perde, mas ele não depende muito disso porque ele já está estabelecido. A renda dele, ele não depende mais desse PROAGRO. E é isso que a gente pensa: pegar o PRONAF pra que? Pra conseguir dar a volta pra não depender sempre dele. E os agricultores, a maioria, dá bem a safra e tá falido porque tem que pagar o PRONAF, pra ele não sobrou nada. E é um erro isso (ENTREVISTADA D, 2011).

Além do crédito, citam como aspectos que dificultam o desenvolvimento da produção agroecológica: as limitações de mão de obra (da família e acessória local) repercutindo-se na limitação da produção e da diversidade de variedades, a indisponibilidade de tecnologias apropriadas e de ações públicas de assistência técnica e extensão rural. Quanto à atuação da EMATER no que tange aos serviços de ATER no ramo da agroecologia, o entrevistado “C” (2011) comenta: “as vezes eles vem aqui no [vizinho, entrevistado “H”], mas quando vem, vem para buscar informação e não trazer”. A ASSESOAR, o CAPA (Verê, Paraná) e a UNIOESTE, através de eventos de formação e projetos de pesquisa e extensão, são as organizações que apoiam as iniciativas agroecológicas em Francisco Beltrão, segundo a família.

Reiteradamente, a família “B” reforça, diante das dificuldades, a importância da “cabeça”, tanto no sentido de “limpá-la do veneno”, descolonizando-a dos valores e formas de pensar do agronegócio, como no de manter a força de vontade para levar adiante o projeto agroecológico mesmo com o desincentivo de vizinhos e familiares.

Eu acho assim, a maior dificuldade ainda é que a pessoa tenha, no lugar, na hora de limpar, a mão de obra. Porque a gente não tem produtos, né, tem que ser na enxada mesmo, não tem tecnologia, não sei se ninguém ainda conseguiu ou não deixaram por no mercado. E a cabeça, teve uma época que ele tava quase desistindo, tem os familiares (ENTREVISTADA D, 2011).

Se o tempo correr bem, beleza, vou lá, planto, limpo, tá tudo certinho. Mas quando começa a chover, chover, chover, e sabe, o mato vem, e se o mato vem você vai lá e passa um arado, pra tu limpar depois é três vezes o dobro de tu passar a enxada porque é sofrido. Eu até um dia falei, olha eu vou pegar, vou comprar e vou passar, porque não tem, não vou vencer. Se eu não plantar e limpar, vou ter que comprar. E nós estava começando e você não tinha uma situação financeira equilibrada. Hoje não, eu vou lá e planto, não planto nem tanto milho, planto uma parte, se deu bem eu tenho para meu consumo, se faltar eu tenho dinheiro pra buscar fora, compro de um vizinho [...]. No começo balancei bastante. Meu pai, meus irmão são tudo eles convencional, né, e eles falavam: você não vai aguentar, você é sozinho pra trabalhar, meus filhos eram pequeninhos na época, o especial tinha que levar pra APAE, agora não, eles vem buscar com o carro (ENTREVISTADO C, 2011).

Mesmo assim a gente deu a volta. Hoje em dia a gente pensa totalmente diferente. Jamais voltar a por adubo. Aquele trabalho que a gente teve de um ano ficar sem passar, se no próximo ano ele tivesse passado, quebrava toda a conversão porque são quatro anos de conversão. Aí ia ter que começar do zero de novo, né. Vai dar menos, mas vai dá igual nem que tá meio sujinho. Hoje em dia a gente entende que a erva daninha, que eles dizem, ajuda até a planta. A gente trabalha tudo isso. Tem poucos técnicos que acompanham ainda, mas a gente já está aprendendo que hoje em dia tem que se trabalhar diferente do que uma vez que colocava fogo e rastelava tudo para plantar. Não é assim que funciona, assim não dá nada. Deixa um pouco os matos no meio das plantas que ajuda até pra adubo, pra tampar um pouco o sol pra não secar muito (ENTREVISTADA D, 2011).

A base da força de trabalho é a do casal, mais recentemente auxiliado pelos filhos (foto 15) no período disponível extraescolar (exceto o mais novo em razão de suas necessidades especiais) e por mão de obra acessória paga por dia ou em sistema de troca de serviços. As práticas de mutirão ou “puxirão” também são comuns entre os agricultores ecológicos que residem próximos, reproduzindo territorialidades de alteridade: no descasco da mandioca, “carneando” suínos (fotos 16 - 18), ajudando-se mutuamente nos serviços de capina etc.: “as vezes me apuro para limpar o milho, a mandioca, a batata e a gente chama um vizinho para ajudar na base de troca serviço” (ENTREVISTADO C, 2011).

Foto 15 – trabalho coletivo da família no descasco da mandioca, 2011.



Foto 16 – Cooperação de vizinho e membro da família no abate e primeira limpeza do suíno: destaque para a participação dos homens no processo, 2011.



Foto 17 – Recortes do suíno prontos para o preparo final 2011.



Foto 18– Trabalho coletivo no preparo final da carne suína: destaque para a participação das mulheres no processo, 2011

Inclusive, um dos objetivos da Associação dos Agricultores Agroecológicos é o de procurar estratégias para aumentar o número de produtores agroecológicos no município para fortalecer o arranjo econômico e, consequentemente, a dimensão política do sistema local territorial.

Estamos formando a associação de produtores agroecológicos para trazer mais pessoas e produção para a feira. Faltam muitos produtos e variedades na feira. Eu produzo, batata, mandioca, queijo, leite. Só que falta produtor. Um poderia produzir o frango, outro produzir o porco. O pessoal pede na cidade e quando sabem que é do interior eles caem em cima buscar. Eles não tem opção na cidade. Se tiver opção eles compram (ENTREVISTADO C, 2011).

Há outro aspecto, concernente às relações de vizinhança, assinalado pela família como mudança gerada a partir dos processos de ativação de territorialidades desde que aderiram à agroecologia: a integração ao circuito de cooperação dos agricultores ecológicos seguiu-se de rupturas nas relações pré-estabelecidas com vizinhos, produtores convencionais¹²⁵.

Do começo até agora você perde um vizinho, mas ganha outro. Uns quantos vizinhos meus se afastaram porque eu entrei na agroecologia. Trabalhar orgânico é sofrido, não sei o quê, não sei o quê, somos atrasados, isso é coisa do tempo passado, somos do tempo antigo, eles dizem. Agora aquetaram um pouco porque viram que dá resultado. Eles queriam dizer que éramos pessoas que não acompanhamos a tecnologia, não evoluímos.

¹²⁵ “Dizem que se produzir convencional um sozinho vai lá e planta cinco alqueires de roça, planta, colhe, faz tudo, né. Só que eles não estão pensando nas condições de saúde deles e nem na situação financeira. Porque se ele comprar de tudo e pagar para alguém plantar e limpar não vai sobrar nada para ele. Ta só trocando uma moeda por outra e destruindo a natureza” (ENTREVISTADO C e ENTREVISTADA D, 2011).

Uns quantos vizinhos meus nem vem mais em casa. Mas outros que eu admiro, o [vizinho, entrevistado “H”], vem aqui (ENTREVISTADO C, 2011)

Os assuntos também não batem, não fecham falar de agroecologia e de convencional ao mesmo tempo, as cabeças pensam diferente (ENTREVISTADA D, 2011).

A integração ao circuito de cooperação agroecológica, próximo e distante, retroalimenta o processo de ativação de territorialidades da família, produzindo desenvolvimento e conflitualidades. Tais ações de integração e cooperação para o fomento à agroecologia significam desenvolvimento territorial com base em alguns processos camponeses. Diferentemente de outrora, participam de reuniões, eventos (festa das sementes, jornadas de agroecologia e mesas-redondas), são filiados a CRESOL, ao STR e a COOPAFI. Como reflexo da territorialidade ativa, questões políticas passaram a fazer parte do cotidiano da família.

Agora participo de palestras, cursos. Fui para Ipê, para Lapa, dar palestras e ver experiências. Participo da festa das sementes. Antes não tinha nada, era só a Sadiá chamando nós lá para fazer investimentos. Chamava nós lá e dizia: ó, até tal prazo, tem que estar tudo assim, assado e tal senão nós fechamos a porta do aviário. Hoje a gente tem mais conhecimento, o pessoal te traz mais informações. De primeiro a gente não tinha ninguém. Até a nível de governo não entendia muito política: como é que tinha que ser, aonde é que tinha que ir para dar um caminho, uma diferença no Brasil. Hoje a gente conversa bastante com o pessoal sobre política com as bases (ENTREVISTADO C, 2011).

Ano passado fui em Ipê dar uma palestra sobre integração, dar um depoimento para o pessoal lá. Quanta amizade arrumamos lá, vai aumentando os pensamentos sobre o tipo de viver, o tipo de produção, vamos trocando ideia, né. Faz mais amizade assim do que aqui, com o pessoal aí. Os vizinhos aqui a maioria é um pensamento só: produção, produção e produção. Que nem eles ali, tão virado só em leite. Era leite, leite, leite e nada mais, o resto era só no mercado. Daí eles vendem tudo o leite e vão no mercado fazer o rancho. Que nem hoje de tardezinha, às cinco horas vou fazer a praça do Jacutinga. É tudo gente que tem terra e trabalha com leite. Gente que tem noventa cabeças de vaca e que eu vendo para eles queijo, nata, vendo também ovos, mandioca, batata, verdura, levo de tudo pra eles. Só não comprem leite porque acho que tem vergonha. Lá eles vendem tudo por boleto, tem que fechar “x” de produção e não pode furar. Eles nem vendem leite para não furar o boleto (ENTREVISTADO C, 2011).

A “praça da Jacutinga” refere-se ao perímetro urbano distrital da localidade rural de mesmo nome onde a família “B” comercializa parte de seus produtos no sistema de venda direta. Grande parte de seus clientes, agricultores, presos ao sistema convencional não conseguem produzir alimentos para o consumo interno. A erosão da diversidade produtiva (também, cultural, tecnológica e ecossistêmica) tem sido a tônica com a territorialização do agronegócio em Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense: outro limite para uma evolução mais sistemática da agroecologia – o sistema tecnológico único, atrelado a uma só forma de conceber o campo, monoculturalmente, estreita possibilidades outras de ser, viver e produzir. Desde a “Revolução Verde” várias gerações de agricultores foram condicionados aos imperativos do agronegócio. Muitos agricultores, espoliando suas terras tão só para sobreviver, progressivamente, aniquilaram conhecimentos baseados no lugar simplificando seus agroecossistemas, como resultado, diminuindo a autonomia sobre questões essenciais de suas unidades, a exemplo do consumo interno (foto 19), da produção e transformação de alimentos saudáveis etc.

Com a agroecologia a família “B” tem ampliado sobremaneira o grau de autonomia relativa ao capital: na dimensão produtiva, utilizando principalmente sementes crioulas, próprias ou trocada com os vizinhos; caldas para infestação de insetos; homeopatia e produtos naturais para os cuidados com o rebanho bovino; manejando o solo para que seja preservada e otimizada sua fertilidade natural; diversificando, consorciando e integrando agricultura e pecuária; transformando domesticamente e agregando valor aos produtos, nos casos do açúcar mascavo, queijo, nata e doces provendo a produção para consumo interno, produzem até o detergente e, na esfera da comercialização, praticando venda direta à domicílio e em feira livre sem intermediários. Adquirem apenas sementes para pastagem temporária e adubo de aviário (20ton. anualmente).



Foto 19 – Vista parcial do galinheiro: aves caipiras e de granja destinados para venda e consumo interno de carne e ovos, 2011.

A gente faz troca de semente com a festa das sementes da ASSESOAR e a maioria com os vizinhos [...]. Um ano pego com eles, outro ano eles pegam comigo e vamos trocando com os mais perto aqui, né. A única que estamos comprando é a semente de pastagem. A gente até poderia comprar um ano, depois plantar, deixar um pedaço e colher, mas a gente também não vence fazer tudo. Como é pouco a mão de obra a gente não consegue atender (ENTREVISTADO C, 2011).

Fizeram um único financiamento na aquisição de um veículo utilitário (foto 20) para escoar seus produtos e de outras duas famílias da Jacutinga que produzem agroecologicamente: ambas contribuem pagando o combustível do deslocamento para a feira. Acessam a linha “Pronafinho” em virtude do seguro agrícola (PROAGRO), apenas para resguardarem-se na eventualidade de alguma intempérie, não utilizando o recurso produtivamente: a compra com nota do adubo de aviário é a única condição de enquadramento da família para obtenção do crédito.



Foto 20 – Veículo utilizado para venda a domicílio e para o transporte dos produtos da família “B” e de vizinhos na feira livre, 2011.

A gente pega o Pronafinho. Peguei R\$3.000,00, mas nem tirei do banco. Eu só peguei por causa do seguro, se houver seca. Agora eles abriram uma exceção que se você pegar nota de que comprou adubo de aviário, serve para comprovar. A CRESOL é uma entidade da agricultura familiar, mas já está como grande. Eles querem que você pegue o PRONAF, compre tudo os insumos. Mas se eu trabalho com agroecologia, por que vou comprar outros insumos? Tenho minha produção, meu produto (ENTREVISTADO C, 2011).

A renda bruta média mensal era de R\$3.000,00¹²⁶, alcançando R\$4.000,00 nos períodos de maior oferta de produtos. Sobre a condição financeira da família em relação aos produtores convencionais do entorno, o entrevistado “C” destaca:

Os vizinhos aqui podem ter um giro maior do que nós, mas não renda maior. Porque se tivessem todos eles estavam bem. Eu sinto que estou bem porque tenho dois carros. Um tá pago e o outro vou começar a pagar em maio, mas já tenho todo o dinheiro da parcela, do seguro e dos impostos.

¹²⁶ Recebem também benefício de um salário mínimo do filho com necessidades especiais e auxílio do programa bolsa família no valor de R\$134,00 mensais.

Tá tudo arrumadinho lá no banco para pagar. E os outros estão aí andando ainda a pé e não sai do chão (2011).

A unidade de produção, com área total de 14,8 ha, está organizada produtivamente da seguinte forma, aproximadamente¹²⁷: culturas temporárias, 4,5 ha; culturas permanentes, 3,0 ha; pastagens permanentes, 1,0 ha; pastagens cultivadas, 1,0 ha (aveia e azevém); mata nativa, 3,0 ha; mata secundária e capoeira, 1,0 ha; reflorestamento/silvicultura, 0,5 ha (eucalipto); moradia e galpões, 0,8 ha.



Foto 21 – Mandioca descascada pronta para ser embalada e comercializada, 2011.

Os principais produtos das culturas permanente, temporária e transformados comercializados semanalmente¹²⁸, quando disponíveis, são: milho verde (média de 40 pacotes de 04 espigas), farinha de milho (15kg), mandioca¹²⁹ (120kg), batata doce (40kg), feijão (excedente); alface (30 maços), vagem, brócolis, temperos e outros vegetais (vendidos à domicílio); banana, laranja, limão, bergamota; leite (120 litros), queijos (30kg), aves caipiras (10 unidades), ovos (05 dúzias), açúcar mascavo e melado (120kg/ano).

Produzem também para subsistência: arroz, amendoim, suínos (carne, salame, torresmo e banha, mantinham 07 cabeças), bovinos (mantinham 07 vacas leiteiras, Jersey e comum; e 04 bois gordos, Jersey e Mineiro), peixes, doces de abóbora e pêssigo, conservas de pepino e cebola, entre outros alimentos. Auxiliados pela ASSESOAR, estavam também implantando desde 2010 um Sistema Agroflorestal (SAF), consorciando produtos da lavoura temporária com frutíferas (ponkan, pêssigo, caqui, uva, laranja, bergamota e cereja). Desde

¹²⁷ A rotação de áreas, o consórcio de culturas e mescla de atividades são características intrínsecas ao sistema agroecológico e que dificultam o detalhamento acerca da divisão do estabelecimento em função das características produtivas: na agroecologia, o agroecossistema da unidade camponesa é um todo mais ou menos dinâmico. A quantidade produzida e vendida também é difícil especificar, pois oscila em razão das peculiaridades do clima, dos critérios subjetivos da família etc.: um ano planta mais milho em detrimento da mandioca, outro ano privilegia-se às hortaliças ou colhe-se mais determinadas frutas do que na época anterior etc.

¹²⁸ Na feira livre da CANGO comercializam as sextas-feiras; as segundas-feiras a domicílio em Francisco Beltrão e quinzenalmente, as quintas-feiras, na sede distrital da Jacutinga.

¹²⁹ Entre 2008 e 2009 venderam ao programa Fome Zero mandioca, batata e feijão, porém demoraram a receber. Depois que integraram à feira não voltou a comercializar nos mercados institucionais.

2010 começaram a fazer parte da Associação Natuvida, produzindo os queijos na agroindústria (fotos 22; 24 - 27) que já conta com Selo de Inspeção Municipal (SIM) e selo de conformidade orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia (foto 23), cujos demais sócios são outras três famílias de agricultores agroecológicos da localidade Jacutinga.



Foto 22 – Vista externa da queijaria Natuvida, 2011.

Foto 23 – Queijo Natuvida: destaque para o selo de conformidade orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia e o selo do Sistema de Inspeção Municipal, 2011.



Foto 24 – Vista parcial interna da queijaria Natuvida 2011.



Foto 25 e 26 – Equipamentos utilizados para produção de queijos da agroindústria Natuvida: formas e pasteurizador de leite, 2011.



Foto 27 – Queijos tipo colonial Natuvida em estágio de cura 2011.

Quanto à agroindústria, a remuneração efetiva-se pelos dias trabalhados e a quantidade de leite advindo de cada unidade. Na queijaria, há o controle de gastos e quanto à quantidade de queijos produzidos e vendidos (foto 28). Já na unidade da família “B”, houve tentativa de

Quantidade	Nome	Valor
16 peças	Jandira	128,00
1 peça	Valina	8,00
6 peças	Valina	48,00
1 peça	Luiza	8,00
7 peças	Kiko	56,00
3 peças	Olga	24,00
1 peça	Valina	8,00
10 peças	Valina	80,00
1 peça	Valina	8,00
4 peças	Valina	32,00
1 peça	Valina	8,00
5 peças	Kiko	40,00
6 peças	Valina	48,00
1 peça	Rudemir	8,00
20 peças	Kiko	160,00
20 peças	Kiko	160,00
2 peças	Valina	16,00
3 peças	Neide	24,00
3 peças	Neide	24,00
5 peças	Sandra	40,00
20 peças	Kiko	160,00
1 peça	Kiko	8,00
1 peça	Kiko	8,00
1 peça	Kiko	8,00
2 peças	Jandira	16,00
2 peças	Valina	16,00
12 peças	Valina	96,00
1 peça	Valina	8,00
1 peça	Eugenio	8,00
4 peças	Sandra	32,00
20 peças	Kiko	160,00
1 peça	Castelo	8,00
5 peças	Valina	40,00
5 peças	Sandra	40,00
3 peças	Edina	24,00
1 peça	Edina	8,00
1 peça	Edina	8,00
3 peças	Neide	24,00
12 peças	Kiko	96,00

detalhar os custos e os ganhos, porém devido a quantidade de tempo empreendido para os registros, e, acrescentamos a imbricação entre o que é vendido e destinado ao consumo interno, preponderou uma avaliação qualitativa para definirem se a atividade está logrando êxito. Nas palavras do casal:

A gente tava até na época fazendo isso, sabe, a gente ganhou um incentivo ali do pessoal da UNIOESTE, uns papel pra entrada e saída, mas a gente não deu mais conta. Acabamos deixando de lado, chegava em casa, quando ia fazer esquecia de marcar quanto é que deu naquele dia, ia pra Beltrão, esquecia de marcar quanto deu a feira naquele dia, esquecia de marcar na segunda-feira, perdia muito tempo e não lembrava. Esse negócio de feira dá bastante quebra-cabeça também. Um pouco também por falta de estudo, a gente só tem a quarta série, tem um pouco de dificuldade de fazer conta, de administrar só ali na mão. Só que a gente sente assim que não estamos trabalhando no vermelho, que tá dando volta nas coisas e tá sobrando. Eu sei mais ou menos quanto que entra de média e sei quanto é que sai. Sei da margem de lucro que tem em cima. Tenho uma visão pelo menos de quanto sobra (ENTREVISTADO C e ENTREVISTADA D, 2011).

As restrições impostas pela legislação sanitária vigente para manipulação e processamento de produtos vegetais e, especialmente, de origem animal, foi frisada como empecilho para a diversificação da produção agroecológica. No *modus operandi* da legislação há uma concepção sobre a atividade de transformação de alimentos baseada nas características de grandes estabelecimentos agroindustriais que inviabiliza a inserção dos produtores familiares na chamada agroindustrialização familiar. Resultado: para uma escala artesanal torna-se muito caro e burocrático montar estruturas para transformação de

alimentos conforme as atuais exigências técnicas e procedimentais de produção, como demonstramos em Eduardo (2008). A ampliação da diversidade e de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar pela agroindustrialização (principalmente agroecológica) esbarra na inflexibilidade normativa incapaz de reconhecer a legitimidade de técnicas e procedimentos apropriados, de baixo custo, alguns evoluídos de geração a geração, mas que nem por isso são avessos a padrões de higiene e qualidade modernos.

Uma das dificuldades da agroecologia, de estar vendendo produto meio direto no caso das feiras são as exigências, as normas que hoje em dia tem. E é uma das coisas que a gente bate de frente e luta bastante. Tem coisas que eles exigem que não é necessário. Dentro de uma propriedade você tem produção de frango, produção de leite, de mandioca. No caso da mandioca, a gente descasca e aí já não é mais *in natura*. Pra cada coisa ter um lugar e em nesse lugar eles exigem que se faça uma casa, já digo que vale R\$50.000,00. Aí a gente vai começar a investir só em infraestrutura e daí? Também não é viável. Acho que pra transformar um queijo, uns quatro metros quadrados, que seja bem feitinho, desde que tenha higiene. Porque não é que a gente não entende de higiene, o que é correto e o que não é. Acho que não é preciso fazer 70m² para se transformar um queijo, né (ENTREVISTADA D, 2011).

São comuns as apreensões (por fiscais da vigilância sanitária) de alimentos em feiras livres, supermercados e nas vendas diretas por serem comercializados sem os devidos selos de inspeção dos parâmetros de transformação, ou mesmo pela venda estar sendo realizada em município diferente da origem da agroindústria (no caso do SIM). É economicamente insustentável para um produtor familiar, com baixas condições financeiras, equipar sua unidade com estruturas e equipamentos específicos com alto custo para tão somente transformar em pequena escala e vender local e regionalmente, por exemplo, mandioca, bolachas e queijos. No caso da agroecologia, cuja policultura e a transformação artesanal de alimentos são de sua natureza, o conflito é ainda mais contundente. A ausência do diálogo por parte dos órgãos de normatização e fiscalização sanitárias e ambientais, assim como o da pesquisa em tecnologias apropriadas, são fatores que estreitam o potencial de crescimento da agroecologia. Enquanto as comidas químicas e artificiais têm possibilidades de livre trânsito, constroem-se o circuito dos alimentos agroecológicos transformados artesanalmente.

Segundo informações obtidas com os entrevistados “C” e “D” e constatação empírica, as infraestruturas e equipamentos disponíveis na unidade de produção da família “B” consistem em: casa de alvenaria, 02 automóveis, paiol, estrebaria, motor elétrico,



Foto 29 – Trilhadeira: equipamento tradicionalmente utilizado para beneficiar grãos, 2011.

pulverizador manual, ferramentas de horta, trilhadeira, forrageira, carreta de boi, arado de tração animal, açude, nascente protegida naturalmente, galinheiro e chiqueiro (fotos 29 - 31).



Foto 30 – Forrageira: equipamento utilizado para moer grãos e triturar plantas para forragem animal, 2011.



Foto 31 – Porão da moradia: destaque para os equipamentos (roçadeira e pulverizador manual) e as sementes armazenadas em garrafas pet, 2011.

Foto 32 – Lenha extraída da unidade para o consumo interno, 2011.



Quanto às técnicas de produção baseiam-se, fundamentalmente em: capina, roçada, controle natural de insetos (foto 33), rotação de culturas, reprodução de sementes crioulas, reflorestamento (com SAF em início de implantação), utilização de caldas para o controle de insetos e fungos em olerícolas, homeopatia e estratos naturais para o rebanho bovino (óleo de nim para o combate de berne e carrapato), solo coberto com palha, adubação verde, aproveitamento de restos vegetais, adubação com esterco de gado bovino e de aves, consórcio de plantas, piqueteamento do potreiro, uso de sal mineral, inseminação artificial, vacinações/desverminações e exame de mastite.



Foto 33 – Vista parcial da horta cercada ao fundo por mata nativa: as plantas espontâneas e a mata auxiliam no equilíbrio ecossistêmico controlando naturalmente possíveis infestações de insetos nas hortaliças, 2011.

Em se tratando do controle de insetos e do manejo das plantas espontâneas, sublinham:

A própria natureza faz o equilíbrio. Esse ano deu uns bichinho no feijão. Deixei lá uma semana, pararam de atacar. Deu um feijão que parecia feijão de mato de antigamente. Com vinte um dias tá fechando o chão. É uma salada o feijão. Eu ultimamente não uso nada. Na mandioca atacava uma ruga, eu e meu piá pegamos à mão e trouxemos meio balde pra casa, batemos elas no liquidificador, misturamos com água e passamos por cima que combate ela mesma (ENTREVISTADO C, 2011).

Nós ultimamente tem feito plantação de mucuna¹³⁰, faço adubação verde, e isso ajuda a não vim tanto mato e faz uma “cama” bem grossa de palha. Esse ano plantei tudo e quase nem usei vizinho para trocar dia ou pagar algum dia, conseguimos, correu bem e ainda fomos passear esse ano, ficamos quinze dias fora, fomos pra praia, coisa que fazia oito anos que a gente não viajava (ENTREVISTADO C e ENTREVISTADA D, 2011).

Melhorar na divulgação dos benefícios do alimento ecológico junto à sociedade como um todo (incluindo a estratégia da maior utilização do selo da Rede Ecovida de Agroecologia nos produtos comercializados na feira livre e em vendas diretas); investir melhorias na estrutura para a comercialização, em tecnologias apropriadas¹³¹ (levando em consideração a escassez de mão de obra disponível no campo) e em assistência técnica pública para o sistema agroecológico, reiteram, são fatores importantes para o desenvolvimento da agroecologia na avaliação da família “B”. Por fim, a esposa ainda comenta outro aspecto atinente à racionalidade presente no campo hoje que inibe a expansão de formas ecologicamente engajadas de produzir e viver:

As vezes a gente que trabalha com agroecologia se reúne para discutir. As vezes a gente fica triste porque vai ser difícil aumentar, até a tendência é diminuir esse pessoal trabalhar dessa forma. Ninguém quer saber, um quer tirar mais do que o outro, ganância grande, né. A gente aqui trabalha no geral e a gente diz assim, sobreviver com dignidade é o necessário, não precisa ter fortunas, né. O que seria o ideal para todo mundo. Mas eu acho que nesse país capitalista que nós temos tá muito longe do que queremos (ENTREVISTADA D, 2011).

A trajetória da família “B” demonstra como que, gradativamente – porém em uma escala de tempo relativamente rápida –, à medida que avançam no processo de transição

¹³⁰ Leguminosa utilizada para adubação verde. Também conhecida popularmente como “feijão de porco”.

¹³¹ Questionada sobre o porquê da dificuldade em agregar mais famílias a processos de conversão para a agroecologia, salienta a entrevistada “D” (2011): “pela dificuldade de fazer tudo manual, porque ninguém mais quer trabalhar no braço. Eles consideram que trabalhar com agroecologia é ser atrasado e que hoje tem que evoluir”.

agroecológica, obtêm-se níveis mais elevados de construção de autonomias relativas diante da territorialidade do capital: na produção (de alimentos e de conhecimentos), na comercialização, na organização e inserção política. Evidencia também a capacidade de adaptação e ressignificação do campesinato na crise, apontando, apesar das dificuldades, para a potencialidade do desenvolvimento territorial calcado no projeto ecológico camponês, o qual alia à produção de alimentos, inclusão (da força de trabalho da família – realinhando questões de gênero –, à rede de sujeitos etc.), criatividade, incremento de renda e sinais de sustentabilidade.

Na sequência, apresentamos um mapa mental da unidade de produção da família “B” elaborado por um dos filhos do casal (15 anos). Com essa metodologia de representação gráfica é possível obtermos subsídios para melhor compreensão das especificidades da unidade de produção camponesa sob a égide da agroecologia.

Mapa mental elaborado por um dos filhos (15 anos) da família “B”, 2011.

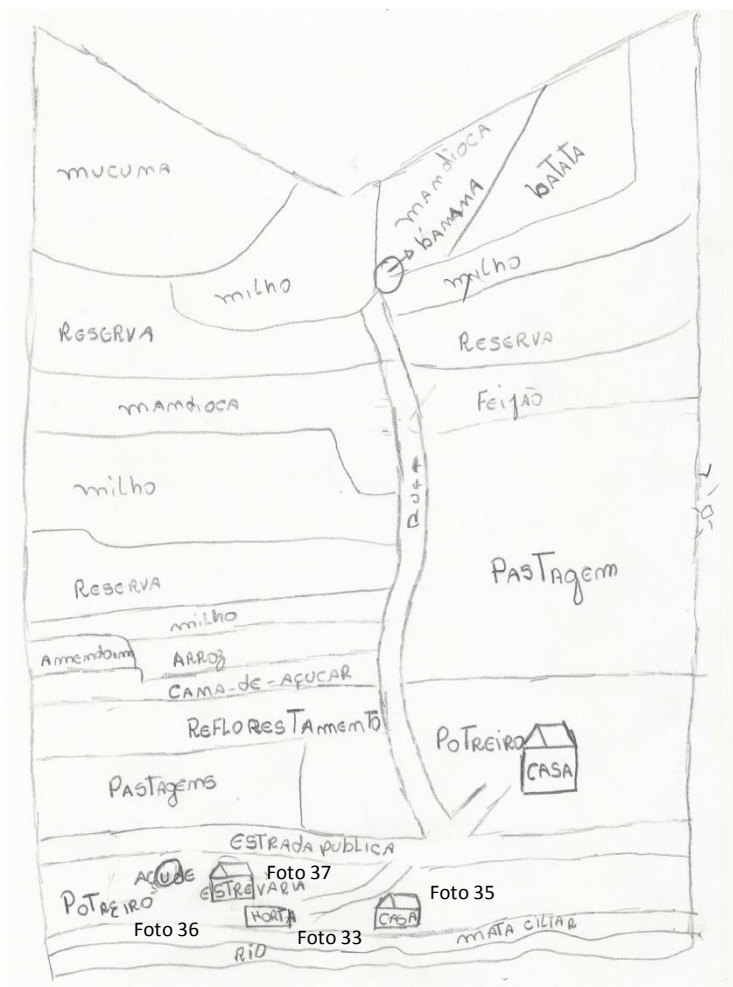


Foto 34 – Armazenagem do milho em espiga no paiol para consumo interno, 2011.



Foto 35 – Moradia da família “B”, 2011.



Foto 36 – Integração açude, potreiro e mata nativa ciliar, 2011.



Foto 37 – Vista parcial da estrebaria: local onde ordenham-se as vacas, 2011.

4.4 Família “C”: estratégia agroecológica de (re)existência camponesa em pequenos pedaços de terra

Fazer referência à experiência produtiva da família “C” é evidenciar a potencialidade da agroecologia como estratégia camponesa de viabilização de sua existência mesmo em pequeníssimas áreas. Desde o ano 2000, a família (composta por 04 pessoas: entrevistado “E”, 53 anos; entrevistada “F”, esposa, 50; filha, 15; e filho, 10) reside na “Vila Rural¹³²” Gralha Azul (foto 38), interior do município de Francisco Beltrão, em um estabelecimento de 0,5ha (5.000m²), distante 18km da cidade. Desde o ano de 2002 trabalham com agroecologia.



Foto 38 - Moradia da família “C”, 2011.

Descendente de italianos, aos 13 anos de idade o entrevistado “E” migrou com seus pais de Encantado, Rio Grande do Sul, para Francisco Beltrão, instalando-se na Seção Progresso, interior do município. No Paraná, dedicaram-se à policultura e criação de suínos: “era o milho, feijão, soja, arroz, mandioca assim, também plantava, daí tinha criação de porco” (ENTREVISTADO E, 2011). Naquela época era incomum o uso de agroquímicos nas atividades agropecuárias: “era bem difícil, era tudo na enxada, no arado e enxada, a gente

¹³² Programa do Governo do Estado do Paraná criado na gestão de Jaime Lerner a partir de 1995. Da parceria entre municípios e Governo estadual, com apoio do “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (BIRD), implementaram-se em praticamente todos os municípios do Paraná as “Vilas Rurais”: consistiu em uma política de assentamento de famílias em lotes rurais de 5.000m², equipados com habitações de interesse social, pagas em 25 anos. As “Vilas Rurais” contém entre 25 e 80 lotes (a “Vila Rural” Gralha Azul tem 79 lotes). Foram beneficiadas principalmente famílias de origem rural em situação de vulnerabilidade social. A intenção da política era a de arrefecer o intenso êxodo rural deflagrado no campo paranaense com o advento da modernização da agricultura desde os anos 1970, realocando famílias das periferias urbanas para o campo. Por outro lado, teoricamente garantindo um contingente disponível de trabalhadores para suprir demandas de serviços nos estabelecimentos agropecuários do entorno (algo que não se efetiva na “Gralha Azul” pelo baixo índice de empregabilidade na produção de *commodities*). Devido à concepção “rurbana” presente na política, as famílias “vileiras” usufruíam de serviços de saúde e educação disponíveis na cidade. Atualmente, observa-se que apenas as “Vilas Rurais” situadas nas intermediações das sedes municipais, como uma espécie de bairro rural anexo ao perímetro urbano, garantiram mínimas condições de fixação das famílias residentes, em sua maioria ocupadas em serviços urbanos. As famílias contempladas com o programa entraram também no cômputo da reforma agrária estadual (EDUARDO, 2012; IPARDES, 2000).

plantava e vergava¹³³ para plantar o milho, depois plantar na verga e depois passava a carpideira, o cavalo, os bois, mas era tudo no braço. Veneno era quase nada, bem difícil” (ENTREVISTADO E, 2011). Os conhecimentos em agricultura tradicional serviram de base para posteriormente desenvolver com sua família as práticas agroecológicas na produção de olerícolas, já como “vileiros”.

Antes, porém, de ser contemplado com o lote na “Vila Rural” já havia migrado da terra de seus pais para a cidade de Francisco Beltrão. Ocupou-se como servente da construção civil nos anos que antecederam a mudança para a “Gralha Azul”, recebendo 01 salário mínimo de remuneração, e, após assentado, durante mais algum tempo, continuou ocupando-se como trabalhador assalariado até obterem mínimas condições financeiras para dedicarem tão somente à produção rural, como relata:

É que eu daí fui morar na cidade, daí quando peguemo, fomo sorteado e daí tava trabalhando na cidade, de servente de obra, daí a intenção minha era vê se conseguia ficar lá um tempo, arrumar um dinheiro para começar aqui, para comprar as estufas, a intenção é plantar verdura. Depois que tava aqui, fiquei mais 3 anos, depois que nós peguemos a casa, daí eu ia no domingo de tarde, eu ia prá fora, parava na cidade e só vinha no sábado de tarde embora, daí ela ficava com os dois pequenos, que aquela [Adrieli] era mais pequena e o Rodrigo. Daí chegou uma época eu falei pro engenheiro: olha eu vou parar de trabalhar, vou embora. Diz: mas eu não to te mandando embora. Não, mas eu vou. Diz o que que tu vai fazer? Eu vou trabalhar na minha chacinha e, né, que eu comecei (ENTREVISTADO E, 2011).

Durante os três primeiros anos sua esposa dedicou-se à produção de subsistência, nos finais de semana auxiliada com os trabalhos no lote pelo entrevistado “E”: cultivavam milho, mandioca, melancia, hortaliças etc¹³⁴. O entrevistado destaca a dificuldade enfrentada no início das atividades como produtor agroecológico:

¹³³ Técnica tradicional de preparo da terra, ainda hoje comum em pequenos estabelecimentos do Sul do Brasil, a qual consiste na utilização arado de tração animal para revolver o solo, abrindo sulcos (vergas) onde planta-se o milho com saraquá (plantadeira manual) ou plantadeira de tração animal, geralmente consorciado com feijão ou soja. Nesse sistema, a utilização de esterco animal e de adubação verde; de sementes crioulas; do consórcio de plantas; da queimada e da rotação de áreas; e, da enxada e da carpideira de tração animal para controlar o crescimento da vegetação espontânea, garante a maximização do uso de insumos internos para a produção (antes da introdução das sementes híbridas e dos adubos sintéticos não fazia-se uso de agrotóxicos, de veneno, conforme popularmente convencionou-se ser chamado pelos agricultores).

¹³⁴ “Eu plantava milho, mandioca, assim pro gasto, era só ela em casa, então a gente plantava milho, mandioca, umas verduras pro gasto, mas, melancia, plantamos um ano também. Que era bastante inçada essa terra, ainda tem mato aí que a gente deixa também ainda um pouco, mas ela era bastante judiada a terra” (ENTREVISTADO E, 2011).

A gente começou com nada, bem dizer em nada. Até eu comprar a primeira estufa, R\$200,00 eu paguei da primeira, daí fui plantando, fazendo as coisas, né. Daí como abriu aquela oportunidade na feira foi um começo, o Almir falou. Devagarzinho. Foi sofrido. Daí eles iam de tarde, às uma tinha que tá lá em cima com o carrinho esperando eles no asfalto (ENTREVISTADO E, 2011).

No processo de reterritorialização na “Vila Rural”, após estabilizarem-se como moradores e reunirem as mínimas condições para concentrarem-se novamente ao ofício de produtores rurais, recorrendo aos conhecimentos tradicionais acumulados quando agricultor e instigado pelo vizinho Almir Calegari (produtor agroecológico) a participar da feira livre da CANGO e das reuniões da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, o entrevistado e sua família, paulatinamente, passaram a se dedicar exclusivamente aos trabalhos com agroecologia na nova localidade.



Fotos 39 e 40 – Cultivo de hortaliças e legumes pela família “C”, 2011.

No início da atividade a prefeitura de Francisco Beltrão realizou análise do solo, corrigindo-o com calcário, posteriormente, a família foi melhorando sua fertilidade e estrutura, mantendo o solo coberto com vegetação espontânea, adubação verde (aveia) e orgânica (adubo de cama de aviário): “através da prefeitura fez análise, eles fizeram completa, depois calcário, foi posto adubo de aviário, também curtido, e daí matéria orgânica também, vai deixando bastante, plantei aveia, vai deixando vir bastante os matinhos” (ENTREVISTADO E, 2011).

Atualmente, a família “C” vive exclusivamente da renda obtida com o trabalho no cultivo de hortaliças e legumes, complementada com a produção de frutas e galinhas para o autossustento (fotos 39 - 40).

A renda bruta mensal, em 2011, girava em torno de R\$2.500,00, sobrando a metade depois de deduzidos os gastos com a produção e as despesas domésticas. Como relata o entrevistado:

Depois que eu comecei a trabalhar com hortaliças tá bem, porque o que eu tenho aqui hoje, estrutura que eu tenho, é tudo, tudo sai, até despesa de casa. Não tem outra renda assim que vem, por exemplo, de fora, que a gente sai trabalhar, só aqui, é tudo aqui (ENTREVISTADO E, 2011).

É despesa do carro, semente, do adubo, daí tem um vizinho lá no fundo daí [...] o esterco [de gado] eu pego dele, eu compro as bolsas [...] que daí, de lá, eu sei, ele não usa nada, ele tem uns 20 alqueires ali, mais a metade é puro mato. Ele tem as criação por baixo, daí ele não usa nada de química. Então eu pego dele, eu compro esterco, porque aqui não tem como. O terreno é pequeno prá gente ter criação, né. A gente paga a prestação da casa, que nós paguemo por mês (ENTREVISTADO E, 2011).

Produzindo em 0,5ha a família obtêm, aproximadamente, R\$15.000,00 de renda líquida anual. As despesas com a produção concentram-se, basicamente, na aquisição de sementes (foto 42) e mudas de hortaliças, legumes, adubação verde e frutíferas; na adubação e correção do solo (calcário preto, pó de rocha, “cama” de aviário



Foto 41 – Esterco bovino, 2011.

e adubo de gado) (foto 41); silício (fungicida orgânico); manutenção das estufas e do sistema de irrigação; investimento de R\$35,00/ano com a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia; combustível e manutenção do automóvel; e, embalagens.

Para efeito de comparação, se a família, ao invés de olerícolas, produzisse soja e milho convencionais, como a maioria dos agricultores do Sudoeste paranaense, teríamos os seguintes resultados: de acordo com dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE¹³⁵), na



Foto 42 – Vista parcial do viveiro: técnica de hidroponia utilizada para produção de mudas de hortaliças, 2011.

safr 2011/12, a produtividade média da soja no Paraná foi de 44 sacas de 60kg/ha, enquanto na mesma safr, a produtividade média do milho (1º e 2º safras) no Estado foi de 92 sacas de 60kg/ha. Caso os grãos fossem vendidos pelos preços correntes (dez/2013: soja R\$72,72/saca¹³⁶ e milho R\$26,74/saca), a família obteria, de seus 5.000m², renda bruta aproximada de R\$2.800,00 (sem deduzir gastos com adubos químicos, agrotóxicos, sementes e horas/máquinas). Enquanto no sistema agroecológico a família consegue ganho líquido anual de R\$15.000,00 – com a venda de legumes e verduras e a redução dos gastos com a produção de subsistência –, na produção convencional em sistema de monocultura, provavelmente acumulariam dívidas, a exemplo da família “B”. Frisa-se, ainda, que semanalmente é gerada renda pela venda na feira livre da CANGO e diretamente à domicílio, diferentemente da realidade dos produtores de grãos, cujas entradas são obtidas apenas duas ou três vezes ao ano, como nos casos da produção de milho (safr e safrinha) e da sojicultura, exemplificadas anteriormente.

Entretanto, mesmo com o comprovado potencial produtivo e de geração de renda, poucas famílias residentes na “Gralha Azul” ocupam-se com a produção de alimentos em escala comercial: não mais do que meia dúzia de famílias. Na visão do entrevistado “E”, a falta de incentivo e investimento público, é um importante empecilho para a expansão de produtores no circuito agroecológico:

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.emater.go.gov.br/w/3446>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2013.

¹³⁶ Na safr 2011/12, a saca/60kg de soja era comercializada a R\$45,00.

Falta mais incentivo também, né, porque a maioria que querem plantar é um produtor que ele é meio fraco e se ele não tem assim um recurso pra começar, daí ele não [avança]. Porque ele sabe que ele vai encontrar dificuldade. Não é só chegar e jogar a semente ali, então tem muitos que daí falta ajuda ou incentivo de assistência. Tem que insistir em cima e ajudar. Mas a prefeitura não ajuda. [...] Na secretaria da agricultura não tem, por exemplo, um fundo, uma ajuda pra esse ramo orgânico, ecológico, eles não tem (ENTREVISTADO E, 2011).

É mais difícil assim [produzir organicamente], [...] porque não foi fácil controlar, que nem agora os bichinhos, tem pouco, mas até pra começar. Que nem o cara planta, de repente ele já dá aquelas quebradas e daí cai fora. Então precisa insistir em cima (ENTREVISTADO E, 2011).

O entrevistado expõe uma questão crucial: as famílias que empreendem energia na transição agroecológica são, em sua quase totalidade, sujeitos vulnerabilizados que procuram, nesta esteira, superar situações de marginalização e pobreza. Logo, dispõem de poucos recursos para contornarem as dificuldades do processo e consolidarem uma situação produtiva e social diferenciada. A precária situação financeira colocou-se como grande desafio na trajetória da família “C”. Sua experiência passada como agricultor, o recurso prático e cognitivo adquirido dessa condição, o favoreceu, contanto. Além disso, sua inserção na rede local de sujeitos, pela ASSESOAR, pela Rede Ecovida de Agroecologia e pela Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, possibilitaram a ampliação de seus conhecimentos sobre o trabalho com agroecologia: “fui bastante em reunião e visitar as propriedades. É que a gente, [...] foi ver a raiz, sempre foi da roça. A gente já tinha mais ou menos, como é que funciona, agora quem, não é fácil” (ENTREVISTADO E, 2011).

É, que nem pra crescer, precisa um incentivo da prefeitura né, por que ela não tem incentivo. Fala só em incentivo o leite, ali eles dão adubo, dão tudo. Agora pra esse, pra agroecologia, orgânico, eles não dão incentivo. Que nem as vezes eles tinham um técnico que vinha, mas depois cortaram, daí eles não incentivam. Então se ela desse incentivo, ajudasse, quem sabe que ia, crescesse, tem mais gente que interessa, eu acho. E as Entidade, o Sindicato, eu digo, é o Sindicato um pouco e a ASSESOAR que ajuda bastante. Ali a ASSESOAR tem poucos técnicos, não consegue (ENTREVISTADO E, 2011).

Após um início complicado, desde 2008, são certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. No mesmo ano passaram a entregar alimentos (hortaliças e legumes) para o PAA e, a partir de 2010, para o PNAE, subsidiados por técnicos da COOPAFI. A feira livre da

CANGO e a venda direta a domicílio, ambas, uma vez na semana (sexta-feira e sábado), são os principais meios de escoamento da produção (fotos 44 - 45).

A organização produtiva no lote da família “C” está hoje estruturada da seguinte forma: possuem sete estufas (cinco delas medindo 40x5m e as outras duas 60x5m) e dois sombrites (um de 60x12m, outro 50x9m) para a produção de hortaliças e legumes diversos (foto 43).

Foto 43 – Sombrite: técnica utilizada para reduzir a intensidade da radiação solar sobre legumes e verduras – destaque para a diversidade produtiva e aos diferentes estágios de desenvolvimento das plantas; as parcelas do solo preparadas para receber os próximos cultivos; e para a matéria orgânica oriunda de restos de produção. 2011.



Foto 44 – Veículo adaptado para comercialização das verduras e legumes, 2011.



Acessaram uma única vez financiamento, pela CRESOL, na linha PRONAF Investimentos, no montante de R\$13.000,00, para comprarem materiais de estufa e cercarem o lote com tela de arame galvanizado visando conter a entrada de animais nos canteiros (principalmente cães). Nas extremidades plantaram espécies frutíferas (bananeira¹³⁷, pessegueiro, figueira, laranjeira¹³⁸, limoeiro, pereira e butiazeiro) e nativas com a intenção de proteger do vento as estufas e sombrites (formando barreira verde) (fotos 46 e 47), e fornecer frutas para o consumo da família (durante o inverno aproveitam os espaços, nos pés das espécies caducifólias, para o cultivo).



Foto 45 – Legumes preparados para a venda, 2011.



Foto 46 – Bananeiras utilizadas como cordão vegetal “quebra vento” para proteção das estufas, 2011.

¹³⁷ “A bananeira ela ataca o vento, uma aqui deu redemoinhos aqui numa sexta de tarde, assim com o sol quente de tarde. Ele passou por baixo da estufa, daí se tem as barreiras ele dá uma quebrada, né” (ENTREVISTADO E, 2011).

¹³⁸ “Tenho uma carreira de laranja lá em cima que já tá quase, um ano começa a produzir. No meio das estufas, daí em baixo do arvoredo dá pra plantar, no inverno, que cai a folha, daí a gente planta” (ENTREVISTADO E, 2011).

Foto 47 – Cordão vegetal com produção de figos nas extremidades do lote, com destaque, ao fundo, para a cerca construída para isolar o espaço de produção do acesso por animais da vizinhança, 2011.



A irrigação é realizada bombeando água de uma Área de Preservação Permanente da “Vila Rural” e coletando água da chuva em uma cisterna de solo-cimento.

Para o consumo de subsistência produzem ainda conservas, aves caipiras (25 galinhas¹³⁹), ovos, arroz, milho, feijão, mandioca, cebola de cabeça, além de olerícolas diversas, reduzindo significativamente os gastos com alimentação, ao passo que consomem produtos livres de agroquímicos e com elevada qualidade nutricional.



Foto 48 – Tecnologia apropriada utilizada para limpeza legumes: no orifício (centro da imagem) são inseridos, por exemplo, cenouras e beterrabas, os quais são higienizados pela entrada de água corrente à esquerda e o movimento do tambor acionado pela manivela, à direita, 2011.

[Compro] mais é que nem farinha de trigo, açúcar, o sal, são poucas. Que nem o feijão a gente tem, o arroz, milho também tem um pedacinho que dá pro gasto, frango a gente tem, daí esses tempos eu tinha vaca de leite eu vendi. Não tinha como segurar, tinha uns terneiros que eu engordava também. Volta e meia eu engordo um terneiro pro gasto senão tem que comprar a carne (ENTREVISTADO E, 2011).

¹³⁹ As sobras de produção viram “trato” para as galinhas, cujos dejetos são reintroduzidos como adubo.

Arrendam também lote de um vizinho, ao preço de R\$200,00 anuais, para o cultivo, em canteiros, de legumes (cenoura, beterraba, repolho, mandioca etc.). As principais olerícolas produzidas (semanalmente, variando a disponibilidade conforme a época), são: alface (500 pés), repolho (30 cabeças), cenoura (25kg), brócolis (25 maços), rabanete (30kg), couve-folha (30 maços), couve-flor (70 cabeças), chicória (60 pés), radiche (40 maços), rúcula (60 maços), beterraba (40kg), tomate, pimentão, pepino, abobrinha, vagem, tempero verde etc. (fotos 48 - 51).

O preço dos produtos é fixado subjetivamente pela família considerando os custos aproximados de produção. A noção de preço justo, entretanto, permeia a prática de comercialização da família:

Pelo que ela custa pra nós. [...] Fazia cinco, seis anos que nós, foi o ano passado que nós começemo meio aumenta um pouco. Senão era cinco anos que a alface era um real a sacola, a cenoura era um real, tudo era. Daí nós aumentemo um pouco pra, tinha, subiu um pouco desde a gasolina, o preço da luz, o preço do adubo, semente subiu, daí nós subimo um pouco (ENTREVISTADO E, 2011).



Foto 49 – Produção de alfaces (espécies crespa e lisa) em estufa: destaque para o sistema de irrigação na parte superior, 2011.



Foto 50 – Técnica de produção de alface em canteiro isolando as folhas da terra: em fase de experimentação, a proteção pela lona evita a perda das folhas que comumente são descartadas ao ficarem em contato direto com o solo, 2011.

Foto 51 – Diversidade produtiva: cultivo consorciado de morangos, cebolinha e pimentão, 2011.



O entrevistado cita um episódio que ilustra aspectos de sua racionalidade quanto à dinâmica mercantil, comum aos agricultores feirantes da CANGO (retomaremos adiante):

Porque não adianta querer fincar a faca no cliente, tem que ganhar o justo, né. A gente não tem assim uma despesa grande pra produzir. Que nem hoje, chegou um lá pra comprar o pimentão a R\$1,50: tá louco que é barato. Digo: mas pra nós a despesa dele é só ir lá colher no pé, que não tem outra. E daí eu disse: é do ano passado a geada não matou, daí ele brotou e veio. [...] Daí ele disse que pagou R\$5,00 não sei aonde que pagou. [...] Daí ele pegou no pacote assim, disse: acho que dá um quilo, ele foi pesar e faltou, eu acho. Eu disse faltou um pimentão prá um quilo? Diz: mais é muito barato. Ele tava acostumado a pagar R\$5,00, né. E pra nós a R\$1,50 tá dando quase cem por cento de lucro. Foi só ir lá juntá, [colocar no] pacotinho (ENTREVISTADO E, 2011).

Para o controle de insetos e fungos fazem rotação de culturas e utilizam caldas a base de arruda, cinzas e de churume extraído da compostagem de folhas e demais matérias orgânicas: “a gente faz arruda pra passar pros bichinhos, aquele churume eu também faço aí quando se apura. Por que a



Foto 52 – Estufa com área em repouso com vegetação espontânea e matéria orgânica de restos de produção, 2011.

minha tá bastante controlada assim, por causa dos bichinhos, não tem muito assim, tá bastante controlada. Daí eu faço bastante rotação de cultura” (ENTREVISTADO E, 2011). O controle das plantas espontâneas é feito com capina seletiva manual, mantendo-as em partes para conter infestações nas plantas de interesse comercial: “se a gente tira o mato vão tudo na verdura comer: rugas, cascudo” (ENTREVISTADA F, 2011). A vegetação espontânea, associada à adubação verde, tem ainda função de manter coberto o solo, retendo umidade, melhorando a aeração, potencializando a atividade microbiana e incorporando matéria orgânica gradativamente. Consoante à entrevistada “F” (2011), a adesão à agroecologia evoluiu “para fazer bem à saúde, [além do que] vende mais, porque todo mundo procura sem agrotóxico”. Cita como desvantagem a “perda de produção por pragas e ferrugem: alguma estufa a gente perde quase tudo” (ENTREVISTADA F, 2011) (fotos 52 - 55).



Foto 53 – Estufa com alface plantada recentemente: destaque para a vegetação espontânea ao fundo em área onde está sendo finalizada a produção de outros cultivos, 2011.



Foto 54 – Cultivo de couve-flor: destaque para a vegetação espontânea mantida, auxiliando no controle de infestação de insetos, e na manutenção por mais tempo da umidade no solo pela sua total cobertura, 2011.

Foto 55 – Produção de repolhos mesclado à vegetação espontânea, em partes controlada por capina, 2011.



Por fim, o processo de ativação de territorialidades do entrevistado “E” fica ainda mais evidente ao constataremos os inúmeros compromissos de representação política assumidos e inserções na rede local de sujeitos agroecológicos: é presidente da igreja e da associação de moradores da “Vila Rural Gralha Azul”; filiado ao STR, à COOPAFI e à CRESOL; integrante da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, além de interagir com sujeitos da UNIOESTE, da ASSESOAR e da Rede Ecovida de Agroecologia.

A trajetória de mudanças na forma de pensar, na organização política e na produção e comercialização ecológica, atrelado à maximização sustentável do potencial de uso produtivo do solo, recuperando uma pequeníssima área degradada, viabilizando a (re)existência camponesa e oferecendo alimentos agroecológicos no circuito local, reforça essa potencialidade que a associação entre políticas estruturantes de reforma agrária e de desenvolvimento da agroecologia poderiam deflagrar na construção do desenvolvimento territorial, valorizando arranjos locais e regionais de pesquisa, ATER, troca de conhecimento, produção e comercialização, a cultura camponesa etc.

4.5 Família “D”: duas décadas de (re)existência como sujeitos construindo sentidos para seu fazer social pela agroecologia

[...] na agricultura convencional, na integração, quem produz, ele desaparece como um ser social: é um produto da Seara, da Sadia ou da Perdigão e quem produz desaparece (ENTREVISTADO G, 2011).

Nascido em Francisco Beltrão, o entrevistado “G” é descendente de alemães e de “brasileiros”¹⁴⁰, cujos pais migraram de Ituporanga/SC. Sua família é composta de 05 pessoas, além do próprio entrevistado, sua esposa (46), filho (16), filha (20) e filho (21) (foto 56). Desde 1987 residem em uma unidade produtiva de 12 ha, situada na localidade Jacutinga. Em 2007 adquiriram outro estabelecimento com extensão de 32 ha, também localizada na Jacutinga. Exceto o filho (21), que cursava Engenharia Elétrica na UTFPR, campus Pato Branco/PR, todos residiam no estabelecimento mais antigo e



Foto 56 – Família “G”, 2011.

ocupavam-se unicamente do trabalho com família em ambas as unidades (o filho “16” estudava meio período), sem demandarem força de trabalho temporária. Em 2011, quando conferimos a experiência da família, trabalhavam já há 20 anos com agroecologia. Dedicam-se à policultura de subsistência, vendendo o excedente, e à produção agroartesanal de queijos. Assim descreve o cotidiano de trabalho da família: todos realizam atividades

Diversas, a esposa e a filha, na parte da manhã, ficam na casa, nos afazeres da casa e da agroindústria, se revezam um pouco. Daí eu, na parte da manhã, to em casa, fico aí ajeitando alguma coisa na volta da casa, ponhando os animais nos pastos, os manejos. À tarde a gente desce, na

¹⁴⁰ As designações “brasileiro” ou “de origem brasileira” são noções comumente utilizadas entre os eurobrasileiros para fazerem alusão a composições étnicas distintas das ascendências das primeiras levas de imigrantes “colonos”, sobretudo, italianos, alemães e poloneses, os quais instalaram-se no Brasil a partir do século XIX. Na entrevista, o entrevistado “G” sublinha que sua mãe tinha como sobrenome “Marques”, “era Marques”: sobrenome de origem ibérica, portanto, igualmente europeu, mas identificado como legitimamente “brasileiro” (nesse “rol”, agrega-se também ascendentes de indígenas, afrodescendentes, além dos descendentes de espanhóis e portugueses). O sentido de pertença é tão arraigado que, mesmo após várias gerações, muitos desses eurobrasileiros se autodefinem, não como brasileiros, mas como “italianos”, “alemães” e “poloneses”: o que não é o caso do entrevistado que faz questão de ressaltar sua origem “brasileira”.

maioria das vezes, lá na outra propriedade, se interte lá um pouco (ENTREVISTADO G, 2011).

Na unidade de seus pais, salienta o entrevistado, sempre trabalharam em um modelo tradicional de agricultura, “na prática antiga da agroecologia”, tinham como base a subsistência, não utilizavam agrotóxicos e mantinham a soberania sobre as sementes e as variedades de animais crioulos. No entanto, pondera, a intensa aração do solo, deixando-o excessivamente exposto à radiação solar, à erosão, perdendo nutrientes por lixiviação e comprometendo a atividade microbiana (igualmente desaproveitando seu potencial para a melhoria da fertilidade e estrutura por não manter matéria orgânica superficial), eram aspectos que limitavam o incremento ecológico daquele sistema agrário. Em seu estabelecimento, usou herbicida apenas em uma única ocasião, por desinformação de seus corolários e justamente para tentar avançar sobre aquela prática de intensa aração:

Nessa propriedade [de 12 ha], um ano a gente usou herbicida, que na época a gente não tinha nem muita noção, digo, tinha a prática antiga que se dizia da agroecologia, né, que se entendia como o trabalho sem o veneno, mas se usava muito o arado e depois avaliando isso se entende que não é, digo assim, numa agroecologia, você deixar o terreno completamente exposto ao sol, sem matéria orgânica, removido 2, 3 vezes, 4 vezes ao ano. E daí uns disseram assim: mas isso agride muito mais o solo do que herbicida. Daí a gente usou um ano. Nessa época tinha um primo que estava fazendo um curso de agroecologia na ASSESOAR, a gente conversava direto e ele falava do mal disso e de se procurar alternativa dentro da dita e entendida agroecologia que era só não usar veneno, mas agroecologia é muito mais ampla. Deveria produzir bastante matéria orgânica para não precisar remover muito o solo. E daí paramos, né, e a partir disso a gente sempre foi procurando mais práticas (ENTREVISTADO G, 2011).

Até o final dos anos 1990, trabalharam com suinocultura e produção de milho, associadas à fabricação artesanal de queijos e a policultura de subsistência. A renda líquida da produção de queijos era investida na aquisição de ração concentrada. Possuíam matrizes, engordavam suínos e entregavam-nos a atravessadores (80 animais, pesando 100kg cada, eram vendidos anualmente a uma margem líquida de 20%). Como produziam de forma autônoma, com estrutura e animais próprios e a maior parte da alimentação produzida internamente, o que difere radicalmente do sistema de integração da suinocultura convencional, desenvolveram a atividade sem grandes investimentos e, apesar da margem pequena de ganho obtida, em virtude da apropriação da riqueza produzida por atravessadores e outros circuitos da economia, não endividaram-se.

A gente tinha um pouco de queijo nessa época, daí o que sobrava de líquido da família a gente adquiria o concentrado pros animais. Daí, quando vendia, ele tava líquido também, tava limpo, ele não tinha nada de conta a pagar. Esse suíno reunido era um recurso que a gente usava para algum investimento na propriedade, mas acabamos analisando que a margem era muito pequena, embora quando você vendia não devia nada (ENTREVISTADO G, 2011).

O estranhamento às formas de apropriação externa dos produtos do trabalho,



Foto 57 – À esquerda moradia e à direita agroindústria artesanal da família, 2011.

sempre presentes na entrevista, instigou a família a romper com a relação subordinada aos agentes do circuito mercantil convencional (no caso, da suinocultura¹⁴¹) e a aprofundar ações na construção de mecanismos diretos de comercialização, dedicando-se mais intensamente à policultura de subsistência e à

produção de queijos (foto 57), o que propiciou aumentar ainda mais a autonomia relativa ao capital, apropriando-se integralmente da renda produzida com base em princípios da economia popular. O fragmento da entrevista a seguir, denota essa referida estranheza aos

¹⁴¹ “Até a última matriz que a gente descartou, a gente vendeu para um abatedouro de um cunhado meu que tem um abatedouro com inspeção municipal, daí ele também é explorador, quer pagar o menos possível e ganhar mais. Quando ele veio comprar, pediu: quanto era o quilo? Eu disse, fui ver no comércio: o porco grande tá R\$ 0,82; Daí ele disse: R\$ 0,80 ou 0,82, dá na mesma, faz R\$ 0,80 fica mais fácil de fazer a conta. Daí eu digo: se você quer um número mais fácil de fazer a conta pode fazer R\$ 0,85 ou R\$0,90, não precisa ser prá baixo. [...] Meu cunhado tava junto, deu risada dele e disse: o que você achou dessa? Ele baixou a cabeça e disse: tá bom, tá bom. Daí pesamos, ele fez a conta e disse vai dar R\$500,00 prá ti, mas vai ter que dar mais R\$500,00 para mim. Ele tinha outro processo, ele transformava e comercializava. Fazia embutido, fazia torresmo, fazia banha e tem o espaço de comercialização ali em Beltrão ali no trevo de Beltrão, o Mercado Petri ali, tão fazendo muito capital, né, mas como? Ganhando em cima da matéria prima do agricultor, seja suíno, seja frango, seja gado. E daí, eu digo, muitos falam que suíno na pequena propriedade não dá, é inviável, claro que dá, o que faz a diferença se você se apropria daquela riqueza, daquele alimento produzido ou você repassa prá outros agregar mão de obra e valor em cima” (ENTREVISTADO G, 2011).

quadros de heteronomização que aprofundavam-se nas dinâmicas das diferentes cadeias produtivas do Sudoeste paranaense nos contextos da economia rural após os anos 1970 e 1980.

Os pais [...] tinham essa dita prática agroecológica, entendida como não usar herbicida, mas era uma prática que eu acho que devia, como a nossa ainda deve melhorar, devia de melhorar muito. Porque eles tinham o que antigamente? Eles tinham as sementes, tinham o controle de todas as sementes de milho, de vegetais, sementes de animais, no caso das aves e suínos, mas um estrangulamento que era a questão da remoção demasiada do solo e essa questão deles passar essa produção para intermediários ou até alguns integrados, e isso não cabe, ao meu entender, dentro da agroecologia, porque se alguém intermedia o teu produto, ganha muito em cima dele, você vai acabar tendo que produzir muito mais para ter um padrão de vida razoável porque tua margem é muito pequena (ENTREVISTADO G, 2011).

Ainda na década de 1980 um técnico do frigorífico nos dizia que a gente tinha que investir na atividade de suíno, aumentar a produção, se especializar. A gente trabalhava na propriedade do meu pai e pensava: quem é ele para dizer como a gente tem que produzir? Hoje, aqui na Jacutinga, a atividade suína está altamente concentrada. Apenas um produtor produz todas as matrizes de suíno que antes eram produzidas em muitas propriedades. Muitos produtores se quebraram com a crise, venderam suas terras que hoje os da cidade compraram e encheram de eucalipto e pinus. Virou um deserto aqui onde antes trabalhavam muitas famílias (ENTREVISTADO G, 2011).

Na trajetória da família “D”, a aposta na agroecologia deveu-se, preponderantemente,

Por causa de todos esses pontos que leva em consideração a saúde das pessoas, leva em consideração o solo e por uma questão, eu digo, a questão social, que leva em consideração as pessoas, porque o agronegócio ele acaba excluindo muita gente, e essa exclusão gera muitas consequências e a agroecologia [...] é a forma de produzir mais justa socialmente, ambientalmente e economicamente (ENTREVISTADO G, 2011).

No processo de transição agroecológica, a ASSESOAR colocou-se como principal entidade parceira desde o começo do processo no início dos anos 1990, apoiando para que avançassem, a partir de seus conhecimentos como agricultores tradicionais, para formas ecologicamente mais engajadas de produzir, viver e relacionarem-se: a atuação da ASSESOAR, consoante o entrevistado “G” (2011), efetivou-se e manifesta-se “mais é na questão de estudo [...] pra pessoa se conscientizar, daí fazer a experiência e através disso ir fortalecendo a prática”; e através de projetos, a exemplo, da “[...] agrofloresta: foi um

projeto que a ASSESOAR mandou para o ministério, o MDA, que conseguiu recursos para aquisição de mudas e o acompanhamento”, sustenta. O apoio da ONG realiza-se também fomentando o intercâmbio de experiências entre agricultores, estimulando a ampliação do alcance da empiria e do estabelecimento de redes diversas, a exemplo, da Rede Ecovida de Agroecologia: a maior potencialidade para o fortalecimento da agroecologia, segundo o entrevistado:

Dentro da agroecologia, eu vejo assim que o fortalecimento dela é muito maior no intercâmbio com agricultores, de experiências desenvolvidas, do que talvez muito assim com entidades. Quer dizer, a ASSESOAR, por exemplo, tem uma prática assim de intercambiar conhecimentos. A gente já esteve visitando já muitas propriedades, tipo em Santa Catarina lá em Dionísio [Cerqueira]; a gente teve em Antônio Prado lá em Rio Grande vendo experiências de produção e comercialização; Ipê [RS]; na antiga feira de Porto Alegre, a Colméia, ela tem essa prática, como também trás agricultores para ver as experiências da gente. Eu sempre digo pras pessoas que vem visitar a gente, a gente tem esse conhecimento, essa prática porque fez isso que vocês fizeram e também espera sempre contribuições de quem vem, não só você dizer não, eu sei, e o pessoal que vem não sabe nada. Muito a gente aprendeu com o pessoal que veio aqui, ponhavam uma questão em discussão, levantava, né. E eles, ó, que tal assim, por exemplo a questão de piquetes, a gente tinha área de manejo, que não era o que a gente pensava mas não tinha assim muito certo como poderia ser, daí mostrando, daí um dava uma ideia e outra, acabamos montando um esquema que ficou bem interessante com ideias de visitantes. Que nem diz, o intercâmbio, troca (ENTREVISTADO G, 2011).

Na avaliação dos resultados econômicos da unidade de produção e de vida, ponderando o contexto da cadeia do suíno e suas predileções pela atividade leiteira¹⁴², a família optou, em finais da década de 1990, por encerrar o trabalho comercial com a suinocultura e se concentrarem à ampliação da produção para o autoconsumo, elegendo a agroindustrialização artesanal do queijo como ramo privilegiado para geração de divisas.

Quando a gente tinha as duas atividades, a de leite e a de suínos, de queijo no caso, que era o projeto de vida como viabilidade econômica da família, a gente começou a analisar resultados da agroindústria e do suíno, que era comercializado a matéria prima. E a renda, como diz, você tinha mão de obra agregada ao leite e ao queijo, tinha um valor muito bom agregado. Daí, analisando o resultado de um produto industrializado e de um produto transformado em matéria prima [...], percebemos que a renda era bem melhor do leite. Embora [...], se a gente tivesse gosto ou vocação, vamos

¹⁴² “Nesses 24 anos a gente sempre produziu leite e queijo. Iniciamos com uma vaca, a Negrinha, e uma matriz de suíno. No início, que nem diz, o projeto de vida, para viabilizar economicamente, era ter umas 4 matriz de suíno e umas 4 vacas, tendo isso, uma casa boa, um fusquinha pra sair, tamo realizado” (ENTREVISTADO G, 2011).

dizer assim, pela transformação de suínos, de embutidos, ele também tem retorno. Mas como a esposa desde casa sempre gostou, fazia isso e gostava de fazer, optamos por questão de retorno e do que gostava mais de fazer. Eu sempre digo, melhor é você fazer alguma coisa, aquilo que você gosta e também dê retorno, mas também do contrário, não adianta fazer alguma coisa que você gosta de fazer e acaba não te dando uma vida digna com aquele trabalho, vai acabar desgostando (ENTREVISTADO G, 2011).

A mudança no projeto de “viabilidade econômica da família”, da suinocultura para a policultura de subsistência e a queijaria, só pode concretizar-se devido ao precedente grau de autonomia relativa alcançada pelo controle sobre os processos produtivos – não recorrendo, por exemplo, a sistemas de financiamento, comum na integração aos complexos agroindustriais das cadeias dos suínos e das aves que amarram o agricultor às dívidas – e o posterior avanço da inserção da família em canais de comercialização diretos, livre de intermediários. Ao longo dos 20 anos de (re)existência acumularam conhecimentos e experiência através da prática e do intercâmbio e foram moldando o sentido da agroecologia no fazer social da família:

A gente sempre vai aprendendo alguma coisa mais, desde a valorização do solo, a produção, você valoriza muito a produção do autoconsumo, o trabalho mais familiar dentro da atividade, não explorar mão de obra, limitar a produção, entender a capacidade da propriedade de produção e a mão de obra disponível, o trabalho não pode ser demais, que acaba prejudicando as pessoas; e a produção que é repassada para outras pessoas, do espaço urbano, que seja de forma mais direta, sem intermediários, que você se aproprie do que você produz, que não haja alguém que acaba ganhando no meio, produção de alimentos saudáveis (ENTREVISTADO G, 2011).

De posse dessa compreensão, objetivam com a agroecologia

Ter uma vida saudável na propriedade, que a gente consiga, isso é uma prática já de tempo, consiga irradiar isso também prá outras famílias, que nem a gente falava dessa questão de limitar a produção, muitos falam que se você consegue mercado para produto, vamos dizer, o mercado não instituição, mas o mercado as pessoas que precisam desse produto, você tem que se apropriar desse mercado. A gente entende, dentro da agroecologia, que se existe esse espaço, a gente acaba incentivando, motivando e ajudando as outras pessoas que tem interesse, a entrar nesse espaço, né. Se isso é bom prá gente, com certeza é bom prá outras, né. Tem algumas pessoas as vezes que até ficam meio desanimadas na agricultura: não tem jeito, não tem alternativa. A gente acaba convidando eles prá vim, mostra as experiências, mostra os resultados e não olha, como eu falava, só essa questão econômica também, questão da vida como um todo. Que a gente deve trabalhar para viver bem, não viver também só prá trabalhar, porque uma questão é você descobrir formas de viabilizar tua propriedade

e que seja saudável, e, outra, é não deixar isso subir pra cabeça e se botar só nisso (ENTREVISTADO G, 2011).

Os sentidos para o fazer social da família com a agroecologia claramente estão em movimento, em permanente construção, assim como as estratégias de (re)existência postas em curso. Há, contudo, elementos basais nessa compreensão, concatenados ao princípio mais fundamental da política camponesa de produção de sua existência por meio da agroecologia, a saber, a ampliação da autonomia relativa: 1) a base é a qualidade do solo, entendido como organismo vivo, cuja função do agricultor ecológico, através da prática, da observação e avaliação¹⁴³ é *dirigir* (ao contrário do sentido de dominação e artificialização intrínseca ao paradigma agroquímico da “moderna” agricultura) uma situação agroecossistêmica capaz de produzir garantindo o incremento ambiental desse recurso essencial; 2) compreender os limites produtivos da unidade segundo a sustentabilidade do agroecossistema (solo, recursos hídricos, animais etc.) e a capacidade de trabalho da família (“trabalhar para viver bem”: sem atingir grau elevado de penosidade, privarem-se de outras dimensões da vida além da econômica ou explorarem força de trabalho): antagonia aos pressupostos pilares do agronegócio quanto à maximização e especialização produtiva (e a consequente exploração e espoliação da natureza); 3) privilegiar o consumo interno, garantindo alimentação farta e saudável à família e aos animais e como estratégia de elevação da autossuficiência interna: segundo o entrevistado “G” (2011), levantamentos do DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) constataram que a produção para o consumo interno da família equivaleria a um gasto mensal aproximado de R\$1.600,00; 4) construir autonomias no circuito de comercialização, valendo-se da venda direta, em feiras e acessando políticas de compras institucionais; 5) todos os elementos anteriores visam garantir a ampliação cada vez maior da apropriação da renda produzida¹⁴⁴ pela própria família; e, podemos pontuar como outro eixo estruturante, 6) um profundo

¹⁴³ Esse movimento de ação-reflexão-ação nas formas de manejo agroecológicas indica nitidamente esse profundo senso de respeito às coisas vivas, às dinâmicas próprias da dimensão biofísica.

¹⁴⁴ “Um dos pontos fundamentais da agroecologia é a apropriação do alimento produzido, da riqueza produzida. E antes, quando a gente tinha a atividade suína, a produção de leite era bem pequena, porque a maior parte da produção era direcionada para o suíno, que dava uma margem pequena. E quando a gente parou com os suínos, daí essa produção, esse alimento do suíno a gente passou para as vacas de leite e daí a gente aumentou o número de vacas de leite. Quando tinha os suínos a gente tinha 7 a 8 vacas só, porque não tinha condição de ter mais, porque tinha que ter área para plantar milho para os suínos e sobrava pouca área para pasto e sobrava pouco milho também pras vacas. Daí nós paramos com a atividade de suínos, ampliamos a área de pastagem e ampliamos o número de animais, passamos para 15 ou 16, dobramos o número de animais” (ENTREVISTADO G, 2011).

senso de generosidade e solidariedade ao compartilharem experiências¹⁴⁵ e incentivarem sujeitos a trilharem no sentido da transição agroecológica, estando igualmente abertos às contribuições “de fora”.

Nas duas unidades da família são realizadas somente práticas agroecológicas de produção e manejo. Questionado sobre a existência de formas convencionais de produção nos estabelecimentos, enfatiza:

Não. Mas antes deixa área parada com adubação verde. [...] Como naquela área lá em cima [de 32 ha], poderia ter metido milho em toda área ou soja pra convencional, mas antes deixa ela descansar. Estes tempos estava conversando com um vizinho meu, ele disse, falando da Europa, Alemanha, a Europa como um todo: o solo lá é muito melhor – daí ele dizia que é por que lá fica 6 meses coberto de neve o solo, daí ele descansa e tal. Daí eu disse: tudo bem, mas se o nosso clima, clima tropical aqui, que tem condições de produzir matéria orgânica o ano inteiro, então se nós deixasse esse meio ano que na Europa fica coberto de neve, esse meio ano produzindo matéria orgânica, será que o nosso solo não poderia ser melhor que o deles ainda? Daí ficou quieto, né. E lá eles são país de primeiro mundo, só que a renda deles é indústria, né, e nós somos um país colônia, bem dizer, porque exporta (ENTREVISTADO G, 2011).

No diálogo com seu vizinho é demonstrada a atitude de um sujeito que resiste receber passivamente a informação, doravante, avalia-a e a pondera segundo sua própria práxis: o diálogo com o atravessador e ainda o estranhamento da orientação recebida pelo técnico do frigorífico, presentes nos relatos anteriores, indicam o ímpeto de ativação da territorialidade de quem tem condição para discernir e poder para divergir e fazer diferente.

Esse fazer diferenciado, atualmente, está organizado da seguinte forma: na unidade 01, a mais antiga da família, com extensão de 12 ha, a principal atividade de geração de renda é a produção leiteira visando principalmente a agroindustrialização de queijos: acessando financiamento¹⁴⁶ a fundo perdido, construíram uma pequena estrutura de

¹⁴⁵ “A gente tem essa prática, embora isso seja, ela está, digo, meio que se perdendo isso, tá enfraquecendo, mas ainda existe. Que nem eu falava antes a questão de agroindústria, a gente acabou incentivando mais algumas famílias a fazer e a experiência que a gente teve nisso e o aprendizado a gente acabou passando pra eles e hoje em dia isso é, que nem diz, é patenteado, muito conhecimento é patenteado, pra ser um produto, o conhecimento, um produto de venda e a gente repassa isso” (ENTREVISTADO G, 2011).

¹⁴⁶ “A gente fez financiamento porque o juro era barato, um dinheiro barato, mas a gente sempre foi muito contra essa questão de financiamento, de épocas atrás, porque muitos agricultores foram a falência, tiveram que abandonar as propriedades por causa desses financiamentos, dos juros caro, sem seguro, sem subsídio, sem nada. Daí, quando veio esses recursos através do Pronaf, com juros subsidiados, a gente acabou pegando, mas não por uma questão de necessidade desse recurso. Pela atividade da gente, pela apropriação da riqueza

alvenaria, medindo 08m², a primeira do município separada do domicílio, para a pasteurização do leite, fabricação e armazenamento em câmara fria dos queijos, conforme exigência para certificação do produto pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Desde 2003, estabilizaram a produção entre 15 e 17kg/dia de queijos. Mantém 18 vacas leiteiras (foto 58), melhoradas de Jersey a partir de raça comum com touro e inseminação artificial, com produção, em média, de 4.500 litros mensais. O leite é produzido a base de pasto (5,2 ha de pastagem permanente), complementado com milho (2,5 ha de milho crioulo Cunha e Cateto), pastagem plantada (2,4 ha: aveia, papuã, azevem e milheto) e mucuna¹⁴⁷ de adubação verde (foto 59). Para o rebanho leiteiro, utilizam um manejo, aprimorado localmente, de piqueteamento do potreiro, onde os animais alimentam-se conduzidos em sistema de rodízio de áreas de pastagem permanente divididas por cerca elétrica (o rodízio garante que os animais não consumam pasto além da capacidade de rebrote das plantas – enquanto um está em uso, os outros descansam – e, durante a noite, os animais urinam e esterçam nos piquetes devolvendo ao solo e à pastagem matéria orgânica e nutrientes derivados do sistema de metabolização bovina: uma adaptação local do PRV – Pastoreio Racional Voisin).



Foto 58 – Pastagem permanente: há 20 anos mantendo boa produtividade devido a técnica de piqueteamento, 2011.

produzida, pela renda mensal, digo boa, teria capacidade de investir com recurso próprio” (ENTREVISTADO G, 2011).

¹⁴⁷ “A gente utiliza a mucuna também, a vagem dela verde para tratar os animais e a folha. Mas lá [no outro estabelecimento], como é uma área mais distante e as vacas de leite estão aqui, a gente vai lá, colhe as vagens verdes, que são ricas em proteínas” (ENTREVISTADO G, 2011).

Foto 59 – Recuperação de área degradada (estabelecimento de 32 ha) com plantio de mucuna para adubação verde, 2011.



A saúde animal é tratada com homeopatia e fitoterápicos. Esse manejo, com base na agroecologia, possibilitou a redução de gastos na produção da matéria prima para a produção de queijos, como explica o entrevistado “G”:

Porque os animais ficaram mais saudáveis, na cultura, no cultivo de plantas não foi nunca muito investido em despesas de adubos químicos, mas, se aumentou bastante a produção, que nem diz, de matéria orgânica de adubação verde, que isso tem um custo muito mais baixo, no trato dos animais, se você trata só a pasto, o custo da matéria prima do queijo é bem menor. A gente tem alguns dados de comunidade, na produção convencional de leite a base de ração e tal, o custo chega a R\$0,50 o litro, nós estamos com o custo em torno de R\$0,15 a R\$0,20 o litro de leite. Que a produção do leite a base só de pastagem, daí se usa uma prática muito interessante dentro da agroecologia, é a questão do piqueteamento, diurno e noturno, onde os animais acabam devolvendo o máximo possível do que eles retiraram das pastagens, devolvendo através da urina e do esterco a noite. Tem áreas aí que a gente tem pastagem já há 15, 20 anos e ainda está desenvolvendo a pastagem muito boa porque aqui, cada 25 dias, esses animais posam nesses piquetes, daí eles devolvem prá natureza o que eles retiraram. Porque, eu digo assim, se a gente observar a natureza, se você deixar ela, abandonar uma área por conta dela, ela vai só se regenerar, então nós, seres humanos, com a dita inteligência que temos, se nós der uma mão prá ela, será que ela não se regenera mais ainda, olhando como que ela funciona? E dentro da agroecologia, isso é um ponto muito forte [...] (ENTREVISTADO G, 2011).

Os queijos são comercializados em sistema de venda direta (duas a três vezes por semana estaciona o automóvel em pontos determinados da cidade de Francisco Beltrão – no

centro, na proximidade de fábricas – e os clientes deslocam-se para adquirir o produto), em restaurantes, supermercados e, em 2010, iniciaram a venda para o PNAE (350 quilos no ano). Caso aumentassem a produção de queijos, certamente teriam mercado pela boa aceitação do produto, mas como reitera o entrevistado:

A atividade da agroindústria não é a única da propriedade. É a principal atividade de renda e a gente tem que ter tempo para as outras atividades também. E essa quantia, digo, ao longo dos anos aí a gente percebeu que dá uma renda boa, dá prá ter um padrão de vida bom, dá prá investir até, que nem te falava, conseguimos adquirir até mais um pouco de terra. E, eu digo também, é mais tranquilo, é mais tranquilo ter uma produção mais estabilizada, se as vezes dá algum problema de mercado, não te judia, não te quebra, dá pra trabalhar, daria pra trabalhar com um preço muito menor, sem problemas. E a questão da propriedade também, não é uma propriedade grande. Daí sempre se pensou em trabalhar antes com uma sobra de trato de animais do que falta. Por que se começasse a faltar, daí ia ter que adquirir alimentação para os animais de fora, daí adquirir concentrado e outros tratos, daí vira só em trabalho e giro de dinheiro e margem pequena, então, vai mais devagar e tranquilo. E, que nem eu falava, se tem mais espaço, deixa para os outros também (ENTREVISTADO G, 2011).

A policultura para o consumo interno e a comercialização do excedente, ocupa lugar estratégico na dinâmica produtiva da família “D”. Tanto para alimentarem-se de produtos livres de agroquímicos, como para reduzirem despesas com a alimentação da família e dos animais. A diversidade produtiva é alta, somando os dois estabelecimentos, são 15 ha de culturas temporárias: pastagem



Foto 60 – Peras (estabelecimento de 32 ha): frutífera para o consumo interno e com potencial de mercado, 2011.

temporária, forragem animal, milho, mandioca, arroz, feijão, batata (doce, inglesa, cará), trigo, amendoim, chuchu, abóbora, moranga, melancia, melão outros legumes e hortaliças diversas; 15 ha de culturas permanentes (pastagem permanente, banana, laranja, ponkan, bergamota, caqui, pêssgo, pera, abacate, guabiju, jabuticaba¹⁴⁸, nozes, há também experiência de agrofloresta em implementação etc. [fotos 60 - 61]); 2,5 ha de silvicultura

¹⁴⁸ “Nos 23 anos e meio que a gente mora aqui não passou um ano em branco, dizer na questão de plantio de algumas frutíferas, sempre plantando alguma coisa” (ENTREVISTADO G, 2011).

com espécies nativas exóticas (araucária, pinus e eucalipto¹⁴⁹); além de 06 ha de mata nativa, completando o restante das áreas com capoeira (terra em pousio) e com adubação verde para recuperação de áreas degradadas (especialmente no estabelecimento que adquiriram mais recentemente, com mucuna na área de capoeira e consorciada com milho, banana e chuchu).



Foto 61 – Bananal (estabelecimento de 32 ha): destaque para a total cobertura do solo com matéria orgânica das bananeiras, 2011.

Em 2010, comercializaram mandioca¹⁵⁰ (450kg descascado para o PNAE e outros 1.000kg *in natura* para um vizinho revender), ponkan (3,5 toneladas para o PNAE¹⁵¹: 50% da produção de 40 pés), chuchu (1.000kg para restaurantes) e banana¹⁵² (350, 400kg). As sementes utilizadas são próprias:

¹⁴⁹ “A gente plantou um canto, dá 2,5 hectares, plantamos eucaliptos, araucárias: tem uns 1.000 pés de araucária e daí tem 1.500 de pinus. Fizemos um canto também pra reserva. Que não é uma prática, dizer, principalmente o pinus, né, depois, a gente plantou o pinus fazem 12 anos, nós não tinha discutido muito nesta questão do impacto, da agressão ambiental, desse deserto verde de pinus, mas enfim tá ali, agora esperar colher e deixar, [...] não é uma monocultura, [...] talvez uma alternativa de renda daqui há 10 anos” (ENTREVISTADO G, 2011). Quanto ao eucalipto, já havia cultivo de um “cordão” dividindo partes da área que adquiriram posteriormente com o estabelecimento vizinho.

¹⁵⁰ “Nessa área maior agora que foi plantada, foi tirado só uma parte, a gente mandou uns 450 kg descascado para a merenda escolar e foi vendido mais uns 1.000 kg com casca e daí a outra parte tá tudo lá, deixar para dois anos. [...] 70% a 80% da lavoura ainda tá lá” (ENTREVISTADO G, 2011).

¹⁵¹ “Num valor, acho assim, foi bem pago, porque a prefeitura ela fez licitação, porque é tudo por licitação para comprar, e ela fez licitação em uma época de entre safra, daí tava um e pouco o quilo, daí ela acabou pagando pra COOPAFI, no caso, R\$ 1,50 o quilo, daí a COOPAFI pegava 20 por cento para distribuir para as escolas e creches, que dava R\$0,20, daí tinha o frete, e sobrava ainda, líquido, R\$1,10 o quilo, que eu acho um valor que poderia até ser menos” (ENTREVISTADO G, 2011).

¹⁵² “Esse ano foi o início da produção, que pegou esse frio, mas foi colhido, até agora, uns 350 a 400kg de banana. Esse é um dos produtos que a gente está fornecendo, por enquanto, para o vizinho que leva lá para a

A maioria é produzida na propriedade, sementes de milho, trigo, feijão, arroz e também procura trocar algumas sementes nessas festas das sementes que a desenvolve. Esse milho que a gente tem aqui foi uma semente que foi pegada, esse cateto, na festa da semente de Anchieta, Santa Catarina, e se adaptou muito bem aqui (ENTREVISTADO G, 2011).

Para subsistência produzem ainda: geleias (abóbora, banana, pera, pêssego etc.), conservas (pepino, feijão de vagem, pimenta, pêssego etc.), boi gordo (02 cabeças/ano, melhoramento de Jersey com Tabapuã), galinhas caipiras (100 aves), ovos (05 dúzias mensais), porcos¹⁵³ (03 animais/ano, produzindo salame, torresmo, banha e carne), peixes (100kg/ano, Tilápia e carpas Cabeçuda e Papa Capim criadas em açude de 600m²) e mel (cinco caixas de abelha Ápis, 55kg/ano).

Já realizaram registros de custos de produção, atualmente a avaliação do desempenho econômico da unidade de produção obedece a critérios subjetivos atrelados ao bem estar da família, no entanto, a renda anual bruta fica na faixa de 50 a 60 mil reais:

A gente fez dois anos anotação do que se gasta na compra. Porque aqui na propriedade um dos produtos que a gente adquire mais é a matéria orgânica, o esterco de peru, daí fora disso é o mineral para os animais, os outros produtos para o consumo dos animais é produzido na propriedade. A gente fez dois anos essa conta, viu que tem uma margem boa, um padrão de vida razoável, depois outra coisa, digo, não precisa muito fazer as contas do custo, se isto é viável ou não, você chega ao final do ano, se você teve um padrão de vida razoável durante esse ano e as vezes sobrou um pouco ainda é por que ta dando tranquilo, não ta no vermelho, não ta devendo, ta com todas as contas em dia (ENTREVISTADO G, 2011).

Na unidade de 12 ha, é concentrada a produção de leite, de aves, suínos, peixes, frutíferas (ponkan, jabuticaba, guabiju etc.), silvicultura e culturas de horta e estufa, conforme detalhado anteriormente (fotos 72 – 74). No estabelecimento de 32 há mantém, em pastagem permanente, bezerros e novilhas (20 animais ao todo); produzem também pastagem temporária, a maioria dos grãos (arroz, milho, trigo e feijão), culturas diversas (mandioca, batatas, abóbora, moranga, chuchu, amendoim etc.), frutíferas (bananeira,

feira e também vende um pouco pros vizinhos aqui também. Tem um vizinho que já pegou 105kg” (ENTREVISTADO G, 2011). Comercializam banana e algum outro excedente também na feira, mesmo não participando diretamente estão integrados em um sistema de cooperação: alguns vizinhos, agricultores feirantes, levam e vendem os alimentos.

¹⁵³ “Tem Branco, Comum, Large White, Landrace: a gente pega leitão do vizinho aí engorda, pega dos pequenos. Porque não compensa ter matriz prá tirar uns leitão só, daí adquire dele, pega com uns 30 kg daí engorda até 120” (ENTREVISTADO G, 2011).

pereira, bergamoteira, dentre outras frutíferas), além de áreas de silvicultura, mata nativa e capoeira (fotos 65 - 71).

A unidade (32 ha), adquirida com recursos próprios e uma parte emprestada com seu irmão¹⁵⁴, é um investimento visando, sobretudo, construir condições para seus filhos seguirem com o modo de vida de agricultores: estamos diante de um exemplo legítimo de acumulação camponesa, distinta da acumulação capitalista, posto que sua essência não é a acumulação do capital (a terra não servirá para exploração de trabalho de outrem, nem como bem de capital para produção de mercadorias que circularão na ciranda mercantil, respeitando as demandas correntes do mercado e o princípio da competitividade), mas seu potencial valor de uso para a reprodução do campesinato em seu modo de vida ecológico. Trata-se de um processo de reprodução ampliada do modo de vida camponês pela agroecologia.

Intermediada pela Rede Ecovida de Agroecologia, está sendo encaminhado junto ao MAPA a efetivação do cadastro de certificação participativa das duas unidades de produção da família. Ressalta-se, porém, o caráter facultativo dos certificados de conformidade orgânica dos produtos nos sistemas de venda direta. A tônica da família, salienta o entrevistado, é a construção de relações de confiança entre produtor e consumidor: “[...] nessa questão de relação direta com o consumidor, a gente fala isso, eles sabem e a gente também convida pra vir aqui olhar, conhecer” (ENTREVISTADO G, 2011). Com respeito aos processos de certificação privados, por auditoria, diz conhecer o sistema, utilizado por parentes (primos e irmãos), mas nunca optou por esse tipo de certificação por discordar de seus pressupostos essenciais, a saber, intermediar a comercialização, apropriando-se da renda do trabalho; e, primar pelo escoamento no mercado internacional, rastreando nichos de consumidores e agregando maior preço aos produtos orgânicos.

Não achei muito interessante nessa questão, principalmente porque eles pegaram certificação de produtos para a exportação. Eles certificavam produtos tipo pipoca, soja, no meu ponto de vista, não é a agroecologia que eu imagino, que eu penso. [...] Havia um tipo de exploração, de

¹⁵⁴ “Com recursos próprios. Faltou um pouco, mas eu tinha um irmão que tinha um dinheiro sobrando, aí eu pedi se ele arrumava, daí emprestei dele e agora, depois de 4 anos, ele precisou de um dinheiro, daí eu fiz a proposta prá ele, diz: você me emprestou 18 mil um ano e meio sem juros pra mim comprar a terra e, agora, você precisa desse dinheiro eu faço a proposta prá ti, eu te dou o mesmo dinheiro com o mesmo prazo, e daí ele disse: ta bom, pode ser assim” (ENTREVISTADO G, 2011).

intermediação, que eles certificavam para repassar para outros países. Eu acho que o país ele deve primeiro se preocupar em produzir alimentos para o povo do país. Dizer, tanta miséria que existe, tanta falta de alimentos, daí entra uma instituição, que pra mim não é ecológica, daí é orgânica, ecológica seria levar em consideração [...] a questão social e ali não se leva tanto, porque deixa o povo da terra (ENTREVISTADO G, 2011).

As infraestruturas e instrumentos de trabalho que a família dispõe consistem em: moradia (120m²), agroindústria (e equipamentos), paiol (78m²), estrebaria (80m²), chiqueiro (16m²), açude, estufa (30x02m, produção de subsistência de legumes e verduras), silo (sistema alternativo para armazenamento de milho – grão úmido¹⁵⁵), ordenhadeira mecânica, gaiota (carroça de um eixo movida à tração animal), arado, carpideira e grade (tração animal), forrageira, debulhador de milho, roçadeira, motosserra, pulverizador manual e fonte protegida para provimento de água (abastecimento humano e animal) (fotos 62 - 64).



Foto 62 – Vista externa do paiol e da estrebaria. À frente da fotografia destaque para a gaiota alocada na estrutura coberta. 2011.

¹⁵⁵ Construído dentro do paiol, consiste numa estrutura de alvenaria de aproximadamente 05x10m de base, com partes de 1,5m de altura divididas metro a metro. Armazena-se o grão colhido ainda úmido, depois de triturado, socado e coberto com lona preta e terra (resguardando o alimento da umidade, dos ratos e insetos).

Foto 63 – Vista parcial do sistema de silagem para grão úmido construído dentro do paiol, 2011.



Quanto às técnicas de produção, as principais são: produção de leite à base de pasto; piqueteamento de potreiro com cerca elétrica; adubação verde, manutenção da matéria orgânica, pousio, rotação de culturas e de áreas para evitar erosão, repor nutrientes e melhorar a estrutura do solo; aumento do equilíbrio agroecossistêmico com o consórcio de culturas temporárias; capina seletiva e uso do princípio da alelopatia¹⁵⁶ para o controle de plantas concorrentes; reflorestamento com espécies nativas, frutíferas, silvicultura e SAF; homeopatia animal,



Foto 64 – Vista interna da estrebaria: local onde são ordenhadas as vacas, 2011.

inseminação artificial e reprodução com touro; armazenamento de sementes em garrafas pets; silagem de grãos como complemento da alimentação animal:

¹⁵⁶ “As ervas daninhas, dá uma removida com a tração animal e [estamos] fazendo alguma experiência em produzir matéria orgânica em grande quantidade pra acabar abafando as plantas. Tem adubação verde que ela é alelopática, [...] se você tem palhada de mucuna, não desenvolve muito a gramínea embaixo, o papuã e outros” (ENTREVISTADO G, 2011).

A questão do armazenando do milho e do trigo, a gente fez um silo, que eu sempre observava que um dos estrangulamentos da agricultura familiar é o armazenamento. Que se perdia muito milho armazenado ou trigo que seja, armazenado no paiol, em espiga. Você perde muito com caruncho, perde muito com rato, perde valor nutricional. Daí, se a semente tá muito seca pra tratar, muito dura, o animal já não consegue absorver tudo. Daí a gente foi ver umas experiências alternativas de armazenamento, fomos em Saudades do Iguaçu [PR], ver uma experiência de silo secador, armazenamento de grão seco, [outra] aqui em Santo Isidoro, armazenamento de grão úmido. Daí achou que para os animais, as vacas, melhor seria grão úmido, daí investiu R\$1.500,00 em silos e ficou muito bom prá guardar o trato que é um das questões que acho que tem que ser trabalhada, na armazenagem (ENTREVISTADO G, 2011).

Frisa, a luz de sua experiência de mais de duas décadas, conforme já considerada, que são várias as vantagens com a agroecologia:

Várias, muitas vantagens. Essa questão de você produzir um alimento saudável, um alimento, que nem diz, um alimento limpo de agroquímicos e limpo dessa questão social, que não é vista. Não se produz alimento com exploração de mão de obra e a outra vantagem, que eu acho assim muito interessante da agroecologia, que ela procura, que nem diz o agricultor, ele deve procurar formas de se apropriar do alimento que ele produz, se ele vai passar pra outras pessoas que precisam desse produto. Então é um dos princípios que eu acho muito interesse, que daí ele tem muita influência na questão social, porque ele valoriza muito mais a pessoa que produz. Ela é, essa dimensão social de aparecer o produtor, ela é muito trabalhada, porque na agricultura convencional, na integração, quem produz ele desaparece como um ser social, é um produto da Seara, da Sadia ou da Perdigão, e quem produz desaparece (ENTREVISTADO G, 2011).

Por conseguinte, na leitura do entrevistado, a agroecologia é uma importante forma de inclusão social, diferentemente da “outra”, da lógica do agronegócio:

Sim, com certeza. A outra é de exclusão, essa é de inclusão em todos os sentidos. Por isso eu digo, que a agroecologia é a forma mais justa de produzir, mais correta socialmente, ambientalmente e economicamente. Não vejo outra forma. E dentro da agroecologia, uma das práticas desenvolvidas aí que eu vejo que é a mais ecológica é a agrofloresta. Daí cada região vai ter que ir desenvolvendo as suas produção, suas culturas (ENTREVISTADO G, 2011).

Sustenta ser condição fundamental para o crescimento da agroecologia a inserção do poder público em suas várias esferas de atuação, da união aos municípios, desenvolvendo políticas públicas nos eixos da pesquisa, da tecnologia, da educação etc.:

Essa questão da inserção do poder público, nessa questão da agroecologia: se a gente tiver o apoio, o interesse do poder público, essa tecnologia, [se] esse modo de vida, vamos dizer, [fosse] introduzido ou vamos dizer assim,

estruturado dentro das várias áreas de atuação do poder público, da educação, dos órgãos de governo, secretarias, as instituições aí de pesquisa, de trabalhar isso, senão, senão tiver dentro da escola, dentro da pesquisa isso, de política pública, é difícil, porque as entidades aí que trabalham, elas tentam, que nem diz, desenvolver algumas referências, mas não muito mais do que isso (ENTREVISTADO G, 2011).

Não existe nada de subsídio, de recurso. Não há política pública para a agroecologia, a gente trabalha a agroecologia hoje como na resistência, não existe (ENTREVISTADO G, 2011).

Para haver avanços nas esferas da produção e da comercialização de produtos agroecológicos, assinala também a imprescindibilidade da atuação do Estado, oferecendo estruturas para escoamento da produção e investindo em mecanismos para informar e trabalhar processos de conscientização em educandos, agricultores e consumidores quanto às benesses da agroecologia em relação ao paradigma técnico agroquímico hoje hegemônico:

Eu acho que na comercialização o poder público devia oferecer mais infraestrutura. [...] Por exemplo, um espaço no município, né, com recursos públicos para o agricultor que quisesse ir lá levar. Também a questão de publicidade; daí, pra isso, uma outra coisa que é fundamental é a conscientização, trabalhar com o consumidor, para ele ter consciência disso. Porque você vai fazer alguma coisa diferente ou adquirir alguma coisa diferente, se você tiver consciência daquilo, né, se não, do contrário acaba as vezes achando que tá indo na contramão. Que nem o meu mais novo tava falando que num dia de aula, foi no primeiro ou no segundo ano agora do ensino médio, tinha um material lá que eles estavam estudando, onde dizia que os produtos orgânicos eles são contaminados porque se usa adubação orgânica daí aquilo tem um monte de contaminação, de coliformes e outros, outras sujeiras, mas a sujeira química, isso não se fala. A escola ela deveria de trabalhar muito isso (ENTREVISTADO G, 2011).

Na esfera da produção, pontua a premência da reforma agrária como política estruturante no tocante a desconcentração fundiária e socialização das melhores terras, hoje monopolizadas pelo agronegócio; para as “pequenas propriedades” avançar na já citada conscientização poderia ser um movimento inicial que conduziria ao incremento da produção; por fim, considera que trabalhar a temática nos conteúdos curriculares da educação formal e desenvolver pesquisas nas IES contribuiria para o fomento da agroecologia:

Por alto, que nem diz, no macro, no grande, uma coisa a gente discute essa questão da rediscussão, replanejamento do sistema fundiário, porque do jeito que ele tá hoje, tá estruturado, como diz, as propriedades mais favoráveis tão para a monocultura do milho e soja. Daí, para as pequenas

propriedades que ainda existem, esse trabalho [...] da conscientização do consumidor, do produtor, que isso fosse trabalhado nas universidades e tal, porque, o mais velho tá fazendo o curso dele e comenta que os alunos lá vão fazer pesquisa, alguma coisa, para a agricultura convencional, pro agronegócio, pra mais pra frente para ele ter um emprego, né. Dizer, vão pensar alguma coisa para utilizar dentro de grandes aviários, de grandes estruturas do agronegócio, mas porque isso? Ninguém se interessa quase em fazer pesquisa, em estudar dentro da agroecologia, porque eles querem uma garantia de emprego lá na frente (ENTREVISTADO G, 2011).

O intenso trabalho manual, reflexo da inexistência de políticas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas aos agroecossistemas, elevando sua penosidade, é citado como uma desvantagem, um estrangulamento das formas agroecológicas de produção, especialmente entre os jovens do campo.

É um dos pontos que eu digo que devia desenvolver pesquisa, que a gente percebe uma desvantagem e a gente discute com os filhos até, levantam esse ponto, né, do trabalho, como diminuir o trabalho, as vezes o trabalho é um pouco maior e daí como você desenvolver tecnologia [...], equipamentos também pra trabalhar dentro da agroecologia: que é um dos estrangulamentos que a gente percebe assim, mais na juventude (ENTREVISTADO G, 2011).

Pondera também, como uma questão a ser avaliada pela família em um futuro próximo, a característica diária de trabalho própria da produção leite e da atividade queijeira, as quais “prendem” os sujeitos à propriedade; obrigatoriamente, há que se ordenharem as vacas duas vezes ao dia. Contudo, como os filhos já dominam por completo as práticas produtivas, ainda há relativa maleabilidade para a realização de atividades fora do estabelecimento.

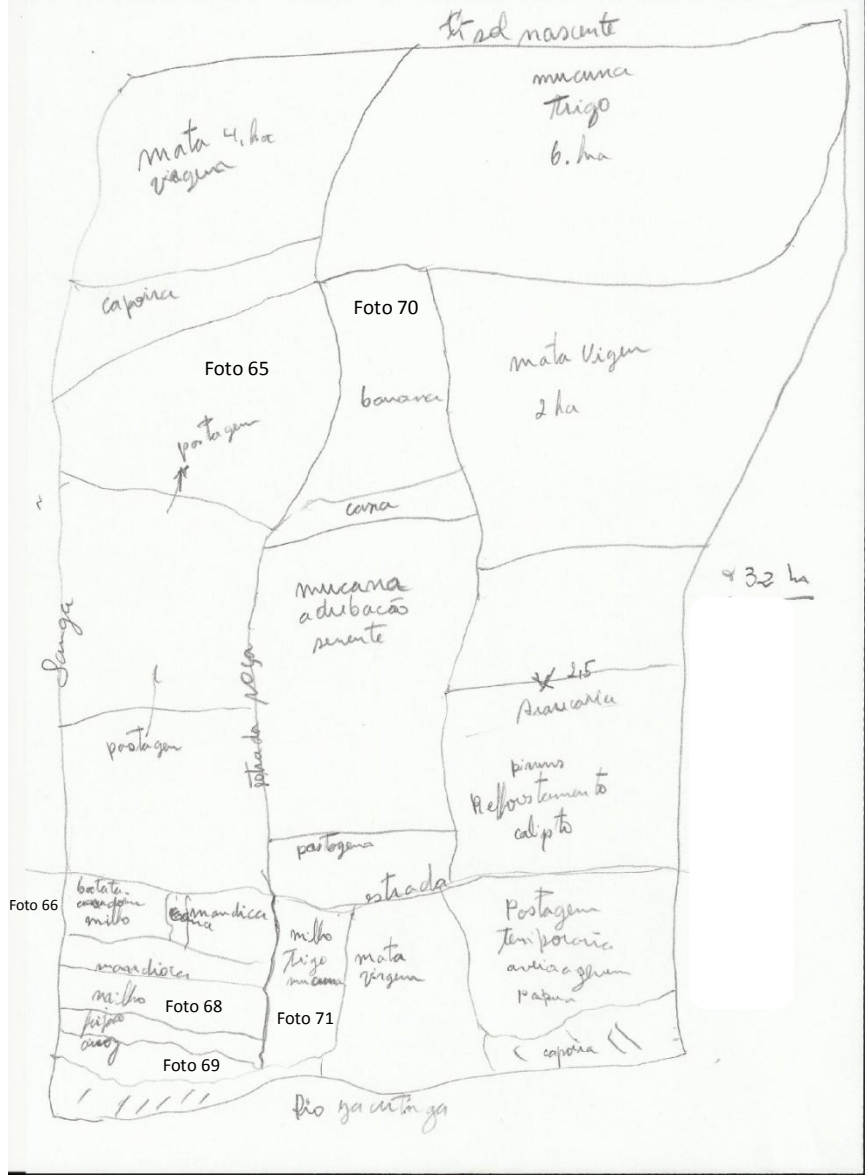
Uma que eu percebo assim é que tu tem um tempo maior que você está mais tempo, vamos dizer, mais preso aquilo ali. Embora, a maioria dos dias, até o meio dia, digo, tem as atividades da casa aí que acaba fazendo o queijo junto com isso, com a atividade, antes do meio dia, aí, à tarde sempre dá pra variar, que nem diz, na atividade, dá pra sair (ENTREVISTADO G, 2011).

Os filhos já dominam tudo, [quando é preciso sair] vai uma parte e outra parte fica. Daí por isso, eu não sei, penso em conversar com a esposa, talvez daqui uns dez anos, se os filhos quiserem tocar a atividade do leite, tocam, se não a gente vai, diz estruturando essa outra, de frutas, de agrofloresta, para ter um tempo mais disponível. [...] Só que você, pra largar um, tem que ir estruturando o outro (ENTREVISTADO G, 2011).

Enquanto a realidade de muitos agricultores do Sudoeste paranaense é a de forte sujeição ao agronegócio e, por conseguinte, de imobilismo dos sistemas produtivos, sendo

levados a conviverem com o “veneno” e espoliarem os recursos naturais de suas unidades tão só para sobreviverem, o grau de autonomia e consciência alcançadas nessa trajetória como agricultores agroecológicos, permite à família, dentro de um quadro de ampliação das possibilidades, ousar, criar, desenvolver e aprimorar práticas produtivas que coadunem-se a seus anseios de vida, ou seja, valendo-se da territorialidade ativa, produzem seus territórios de vida.

Mapa mental elaborado pelo entrevistado “G” (2011)



Mapa 3 – Unidade produtiva de 32 ha, 2011.



Foto 69 - Produção de arroz para o autossustento: destaque para mata nativa ao fundo, 2011.



Foto 65 - Novilhas criadas extensivamente em pastagem permanente: destaque para mata nativa ciliar ao fundo, 2011.



Foto 67 - Abóbora Moganga, 2011.



Foto 70 - Adubação verde com mucuna, bananeiras consorciadas com chuchu e mata nativa, 2011.



Foto 66 - Consórcio entre culturas temporárias: batata-doce, abóbora e milho, 2011.



Foto 68 - Consórcio abóbora, mandioca e milho: destaque para mata nativa ao fundo, 2011.



Foto 71 - Consórcio entre culturas permanentes: amendoim, abóbora e milho, 2011.

Hand-drawn map of a rural area, likely a farm or estate, with various geographical features and handwritten labels in Portuguese. The map is oriented with a north arrow pointing towards the top right.

- Top Left:** A small drawing of a sun.
- Top Center:** A hill labeled "Monte da Capim".
- Top Right:** A hill labeled "Monte da Capim".
- Center:** A large area labeled "Propriedade" (Property) with a central river or stream labeled "Rio da Capim".
- Bottom Left:** A hill labeled "Monte da Capim".
- Bottom Center:** A hill labeled "Monte da Capim".
- Bottom Right:** A hill labeled "Monte da Capim".
- Labels:**
 - Foto 73:** Located near the center of the map, near the river.
 - Foto 74:** Located near the bottom left of the map.
 - Foto 72:** Located near the bottom right of the map.
- Other Labels:**
 - "Propriedade" (Property) - written multiple times.
 - "Rio da Capim" (River of the Grass).
 - "Monte da Capim" (Hill of the Grass).
 - "Capim" (Grass).
 - "Rio" (River).
 - "Monte" (Hill).
 - "Propriedade" (Property).

A photograph of a lush green field, possibly a pasture or agricultural field, with a dense line of trees in the background. The field is filled with tall, vibrant green grass or crops, and the trees in the background are dark green and densely packed.

A photograph of a grassy hillside with a dirt path. Four black arrows point to specific locations: one on the left side of the path, one on the path itself, one on the right side of the path, and one further right on the hillside. The background shows rolling green hills under a clear sky.

287

4.6 Disputa territorial e os sentidos da política camponesa de construção da sua existência pela agroecologia

“Olha, a agroecologia da pra entender ela como tu se inserindo num todo no meio ambiente, você entender todo ele. Depois, da pra entender hoje como uma coisa diferente do que se propõe até de modelo agrícola” (ENTREVISTADO H, família E, 2011).

Nas experiências de transição e afirmação da agroecologia, presentes nas trajetórias das famílias estudadas, como observadas anteriormente, fica nítido o lugar estratégico ocupado pelos conteúdos ecológicos, gradativamente postos em movimento, objetivando construir autonomias relativas ao capital e dar vazão ao projeto ecológico camponês, em linhas gerais, empiricamente manifestadas em sua multidimensionalidade: a) no difícil e cotidiano enfrentamento à territorialidade do modelo de desenvolvimento do agronegócio (a qual subordina para explorar, espolia e está sempre presente como “opção”); b) na essencialidade dos circuitos de “solidariedade orgânica” (relações de vizinhança, atuação de entidades e organizações de apoio etc.) para o rompimento com a “territorialidade passiva”; c) na criação de dinâmicas produtivas ecológicas: em movimento, coadunadas às condições objetivas da terra e do trabalho, e, recriando, de alguma forma, experiências precedentes (as famílias não partem do nada para fazer agroecologia, mas transformam suas práticas orientadas por outra concepção de desenvolvimento); d) na construção principalmente de circuitos curtos e diretos de comercialização, apropriando-se quase que integralmente do produto do trabalho; e, e) com a inserção à rede local de sujeitos, acessando outras redes, amplia-se os horizontes da articulação política e da experiência sensorial avançando nos processos de ativação de territorialidades.

As doze famílias estudadas (quadro 02), todas produzindo unicamente em sistema agroecológico, dividem-se em dois grupos: agricultores que tradicionalmente e de longa data praticam formas ecológicas de produção (as famílias¹⁵⁷ “D”, “E”, “F” e “G”¹⁵⁸, as famílias “H” e “L”) e sujeitos que aderiram mais recentemente à agroecologia (as demais famílias: no final dos anos 1990 e meados de 2000). No primeiro grupo há aqueles (famílias “D”, “E”, “F”

¹⁵⁷ Parentes: cada uma das quatro famílias reside em estabelecimento individual na localidade de Jacutinga.

¹⁵⁸ “A gente até trabalhou uns dois anos com alguma coisa de adubo químico, mas fora disso, nunca foi usado nada, mas isso foi lá pelos anos 82, 84, a gente mais ou menos usou um pouquinho [...]. O que a gente usava, na época que nós criava porco, era o tal de sarnicida, este a gente usava bastante, esse é um praguentinho, mas ele foi usado. Agora na agricultura mesmo nós nunca usemo secante, nem herbicida, nada, nem semente comprada, nada” (ENTREVISTADO H, 2011).

e “G”) que desenvolveram formas ecológicas de produzir¹⁵⁹, o que posteriormente convencionou-se denominar por agroecologia, tendo por base os sistemas de agricultura tradicional¹⁶⁰ de seus antepassados, aprimorando àquela “agroecologia do passado” citada pelo entrevistado “G”; e os que avançaram em processos de transição pela inserção no movimento sindical (família “H”) e incentivados pela atuação da ASSESOAR (família “L”), especialmente no contexto do projeto “Vida na Roça”, em 1996, ocasião a qual a entidade passou a assistir mais efetivamente as famílias agroecologistas: fomentando o debate, promovendo formação, auxiliando na formação de feiras etc. O segundo grupo é formado por famílias que aderiram a agroecologia pela oportunidade de comercialização aberta com a feira livre e conferindo as benesses dos agricultores consolidados (pela relação de vizinhança, um dos motivos da não pulverização espacial das experiências, situadas, sobretudo, nas localidades Jacutinga e Gralha Azul), somados ao apoio da ASSESOAR e da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão.

Para a maioria das famílias (07) o trabalho rural é a principal fonte de renda, mas há forte incidência de aposentadorias e de outros trabalhos na composição dos orçamentos, ora como complemento e, em alguns casos, como fonte principal. Muitos dos casos de aposentadoria são de pais e familiares de agricultores entrevistados que residem na unidade de produção.

Quadro 02 – Informações gerais sobre as famílias estudadas

Família	Número de membros	Localidade rural	Área do estab. (ha)	Início com a agroecologia (ano)	Fontes de renda
Família A	02	Jacutinga	2,5	1998	Trabalho rural; 02 aposentadorias
Família B	05	Jacutinga	14,8	2006	Trabalho rural; 01 bolsa família

¹⁵⁹ “Agroecologia é, vamos supor, um jeito de cultivar cuidando a natureza, cuidando mais, como poderia dizer. Parece que a gente se sente assim uma pessoa que tá, não sei como, parece que tu se sente diferente, parece que tu se sente que tu tá fazendo a tua parte de cuidar o nosso planeta, ajudando. Então a gente vê que os químicos e coisa tudo agride muito o meio ambiente, né” (ENTREVISTADO J, família F, 2011).

¹⁶⁰ “Olha, os pais da gente vieram de um jeito deles de fazer as coisas e, é claro, que na época nem existia essas histórias [de agroecologia] no tempo deles. Só que houve uma época de bastante degradação do solo do modelo, do jeito que eles trabalhavam, né, e foi um pouco dificultoso a gente recuperar essas terras [...]. Era bastante no arado e lavravam e chovia, erosão e isso destruía, acabava com o solo, ela ficou num ponto de não produzir quase nada. Só que daí, nos anos 90, 89, 90 quando a gente iniciou, daí que a gente recuperou esse solo, assim que hoje produz bem mais do que naquela época que a terra era nova, no tempo deles. [...] A gente recuperou com adubação verde e parou com as queimadas e adubação orgânica que a gente usa (ENTREVISTADO H, 2011).

Família C	04	Vila Rural Gralha Azul	0,5	2003	Trabalho rural; 01 bolsa família
Família D	05	Jacutinga	12 e 32	1991	Trabalho rural
Família E	05	Jacutinga	30	1953	Trabalho rural; 03 aposentadorias
Família F	05	Jacutinga	15,9	1991	Trabalho rural; prestação esporádica de serviços (pedreiro, carpinteiro, recenseador); 01 trabalho urbano
Família G	05	Jacutinga	24,5	1976	Trabalho rural; 01 aposentadoria
Família H	05	Secção São Miguel	18,3	1993	Trabalho rural; 01 trabalho urbano; 02 aposentadorias
Família I	04	Vila Rural Gralha Azul	0,5	2006	Trabalho rural
Família J	05	Vila Rural Gralha Azul	0,5	1998	Trabalho rural; 01 aposentadoria; 01 cargo público (vereador)
Família K	05	Jacutinga	Obs.*	2003	Trabalho rural
Família L	03	Jacutinga	4,8	1996	Trabalho rural; 02 aposentadorias

Fonte e organização: Márcio Eduardo, 2014. * Agregados na unidade de produção da família “L”.

Das doze famílias, dez têm jovens residindo na unidade de produção, desde muito cedo envolvidos¹⁶¹ e gradativamente ocupados com trabalho rural. As possibilidades de sucessão, bem como a de expansão do número de produtores agroecológicos, no entanto, são colocadas como incógnita, condicionadas a questões já levantadas, algumas delas figurando como “desvantagens da agroecologia” (sistematizadas no quadro 03), principalmente relacionadas à inserção do poder público: o investimento em pesquisa (que repercute-se no estreitamento do diálogo a partir das demandas dos sujeitos), em assistência técnica, em estrutura e canais de comercialização, em informação (conscientização), educação e na criação de tecnologias apropriadas que reduzam a penosidade do trabalho e sejam acessíveis aos trabalhadores. Outro limite à sucessão refere-se ao tamanho dos estabelecimentos agropecuários, vários com menos de 05 ha, dificilmente viabilizando-se economicamente caso fracionados por divisão de herança.

¹⁶¹ “As piaçada, os coitado, iam uns num balaio, outro iam lá na roça se arrastá, mas tinham que ir junto lá pra roça desde novinho, né, pra a gente pode trabalhá” (ENTREVISTADA L, família “F”, 2011).

Quadro 03 – Vantagens e desvantagens da agroecologia

Família	Vantagens da agroecologia	Desvantagens da agroecologia
Família A	É mais rentável e não usa veneno	Dá mais mão de obra
Família B	Você não depende de empresas, é mais independente; preserva o meio ambiente; maior qualidade de vida	Ainda não tem o seguro agrícola (falta de notas, a semente não é garantida)
Família C	Sabe que é sem veneno; faz bem à saúde; é garantia de qualidade de vida para o consumidor.	Tem-se um pouco mais de mão de obra
Família D	Questão ambiental (sem agrotóxicos); saúde	Não há pesquisas na área pelos órgãos competentes.
Família E	Não agressão ao meio ambiente onde a gente vive, na saúde, na alimentação e na própria proposta que a gente tem de com a agricultura familiar cultivar para a sobrevivência na propriedade	Não
Família F	É possível se manter só com a agroecologia e a satisfação em produzir agroecologicamente	Exige muita mão de obra e faz-se necessário o uso de maquinários adaptados para a produção agroecológica
Família G	Há mais qualidade no produto e é mais saudável	Falta mão de obra
Família H	Produção limpa, saúde, livre de agrotóxicos, evita-se contaminação pessoal, ambiental e há bom retorno financeiro	Não acredito que há desvantagens e sim dificuldades, pois faltam incentivos de pesquisa, o conhecimento não chega aos agricultores. O que se vê é apenas um conhecimento acadêmico e este não se expande. Não se ensina um simples controle de combate aos insetos. Faltam políticas públicas. As entidades que trabalham com a agroecologia não tem prioridades
Família I	Produto mais procurado e vale mais	Abrir mais feiras. Ninguém entra nas feiras (grupos fechados)
Família J	Em primeiro lugar é a saúde e depois os custos de produção	Perde mais (tem dificuldade de combater pragas e doenças)
Família K	Financeiramente é melhor; Por não fazer uso de agrotóxicos, tem-se mais saúde.	Dificuldades com os insetos no verão
Família L	Saúde proporcionado pelo alimento limpo	Muito esforço físico

Fonte e organização: Márcio Eduardo, 2014.

Dentre as “vantagens da agroecologia”, são indicadas, sobretudo, questões relativas à saúde da família agricultura (alimentando-se melhor e não expondo-se aos agrotóxicos) e do consumidor (garantia de produtos “limpos”), o fato de produzir sem agredir o meio ambiente, a melhora na viabilidade econômica, a autonomia nos processos decisivos sobre a produção.

4.7 Construindo autonomias na dinâmica produtiva e no circuito de comercialização por intermédio da solidariedade e da organização política

“Olha, economicamente eu digo que é viável sim, porque [...] como a gente sempre foi na linha da agroecologia, nós hoje, na questão econômica, não somos inferiores a ninguém da comunidade”
(ENTREVISTADO H, 2011).

Na trajetória de hegemonização do modo de produção capitalista, a produção com base na exploração e na dominação da natureza, e a dinâmica mercantil fundamentada no lucro máximo, consolidaram-se como axiomas. Colocaram-se como possibilidades únicas, a forma moderna¹⁶² e autêntica de relação econômica: contratual, estranhada e impessoalizada. Porém, não se trata da única forma de produzir e circular os produtos do trabalho: não se caracterizou historicamente, e não o é na atualidade. Conforme temos demonstrado, através de suas práticas e de seus códigos de valores¹⁶³, os agricultores e agricultoras ecológicos de Francisco Beltrão desafiam essa máxima, produzindo em observância e respeito à dinâmica da natureza e intercambiando os produtos do trabalho orientados pela cultura camponesa. Isso só é possível porque apropriam-se quase que integralmente do produto do seu trabalho, rompendo com a subordinação intrínseca ao sistema técnico e a esfera mercantil em que está circunscrita a agricultura moderna, ao passo que têm buscado, nos limites de suas próprias forças, construir autonomias na dinâmica produtiva e nos circuitos de comercialização.

Para tanto, as práticas de reciprocidade e de apoio mútuo, inerentes ao SLOT agroecológico, tem se constituído como um catalisador desse modo de enfrentamento à territorialidade do agronegócio. Em quais momentos efetivam-se as práticas de reciprocidade e apoio mutuo? a) no compartilhamento de experiências: amplamente difundida entre os sujeitos, na escala local e ampliada para outras escalas através da dinâmica da certificação participativa (conferindo experiências em diversos lugares e

¹⁶² “Eu já acho que atrasado seria eles, por causa que eles não se tocam do mal que eles tão fazendo no meio ambiente” (ENTREVISTADO K, família “F” 2011).

¹⁶³ Valores para com as pessoas, com a dinâmica do mundo biofísico, com os animais, a exemplo da relação de identidade que a entrevistada “I” (família “E”) estabelece com as vacas de sua unidade, nominando-as individualmente: “eu chamo elas todos os dias pelos nomes, eu nunca esqueço o nome de nenhuma delas: a Chilena, a Sabrina, a Petiça, a Bonita, a Mansinha e a Beca” (ENTREVISTADA I, 2011). Dar nome às coisas é apropriar-se delas, desenvolver sentidos de pertença e proximidade. Para a entrevistada as vacas não resumem-se a rebanho da raça Jersey, mas são individualizadas nominalmente, pois cada vaca é descendente de outras vacas de sua unidade de produção, logo, faz parte também de sua história.

recebendo visitas na unidade no processo de avaliação da conformidade orgânica), da participação em eventos (jornadas de agroecologia, espaços de formação etc.), acessando insumos e experiências no Sudoeste paranaense através do “Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias Ecológicas¹⁶⁴” organizado pela ASSESOAR e outras organizações populares etc.; b) na articulação política (desde a escala local pela Associação, entidades, entre outras organizações, acessando redes diversas e vice-versa); c) na troca de sementes e de dias de trabalho (limpando a roça, fazendo silagem, descascando legumes, limpando vidros de conserva etc.); d) cooperando na produção (a exemplo da associação Natuvida) e na circulação (consoante práticas de reciprocidade entre os agricultores feirantes); e) estabelecendo relações de horizontalidade na dinâmica da feira livre; f) adquirindo alimentos que não são produzidos na unidade através da compra e venda entre os integrantes da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão e produtores de outras associações da mesorregião Sudoeste.

A construção de autonomias na dinâmica produtiva efetiva-se por meio: a) do desenvolvimento de técnicas ecológicas de produção (compiladas as principais no quadro 04), garantem maior soberania sobre os processos produtivos¹⁶⁵, reduzindo custos de produção pela minimização dos insumos advindos de “fora da porteira”, b) da diversificação produtiva (ampliando a possibilidade de produtos comercializados [quadro 05] e para a subsistência), c) da produção para a subsistência (como feito referência nas trajetórias das quatro famílias, praticado como estratégia de redução dos gastos com aquisição de alimentos, ao passo que incrementam a dieta familiar acessando produtos

¹⁶⁴ O Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias Ecológicas engloba 17 municípios (16 do Sudoeste Paranaense e 01, Palma Sola, de Santa Catarina), são eles (com os números representando a quantidade de guardiões no município – seja de sementes, mudas, variedades animais ou de tecnologias ecológicas): Ampére (13), Boa Esperança do Iguaçu (2), Capanema (16), Coronel Vivida (1), Dois Vizinhos (5), Francisco Beltrão (7), Manfrinópolis (1), Marmeleiro (9), Palma Sola (1), Pato Branco (7), Planalto (2), Pranchita (10), Realeza (2), Salgado Filho (2), Santa Isabel do Oeste (2), São Jorge (8), Verê (3). No Banco, a título de exemplo da agrobiodiversidade existente e mantida pelos guardiões, destacam-se: Galinha (06 espécies): Carijó, Cruzamento, Gigante Negro, Índio Gigante, New Hampshire e Sussex; Arroz (07 variedades): Arroz Agulha, Arroz Branco, Arroz Branco Sequeiro, Arroz Caqui, Arroz Vermelho e IPR 117; Feijão (11 variedades): Chumbinho, Feijão 60 dias, Feijão Arroz Vermelho, Feijão Azuki, Feijão Manteiga, Feijão Preto, Feijão Preto Graúdo, Feijão Taquara, Fradinho, IPR Tiziu e Vagem Branca; Milho (20 variedades): 7 variedades, Asteca, BR 106, Caiano, IPR 114, Milho Amarelão, Milho Branco, Milho Cateto, Milho Comum, Milho Doce, Milho Encapado, Milho Ligeirinho, Milho Ouro, Milho Pioner Branco, Milho Roxo, Milho Sol da Manhã, Palha Roxa, Pixurun, Pixurun-5 e Treze Variedades; Pipoca (04 variedades): Pipoca Amarela, Pipoca Branca, Pipoca Dourada, Pipoca Preta; além de tecnologias ecológicas como: agroflorestas, aquecedor Solar e cisterna; entre outras variedades de grãos, cereais, tubérculos etc.

¹⁶⁵ “Eu acho que assim, a gente caminha com as pernas da gente. A gente vê o ponto de vista da gente na produção e faz, não precisa ficar no pacotão, né. Na produção química vem o técnico diz que tem que ser assim, o cara só obedece. Então a gente é mais livre quanto a isso também, sente mais a vontade” (ENTREVISTADO K, 2011).

saudáveis), d) agregando valor aos produtos *in natura* com a agroindustrialização e a transformação (queijos, pães, bolachas, massas, doces, carnes, mandioca e abóbora descascados etc.): dos doze produtores estudados, dez comercializam produtos transformados; e) certificando a qualidade orgânica dos produtos pelo processo participativo de avaliação da conformidade, reduzindo custos e desburocratizando o processo (08 famílias possuem certificação; para outras 02 estão sendo encaminhadas; e somente 02 produtores não possuíam encaminhamentos até 2011, ver quadro 05): segundo o entrevistado “M” (família H), coordenador do Núcleo Sudoeste Paranaense da Rede Ecovida de Agroecologia, enquanto a certificação por auditoria custa para o agricultor R\$1.300,00 anualmente, pela Rede Ecovida de Agroecologia a anuidade é de R\$35,00 por família, R\$70,00 por Associação e mais R\$70,00 para quem tem agroindústria (a exemplo da queijaria Natuvida).

No conjunto das técnicas ecológicas destacam-se: preparo e manejo da terra com tração animal¹⁶⁶ (aração, capina e gradagem, assim como para o transporte da produção no interior das unidades); adubação verde e a adubação orgânica com dejetos de animais (aves e bovinos) da unidade e com “cama” de aviário; sistemas de pousio, consórcio (entre plantas de cultivo temporário; mesclando frutíferas, mata nativa, criação de gado e galinhas), rotação de culturas e de áreas; cobertura do solo (adubação verde, restos de produção, palhada e vegetação espontânea); irrigação; produção de hortaliças em estufas e sombrites; prevenção de doenças, verminoses e controle de parasitas animais com homeopatia e preparados; controle de fungos e infestação de insetos com caldas; piqueteamento de potreiro; cordões vegetais; e reflorestamento/SAF.

O adubo orgânico de “cama” de aviário é o insumo externo que em maior quantidade adquire-se nos estabelecimentos agroecológicos. Mesmo proveniente de uma produção convencional, composta pela mistura de dejetos de animais (frangos e perus) e maravalha (serragem) de cobertura (cama) de pisos de aviários (integrados a grandes agroindústrias), a Rede Ecovida de Agroecologia autoriza o uso desde que o material seja repousado em fermentação por no mínimo três meses antes de aplicado nas lavouras. Em 2011 a tonelada de adubo orgânico de “cama” de aviário era vendida à R\$75,00. A ampla utilização do insumo ocorre devido a duas situações: a) a pequena dimensão do estabelecimento

¹⁶⁶ A família “L” é a única a utilizar trator (próprio) para o preparo do solo.

impossibilita a produção interna e em grande escala de adubo de origem animal e de práticas mais importantes de adubação verde, nesses casos, por questões estruturais, é comprometida um princípio básico da agroecologia: a reciclagem interna de nutrientes; ou b) o acúmulo de tarefas, associado a reduzida disponibilidade de mão de obra e ao baixo incremento tecnológico nas unidades, faz com que várias famílias optem por adquirir externamente o insumo ao invés de investir tempo de trabalho na coleta de esterco e preparo do adubo internamente: “a gente até poderia ser diferente, mas não é, de repente não precisava usar, mas falta de mão de obra. [Se] recolhesse o esterco das vacas que vai fora, talvez não precisava usar” (ENTREVISTADO H, 2011).

Contudo, outras técnicas agroecológicas de produção, como a adubação verde, pousio, rotação de áreas, rotação de culturas e consórcio, progressivamente melhoram a estrutura e fertilidade do solo, repercutindo no uso parcimonioso do insumo adquirido externamente.

Bom, a gente pega, planta normal e daí, quando o agente percebe que a planta tá precisando, né, que ela meio amarela, não tem o desenvolvimento, a gente pega e aduba com cama de aviário e essa cama de aviário, ela, pelas leis da Ecovida, ela tem que ficar no mínimo 3 meses em fermentação e daí, só após isso que ela pode ser utilizada. Daí, quando a gente percebe que a planta tá precisando a gente põe o adubo aí, o esterco, senão a gente deixa sem, de um ano pro outro. Tem vezes que precisa passar tipo no milho e daí depois que colheu o milho a gente planta pasto em alguns lugares, tem vezes que precisa passar as duas vezes, senão a gente põe no milho e no pasto depois não precisa em determinados lugares (ENTREVISTADO K, 2011).

Dentre as demandas na esfera das tecnologias agroecológicas foram citadas: a) a necessidade de haver avanços mais significativos nas áreas da produção de caldas e biofertilizantes para as culturas temporárias de grãos e hortaliças; e, da homeopatia e dos preparados orgânicos para prevenção de doenças, desverminações e combate de parasitas nos animais (principalmente para a bovinocultura leiteira); b) a premência na pesquisa e oferta de maquinários e outras tecnologias apropriadas que reduzam a penosidade do trabalho em um contexto de escassez de mão de obra disponível na unidade e nas localidades rurais; c) necessidade de assistência técnica; e d) de linhas de crédito específicos para a agroecologia (principalmente para o período de transição agroecológica que estende-se por vários anos).

Quadro 04 – Principais técnicas agroecológicas de produção utilizadas pelas famílias estudadas

Família	Principais técnicas agroecológicas de produção utilizadas
Família A	Adubação com esterco orgânico; cobertura do solo com restos de produção; capina; aração; consórcio; irrigação (fonte protegida); piqueteamento de potreiro; estufas e sombrites; planta rosas e cravos de defunto na horta para monitorar e controlar a infestação de insetos; extrato de nim (prevenção e controle de carrapatos nas vacas)
Família B	Rotação de culturas; consórcio; pousio; adubação com esterco orgânico; adubação verde; capina; cordões vegetais; reflorestamento; calda a base de lagartas (horta); extrato de nim (prevenção e controle de carrapatos nas vacas)
Família C	Adubação com esterco orgânico; adubação verde; rotação de culturas; rotação de áreas; plantio em nível; compostagem; consórcio; coleta de água da chuva em cisterna; preparados: chorume e caldo de cinza (hortaliças); estufas e sombrites; capina; irrigação (cisterna e água de rio); cordões vegetais ¹⁶⁷ ; plantio direto; pó de pedra
Família D	Uso de sementes crioulas; incorporação de matéria orgânica com gradagem; roçada; capina; cobertura do solo com restos de produção; consórcio; cordões vegetais; piqueteamento de potreiro; cobertura do solo com restos de produção; rotação de culturas; reflorestamento; adubação com esterco orgânico; adubação verde; silagem de grãos; estufa; agrofloresta; homeopatia animal
Família E	Uso de sementes crioulas; agrofloresta; adubação verde; consórcio; cordões vegetais; adubação com esterco orgânico; cobertura do solo com restos de produção; caldas para tratamento de mastite (ervas ou enxofre); irrigação (poço artesiano)
Família F	Uso de sementes crioulas; aração, capina; cobertura do solo com restos de produção; consórcio; preparados orgânicos: água de cinza e água de sabão (hortaliças); irrigação (fonte protegida); adubação com esterco orgânico; adubação verde; cordões vegetais; plantio em nível; cobertura do solo com restos de produção; reflorestamento; piqueteamento de potreiro; silagem; caldas orgânicas: alho e água de bananeira (desverminação e tratamento de mastite)
Família G	Capina; aração; adubação com esterco orgânico; adubação verde; cordões vegetais; rotação de culturas; consórcio; plantio em nível; silagem; piqueteamento de potreiro; cobertura do solo com restos de produção; reflorestamento
Família H	Uso de sementes crioulas; plantio direto; adubação verde; incorporação de matéria orgânica com gradagem; roçada; capina; cobertura do solo com restos de produção; consórcio; caldas; biofertilizantes; pó de pedra; iscas para formigas; macerados; irrigação (fonte protegida); cordões vegetais; plantio em nível; rotação de culturas; reflorestamento; desverminações com homeopatia; silagem de grãos
Família I	Preparado: água sanitária (horta); irrigação (rio); capina; adubação com esterco orgânico; compostagem; consórcio; estufas e sombrites
Família J	Uso de sementes crioulas; capina; aração; consórcio; adubação verde; adubação com esterco orgânico; compostagem; irrigação (poço); plantio em nível
Família K	Rotação de culturas; adubação verde; consórcio; adubação com esterco orgânico*; preparados orgânicos: sabão e arruda; urtiga na água (horta); caldas orgânicas (cavalinha, malva e babosa moída: combater a mastite); capina; irrigação (açude)
Família L	Uso de sementes crioulas; adubação com esterco orgânico; adubação verde; pousio; consórcio; cobertura do solo com restos de produção; capina

Fonte e organização: Márcio Eduardo, 2014. * Esterco animal da unidade ou comprado (cama de aviário curtida, esterco de gado etc.).



Foto 75 - Produção de melões crioulos (Família “D”, 2011).



Foto 76 - Diversidade produtiva em sombrite: consórcio entre alface, couve-flor e repolho – destaque para os cordões vegetais com produção de milho (à esquerda) e vagem (à direita), cuja função é diminuir a intensidade da radiação solar e proteger as plantas da perda de umidade pelo vento excessivo (Família “I”, 2011).



Foto 77 - Produção de tomate com sementes próprias guardadas em cada ciclo do cultivo (Família “I”, 2011).



Foto 78 - Construção de cisterna ferro-cimento para o armazenamento de água da chuva: desenvolvido em âmbito dos projetos do servidor da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, Luciano Z. P. Candiottto. Fonte: Luiz Schimitz, 2012 (Família “F”, 2012).

¹⁶⁷ “São faixas de vegetação que circundam a propriedade, permitindo isolamento das áreas de cultivo convencional circunvizinhas, e utilizados também para divisão dos talhões de cultivo. É um componente fundamental na organização de uma propriedade orgânica voltada para a produção de hortaliças. Apresentam múltiplas finalidades como o funcionamento como barreiras fitossanitárias, dificultando a livre circulação de pragas e doenças entre propriedades vizinhas e entre os talhões de cultivo; a criação de microclimas mais propícios ao cultivo de hortaliças; a formação de áreas de refúgio e abrigo para inimigos naturais de pragas e outros pequenos animais úteis. Resumindo, a instalação dessas faixas de vegetação permite a criação de condições climáticas favoráveis à redução do estresse sofrido pelas plantas e é fundamental para o manejo fitossanitário da propriedade orgânica” (EMBRAPA, 2014). Disponível em: <<http://www.sct.embrapa.br/500p500r/Resposta.asp?CodigoProduto=00081360&CodigoCapitulo=310&CodigoTopico=&CodigoPR=11369>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.



Foto 79 - Armazenamento de sementes crioulas de trigo, milho e feijão em garrafas pet: autonomia construída desde as sementes (Família “E”).



Foto 80 - Esterco de “cama” de aviário em processo de curtimento para posterior utilização na horticultura (Família “I”, 2011).



Foto 81 - Disco para aração do solo movido à tração animal (Família “F”, 2011)



Foto 82 - Integração entre potreiro e lavouras temporárias (mandioca e milho): destaque, ao longo da estrada, para as estacas de piqueteamento (Família “F”, 2011).



Foto 83 - Arado de madeira movido à tração animal (Família “F”, 2011).



Foto 85 - Diversidade da paisagem: integração entre pecuária e lavoura temporária (milho) com preservação da mata nativa (Família “F”, 2011).



Foto 84- Gaiota movida à tração animal: meio de transporte ecológico amplamente utilizado em circuitos curtos (na fotografia, o agricultor levava leite para ser produzido queijos na agroindústria Natuvida).



Foto 86 - Integração entre galinheiro (à direita) e paiol (à esquerda): infraestruturas simples construídas com materiais do local, sobretudo, apropriadas para o desenvolvimento das atividades corriqueiras nas unidades de produção (Família “F”, 2011).



Foto 87 - Construção de canteiros irrigados por técnica de gotejamento construído no desenvolvimento dos projetos do servidor da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, Luciano Z. P. Candiottto. Fonte: Luiz Schimitz, 2012 (Família K, 2012).

A produção de queijos destaca-se entre os itens agroindustrializados: há duas queijarias (da família “D”; e Associação Natuvida) certificadas pelo Sistema de Inspeção Animal (SIM-POA). A Associação Natuvida em 2011 era composta por 04 associados (famílias E, F e G¹⁶⁸; e família “B”); produziam 30 peças de queijos diariamente em uma estrutura de 64m²; as famílias revezam-se a cada dia com os trabalhos na agroindústria, otimizando a produção e liberando para outros serviços a força de trabalho antes mobilizadas diariamente na produção individual de queijos, como salienta o entrevistado “H” (2011): “mais foi a questão da própria mão de obra, né, por exemplo, na queijaria cada família bota o serviço de um dia; [...] na propriedade tem que fazer todo dia, todo dia, né, a mesma pessoa”. Em 2011, a comercialização, realizada por dois associados, realizava-se na feira livre da CANGO, através de venda direta a domicílio, em supermercados e na própria queijaria.

No circuito de comercialização, a construção de autonomia relativa é guiada pela estratégia de apropriarem-se da riqueza produzida através da quase eliminação da intermediação via mecanismos de venda direta (na feira livre [fotos 88 - 89], a domicílio, na própria unidade, em supermercados e pelos programas de compra institucional, podendo praticar preços acessíveis aos consumidores, concorrendo, inclusive, com os preços dos produtos convencionais). O apoio mútuo na circulação e venda dos produtos é uma importante prática, como já descrito nas experiências apreendidas anteriormente: seja



Foto 88– Vista parcial da feira livre agroecológica do bairro CANGO. Fonte: arquivo da ASSESOAR, 2013.

¹⁶⁸ Essas três famílias, antes associadas a outra agroindústria, “Festa na Roça”, na própria localidade Jacutinga, totalizando cinco famílias, romperam com a antiga sociedade por optarem seguir a linha ecológica na produção de queijos, como salienta o entrevistado “J” (2011) “[...] nós queria seguir o lado ecológico e eles no convencional, então a gente não se entendeu”. Posteriormente, agregando a família “B”, fundaram a Associação Natuvida com base na produção de queijos agroecológicos.

cooperando no transporte dos produtos (também reduzindo custos¹⁶⁹), ou exercendo apoio para a venda (nos supermercados e nas feiras – nem todos os produtores participam diretamente da feira, porém vários entregam os produtos que são vendidos solidariamente por vizinhos, incrementando a feira ao alargar a disponibilidade de produtos aos clientes).



Foto 89 – Vista parcial da feira livre agroecológica do bairro CANGO: destaque para a diversidade de produtos. Fonte: arquivo da ASSESOAR, 2013.

A feira livre destaca-se dentre as formas de venda direta. Antes de 1997, alguns agricultores, hoje integrantes da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos, participavam da feira livre do Calçadão, no centro da cidade de Francisco Beltrão. Na feira, a maior do município e ainda em operação, não existia (e ainda não há) um direcionamento político mais específico em matéria de agroecologia. O conflito entre as perspectivas convencional e agroecológica, de produção e de organização da feira, levaram alguns produtores a romperem com a feira do Calçadão e estruturarem outra proposta, exclusivamente destinada a comercialização de produtos agroecológicos, desde 1997, situada no Bairro CANGO, em frente à sede da ASSESOAR: local onde até hoje, às sextas-feiras pela manhã, são armados os gazebos abrigando as placas de madeira, apoiadas em cavaletes, onde expõem-se os produtos para comercialização. É dessa estrutura extremamente simples, semanalmente montada e desmontada, que várias famílias dependem para “ganhar a vida”, a exemplo da entrevistada “A”. Na feira livre, variando a

¹⁶⁹ “Até nessa questão do transporte a gente coopera, [...] baixa custo. Nós temos uma parati e a outra agroindústria [Natuvida] também tem uma e a gente vai uma semana com essa parati e leva as duas produção e na outra semana vai com a parati da outra agroindústria e leva” (ENTREVISTADO G, 2011).

disponibilidade e a quantidade de produtos, vende-se o que se tem, gerando renda semanalmente: um formato apropriado a volubilidade da produção agroecológica em pequena escala. Além do mais, a relação de venda direta potencializa a interação e a construção de sistemas de confiança: “quem produz aparece” e é reconectada a relação entre produtor e consumidor.

Quadro 05 – Produtos/formas de comercialização e certificação

Família	Produtos frequentemente comercializados	Formas de comercialização	Certificação
Família A	Hortaliças e queijos	Feira (CANGO)	Ecovida (encaminhada)
Família B	Queijos, leite, açúcar mascavo, galinhas caipiras, ovos, carne suína e legumes	Feira (CANGO); venda a domicílio	Ecovida
Família C	Verduras e legumes	Feira (CANGO); venda a domicílio; PAA; PNAE	Ecovida
Família D	Queijos, legumes e frutas	Venda a domicílio; venda na unidade de produção; restaurantes; supermercados; PNAE	Ecovida (encaminhada)
Família E	Queijos; galinhas caipiras; ovos	Feira (CANGO); venda a domicílio; supermercados; venda na unidade de produção	Ecovida
Família F	Queijos, nata, manteiga, boi gordo e legumes	Feira (CANGO); supermercados; PNAE; venda na unidade de produção	Ecovida
Família G	Queijos, açúcar mascavo, melado	Feira (CANGO); supermercados	Ecovida
Família H	Frutas (uva, pêssigo, figo etc.), doces, sucos, queijos e verduras	Feira (CANGO); venda na unidade de produção	Ecovida
Família I	Hortaliças e legumes	Venda a domicílio; PNAE	Não
Família J	Hortaliças, pães, bolachas, bolos, cucas e macarrão	Feira (CANGO); venda a domicílio; supermercados	Ecovida
Família K	Pães, bolachas, bolos, verduras e legumes	Feira (CANGO)	Não
Família L	Legumes, verduras e peixes	Venda a domicílio; venda na unidade de produção	Ecovida

Fonte e organização: Márcio Eduardo, 2014.

Na feira livre da CANGO vendem-se apenas produtos agroecológicos, cinco ou seis pessoas vendem seus produtos e os de seus vizinhos, e, também diferencia-se das feiras convencionais pelo caráter coletivo de sua organização (demonstração da territorialidade na auto-organização): os produtos são identificados pelo número de cada produtor e o pagamento é realizado em um caixa único (foto 90) e não individualmente, como

comumente. No final do dia é feito o fechamento do caixa, deduzido as despesas de funcionamento (pago também custos de transporte no caso daqueles que escoam produtos de outras famílias), o dinheiro é distribuído conforme as vendas dos produtos levados por cada feirante. Os sujeitos pactuam levar à feira somente itens que não sobreponham-se: alguns levam hortaliças, outros legumes, um terceiro queijos, outras famílias, frutas e sucos etc. Os produtos sobrepostos que não podem ser totalmente escoados na feira (alface, tempero verde, mandioca, frutas, queijos etc.), são vendidos a domicílio, em supermercados, diretamente na propriedade e nos mercados institucionais. Os preços dos produtos são estipulados coletivamente através do consenso entre os feirantes, respeitando a noção de preço justo, não baseando-se no preço corrente do mercado, como já assinalado pelo entrevistado “E”¹⁷⁰ (2011). A feirante, entrevistada “A”, explica:

O dia que eu tenho um produto, digamos, começou a safra de pepino e de tomate esse ano, aí, uma sexta-feira, lá na feira, falei: o que vocês acham que eu devo vender o quilo do pepino, do tomate? Aí eles conversaram: é tanto. Então tá, vendemos por esse. Quando tem outro produto: quanto que nós vamos vender agora o preço do tal produto? Vamos aumentar o preço das alface? Vamos. Aumentemo. Mas é tudo em conjunto. Agora não fazemos concorrência, um tempo atrás tinha uma que fazia isso aí. Acabou. Porque na feira, na bem da verdade, tu não pode ser concorrente. E nem assim, digamos, se eu tenho bastante brócolis, couve-flor, eu não posso tirar tudo que eu tenho pronto para vender sabendo que eu levo e ele também quer vender. Então nós se avaliemo isso aí: um pouco de alface o Valdecir leva, um pouco eu, mas assim, de um não fazer concorrência com o outro e os dois vender, porque os dois sai da feira satisfeito. Mandioca, batata doce, é o Gilson e a Cleusa. Cada um manda um pouco, todo mundo vende e vem com o dinheirinho pra casa, né. Então é assim, eu sempre digo, nós somos mais do que uma família lá na feira, porque nunca se tem uma troca de palavras, tudo a gente conversa pra mudar alguma coisa, e é assim (ENTREVISTADA A, 2011).

¹⁷⁰ “Então nós não se baseemos pelo mercado, nós temo um preço ali [na feira da CANGO], conforme precisar aumentar, mas se a gente vê que tá dando, que nós não tá, tem quem ganhar o certo, né, não tá perdendo. Não querer cobrar a mais. Que nem a feira lá em cima, lá no centro, lá Deus o livre. E no mercado, de repente a alface tá R\$0,50, no outro dia você vai lá, tá R\$ 1,20 a R\$ 1,50 o pé, até R\$2,00 tá no mercado o pé” (ENTREVISTADO E, 2011).

No final dos anos 2000, no contexto de estruturação da COOPAFI, os feirantes acordaram em encerrar as atividades da feira e escoar seus produtos no mercado da cooperativa: uma estrutura fechada, com locais mais apropriados para dispor e armazenar os



alimentos.

Assim procederam durante três

Foto 90 – Vista parcial da feira livre agroecológica do bairro CANGO: destaque para a forma de pagamento em caixa único. Fonte: arquivo da ASSESOAR, 2013.

meses, contudo a venda declinou significativamente, porque os consumidores, segundo a entrevistada “A” (2011), não tinham identidade com a COOPAFI, não habituaram-se a comprar na nova estrutura, mesmo situando-se há trezentos metros do local onde realizava-se a feira (talvez, por um elemento não menos significativo: no mercado o “desaparecimento” dos produtores na relação impessoalizada de compra tornou-se a tônica). Na proposta das feiras livres agroecológicas, diferentemente, as relações *vis-à-vis* e de confiança são estruturadoras dessa forma popular de intercâmbio.

Nós fiquemos três meses, um fracasso. [...] A gente parou com a feira por causa da COOPAFI, a gente ficou três meses parado. Pense, e a gente levava os produtos lá, mas levava oito pés de alface, te sobrava quatro, cenoura, tudo, meu deus. Porque o pessoal não se habituava, o pessoal não gosta da COOPAFI, daí pra mim foi. E eu com a horta cheia, um dia eu falei pra ele [esposo] cedo: vou pra Beltrão vender, vou lá em cima, na ASSESOAR, acho que eu vendo. Me carreguei e fui. Cheguei lá na ASSESOAR, tava a Janete e a Solange, falei assim: vocês querem comprar produto? Couve-flor, brócolis, cherinho verde, tenho bastante coisa ali. Daí a Janete e a Vilma falaram assim: espera um pouquinho aqui que a gente já voltemo. Fiquei esperando ali na escadaria [...], dali a pouquinho, mê, chegou um monte de gente: porque tu não volta a fazer feira? *Mas eu sozinha não posso fazer nada*. Daí a Janete falou assim: terça-feira marca uma reunião no Jacutinga, nós vamos lá. Vamos retomar nossa feira. Só que o pessoal não queria que nós fizesse lá, queriam que nós fizesse no lado da COOPAFI. Aí nós fomos três sextas-feiras lá, no lado da COOPAFI. Não, uhmm. O dia que foi pnhado uns cartazes lá que nós ia voltar lá em cima, meu deus, de manhã cedo a hora que agente chegou, a recepção do povo foi impressionante. Sofremo os

primeiros dias porque começamos tudo do nada de novo. Daí tínhamos dado até nossas barracas para os cara lá de Capanema [...]. Um padre fez doação de umas barracas para a ASSESOAR: é com essas que estamos até hoje (ENTREVISTADA A, 2011).

“Não posso fazer nada sozinha”, constata a entrevistada com a sabedoria adquirida ao longo de sua uma década e meia de vivência como agricultora agroecológica e feirante. A rede de sujeitos, responsável pela dinâmica do sistema local territorial agroecológico, no relato, colocada em relevo através da “família” (sic) da feira e da ASSESOAR, apesar dos inúmeros limites concedem o amparo¹⁷¹, objetivo e subjetivo, com cada membro, desde suas possibilidades, apoiando-se mutuamente para que seja colocado em movimento o projeto ecológico-camponês.

Além das estratégias forjadas nas esferas da produção e da comercialização, ampliam os quadros de autonomia ao não praticarem produção convencional combinada com a agroecológica e acessarem apenas esporadicamente financiamentos (não exercendo centralidade na dinâmica do sistema agrário).

Um indicativo da potencialidade latente para o crescimento da agroecologia está expresso na intencionalidade política da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão em procurar meios para que mais famílias ingressem na Agroecologia, como já assinalado. Não obstante, o incremento no número de agricultores engajados em processos de transição fortaleceria econômico e politicamente o movimento local, tendo em vista que se ampliariam as perspectivas de pleitearem organizadamente ações do poder público e acessar com maior contundência mercados orgânicos convencionais e os programas de compra institucional.

Nós queremos formar a associação pra nós vender o produto, porque a turma não acha que é orgânico, só vê falar. [...] Tendo uma associação é mais fácil de pedir uma ajuda a prefeitura, pro governo, assim pra nós entrar, por exemplo, no mercado, porque só nós que temos em Beltrão e o município de Beltrão é grande e é só esses que tão aí na feira, que nem pra hortalças. Tem outros, que nem os de Jacutinga, eles tem o queijo, tem o

¹⁷¹ O entrevistado “J”, em fragmento de entrevista, fazendo menção ao apoio da ASSESOAR, à relação de proximidade com que atua, assim relata o que representou para ele o trabalho que uma técnica da entidade desenvolvia na unidade de produção de sua família: “ela ensinou os negócio de como é que funciona a natureza, né, a terra ela é viva, ela é pra ser viva a terra, e com as coisas a gente vai matando os bichinhos, [...] e daí ela mostrava assim essa parte de onde tem bastante cisco assim, a gente nota a terra como é diferente e onde pega o sol, essa parte ela trabalhou muito com nós aqui. A gente nunca esquece dela porque ela era uma pessoa simples (ENTREVISTADO J, 2011)

leite, tem mandioca, né, mas se não outros não tem quase. Então nós queria montar a associação pra ver se conseguisse mais famílias, né, pra entrar. Pra ter o produto, pra poder chegar no mercado, colocar numa gôndola no mercado aqui o orgânico da associação [...]. Mas não tá fácil organiza, é pouca gente. Que nem tinha uma demanda aqui em Beltrão, mas não dá, é pouca gente, dois ou três não conseguem. Nós aí, feirante, não conseguimos entrar em dois, tinha dois mercado grande que queria, mas daí nós não temos, eu não tenho espaço para aumentar a produção. (ENTREVISTADO E, 2011)

A perspectiva da associação, como destaca o entrevistado “H” (2011), “é tentar, claro, manter ela e fazer desenvolver algumas atitudes pra você conseguir mais gente que se convença pra isso”: “é um pouco difícil”, acredita, uma das razões que aponta ser responsável pelo baixo número de produtores agroecológicos está atrelada ao trabalho de convencimento que a mídia e as empresas agropecuárias patrocinam fazendo apologia à superioridade do agronegócio:

Como se diz, é a própria mídia, a propaganda, as agroveterinárias, eles investem muito nisso, né, elas convencem as pessoas de que esse outro jeito que a gente faz, que é a agroecologia, ele é trabalhoso¹⁷², ele te judeia, tudo isso, né, então, eles fazem de tudo pra ficar [...] na mão deles tudo, pra o povo na agricultura familiar ser manipulado por eles (ENTREVISTADO H, 2011)

Compreende que os desafios para o desenvolvimento da agroecologia encontram-se nos sistemas de convencimento, na assistência técnica na produção e junto às dinâmicas de comercialização (apoando as cooperativas) e na pesquisa e construção de tecnologias apropriadas.

A gente vê esse modelo tecnológico de um jeito e sabe que poderia existir um outro modelo tecnológico de desenvolvimento na agroecologia também. Talvez precisaria avançar um pouco mais em equipamentos e máquinas pra isso, né (ENTREVISTADO H, 2011).

Quanto ao crédito, pondera:

Poderia até um pouco ajudar, mas acho que não é o vilão da coisa o recurso, não é, recurso tem se o cara vai na CRESOL financia qualquer coisa lá, dinheiro teria. Eu acho, na minha opinião, mas pode ser que as pessoa pensem diferentes, mas eu penso que esse não é o vilão, é a convicção

¹⁷² “Pode até ser [mais trabalhosa], pode, isso eu não digo que não, mas do outro lado, as pessoas deveriam entender, pode até que você tenha que trabalhar um pouco mais, mas de repente a tua viabilidade econômica também é um pouco melhor” (ENTREVISTADO H, 2011). O entrevistado “H” relatou-nos o espanto de alguns familiares seus ao visitá-los: “olhavam de um lado para outro e pensavam: esse pessoal vive do que? Umas vacas, umas galinhas, um pouco de milho, feijão, uns pés de frutas e nada de lavoura, de porco, aviário” (idem). Devido a “confusão da paisagem”, não entendiam como tinham comprado, à vista, um veículo utilitário que custou, aproximadamente, cinquenta mil reais.

mesmo o principal é o cara se convencer que nem o meu vizinho ali [família “B”] (ENTREVISTADO H, 2011).

O entrevistado “G” (2011), aponta, em sua leitura outro fator limitante ao crescimento da organização dos produtores agroecológicos: “uma das dificuldades, que a gente percebe assim, é que o pessoal não acredita mais muito em organização, não acredita, tem um pé atrás, que nem diz, ta meio desmotivado, essa questão do individualismo ela é bastante forte”. Conquanto, em Francisco Beltrão, no que confere às famílias estudadas que praticam agroecologia, de diversas formas todas estão diretamente inseridas politicamente através da participação e atuação em organizações de interesse da agricultura familiar e agroecológica (como explicitado no quadro 06); interagem e assumem funções em associações (de agroecologia e de moradores), cooperativas (crédito, CRESOL; comercialização, COOPAFI; e produção, Natuvida e CLAF), entidades (ASSESOAR e Rede Ecovida de Agroecologia), no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e em organizações de representação públicas (prefeitura municipal e colegiado de desenvolvimento territorial): essa plural inserção dos sujeitos no ambiente político do campo é clara demonstração dos processos de ativação de territorialidades em uma “trama territorial de conflitos e cooperações” (RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005; SAQUET, 2011).

Quadro 06 – Organizações apoiadoras e vinculação política das famílias estudadas

Família	Organizações apoiadoras *	Vinculação política **
Família A	ASSESOAR; Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; Rede Ecovida de Agroecologia	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; COOPAFI
Família B	ASSESOAR; CAPA-Verê; UNIOESTE	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; COOPAFI; CRESOL; Rede Ecovida de Agroecologia
Família C	ASSESOAR; UNIOESTE	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL, COOPAF; Rede Ecovida de Agroecologia; Associação de moradores da Vila Rural Galha Azul
Família D	ASSESOAR	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL; COOPAFI
Família E	ASSESOAR; CRESOL; COOPAFI; STR	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; Rede Ecovida de Agroecologia; CLAF; STR; COOPAFI
Família F	ASSESOAR; UNIOESTE; Rede Ecovida de	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL, COOPAFI; Rede

	Agroecologia	Ecovida de Agroecologia
Família G	ASSESOAR; UNIOESTE	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL; COOPAFI; Rede Ecovida de Agroecologia
Família H	STR; ASSESOAR; CAPA-Verê	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL; COOPAFI, CLAF; ASSESOAR; Rede Ecovida de Agroecologia; GGETESPA
Família I	ASSESOAR; Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; COOPAFI
Família J	ASSESOAR; Rede Ecovida de Agroecologia	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; COOPAFI; Prefeitura de Francisco Beltrão; Associação de moradores da Vila Rural Gralha Azul; STR; CRESOL; Rede Ecovida de Agroecologia
Família K	ASSESOAR	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR
Família L	ASSESOAR; Rede Ecovida de Agroecologia	Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão; STR; CRESOL; Rede Ecovida de Agroecologia

Fonte e organização: Márcio Eduardo, 2014. * Organizações que apoiam ou já apoiaram de alguma forma as práticas agroecológicas. ** Vinculação sem discriminar níveis de inserção, seja: participação, coordenação, sócio, conselheiro, representante em funções específicas etc.

A ASSESOAR é citada por todos como entidade apoiadora. Na sequência são indicadas as seguintes organizações: UNIOESTE, Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, Rede Ecovida de Agroecologia, STR (Francisco Beltrão), COOPAFI, CRESOL e CAPA-Verê.

O apoio da ASSESOAR, consoante os entrevistados, organização mais importante no fomento a agroecologia em Francisco Beltrão, na década de 1990 e início de 2000, manifestou-se mais contundentemente na área da assistência técnica e acompanhamento direto das experiências na escala das unidades produtivas. Atualmente, tem atuado de maneira mais indireta, gerando referências, trabalhando junto ao CAPA-Verê nos processos de certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia e em momentos de formação no Sudoeste paranaense, contribuindo com a organicidade do Banco da Agrobiodiversidade e de Tecnologias Ecológicas da mesorregião, inserindo-se nas redes extra-regionais (Rede Ecovida de Agroecologia, ANA, ABONG, SOCLA, MAELA, Via Campesina e entidades filantrópicas do exterior) e compartilhado conhecimentos, e, representando politicamente o interesse dos agricultores ecológicos nos diversos fóruns (GGETESPA, Coordenadoria Regional de Educação, Conselho Estratégico Social da UFFS, campus Realeza/PR etc.).

A Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão, na mediação dos processos de transição e agroecológicas promovendo espaços de debates, na dinâmica da feira livre e nas trocas (de experiências, de sementes etc.). A Rede Ecovida de Agroecologia, incrementando o desenvolvimento da agroecologia ao suscitar a partilha de saberes e a elevação da autonomia pela esteira da certificação participativa. No auxílio para acessar os mercados institucionais (PAA e PNAE) pontuou-se a COOPAFI como organização apoiadora. O STR e a CRESOL¹⁷³ compareceram como organizações que foram construídas através da trajetória de luta e mobilização de alguns dos entrevistados, mas que hoje, a não ser pela identidade e sindicalização, não desenvolvem ações efetivas para o fortalecimento da agroecologia.

A UNIOESTE figurou no rol das organizações apoiadoras, especialmente pelos projetos de pesquisa e de extensão recentemente desenvolvidos junto às famílias agroecologistas de Francisco Beltrão (merecendo destaque a contribuição, reconhecida pelas famílias, do servidor e pesquisadores do GETERR Luciano Z. P. Candiotto, por intermédio de projetos¹⁷⁴ nos quais buscou-se otimizar práticas de conservação e manejos sustentáveis dos recursos hídricos nas unidades de produção agroecológicas através da orientação e da realização de oficinas construindo-se, nos estabelecimentos, sistemas de proteção de fontes, cercas isolando áreas de APPs do acesso direto pelos animais, cisternas para captação da água da chuva; sistemas de irrigação por gotejamento, canteiros para tratamento de esgotos etc.

Não houve menção sobre a presença da EMATER como instituição apoiadora. Questionados sobre a intervenção da organização governamental no campo da agroecologia, as únicas ponderações realizadas salientaram seu distanciamento e, em algum movimento de tentativa de intervenção junto aos produtores ecológicos, a conflitualidade

¹⁷³ Em se tratando da atuação da CRESOL para o fortalecimento da agroecologia, o entrevistado “J” (2011), sublinha: “pra nossa parte não. A gente não vê esforço nenhum deles pra conseguir alguma coisa pra gente também”. “A CRESOL ela é pra ser uma cooperativa pra ajudar o pequeno produtor, mas tá entrando no lado da empresa mais mesmo, né, em ser um banco e acabou” (ENTREVISTADO K, 2011).

¹⁷⁴ Dentre os projetos, no contexto de Francisco Beltrão, destacam-se dois: 1) (2009 – 2012) “Conservação e uso sustentável de recursos hídricos como instrumento de gestão ambiental em unidades rurais familiares com produção agroecológica no município de Francisco Beltrão – PR” (CNPq, edital n. 27/2008); 2) (2010 – 2012) “Apoio técnico sobre manejo agroecológico em unidades rurais familiares no município de Francisco Beltrão – PR” (CNPq, edital n. 10/2010).

oriunda de concepções distintas de desenvolvimento. O entrevistado “H” (2011) traz à tona elementos dessa conflitualidade ao relatar um contexto de tentativa da EMATER em prestar assistência técnica na queijaria Natuvida:

A [minha esposa] era muito metida em fazer queijo e coisa e tal, deu até umas encrencas com os homens da EMATER bem feia aí e ela venceu e os cara nunca mais botaram as caras. [...] Eles fizeram instalar câmara fria, porque nós não queria desistir do queijo tipo colonial e eles teimaram que câmara fria funciona, e nós dizia que não, e aí quebraram o rabo, botemo a câmara fria, gastemo na época um dinheirão, 12 a 14 mil reais, bá [...], não dá certo na câmara. E olha o que nós fizemos, nós tinha um que só tinha um desumidificador [...], corremos, botemos lá dentro e botemos a câmara fria a 18 graus, porque ele trabalha só acima de 17, [...] finquemo lá dentro o queijinho, três dias tava amarelinho, sequinho, os cara vieram aí, até hoje eles não sabem o que aconteceu.

Em referência as diferenças nas concepções de desenvolvimento entre a família e a forma de atuação da EMATER na ocasião, o entrevistado “H” (2011) pondera:

A gente tem uma diferença muito grande, eles queriam que nós expandisse, avançasse e coisa tá, tá, tá. No caso, a ideia deles [era a de] usar o químico junto, mas aqui não tá sendo usado químico nenhum, que o químico no freezer ele conserva mais, que se não tiver o químico, o orgânico dois dias tá seco. Então a gente, até hoje, na questão da própria da EMATER, né, não é que a gente desdenha a EMATER, ela tentou ajudar, mas na nossa lógica, no nosso jeito de pensar, ela não tinha esse potencial de ajudar, ela atrapalhou.

Porque a gente entende uma lógica diferente de agricultura familiar, porque você não precisa ser empresário, você precisa transformar, vender, agregar. Você ser dono de ti, da tua produção, desde a tua produção, transformação, comercialização. Por que não Isso? Isso não, dentro da cabeça deles, isso não tem lógica, tem que ser um empresário prá fazer isso. O pequeno agricultor não tem capacidade, é muito burro prá isso. Ele não sabe vender, ele não sabe transformar, ele não sabe fazer uma coisa, então, na lógica deles parece que isso não tem lógica (ENTREVISTADO H, 2011).

Em resistência a uma concepção de desenvolvimento “empresarial” – expressa na intervenção da EMATER – a qual afasta as possibilidades e os sentidos do “ser dono de si”, O entrevistado “H” reafirma o lugar da agroecologia como projeto camponês de construção de sua política de existência através da ampliação dos quadros de autonomia nas diversas dimensões: produção, comercialização, organização política, desenvolvimento e troca de conhecimentos agroecológicos etc. Expõe, ainda, a premência pela construção de um diálogo mais horizontal entre agricultores e órgãos públicos de assistência técnica

(especialmente no que confere aos fazeres agroecológicos), no caso da atuação da EMATER, fragilizado pelas incertezas do compromisso institucional refletida no precário envolvimento dos técnicos junto à realidade: como consequência, escapando-lhes a vivência, imprescindível para o entendimento dessa matriz de racionalidade dos sujeitos.

Do apreendido, compreendemos como elementos centrais dessas territorialidades da divergência:

- 1) Os sujeitos avançam no sentido da agroecologia desenvolvendo estratégias de rompimento com a territorialidade passiva, condição *sine qua non* para a subordinação ao capital, vinculada ao agronegócio.
- 2) Nos processos de ativação de territorialidades pela agroecologia, constroem-se comportamentos que reivindicam o território, valorizando-o como condição para a edificação das autonomias relativas ao capital nas múltiplas dimensões da vida (na produção, na comercialização, na organização política e nos processos de produção e circulação do conhecimento).
- 3) As territorialidades de contra-hegemonia ativadas pela agroecologia sustentam-se pela interação criada via redes que acessam e não pela simples adição de iniciativas individuais: desde a escala das relações de vizinhança, forjando o SLO e interagindo com redes extra-locais.
- 4) Orientados pelos pressupostos da agroecologia, os sujeitos têm construído referenciais próprios de desenvolvimento desde a prática e a conflitualidade, incrementando os significados de seus ecologismos populares e demonstrando que o campesinato está em movimento, (re)existindo e produzindo novos conteúdos à questão agrária ao sinalizarem possibilidades para o vir a ser com preservação da natureza.
- 5) O desenvolvimento da agroecologia está atrelado a uma política camponesa de produção de sua existência que resgata elementos do passado e os resignifica, segundo a evolução das estratégias de enfrentamento ao capital no presente; política entendida como a arte de pensar as transformações e de munir-se de condições para implementá-las.
- 6) Tal política ocupa-se do território como projeto, sendo necessária territorializar-se diariamente para produzir os efeitos pretendidos, promovendo, como resultado, a

disputa territorial nos interstícios do sistema produtor de mercadorias: superando a modernidade colonizadora do agronegócio pelo uso de tecnologias ecológicas, construindo continuidades nas relações de vizinhança, através das práticas de apoio mútuo junto a rede local de sujeitos, e desde o SLOT, acessando outras redes em escalas variadas, fortalecendo a solidariedade orgânica e organizacional do projeto ecológico camponês.

- 7) Em Francisco Beltrão, considerando os seis elementos ponderados anteriormente, a agroecologia afirma-se como eficaz estratégia ao desenvolvimento territorial na perspectiva camponesa, envolvendo também a “cidade” a partir do “rural”, pois tem se baseado no estímulo a determinadas atitudes que permitem processos de inclusão que elevam a capacidade dos atores de reconhecer, controlar e transformar em valores potencialidades do referido sistema local territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exposto sustentamos a tese de que o desenvolvimento da agroecologia, na condição de estratégia camponesa de produção de sua existência, tem propiciado o aumento da autonomia relativa e o empoderamento de grupos sociais no enfrentamento de mecanismos de exploração e espoliação operados pelo sociometabolismo do capital.

Em Francisco Beltrão, esse aumento da autonomia relativa camponesa está atrelado a processos inclusivos gradualmente obtidos pela ativação de territorialidades. Inclusão entendida como a elevação da capacidade de reconhecer, controlar e transformar em valores potencialidades do sistema local territorial. Diferentemente das formas subordinadas, passivas de territorialidade, em que o comportamento dos atores é predefinido por estruturas de poder, como ocorre no modelo de desenvolvimento do agronegócio, o qual subordina para explorar, forjando relações e garantindo a monopolização do território pelo capital, com a agroecologia, os camponeses e suas organizações de apoio têm resistido à opressão e construído, cotidianamente, novas estratégias para a existência com a territorialização de seus projetos. Estes são edificadas por ações com forte sentido espacial e social, desde a escala da *nanoterritorialidade* da família camponesa (interna à unidade de produção), passando pelas relações de vizinhança (nas práticas de apoio mútuo), no engendramento de sistemas locais territoriais (que conectam politicamente sujeitos e organizações) até o estabelecimento de redes em escalas mais abrangentes (construindo continuidades, apesar dos múltiplos empecilhos enfrentados cotidianamente), conforme tentamos demonstrar e explicar.

Esses atores sintagmáticos estudados constituem sistemas de poder efetivados por suas territorialidades dissidentes e agem territorializando o espaço, apropriando-se com maior autonomia dos recursos potenciais, valorizando-os na edificação dos seus territórios de vida e ampliando sua capacidade decisória. A concatenação dessas intencionalidades que reivindicam o território e seu uso sustentável por um agroecologismo de matriz popular produz conteúdos políticos que dão vazão a anseios oriundos da *vontade-de-viver-comum*. Essa vontade de viver compartilhada é o que articula o projeto ecológico camponês e delimita suas fronteiras nas constantes disputas territoriais nas quais estão inseridos com o agronegócio.

Na condição de contra-hegemonia protagonizada, sobretudo, pela histórica atuação da ASSESOAR e da Rede Ecovida de Agroecologia, as territorialidades que fomentam a agroecologia são mantidas à margem do apoio institucional. O que não significa que são estáticas. Muito pelo contrário. Estudando a construção do sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, pudemos constatar a complexidade desse arranjo: a flexibilidade das famílias camponesas diante de situações de enfrentamento ao capital, suas capacidades de responder com rapidez às crises, de criarem o novo e conectarem-se às redes de organização política, cooperação e comercialização, como ocorre por meio da Associação das Agricultoras e Agricultores Ecológicos de Francisco Beltrão. Há um dinamismo presente nas práticas das agricultoras e agricultores agroecológicos que extrapola aquela caricatura da resistência camponesa ensimesmada na unidade de produção. Porém, reiteremos, trata-se de um dinamismo marginalizado, com uma temporalidade específica, obviamente mais cadenciada em relação ao tempo rápido e imperioso da dinâmica hegemônica presente no campo brasileiro vinculada ao agronegócio.

Esses atores estudados, ao passo que (re)existem, são propositivos. Organizadamente, reivindicam posicionamentos do Estado e concedem-nos, a partir da prática, elementos para projetarmos outros modelos de desenvolvimento calcados em relações de horizontalidade; na produção de alimentos com preservação ecológica; na adaptabilidade da técnica aos lugares; na estruturação de circuitos locais-regionais de cooperação, produção e consumo; em leituras multidimensionais sobre o campo; etc.

Com a opção teórico-metodologicamente adotada, notadamente a partir dos conceitos de território-territorialização-territorialidade, escala e conflitualidade, apreendidos desde o Paradigma da Questão Agrária, tecemos uma leitura crítica das abordagens do desenvolvimento que são orientadas por uma ideia de território em que se mascaram as relações de poder, as diferenças que estão na base das dinâmicas de conflito, em benemérito de uma questionável busca por consensualidade, visando “incluir” territórios na esteira do desenvolvimento (hegemônico). A concepção de Desenvolvimento Territorial Rural do RIMISP, calcada no Paradigma do Capitalismo Agrário, tem influenciado os sentidos das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural latino-americano. No Brasil, essa apreensão do território como dimensão do desenvolvimento, incentivada por organismos multilaterais (Banco Mundial, BID, FMI etc.), tem sido implementada desde 2003 pela

Secretaria de Desenvolvimento Territorial com a chamada Política dos Territórios Rurais. Tal política, mesmo envolvendo no colegiado de desenvolvimento territorial do Sudoeste do Paraná os atores dos sistemas territoriais agroecológicos de Francisco Beltrão e de sua mesorregião, não tem incrementado o desenvolvimento da agroecologia. Uma das razões está associada à exiguidade e ao caráter pontual da aplicação de recursos para promover, via política, reais impactos nas condições de produção, comercialização e em outros eixos do desenvolvimento; outra está atrelada a sua própria concepção: articulando atores com diferentes intencionalidades sob o signo da “agricultura familiar” e privilegiado estratégias de consertação, têm-se alocado recursos em projetos que não rompem com a territorialidade passiva do agronegócio (por virem acompanhadas de outras políticas oficiais: custeio, investimento, seguro agrícola etc.). A concepção de desenvolvimento territorial emergida da ação dos atores do sistema local territorial estudado sinaliza para um redirecionamento radical das políticas de desenvolvimento, fazendo frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio com graduais processos de ativação de territorialidades com a agroecologia (porém, vulnerabilizadas pela falta de outras políticas estruturantes correlatas). Mesmo havendo a participação dos atores do “território” nos debates sobre o desenvolvimento, este continua fortemente atrelado ao seu sentido hegemônico e a política de desenvolvimento territorial daí emergida indica sua continuidade pelo estímulo à coesão, levando a cabo um “participatismo” que não induz substanciais rupturas para repensar as políticas de desenvolvimento e o próprio território como objetos em disputa.

Porém, os camponeses que praticam agroecologia não ficam esperando o amparo institucional para proverem seus meios de vida: movem-se mesmo no *subsuelo político*. Conferimos, desde a organicidade do sistema local territorial agroecológico de Francisco Beltrão, como as intencionalidades de seus atores necessitam territorializar-se diariamente para levarem adiante tais projetos e seus efeitos pretendidos. Os modos em que se territorializam são orientados pelos diferentes contextos de conflitualidade. Tais contextos permeiam as distintas escalas do agir conflitual: nas transformações processadas em âmbito da unidade de produção com a adesão à agroecologia; no delineamento político envolvendo as ações dos atores e organizações engajados no sistema local territorial; nas estratégias locais que visam produzir rupturas com o circuito convencional de comercialização; na

articulação em rede objetivando superar estreitezas à reprodução ampliada dessas práticas, como no caso da certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia.

Percorrer distintas escalas do agir conflitual possibilitou-nos melhor compreender a tríade território-territorialidade-territorialização como processos relacionais e heterogêneos. Como toda relação pressupõe relações de poder, permitiu-nos, doravante, enxergar as disputas que envolvem a efetivação de tais processos, avançando sobre aquelas apreensões do território-coisa, das abordagens do território sem atores ou mesmo das proposições que negligenciam o conflito como parte integrante e legítima do sistema territorial, como concebe o RIMISP. Também, facilitou a compreensão das leituras do agir conflitual e da organização política dos agricultores agroecológicos, da atuação da ASSESOAR, da Rede Ecovida de Agroecologia, das organizações parceiras (STR e COOPAFI) e dos fatores que levaram a Cresol e as organizações públicas, EMATER e Secretaria do Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão, a não se engajarem efetivamente no sistema local territorial agroecológico. Não procuramos enxergar o sistema local territorial, cabe frisar, como uma estrutura que funcionasse sinérgica e perfeitamente, mas esforçamo-nos para identificá-lo por intermédio da articulação de atores (estabelecendo relações de poder) interessados nos mesmos projetos: a agroecologia e o desenvolvimento territorial camponês. O reconhecimento dos recursos, práticas e atitudes que são valorizados pelos sujeitos objetivando a ampliação das autonomias relativas foi fundamental para sistematizarmos os preceitos basilares da concepção de desenvolvimento emergida no âmbito do sistema local territorial agroecológico referido, identificando limites que precisam ser superados, assim como potencialidades.

Como potencialidade, demonstrou-se, empiricamente, que é possível produzir sem parasitar o meio ambiente, apropriar-se quase que integralmente da renda gerada pelo trabalho, diversificar e agregar valor aos produtos, transformando-os artesanalmente, encurtar circuitos e estabelecer conexões mais horizontais e com maior autonomia junto ao “mercado”, oferecendo alimentos agroecológicos a preços acessíveis aos trabalhadores do campo e da cidade, com possibilidades de ampliação da produção e da produtividade.

Na condição de limitantes, há destaque para a negligência do poder público no efetivo apoio e desenvolvimento das práticas agroecológicas: há um vácuo deixado pela

desassistência das políticas públicas em áreas estratégicas, como assistência técnica, extensão, pesquisa e fomento via crédito, e, como derivação, o baixo incremento tecnológico na produção, as estruturas precárias de comercialização, a implementação das formas de manejo pelas famílias na base de “tentativa e erro” e as incertezas quanto à continuidade dos mais jovens na atividade. Noutro polo da relação conflitual, os agentes do agronegócio dispõem de respaldo oficial e das condições objetivas para territorializarem suas ações vinculadas à reprodução ampliada do capital.

Em síntese, a abordagem adotada propiciou-nos atentar, desde uma realidade espaço-temporal específica, sobre o caráter latente da questão agrária, a qual se expande em complexidade respaldada pelo movimento dos que continuam a lutar por espaços de esperança e qualidade de vida com preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa**: o sudoeste do paranaense. Tese (doutorado em Ciências Humanas). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1981.
- _____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 4, n. 2, 2000. p. 379-397.
- ALIER, Juan M. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Jalcione. **A Construção Social de uma Nova Agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- ALTIERI, Miguel (org.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- _____. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental, nº 4. PNUMA/Orplac: México, 2000.
- ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor M. The Agroecological Revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants. In: **The Journal of Peasant Studies**; vol. 38, nº. 03, july 2011. (Trad. para o espanhol: Pablo Alarcón-Chaires).
- ALVES, Adilson F. **Do Desenho à Implementação de Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável**: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2008.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão Agrária e o Capitalismo**. trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ANDRADE, Manuel C. de (Org.) **Élisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- BALDUÍNO, Dom T. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (Orgs). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 19 – 25.
- BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e Outros Ensaio**s. Org. e revisão da trad. Mauro J. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas In: BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: caminhos da agricultura ecológica. Curitiba: Ed. UFPR, n.6, 2002. p.11-28.

BREITBART, Myrna M. *et al* (Org.). **Anarquismo y Geografía**. Vilassar de Mar: Oikos-Tau, 1989.

CALEGARI, Avelino; DUARTE, Valdir. **ASSESOAR**: Referências e Impactos - um olhar sobre a década de 90 do século XX. Disponível em: <<http://assesoar.org.br/wp-content/uploads/2011/08/TAP000971.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. Uma Reflexão Sobre Ciência e Conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 67-86.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan./mar. 2000. p. 16-37.

CARVALHO, Horácio Martins de. A Insustentabilidade do Atual Modelo Econômico e Tecnológico da Agricultura Brasileira. In: CARVALHO, H. Martins de (Org.). **O Camponato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do camponato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 198-202.

CARVALHO, Horácio M. de. Na Sombra da Imaginação: reflexão a favor dos camponeses. In: **Boletim DATALUTA**. maio de 2010. p. 01-14. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf>. Acesso em: setembro de 2010.

CARVALHO, Horácio M. de. Na Sombra da Imaginação: o camponês e a superação de um “destino medíocre”. In: **Boletim DATALUTA**. Janeiro de 2011. p. 01-13. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2011.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

CARVALHO, Horácio M. de. O Camponato Contemporâneo como Modo de Produção e como Classe Social. In: **Boletim DATALUTA**. maio de 2012. p. 01-44. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2012.pdf>. Acesso em: 09 de junho de 2012.

CASADO, Gloria G.; MOLINA, Manuel G. de; GUZMÁN, Eduardo S. (Orgs.). **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madri: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**: “andiamo in Mérica”. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, José G. e STOLCKE, Verena (Orgs.) **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Trad. de Silvana F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca. Territorio y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. **Boletín de la A.G.E.** n.º 39, 2005. P. 31-58.

DEMATTEIS, Giuseppe. O Território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Sistema local territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. Trad. Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires, Argentina: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

EDUARDO, Márcio F. Território, Trabalho e Poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

_____. **A Dinâmica Territorial das Agroindústrias Artesanais de Francisco Beltrão/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2008.

_____. O Processo de Modernização da Agricultura no Norte do Paraná: contradições na relação cidade-campo no contexto do programa “Vilas Rurais”. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**. ISSN: 1983 – 487x. Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1128_1.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

ESCOBAR, Arturo. **El Final del Salvaje**: Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Santafé de Bogotá: Ican/Serec, 1999.

_____. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-228.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p.133-168.

_____. **Territories of Difference**: places, movements, life, redes. Durham and London: Duke University Press, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para conhecer o poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FABRINI, João E. A resistência camponesa além dos movimentos sociais. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 10, n.11, jul./dez. 2007. p. 8-32.

FERES, João B. **Propriedade da Terra**: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. In: **Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº 16, 2001. p. 39 – 70.

_____. **Mundo Rural e Geografia**: geografia agrária no Brasil de 1930-1990. São Paulo: UNESP, 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAÍNAIN, Antônio Márcio (Orgs.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-224.

_____. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

_____. Sobre a Tipologia dos Territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FLÁVIO, Luis C. **Memória(s) e Território**: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRITZ, Nilton L. Agroecologia: o desenvolvimento no Sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 185-212.

GARCÍA, María F. Geografia e Desconstrução. In: **Pegada Eletrônica**: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), vol. 6. n. 1. p. 77-89, Jun. 2005. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA61/maria_v6n1jun2005.pdf>. Acesso: 18 de setembro de 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GODOY, Paulo R. T. Teorias e conceitos: uma contribuição para o debate crítico em geografia. **Boletim Paulista de Geografia**: AGB/São Paulo, nº 83, dez. 2005. p. 33-56.

GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. In: **Pegada Eletrônica**. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), v. 4, n. 1, jun. 2005. p. 91-112.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2008.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante**: contribuições de Enio Guterres. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e Identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Org.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 87-120.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Etc, Espaço, Tempo e Crítica**: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, vol. 1. nº2 (4), ago. 2007. p. 39–52.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **Espaços de Esperança**. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA/FASE, 1989. p.25-41.

HEIDRICH, Álvaro L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. (Orgs.). **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 37-66.

HERNÁNDEZ, Morales J. **Sociedades Rurales y Naturaleza**: en busca de alternativas hacia la sustentabilidad. Guadalajara, México: ITESO, 2010.

HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo sem Tomar o Poder**. Trad. Marcelo G. Lima. São Paulo: Viramundo, 2003.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Campesino a Campesino**: voces de latinoamérica – movimiento campesino a campesino para la agricultura sustentable. Trad. Leonor Hurtado *et al.* Managua (Nicarágua): SIMAS, 2008

IBAÑEZ, Tomás. **Actualidad del Anarquismo**. Buenos Aires: Anarres, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário** (vários anos) - Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2011.

IBGE. **Censo Demográfico** (vários anos) - Resultados do universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

IPARDES. **Avaliação da Atividade Vilas Rurais: síntese estadual e macrorregional**. Curitiba. 2000. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webis.docs/vilas_rurais_avaliacao_sintese.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2013.

LANGER, Protasio P. Conhecimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, 2007. p. 71-93.

LANDER, Edgardo (Org). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LANNON, Christophe de. **O Nascimento do Sistema CreSol: a origem de uma inovação organizacional**. Disponível em: <<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/62.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. de Sandra Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LENOBLE, Robert. **História da Idéia de Natureza**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1990.

LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. Trad. Manoel F. G. Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LOUREIRO, Carlos F. B. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 7, n.1-2, out. 1995. p. 83-103.

MARKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. In: **Espaço e Debates**. São Paulo, 1(2), 1981. p. 63-100.

MARTINS. José de S. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAY, Peter *et al* (org.). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MCNEELY, Jeffrey; SCHEER, Sara. **Ecoagricultura: alimentação do mundo e biodiversidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

MENDONÇA, Francisco de A. **Geografia e Meio Ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo C. Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p.71-103.

MITRANY, David. **Marx Contra o Camponês**. Trad. Marcelo Antônio. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.

MOLINA, Manuel G. de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en El desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecología política. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. (orgs.). **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17 – 70.

MONTENEGRO GOMÉZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (Des)construção**: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2006.

_____. Conflitos pela Terra e pelo Território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. dos. (Org.). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-34.

MORAES, Antonio C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MORO, Dalto A. Modernização da Agricultura Paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. (Org.). **Geografia Social e Agricultura**. Maringá: PPG em Geografia-UEM, 2000. p. 27-60.

NORGAARD, Richard B. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (org.). **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 42-48.

NUNES, Sidemar P. **Influências Teóricas e Políticas nas Práticas Educativas da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

O'CONNOR, James. Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología Política, Naturaleza, Sociedad y Utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (Orgs.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1996.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981

PAULINO, Eliane T. **Por uma Geografia dos Camponeses.** São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular. UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PEET, Richard. Carta a Kropotkin. In: BREITBART, Myrna M. *et al* (Orgs.). **Anarquismo y Geografía.** Vilassar de Mar: Oikos-Tau, 1989. p. 23 – 28.

PICINATTO, Antonio C. Agroecologia no Paraná: evolução e desafios. In: ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz R.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 169-184.

PLOEG, Jan D. Von Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época.** Trad. Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Geografia da Riqueza, Fome e Meio Ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta I. (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, 2004. p. 207-254

_____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUAINI, Massimo. Geografia: pensamento impensado In: SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.; MARAFON, Glaucio J. (Orgs.). **Territorialidades e Diversidades nos Campos e nas Cidades Latino-americanas e Francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 13-22.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais - perspectivas latino-Americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RADOMSKY, Guilherme F. W. **Certificação Participativa e Regimes de Propriedade Intelectual.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Trad. Maria Cecília F. São Paulo: Ática, 1993.

RAHNEMA, Majid. Participação. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000. p. 190-210.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-150.

RECLUS, Élisée. Élisée Reclus. In: ANDRADE, Manuel C. de (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

REDE ECOVIDA. **Certificação Participativa de Produtos Ecológicos**. Caderno de Formação. OLIVEIRA, Daniela; SANTOS, Carlos R. (Orgs.), 2004.

REDE ECOVIDA. Uma identidade que se constrói em Rede. Caderno de Formação nº 1. Curitiba, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório**: etapas da evolução sócio-cultural. Petrópolis: Vozes, 1978.

RUSSELL, Bertrand. **O Poder**: uma análise social. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990.

SACHS, Wolfgang (Org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 116-131.

SACK, Robert. **Human Territoriality**: Its theory and history. Cambridge, EUA: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P.; NUNES, João A. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistêmica do mundo. In: SANTOS, B. S. (org.). **Semear Outras Soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 25-68.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **1992**: a redescoberta da natureza. São Paulo, Estudos Avançados, v.6, n.14, 1992, p.95-106.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Roseli A. **O processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”: Presidente Prudente, 2008.

SAQUET, Marcos. **Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Orgs.). **Territorialidades e Diversidade nos Campos e nas Cidades Latino-americanas e Francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011b. p. 209-226.

SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, Luciano Z. P.; ALVES, Adilson F.; CARRIJO, Beatriz (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.15-31.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo Territorial Rural**. Debates y temas rurales, Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em: 31 de junho de 2010.

SCHMITZ, Aline M. *et al.* A Participação das Mulheres Agricultoras no Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Francisco Beltrão–PR: uma discussão de gênero na geografia. In: **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária** (ENGA). ISSN: 1983 – 487x. Uberlândia: UFU/LAGEA, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1028_1.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004. p. 88-125.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (org.). **Ecología, Campesinado e Historia**. Madri: La Piqueta, 1993.

SHANIN, Teodor. **La Clase Incomoda**. Buenos Aires: Nueva Editorial, 1967.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 8, n. 7, jul./dez.

2005. p. 1-21. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera>>. Acesso em: 08 de maio de 2011.

SOUZA, José G. de. Limite do Território. In: **AGRÁRIA**: Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo. Ano 10/11, 2009b. p. 99-130.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. Costa; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo C. Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STEENBOCK, Walter *et al* (Orgs.). **Agrofloresta, Ecologia e Sociedade**. Curitiba : Kairós, 2013.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: VERDUM, Roberto *et al* (Orgs.). **Ambiente e Lugar no Urbano**: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma Época de Fadiga Teórica ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espaial. In: **Território**. Nº 1, VOL. 1 – JUL/DEZ. 1996. p.5-22.

_____. "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TAPIA, Luis. **Política Salvaje**. La Paz, Bolívia: CLACSO, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo: FAPESP, 2002.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2005.

_____. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. In: **Pegada Eletrônica**, v. 9, n. 1, 2008, p. 8-34. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/02-9-1-ThomazJr.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La Memoria Biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona, Espanha: Icaria editorial, 2008.

TOPALOV, Christian. **Estruturas Agrárias Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1978.

VALADÃO, Adriano da C. **Transição Agroecológica nos Assentamentos Rurais**: estratégias de resistência e produção de novidades. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes: Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VEIGA, José Eli da; EHLERS, Eduardo. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, Peter *et al* (org.). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 289-308.

WILLER, Helga; YUSSEFI, Minou (Org.). **The World of Organic Agriculture**: statistics and emerging trends. 2011. Bonn: IFOAM, 2011. Disponível em: <<http://www.ifoam.org>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.

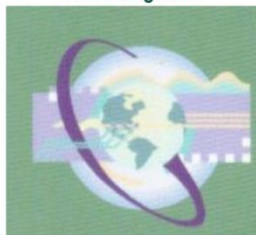
WOODCOCK, George. **História das Idéias e Movimentos Anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

capa:
Paula Lindo

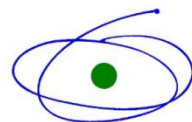
unesp  Universidade Estadual Paulista
“Julio de Mesquita Filho”

Programa de Pós - Graduação
em Geografia

 **Geterr**
Grupo de Estudos Territoriais



 **UFFS**
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL


C A P E S